



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUIZ FELIPE BATISTA GENÚ

**Nuances da Guerra Fria Cultural em
Pernambuco: intelectuais, instituições e disputas
políticas (1960-1965)**

Recife

2024

LUIZ FELIPE BATISTA GENÚ

**Nuances da Guerra Fria Cultural em
Pernambuco: intelectuais, instituições e disputas
políticas (1960-1965)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Recife

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Genu, Luiz Felipe Batista.

Nuances da Guerra Fria Cultural em Pernambuco: intelectuais, instituições e disputas políticas (1960-1965) / Luiz Felipe Batista Genu. - Recife, 2024.

229f.: il.

Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2024.

Orientação: Flávio Weinstein Teixeira.

1. Intelectuais; 2. Movimento de cultura popular; 3. Promoção social; 4. Fundação Guararapes; 5. Guerra Fria Cultural. I. Teixeira, Flávio Weinstein. II. Título.

LUIZ FELIPE BATISTA GENÚ

Nuances da Guerra Fria Cultural em Pernambuco: intelectuais, instituições e disputas políticas (1960-1965)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.

Aprovada em 05/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Dimas Brasileiro Veras (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco - IFPE

Prof. Dr. José Batista Neto (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Thomas Dyson Rogers (Examinador Externo)
Emory University - EU

Para Júlia e Isabel, que trouxeram um novo sentido para tudo que faço. Para Camila, ser de paciência infinita, que esteve ao meu lado durante todo o processo e sempre acreditou que era possível. Ah, ela também nunca cochilou enquanto ouvia minhas especulações. E para os meus pais, que me ensinaram a ser resiliente.

AGRADECIMENTOS

Desde que comecei minha trajetória acadêmica, tive contato com colegas de profissão que estavam mais a frente nessa trilha. Isso me permitiu observar as implicações envolvidas em cursar uma pós-graduação, sobretudo no que se refere ao quanto ela custa em termos de renúncia e resiliência. Assim, não posso dizer que em 2018, quando participei da seleção para o curso de doutorado em História, esperava que o caminho seria fácil e tranquilo, especialmente porque no início havia decidido não sair do mercado de trabalho para viver exclusivamente da bolsa de estudos. Situação que, acredito, torna ainda mais importante essa seção de agradecimentos.

Seguindo o rito de iniciar pelos agradecimentos institucionais, começo expressando minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, professores e funcionários administrativos. Um lugar de excelência científica e de memórias afetivas que vou carregar para sempre. Também deixo registrada minha gratidão a todas as pessoas cujo trabalho viabilizou a minha pesquisa. Refiro-me aos funcionários dos arquivos físicos e digitais que consultei e que estão relacionados ao fim do texto.

Agradeço muito ao meu orientador, Flávio Weinstein Teixeira, que topou um empreendimento que podemos considerar de alto risco no meio acadêmico: assumir um orientando de doutorado que nunca teve menos de três empregos durante o curso de doutoramento. Em nossa prorrogada caminhada, aprendi muito sobre o processo de pesquisa, reflexão e escrita inerentes a atividade de historiador. Ressalto, sobretudo, a tranquilidade que ele manteve e transmitiu ao longo do processo. Se ficou preocupado, o professor Flávio nunca demonstrou. Espero que meu trabalho esteja à altura do meu orientador. Nenhum dos méritos que possam ser encontrados nas páginas que se seguem seria possível sem as suas intervenções. Já as falhas, essas eu reivindico apenas em meu nome.

Agradeço aos professores Antonio Montenegro e Dimas Veras, que participaram da banca de qualificação e fizeram observações inestimáveis para a tese em uma versão ainda muito rudimentar. Foram fundamentais para a forma final do texto, obrigado. Também agradeço a ambos por terem aceitado retornar para a banca de defesa e estendo meu “muito obrigado” aos professores José Batista Neto, Thomas D. Rogers, Pablo Porfírio e Helder Remígio por aceitarem integrar a referida banca. Pablo ganha um abraço

extra porque somos amigos há mais tempo e porque quem o conhece sabe que ele merece um abraço extra.

Por sorte, na minha caminhada profissional, encontrei algumas pessoas muito generosas que deram contribuições variadas a minha pesquisa. Uma referência bibliográfica, uma dúvida cronológica e até mesmo uma análise orçamentária. Quero agradecer a minha amiga Deise, que, além de tudo que fez por mim na graduação, foi fundamental para que eu entendesse os orçamentos do MCP e encontrasse uma forma de colocá-los na tese. Sei que torceu muito por esse trabalho. Agradeço aos meus consultores extraoficiais Leidson Ferraz e Rodrigo Furtado, que gentilmente esclareceram dúvidas que tive dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Quero agradecer também a todos os meus amigos. Pessoas cujo convívio torna a vida agradável mesmo nos seus momentos mais difíceis e que torceram por mim. Evitarei nomear porque não quero que ninguém pense que é mais ou menos importante de acordo com a ordem que aparece aqui. Estendo meu abraço a qualquer um que se identifique como meu amigo.

Agradeço aos meus familiares pela torcida, pelo apoio e me desculpo pelas ausências ocasionadas por razões de trabalho. Sobre tudo aos meus pais, Luiz e Socorro, que sempre fizeram o melhor que podiam pelos filhos. Agradeço aos meus sogros, Valesca e Fernando, que, além de colocarem minha esposa no mundo, ajudaram com as minhas filhas em diversos momentos. Estendo meus agradecimentos aos meus irmãos, cunhado, cunhadas, tio, tias, primos e primas que torceram por mim.

Agradeço às minhas filhas, que me ajudaram a entender que o horário entre as 21 e 24 horas pode ser um horário de trabalho proveitoso. Sobre tudo, me desculpo com ambas por todas as memórias e momentos únicos que não pudemos viver porque eu precisava trabalhar mais um pouco para dar conta de tudo.

Por fim, quero expressar toda minha gratidão a minha esposa, Camila Melo. Historiadora brilhante que generosamente reconheceu que dois doutorandos simultâneos em uma mesma família seriam prejudiciais às crianças. Camila não só me cedeu a vez, como atuou de forma incansável para que tudo corresse da melhor maneira possível. Não tendo onde se refugiar, foi quem mais sofreu com um doutorando em casa. Muito obrigado, meu amor.

Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas.

(Edward Said)

Foram tempos ruins e conturbados. Porém, pode acontecer que os tempos ruins nos ensinem tanto quanto os bons.

(Raymond Williams)

I'm still standing yeah, yeah, yeah...

(Elton John)

RESUMO

A tese que se segue aborda as relações entre o campo intelectual e o campo político no Pernambuco do início da década de 1960 a partir de uma noção expandida de Guerra Fria Cultural, entendida como a parte da disputa ideológica entre comunistas e anticomunistas que se manifesta na circularidade de ideias, valores e comportamentos, bem como interfere na produção e recepção de bens simbólicos. Nosso objetivo principal foi o de entender qual o papel que os intelectuais desempenharam nas disputas políticas do período. Ao mesmo tempo, voltamos nosso olhar para as formas como os desdobramentos do campo político, o fazer e refazer das relações, foram capazes de interferir no horizonte de possibilidades do campo intelectual. O enfoque privilegia a administração estadual de Cid Sampaio e a criação da Fundação da Promoção Social, instituição que, entre 1961 e 1963, trabalhou com o governo do Estado na implementação de políticas nas áreas de educação, saúde e habitação. A partir da trajetória da Fundação da Promoção Social (FPS) – criada em resposta ao Movimento de Cultura Popular (MCP) – foram traçadas as problemáticas que tecem o enredo da tese: o que é um intelectual e qual seu lugar político? Qual a configuração do campo intelectual do Recife a partir de 1960 e de que maneira a Fundação da Promoção Social e o Movimento de Cultura Popular interferem no campo? A metodologia utilizada teve como base a análise de um corpo documental amplo, composto por periódicos (jornais e revistas), documentações oficiais de governos e instituições públicas ou privadas. A documentação também incluiu produtos artísticos, como uma peça de teatro e um longa-metragem. O aporte teórico privilegiou a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, as reflexões sobre os intelectuais e suas formas de sociabilidades de Jean-François Sirinelli e Raymond Williams e o conceito de intelectual mediador. Constatamos que na década de 1960, as instituições estudadas – FPS e MCP – assumiram o protagonismo no planejamento e aplicação de políticas públicas em Pernambuco, o que contribuiu para validar os projetos de governo. Simultaneamente, os investimentos públicos voltados para a criação de instituições que acomodassem esses intelectuais contribuíram para a expansão do campo intelectual e interferiram em sua dinâmica interna. FPS e MCP também se tornaram pontos de atração para grupos de intelectuais de fora de Pernambuco que tinham afinidades ideológicas com uma ou outra instituição. Outro resultado importante foi o desenho de uma cartografia de instituições onde a intelectualidade ligada a direita pernambucana era formada e vivenciava suas sociabilidades. Por fim, também foi observado o estabelecimento de um modelo de gestão

educacional autárquica que – no que se refere aos seus aspectos burocráticos de funcionamento – sobreviveu ao golpe militar de 1964 e orientou a criação de uma terceira instituição educacional, a Fundação Guararapes.

Palavras-chave: Intelectuais; Movimento de Cultura Popular; Promoção Social; Fundação Guararapes; Guerra Fria Cultural

ABSTRACT

The following thesis addresses to the relations between the intellectual and political fields in Pernambuco in the early 1960s, based on an expanded notion of the Cultural Cold War, understood as the part of the ideological dispute between communists and anti-communists that manifests itself in the circularity of ideas, values, and behaviors, as well as interfering in the production and reception of symbolic goods. Our main objective was to understand the role that intellectuals played in the political disputes of the period. At the same time, we turn our attention to the ways in which the developments in the political field, the making and remaking of relationships, were able to interfere in the horizon of possibilities of the intellectual field. The focus privileges the state administration of Cid Sampaio and the creation of the Social Promotion Foundation, an institution that, between 1961 and 1963, worked with the state government in the implementation of policies in the areas of education, health, and habitation. The issues that weave the plot of the thesis were outlined based on the history of the Social Promotion Foundation (FPS), created in response to the Popular Culture Movement (MCP): what is an intellectual and what is his/her political place? What was the configuration of the intellectual field in Recife since 1960 and how did the Social Promotion Foundation and the Popular Culture Movement interfered in the field? The methodology used was based on the analysis of a broad collection of documents, composed by periodicals (newspapers and magazines), official documents from governments and public or private institutions. The documentation also included artistic products, such as a play and a feature film. The theoretical support favored Pierre Bourdieu's theory of social fields, the reflections on intellectuals and their forms of sociability by Jean-François Sirinelli and Raymond Williams, and the concept of the intellectual mediator. We found that in the 1960s, the institutions studied – FPS and MCP – took on a leading role in the planning and implementation of public policies in Pernambuco, which helped validate government projects. At the same time, public investments aimed at creating institutions that accommodated these intellectuals contributed to the expansion of the intellectual field and influenced its internal dynamics. FPS and MCP also became points of attraction for groups of intellectuals from outside Pernambuco who had ideological affinities with one or the other institution. Another important result was the design of a map of institutions where the intellectuals closely linked to the Pernambuco right were trained and able to experience their intellectual sociability. Finally, we also observed the establishment of an autarchic educational management model that – regarding its bureaucratic aspects of operation – survived the

military coup of 1964 and guided the creation of a third educational institution, the Guararapes Foundation.

Keywords: Intellectuals; Popular Culture Movement, Social Promotion Foundation; Guararapes Foundation; Cultural Cold War

Lista de figuras

Figura 1 – Diário de Pernambuco 17/02/1959	61
Figura 2 – Caderno especial, Última Hora - Nordeste.	74
Figura 3 – Paulo Rangel Moreira.	99
Figura 4 – Palestra de abertura do curso Produção Social.	105
Figura 5 – Organograma de departamentos e divisões da FPS.	108
Figura 6 – Abertura da I Semana da Promoção Social.	109
Figura 7 – Lúcia Marques Pinheiro na I Semana da Promoção Social.	113
Figura 8 – Palestra de encerramento da I Semana da Promoção Social.	114
Figura 9 – O Rearmamento Moral e o senhor Kruschev.	131
Figura 10 – Natal Laubach.	143
Figura 11 – Gadiel Perruci e Gilberto Freyre.	147
Figura 12 – Capa do livro Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife.	149
Figura 13 – Itinerário do Movimento de Rearmamento Moral na América Latina.	166
Figura 14 – O Tigre no estádio Eládio de Barros Carvalho.	167
Figura 15 – Peça publicitária de <i>O condor</i> .	169
Figura 16 – Vista Panorâmica do Recife. Documentário <i>A tidal Wave of hope</i> .	170
Figura 17 – <i>Homens do Brasil</i> .	171
Figura 18 – <i>Homens do Brasil</i> na programação da TV Canal 6.	172
Figura 19 – Texto explicativo de <i>Homens do Brasil</i> .	174
Figura 20 - Carlos Frederico Maciel toma posse como presidente do MCP.	196
Figura 21 – Alunos de escola da Fundação Guararapes.	203

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Subvenções destinadas ao MCP.....	79
--	----

LISTA DE SIGLAS

ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEO – Centros Educativos Operários
CEPAL – Comissão Econômica da América Latina
CPC – Centro Popular de Cultura
CRPE - PE – Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife
DDC – Departamento de Documentação e Cultura
DRAS – Diretoria de Reeducação e Assistência Social
DROPERSA – Drogaria de Pernambuco S.A.
FG – Fundação Guararapes
FPS – Fundação da Promoção Social
FIEP – Federação das Indústrias de Pernambuco
GTPS – Grupo de Trabalho da Promoção Social
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IFPS – Instituto da Promoção Social
IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPES – Instituto de Pesquisas Sociais
IPSEP – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco
MEB – Movimento de Educação de Base
MCP – Movimento de Cultura Popular
MRM – Movimento pelo Rearmamento Moral
PMR – Prefeitura Municipal do Recife
SEC/UR – Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife
SESI – Serviço Social da Indústria
SERFHA – Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas
SSCM – Serviço Social Contra o Mocambo

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundários

UR – Universidade do Recife

Sumário

Introdução	18
 Capítulo 1 – Intelectuais e onde habitam.	 39
1.1- Dois viajantes no Recife	39
1.2 Sobre intelectuais e seu lugar político	42
1.3 O campo intelectual do Recife: alguns referenciais	54
 Capítulo 2 – Intelectuais e políticas culturais: posicionamentos no campo	 73
2.1. A ofensiva progressista de 1960: o Movimento de Cultura Popular (MCP)	73
2.2. Uma reação conservadora: a Fundação da Promoção Social (FPS)	96
2.3. Reforços internacionais: a Aliança para o Progresso e o Movimento pelo Rearmamento Moral	118
 Capítulo 3 – A Fundação da Promoção Social em 1962: o campo em disputa	 134
3.1. Uma questão de método: a FPS e a campanha de alfabetização de 1962.	134
3.2. Três livros para 1962: o projeto editorial da Fundação da Promoção Social	144
3.3. Ocupar os espaços: a FPS e o Rearmamento Moral no teatro e no cinema	154
 Capítulo 4 – Derrota e revanche da Promoção Social	 176
4.1. Um triunfo efêmero: o fim da Fundação Promoção Social	176
4.2. O golpe de 1964 e o retorno da Promoção Social	189
4.3. Continuidades e rupturas: a Fundação Guararapes	199
 Considerações Finais	 204
 Referências Documentais	 212
Referências Bibliográficas	215
Anexos	223

Introdução

As páginas a seguir tratam do envolvimento de intelectuais nas disputas políticas de Pernambuco. Voltamos o olhar para o campo intelectual do Recife dos primeiros quatro anos da década de 1960, visando entender não apenas a dinâmica interna desse campo, mas, sobretudo, suas relações com o campo político. A hipótese que norteia o trabalho é a de que, no período em tela, os intelectuais foram chamados a assumir um papel de destaque no planejamento e aplicação de políticas públicas em Pernambuco, o que, em último caso, contribuiu para validar projetos de governo. Simultaneamente, os investimentos públicos voltados para a criação de instituições que acomodassem esses intelectuais contribuíram para a expansão do campo intelectual – assim como da oferta de bens e serviços culturais – e interferiram na dinâmica de tomadas de posição do campo intelectual.

O uso das expressões “campo intelectual” e “campo político” antecipa um dos referenciais teóricos nos quais alicerçamos o trabalho: a teoria dos campos sociais do sociólogo Pierre Bourdieu. Por se tratar de uma teoria que propõe enxergar a sociedade como composta por vários microcosmos sociais – os tais campos – tendencialmente autônomos e dotados de estruturas próprias e análogas, consideramos essa teoria uma ferramenta conceitual profícua para a análise do papel dos intelectuais nas disputas políticas em Pernambuco no período considerado. Tal fato se dá porque esse balizamento conceitual nos permite divisar quem são e como atuam os intelectuais, quais são as configurações do campo intelectual a cada momento, bem como os dispositivos de legitimação interna ao campo.

A segunda vantagem proporcionada pela teoria dos campos é a de, ao mergulharmos nas relações internas do campo intelectual, nunca perdemos de vista o movimento dos outros campos sociais, como o político ou o econômico, e as zonas de contatos entre esses campos, uma vez que o pressuposto elementar dessa teoria é o de que todos os campos não são totalmente autônomos. Pelo contrário, quando percebidos como situados no mesmo espaço societal, vemos sobressair as relações de graus diversos que mantêm entre si. Podemos, então, simultaneamente, isolar as forças e os movimentos em seus campos específicos de produção enquanto somos capazes de enxergar todo o sistema de campos se movendo em conjunto.

Nesse sentido, a proposta é, por um lado, entender como o campo político intervém no horizonte de possibilidades do campo intelectual do período: no financiamento de instituições, bolsas de estudos e postos de trabalho relacionados à produção cultural; no oferecimento de maior destaque a determinado grupo de intelectuais ou correntes de pensamento em detrimento de outros. Ou, de forma inversa, como o campo político também atuou, deliberadamente ou não, limitando as oportunidades e a autonomia do campo intelectual.

Cabe ressaltar que a relação entre o campo intelectual e o campo político é entendida aqui como uma relação na qual as influências não seguem apenas em um sentido. Por isso, também procuramos investigar de que maneiras a agência dos intelectuais se tornou fundamental para os projetos dos diferentes grupos que disputavam posições de poder no campo político à época. Um discurso em um comício ou uma pequena nota em um jornal, por exemplo. O envolvimento dos intelectuais na elaboração e aplicação de políticas e projetos culturais que, a despeito de estarem amparados em um discurso que ressalta a cientificidade e a isenção política, tinham potencial para produzir dividendos políticos e eleitorais, como as campanhas de alfabetização.

Igualmente, a elaboração e a difusão de representações da realidade engendradas por intelectuais foram uma maneira importante de interferência destes na esfera política, uma vez que forneceram chaves de leitura e interpretação dos acontecimentos cotidianos. Em suma, entendemos o trabalho intelectual como uma peça fundamental na produção da legitimidade política dos grupos que disputavam o poder no Estado no período em tela.

Quem eram esses intelectuais? De que formas se articularam interna e externamente ao campo intelectual? Quais são as visões ideológicas que pautaram suas atuações? Quais são os instrumentos e discursos de legitimação que mobilizaram? Como as políticas culturais estabelecidas no período dialogam com os valores e as ideias defendidos pelos grupos de intelectuais? Essas são algumas das perguntas que orientam a composição dos capítulos que se seguem.

A história das próximas páginas situa-se em sua maior parte no Recife. A escolha do local está relacionada ao tipo de narrativa que queremos construir sobre a história dos intelectuais. Com base no entendimento do historiador Jean-François Sirinelli, ao considerar que a história intelectual está situada no “cruzamento das histórias política,

social e cultural”¹, inferimos que o Recife da década de 1960 é um lugar privilegiado para pensar o papel político dos intelectuais a partir desse encontro entre o político, o social e o cultural.

Primeiramente porque o Recife do início dos anos 1960 era uma cidade cuja pobreza e o subdesenvolvimento, bem como a importância política regional, a tornaram o epicentro para a eclosão de diferentes iniciativas que visavam atacar esse estado de coisas. Podemos pensar, por exemplo, no surgimento e na ascensão do movimento das Ligas Camponesas, ainda na década de 1950. Embora fundadas na zona rural do município de Vitória de Santo Antão, as Ligas trouxeram suas reivindicações para o palco da capital pernambucana, onde encontraram seu principal líder, Francisco Julião.

A partir das Ligas, o subdesenvolvimento de toda a Região Nordeste ganhou nova dimensão no debate público nacional, impulsionado pela desapropriação do Engenho Galileia em favor das Ligas e pelos discursos cada vez mais incisivos de Julião em prol da reforma agrária². Outro sinal da relevância das movimentações sociais e jogos de poder que se desenrolavam na cidade pode ser lido na sua escolha para sediar a recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estabelecida por lei federal de 1959, e cujo comando coube ao economista Celso Furtado. Agora o Recife estava no foco do nacional-desenvolvimentismo³.

No tocante ao campo político, a cidade passava por um processo de reorganização das forças eleitorais no qual a esquerda se fortalecia. O Recife era governado por Miguel Arraes desde janeiro de 1960. Arraes era o segundo prefeito eleito em sequência pelas Frentes do Recife, série de coalizões políticas entre partidos progressistas e de esquerda, que anteriormente havia elegido Pelópidas da Silveira como prefeito da capital, em 1955,

¹ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma História política*. Tradução Dora Rocha. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231.

² PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: Em luta com seu mito, golpe de estado, exílio e redemocratização do Brasil*. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

³ Entre o final da Segunda Guerra Mundial e o Golpe Militar de 1964, o nacional-desenvolvimentismo expressou um conjunto de proposições, fundamentos ideológicos e de poder que preconizavam o papel do Estado como agente de políticas públicas cujo fim último era o de provocar a modernização do Brasil dentro de um projeto que resguardava os interesses nacionais. Duas instituições fundamentais para a gênese do nacional-desenvolvimentismo foram a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ver: SANTOS, Lincoln Araújo dos. A alternativa para o progresso: o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e057>.

e desempenhado papel importante também na eleição do governador do estado à época, Cid Sampaio, em 1958⁴.

Vale ressaltar que as Frentes do Recife contaram, em todas as suas versões, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, embora o PCB estivesse oficialmente banido desde a cassação do seu registro, em 1947. Talvez por isso a aliança com Cid Sampaio, membro da conservadora União Democrática Nacional (UDN), não tenha sobrevivido à posse do governador, em janeiro de 1959. Em 1962, as Frentes do Recife conseguiriam eleger novamente o governador do estado, Miguel Arraes, apesar do forte discurso anticomunista utilizado pelo candidato concorrente, João Cleofas ou João “três quedas”, como alguns passaram a nomeá-lo após sua terceira derrota na corrida para governador⁵.

No plano internacional, após a publicação de uma reportagem no jornal *The New York Times*, escrita pelo jornalista Tad Szulc, em 31 de outubro e 1º de novembro de 1960, o subdesenvolvimento do Nordeste, a movimentação das Ligas Camponesas e o crescimento da esquerda política atingiram um novo patamar nos debates internacionais⁶. Em seu artigo, Szulc relacionou a pobreza da região e os movimentos de organização de trabalhadores a possibilidade de ocorrência de uma revolução comunista similar ao que acontecera em Cuba.

Além da reportagem de Szulc, um documentário chamado *The Troubled Land*, rodado em Pernambuco, produzido e exibido no canal ABC dos Estados Unidos, em 1961, ajudou a reforçar a imagem da pobreza que poderia resultar em um novo foco comunista nas Américas⁷. Sob uma ótica mais favorável, às vezes exultante, se comparada a dos estadunidenses, o historiador britânico Eric Hobsbawm, que também era membro do Partido Comunista da Inglaterra, fez um breve apanhado da trajetória política dos países da América Latina no início da década de 1960. Publicado originalmente na revista *The Listener*, em maio de 1963, o artigo *América Latina: a área mais crítica do mundo*⁸ faz um apanhado geral do desenvolvimento político de alguns países da região –

⁴ SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)*. Recife, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

⁵ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

⁶ Ver: AGUIAR, Roberto O. de. *Recife: da frente ao golpe*. Ideologias políticas em Pernambuco. Recife: UFPE, 1993; COHN, Amelia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 64.

⁷ ROGERS, Helen Jean. *Brazil: The troubled land*. ABC Television Network; McGraw-Hill Text-Films. Disponível em: https://media.dlib.indiana.edu/media_objects/n583zc078. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁸ Após a publicação no *The Listener* de maio de 1963, o artigo foi republicado como o quarto capítulo do livro *Viva La Revolución: a Era das utopias na América Latina*.

Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Peru e Uruguai – e sobre como as particularidades históricas desses processos inviabilizam a utilização de conceitos pensados para situações ocorridas na Europa⁹. Ao final avalia que o povo latino-americano lhe parece passar por um processo de despertar político no qual a Revolução Cubana figura como um divisor de águas.

Importante lembrar que tratamos de um período em que a Guerra Fria recrudescia desde que a Revolução Cubana resultara na instalação de um governo socialista no “quintal” dos Estados Unidos, e que, em 1962, talvez tenha atingido seu auge com a crise dos mísseis de Cuba. “Cubanizar” se tornou um verbo bastante empregado na imprensa brasileira para sinalizar a possibilidade de um lugar vir a ser a próxima Cuba do continente americano. “Revolução” se tornara uma palavra capaz de causar rugas nas testas de setores conservadores brasileiros e eriçar diplomatas estrangeiros, notadamente estadunidenses.

Faz-se oportuno, já que mencionamos a Guerra Fria e a produção de sentidos sobre o nordeste brasileiro, abordarmos um conceito importante para essa tese: o de Guerra Fria Cultural. Caminho que nos direciona à obra da historiadora e jornalista britânica, Frances Stonor Saunders, pioneira no tema a partir da obra: *The Cultural Cold War: The CIA and the world of arts and letters*, publicado pela primeira vez em 1999.

Saunders utiliza o conceito de Guerra Fria Cultural para se referir a uma série de iniciativas da *Central Inteligency Agency* (CIA) que tinham como alvo os campos de produção cultural, intelectual e artístico. Basicamente, a CIA utilizou fundações filantrópicas como fachada para financiar iniciativas culturais que atraíssem intelectuais e artistas contrários a União Soviética, fossem eles anticomunistas convictos ou membros da esquerda desiludidos com o stalinismo, caso de alguns socialistas veteranos da Guerra Civil Espanhola¹⁰. Segundo Saunders, entre 1950 e 1967, dezenas de milhões de dólares foram enviados pela CIA para cerca de 170 fundações, entre elas a *Fairfield Foundation*, a *Ford Foundation* e a *Rockefeller Foundation*, que repassavam as quantias para iniciativas e instituições culturais escolhidas ou criadas e operadas por agentes da CIA¹¹.

⁹ HOBBSBAWM, Eric J. *Viva La Revolución: a Era das utopias na América Latina*. Org. Leslie Bethel. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

¹⁰ SAUNDERS, Frances Stonor. *The Cultural Cold War: The CIA and the world of arts and letters*. New York: The New Press, 2013.

¹¹ *Idem*. p. 113.

Entre as iniciativas culturais comandadas por agentes da CIA, a de maior destaque foi o Congresso pela Liberdade Cultural (CCF)¹², fundado em 1950. Enquanto esteve ativo, o CCF promoveu ao redor do mundo publicações de livros, revistas e jornais, bem como financiou conferências, seminários, exposições de arte e premiações¹³. O CCF foi a principal resposta da espionagem estadunidense às iniciativas similares e anteriores da União Soviética, que, desde 1948, promovia pela Europa do pós-Segunda Guerra Mundial os “Congressos pela Paz”, cujo objetivo era usar a cultura como ferramenta de persuasão no combate à influência econômica dos Estados Unidos na Europa Ocidental, via Plano Marshall. Entre os intelectuais comunistas presentes na primeira edição do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, na Polônia, podemos destacar nomes como Pablo Picasso, Jorge Amado, Paul Éluard, Pablo Neruda, Diego Rivera e María Rosa Oliver¹⁴.

Foi a realização de uma das edições dos Congressos pela Paz em 1949, no Waldorf Astoria, em Nova York, que alarmou a CIA e contribuiu para a percepção de que o programa de política externa dos Estados Unidos na Europa para o enfrentamento da nova ordem mundial bipolar apresentava uma deficiência séria no tocante à cultura, o que dificultava a atração das classes mais educadas para a órbita de valores estadunidenses. Nas palavras de Saunders, “eles (os agentes da CIA) entenderam que os dólares do Plano Marshall não seriam suficientes: a assistência financeira precisava ser suplementada por um programa concentrado de guerra cultural”¹⁵.

Outro pesquisador, Patrick Iber, investigou como os esforços empreendidos nas disputas da Guerra Fria Cultural na Europa foram adaptados para a realidade da América Latina. Em *Neither Peace nor Freedom: the cultural cold war in Latin America*, Iber destaca que tanto o CCF como os Congressos pela Paz eram instrumentos da chamada diplomacia cultural. Atuavam como veículos de propaganda para cada um dos países representados. Porém, o autor nota que seria um erro considerar que a Guerra Fria Cultural foi um fenômeno determinado apenas pelos interesses macropolíticos estatais. Antes, há uma convergência destes com as disputas, rivalidades e cisões que existiam

¹² Em inglês: *Congress for Cultural Freedom* (CCF).

¹³ SAUNDERS. Op. cit., p. 02.

¹⁴ IBER, Patrick. *Neither peace nor freedom: the Cultural Cold War in Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

¹⁵ No original: “[...] they understood that the dollars of the Marshall Plan would not be enough: financial assistance had to be supplemented by a concentrated program of cultural warfare”. SAUNDERS. Op. cit., p. 26.

dentro da própria esquerda política global no tocante à “definição das ideias e práticas que deveriam guiar a mudança política”¹⁶.

São essas discordâncias na esquerda política, comparadas pelo autor a uma verdadeira guerra civil internacional, que ajudam a fundamentar a Guerra Fria Cultural. No raciocínio do autor, as instituições de fachada financiadas pela CIA souberam agir no sentido de cooptar intelectuais que, mesmo identificados com ideias e valores comuns a esquerda política, se sentiam desprestigiados ou desapontados com os rumos políticos que as experiências das revoluções de esquerda tomaram, como o papel imposto a arte e a cultura dentro da União Soviética. Alguns desses insatisfeitos acabaram, segundo o autor, reforçando o grupo dos intelectuais conservadores em seus países no papel do intelectual abjurado.

Não devemos tomar os intelectuais, entretanto, como meras marionetes em um jogo de espionagem internacional. Como destacam Saunders e Iber, havia diferentes níveis de esclarecimento entre os intelectuais sobre as fontes de financiamento que sustentavam as publicações, os seminários e as premiações nas quais se envolveram. Havia os que não faziam ideia da rede de financiamento, os que suspeitavam e os que tinham pleno conhecimento da interferência do governo dos Estados Unidos e estavam de acordo com a situação. Porém, o objetivo de oferecer contrapontos ideológicos, no mínimo críticas contundentes, ao marxismo era um elemento norteador claro no horizonte dos envolvidos.

Na América Latina, o CCF chegou ainda na década de 1950. Primeiramente ao Uruguai e ao México, em 1954. Depois Argentina, em 1955, e Peru, em 1957¹⁷. Em 11 de abril de 1958, foi a vez do Brasil¹⁸. A fundação da Associação Brasileira pela Liberdade da Cultura ocorreu no Rio de Janeiro e contou com 58 intelectuais como seus signatários, entre os quais podemos destacar nomes como o de Cecília Meirelles, João Guimarães Rosa e Érico Veríssimo¹⁹. A principal ponta de lança da associação foi a publicação da revista *Cadernos Brasileiros*, já a partir de 1959.

¹⁶ IBER. Op. cit., p. 22.

¹⁷ IBER. Op. cit., p. 94.

¹⁸ CANCELLI, Elisabeth. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

¹⁹ Idem, p. 33.

A historiadora Elisabeth Cancelli destaca que a atuação do CCF no Brasil teve duas fases, uma de 1958 a 1962, explicitamente anticomunista, e outra de 1962 a 1970, em que o discurso anticomunista se tornou mais discreto e os temas das publicações mais gerais²⁰. Na segunda fase, buscou-se, inclusive, aumentar sua influência nas Ciências Sociais do Brasil. O evento divisor de águas entre as fases de atuação do CCF foi a Revolução Cubana, argumenta Cancelli, e um sinal da citada aproximação das Ciências Sociais é visto na tentativa de estabelecimento de um Comitê do CCF em Pernambuco, no Recife, cuja presidência foi entregue a Gilberto Freyre²¹. Como colocado por Elisabeth Cancelli, a influência do CCF no Brasil não ficou restrita apenas as iniciativas que estavam diretamente ligadas ao Congresso. O CCF “deixou marcas profundas na maneira de pensar e no ambiente intelectual e permitiu que fossem construídas tradições intelectuais que, acima de tudo, e equivocadamente, se pretendiam independentes, modernas, democráticas e, muitas vezes, originais”²².

Diante do exposto e considerando o objetivo central do presente trabalho, entendemos ser importante operarmos com uma noção de Guerra Fria Cultural mais ampla do que aquela estabelecida por Frances Saunders. Sendo assim, não nos limitamos a pensá-la como circunscrita apenas às iniciativas diretas do governo dos Estados Unidos ou da União Soviética. Dito de outra forma, nas páginas seguintes, as iniciativas, as representações e as formas de recepção de atividades intelectuais são consideradas como nuances da Guerra Fria Cultural, ainda que não sejam financiadas por Estados Unidos ou pela União Soviética. Essa proposta decorre da observação na documentação de que a disputa ideológica entre comunistas e anticomunistas se manifesta na circularidade de ideias, valores e comportamentos, bem como interfere na produção de bens simbólicos. Trata-se, portanto, de um aspecto do mundo intelectual no período que, embora pudesse ser influenciado por iniciativas governamentais, não dependia apenas das ações dos Estados Unidos ou da União Soviética. Funcionava como um dos elementos que compunham o arcabouço de significados com os quais a realidade naquele momento histórico era lida, compreendida e construída.

Um bilhete enviado ao poeta e jornalista Mauro Mota no início dos anos 1960, enquanto ele atuava como editor do jornal Diário de Pernambuco, pode nos ajudar a

²⁰ CANCELLI, op. cit, p. 39.

²¹ Idem, p. 43.

²² Idem, p. 35.

entender a viabilidade da expansão do conceito de Guerra Fria Cultural. O bilhete foi assinado por uma pessoa que se identificou apenas como "Fernando". Com base no conteúdo da mensagem e na estrutura administrativa do Diário de Pernambuco, supomos que o autor seja Fernando Trigueiro, que, na época, era gerente do periódico. O bilhete, que provavelmente chegou às mãos de Mauro Mota em algum momento de 1960, trazia um pedido:

Mauro

Vamos fazer um editorial ‘caprichado’ sobre o problema do comunismo em Pernambuco dizendo que não só agem, como em todo o Brasil esta temida infiltração tem suas origens na inépcia dos poderes públicos que passam a vida a fazer política esquecendo-se completamente dos seus deveres para com a população. Combate-se o Comunismo trabalhando e é isto, precisamente, que não faz o poder público.²³

Podemos perceber a preocupação do autor do bilhete com a atividade política de esquerda, a qual se refere genericamente como “comunista”, não apenas em Pernambuco como em todo o Brasil. Inquietação que o leva a propor uma ação ao responsável pelo editorial de um dos jornais mais importantes do estado. Essa ação não é diretamente resultado de uma determinação do governo dos Estados Unidos ou da União Soviética, embora possa ecoar as propagandas que circulavam no período. Por isso, entendemos que a Guerra Fria, em seu viés cultural, não estava subordinada apenas às ações diretas de governos.

Também merece destaque a visão do autor do bilhete que credita a incompetência do poder público o crescimento de uma suposta infiltração comunista no país. Diante desse quadro, o que um intelectual pode fazer? Uma resposta possível vem no último parágrafo da mensagem:

Peço que você se esforce no sentido de desmoralizar os comunistas no que tange à sua obra de amparo ao trabalhador. Por outro, dê duro em cima dos poderes competentes e das chamadas elites que com a sua indiferença quanto às dificuldades do povo são os supremos responsáveis pela existência de uma corja de arruaceiros a que o vulgo, inadvertidamente, tacha de comunistas.

Por obsequio, um editorial bem caprichado.²⁴

O trecho transcrito expõe um dos papéis dos intelectuais, que serão abordados de forma mais detida no primeiro capítulo, a saber: a interpretação e a subsequente construção de sentido da realidade na qual está inserido. Sentido que não parte de uma

²³ FUNDAJ/CEHIBRA. Arquivo de documentos textuais de Mauro Mota (1928-1980).

²⁴ *Idem, Ibidem.*

posição “neutra” ou isolada em relação à sociedade. Antes, expressa o local de fala do intelectual, a teia de sociabilidades nas quais ele está inserido e de onde tece suas observações. Também aparece o papel do intelectual enquanto alguém capaz de chamar a atenção, de alertar, as elites sociais sobre seus privilégios abusivos e o quão prejudiciais eles se tornaram para o tecido social, favorecendo sua corrosão pelo comunismo.

Assim, considerar a Guerra Fria Cultural enquanto um elemento estrutural do campo intelectual do período permite entender a importância dada às discussões sobre liberdade ou engajamento da arte. Também auxilia na compreensão do processo de formação dos grupos e das iniciativas intelectuais, ou seja, os lugares de produção e sociabilidades intelectuais em Pernambuco, como movimentos e revistas, além da maneira como esses grupos e iniciativas foram entendidos e representados à época.

Nesse cenário cultural subjacente, a pobreza do Nordeste e a intensificação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais fez o Recife ganhar destaque dentro do serviço diplomático estadunidense e nos programas de ajuda e desenvolvimento do governo do presidente John Kennedy. Caso da Aliança para o Progresso, programa de ajuda articulado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Oficialmente, a Aliança para o Progresso previa uma série de investimentos em áreas consideradas estratégicas para alavancar o desenvolvimento dos países do continente americano. Para além dos objetivos humanitários, havia a preocupação em blindar o continente contra a difusão do socialismo e do comunismo. Importante destacar que, entre os países atendidos pela Aliança para o Progresso, apenas o Brasil teve dois escritórios da agência em seu território, um no Rio de Janeiro e outro no Recife²⁵.

Além da Aliança para o Progresso, destaca Joseph Page, políticos, funcionários governamentais e universitários de diversos países passaram pelo Nordeste do Brasil entre 1960 e 1964²⁶. Um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* noticia, por exemplo, a visita de Sargent Shriver, diretor do Corpo da Paz, que prometia um programa de ajuda

²⁵LOUREIREO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. “*A pobreza como estopim da Revolução*”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Orientadora: Christine Rufino Dabat. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2017. 144 p.

²⁶PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

ao Nordeste²⁷. Outro grupo que apareceu de forma bastante frequente na imprensa foi o Movimento pelo Rearmamento Moral, entidade anticomunista que abordaremos adiante.

Frente ao exposto, podemos questionar: mas e os intelectuais nisso tudo? Esse é o segundo ponto que justifica a escolha pelo Recife dentro do recorte temporal proposto. Voltemos um pouco na cronologia. Desde a década de 1940, Josué de Castro, para nos atermos a apenas um exemplo, tratou da miséria da população que vivia nos mangues da capital²⁸. A partir da década de 1950, há um processo de intensificação da formação de uma nova sensibilidade culta sobre o tema do subdesenvolvimento, por meio de outras publicações sobre o Nordeste, que vai orientar muitos dos projetos destinados à região²⁹. Segundo o historiador Francisco Pedrosa, a miséria, embora seja um elemento constante na formação do Brasil, tem uma historicidade, isto é, pode ser sentida, explicada e representada de várias formas³⁰. Pedrosa aponta que a década de 1950 e o início da década seguinte foram fundamentais para a criação e o amadurecimento de explicações “intelectuais de como a nossa pobreza se desenvolveu no decorrer da história. E que, por ser de natureza econômica, política e cultural, caberia à vontade política saná-la”³¹.

Sobre o campo cultural do Brasil, no início dos anos 1960, é bastante frequente a utilização de expressões como “efervescente”, “agitação” e “revolucionário” entre pesquisadores para se referirem a quantidade e intensidade, sem mencionar a qualidade, dos debates e iniciativas³². Discutia-se uma ampla gama de temas correlatos a cultura e a arte em suas variadas linguagens. Podemos encontrar iniciativas que advogam desde a experimentação de novas concepções e fórmulas estéticas até àquelas empenhadas na conservação de elementos e formas de expressão considerados “tradicionais” nas mais diferentes linguagens artísticas: do cinema ao teatro, da poesia a pintura e a escultura.

²⁷Diretor do “Corpo de paz” chega hoje: Programa de assistência ao Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de novembro de 1961. Ano 137, Nº 259. 1º Caderno, p.03.

²⁸CASTRO, Josué de. Geografia da fome. O dilema do brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

²⁹SOUSA, Fábio Silva de. A cidade do Recife e a consciência da intelectualidade acerca do subdesenvolvimento brasileiro em meados do século XX. *Dimensões*. V. 42, jan.-jun., 2019, p. 315-332.

³⁰ANDRADE, Francisco Pedrosa de. *As letras da miséria: a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

³¹*Idem*, p.138.

³²HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura e cotidiano. 1964: o golpe passado a limpo. Rita de Cássia Barbosa de Araújo e Túlio Velho Barreto. (orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 137-148.

No tocante às discussões centradas em questões estéticas, muito do que era tratado no início dos anos 60 continuava em debates surgidos no bojo de tentativas de modernização do fazer artístico ocorridas entre as décadas de 1940 e 1950. No Recife, essas tentativas de modernização inspiraram o surgimento do Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP)³³. Um tema especialmente caro aos integrantes do TEP e bastante falado na década de 1960 era o do lugar da cultura popular como matriz criativa de novas formas de tessitura artística.

O início da década de 1960 viu a intensificação no campo cultural de manifestações artísticas ligadas a ideais progressistas e de esquerda, que enxergavam na arte e na cultura o potencial necessário para revolucionar a estrutura social brasileira³⁴. Nesse sentido, as discussões sobre o apuro estético passaram a dividir espaço, ou foram eclipsadas, pela discussão sobre o papel social da arte. Engajamento se tornou uma concepção bastante discutida – fosse para defender, fosse para criticar – e seu fruto mais famoso, o artista/intelectual engajado, se fez presente nos principais centros culturais brasileiros. No Recife, a implantação do Movimento de Cultura Popular (MCP), em maio de 1960, serviu como catalisador dessa discussão no campo intelectual.

Discutia-se e se retratava a pobreza brasileira, suas causas e possibilidades de combate por meio de filmes, encenações teatrais, poemas e longos artigos publicados em suplementos culturais de jornais ou revistas. Em adição ao subdesenvolvimento, concorreu para essa inquietação a forte adesão que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) encontrou no meio artístico e intelectual brasileiro a partir do final da Segunda Guerra Mundial³⁵. Não devemos deixar de destacar também o surgimento de novas instituições culturais e de produção de conhecimento, que contribuíram para o aumento da autonomia do campo intelectual brasileiro, como a já citada SUDENE e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O ISEB, um dos principais berços do nacional-desenvolvimentismo, desponta no período em tela como um modelo de atuação bastante influente para instituições culturais.

³³TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Recife: notas em torno da gênese de um campo cultural. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 32. Vol.2. Jul. - Dez. 2014. p. 118-142.

³⁴RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

³⁵CUNHA, Diogo. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas. *História UNICAP*, v. 3, nº 5, jan./jun. de 2016.

Além do oferecimento de cursos e palestras cujo objetivo era a difusão dos métodos das Ciências Sociais, tinha como princípio a pesquisa empírica sobre o Brasil para a obtenção de dados sobre sua realidade, visando o entendimento crítico do país e, conseqüentemente, a criação de projetos que proporcionassem seu desenvolvimento. Ou seja, funcionava como uma instituição que validava a intervenção pública dos intelectuais ali reunidos a partir do emprego do discurso – e do método – científico. Ao mesmo tempo, era um espaço de sociabilidade intelectual, de trocas e elaboração de concepções ideológicas³⁶.

A retórica científica, baseada na coleta e análise de dados, presente no ISEB, pode ser sentida em uma instituição que atuou de forma breve no Recife, entre 1961 e 1963, e que constitui um dos principais enfoques dos próximos capítulos: a Fundação da Promoção Social (FPS). A FPS surgiu, em parte, como uma resposta do governo de Cid Sampaio (1959-1962) ao sucesso que a gestão de Miguel Arraes na capital estava obtendo com o Movimento de Cultura Popular (MCP), desde maio de 1960.

A opção pela FPS se baseia, em certa medida, no ofuscamento que ela sofre diante do MCP, não apenas na memória que se construiu do período, como em trabalhos acadêmicos. Vários pesquisadores abordaram o MCP ao longo das últimas décadas, sob os mais diferentes matizes teóricos e metodológicos, mas pouco se falou da FPS, além de ser uma tentativa infrutífera de concorrer com o MCP³⁷. Houve exceções que proporcionaram informações importantes sobre a FPS e suas disputas com o MCP. Caso dos artigos *MCP: o povo como categoria histórica*, do historiador José Batista Neto; ³⁸.

Propomos, então, uma espécie de inversão dessa chave analítica: no lugar de uma história centrada no MCP, na qual a FPS é uma antagonista com pouco destaque, traremos

³⁶SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. In: *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*. V. 1, nº 1, jan/jul. 2010, p. 147-164.

³⁷Sobre o MCP, ver: BARBOSA, Letícia Rameh. Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana. Recife. Editora do autor, 2009.; CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: Memórias políticas. 4 ed. Revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008.; COELHO, Germano. MCP: História do Movimento de Cultura Popular. Recife: Ed. Do Autor, 2012.; DE SOUZA, Fábio. O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964). 2014. 123 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.; MENDONÇA, Luiz. Teatro é Festa para o Povo. Revista Civilização Brasileira – Caderno Especial nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ano IV, p. 149-159, jul. 1968.

³⁸NETO, José Batista. MCP: o povo como categoria histórica. In REZENDE, Antonio Paulo (org.) Recife: que história é essa? Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1987, p. 231 – 251. WEBER, Silke. Conflito de classes e educação em Pernambuco. *Dados – Revista de Ciências Sociais* v. 27 n. 2, 1984, p. 233-262.

a FPS para o protagonismo da história. Pensamos que uma incursão em sua trajetória pode nos ajudar a entender certos pormenores da dinâmica de disputas internas ao campo intelectual do período, uma vez que, em torno dela, se mobilizaram vários intelectuais, reconhecidos e iniciantes, dotados de um posicionamento político mais à direita. A FPS, em certa medida, lhes conferia uma posição privilegiada no campo.

Nessa perspectiva, optamos por abordar as trajetórias de instituições como a FPS no lugar de nos concentrarmos exclusivamente nos intelectuais de forma individualizada. Privilegiamos, dessa forma, ações e posicionamentos de instituições geridas por intelectuais e cuja ação pôde ser sentida no campo intelectual. Criamos, assim, um jogo de escalas, no qual transitamos de uma escala micro – a ação enfocada em um indivíduo – para uma perspectiva macro, qual seja a ação das instituições – que, lembremos, resultam das ações dos indivíduos ali reunidos.

O enfoque na FPS nos permitiu reconstruir uma rede de apoio que incluiu não apenas intelectuais em busca de espaço no campo, mas, igualmente, intelectuais consagrados, ligados à direita política, cuja atuação contribuíam para chancelar a nova instituição. Talvez o caso mais notório seja o de Gilberto Freyre³⁹. O célebre autor de *Casa Grande e Senzala* nunca foi integrante efetivo da FPS, tampouco se furtou a emprestar seu prestígio intelectual por meio da participação em eventos da FPS, nos quais chegou a discursar sobre a importância da instituição. A escrita foi outro meio pelo qual Freyre enalteceu a atuação da FPS, ao tecer críticas elogiosas às publicações produzidas pela fundação em jornais de grande circulação no Recife, como o Diário de Pernambuco.

Ao investigarmos a FPS, também observamos sua articulação com grupos de intelectuais de fora de Pernambuco, como José Arthur Rios, sociólogo ligado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Instituto de Pesquisas Sociais (IPES), organizações que representavam os interesses de grupos empresariais conservadores do Sudeste⁴⁰. A presença de Rios na estruturação da FPS nos serve, no mínimo, como

³⁹É importante considerarmos como as trajetórias, de vida e intelectuais, não seguem um tipo de itinerário pré-definido ou constante. Isso se evidencia particularmente no caso de Gilberto Freyre: até pelo menos meados dos anos 1940, ele era considerado uma referência intelectual de esquerda. Sobretudo devido à forma como sua obra foi recebida nos meios intelectuais no período. Ao adentrarmos as décadas de 1950 e 1960, encontramos Freyre cada vez mais identificado com setores mais conservadores da sociedade e em franca campanha anticomunista. Fato que se intensifica a partir do golpe de 1964, quando se tornou um dos pilares legitimadores do autoritarismo e conservadorismo da ditadura.

⁴⁰DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de classe. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

indicador de afinidades entre os grupos intelectuais que comandavam a Fundação da Promoção Social e os do complexo IPES/IBAD. Hipótese que é reforçada a partir da constatação realizada pelo pesquisador René Dreyfuss de que parte da tática empregada pelo IPES/IBAD na luta contra organizações de esquerda residia em apoiar iniciativas que concorressem com entidades de esquerda em áreas como organização de trabalhadores, educação e cultura.

Não devemos, no entanto, assumir que todos os participantes da FPS ou instituições conveniadas comungavam dos ideais da direita política. Tampouco que foram “cooptados” por ela. Não consideramos a FPS – ou o MCP – um bloco totalmente coeso do ponto de vista ideológico, hermeticamente fechados em suas linhas de pensamento. Afinal, os jogos de interesses, bem como as contingências da vida, são mais complexos e não se restringem apenas a um tipo de submissão “cega” as ideologias. Temos que levar em consideração que, por ser também um lugar de sociabilidade intelectual dentro da estrutura burocrática do Estado, a FPS despontava para um jovem intelectual do período como um veículo capaz de lhe proporcionar uma oportunidade de reconhecimento no campo, além de uma fonte de renda.

O que é possível perceber, todavia, é que alguns intelectuais que desempenharam papéis de direção na FPS orbitavam em torno de grupos importantes da direita política da época e já haviam participado de outras instituições e órgãos culturais sob gestões de políticos conservadores e de direita⁴¹. Mais: alguns desses intelectuais perdem espaço em 1963, após a posse de Miguel Arraes como governador e a expansão do MCP – que absorveu a estrutura da FPS – apenas para reaparecerem quando, com o Golpe de 1964, os militares nomearam interventores para o Movimento de Cultura Popular. Assim, notamos que a disputa entre FPS e MCP permite uma análise detida das movimentações do campo intelectual, bem como das suas trocas com o campo político. Esse posicionamento ideológico também ajuda a entendermos a aproximação da FPS com os projetos da Aliança para o Progresso e do Movimento pelo Rearmamento Moral entre 1961 e 1962.

⁴¹Como veremos adiante, parte dos intelectuais nomeados para cargos de direção ou que ajudaram a formar os quadros da FPS provinham de instituições como o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER).

Junto à noção de que a história intelectual se localiza em uma espécie de encruzilhada entre o político, o social e o cultural, o conceito de sociabilidade intelectual é outro aspecto das reflexões de Sirinelli aqui presente. Isso ocorre porque ele destaca o papel que os espaços de convivência têm para a criação de laços afetivos entre os intelectuais – ou das rivalidades. Revistas, jornais, cafés, salões, universidades: a depender do recorte histórico, a relevância desses espaços de sociabilidade intelectual se modificam. No caso que nos interessa, sobretudo as instituições de pesquisa e implementação de políticas culturais surgidas em Pernambuco despontam como esse ambiente propício ao desenvolvimento das sociabilidades dos intelectuais.

Fechando o que poderia ser tomado como tripé teórico básico – porém não exclusivo – temos Raymond Williams. Dentro do universo conceitual desse autor, foram particularmente significantes para a presente tese as reflexões feitas nos artigos *O círculo Bloomsbury*⁴² e *O escritor: engajamento e alinhamento*⁴³. O primeiro é uma tentativa de Raymond Williams de sanar o que aponta como deficiências presentes nos estudos sobre grupos culturais – devido à pequena extensão desses grupos e, em alguns casos, a dificuldade de codificar seus princípios norteadores. Williams aponta que,

O grupo, o movimento, o círculo, a tendência, parecem muito marginais, pequenos ou efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Contudo, sua importância como um fato social e cultural de caráter geral é grande, sobretudo nos dois últimos séculos: no que realizaram e no que seus modos de realização podem nos contar sobre as sociedades mais amplas com as quais eles mantêm relações incertas.⁴⁴

Com o intuito de estabelecer uma metodologia de análise que possa responder ao duplo questionamento acima – “o que realizou o grupo cultural” e “o que as formas de realização revelam do arranjo social mais amplo” – Raymond Williams se debruça sobre a formação e a trajetória do Círculo de Bloomsbury, grupo de intelectuais britânicos bastante influente em áreas diversas – da política à crítica de arte, passando pela literatura e economia – e que compreendia nomes como Leonard, Virgínia Woolf e John Myanard Keynes. O estudo de Williams envolve o processo de formação do grupo, seu significado histórico e as características das contribuições culturais legadas por ele.

⁴²WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 201-230.

⁴³ WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 115-2130.

⁴⁴Idem, p. 202.

Efetivamente, a partir dos três pontos citados, Williams traça um itinerário que pode ser adaptado ao estudo de outras formações intelectuais, como a já referida Fundação da Promoção Social (FPS). Isso decorre porque o artigo nos permite entender a importância que o lugar social de origem, os processos de mudança social e a convergência de valores e hábitos têm na formação dos grupos de intelectuais e toda a complexidade que esses agrupamentos carregam.

No caso de Bloomsbury, temos intelectuais originários nas classes mais altas da sociedade liberal inglesa, todos saídos da Universidade de Cambridge e críticos do ideário e instituições mais conservadoras de sua própria classe, contra o qual retomam o Iluminismo burguês e o paradigma do indivíduo civilizado⁴⁵. Considerando esses fatores, Williams entende que a atuação política do grupo, embora proponha mudanças sociais, nunca deixa de ser uma expressão de reformismo cuja finalidade é a manutenção da classe dominante diante de um momento de crise social, política, cultural e intelectual pelo qual passava no início do século XX⁴⁶.

Outro aspecto destacado pelo autor que serve de guia: cada sociedade ou cada recorte histórico de uma mesma sociedade apresenta configurações diferentes, que vão se fazer presentes na maneira como os grupos culturais são formados, nas práticas que desenvolvem e nas reações da sociedade à sua existência. Isso é demonstrado na comparação que realiza entre o Círculo Bloomsbury (século XX), o Círculo de Godwin (século XVIII) e a Irmandade pré-Rafaelita (século XIX).

Em *O escritor: engajamento e alinhamento*⁴⁷, o prisma de Raymond Williams é direcionado para a averiguação das definições, dos usos e da falsa sinonímia criada entre os termos engajamento e alinhamento no tocante à produção artística e intelectual. Como mencionamos anteriormente, a discussão sobre a participação ou o engajamento político de artistas e intelectuais e os possíveis controles criativos que essas posições podiam implicar estava bastante em voga no recorte histórico em destaque. Isto posto, conhecer

⁴⁵WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 217.

⁴⁶*Idem*, p. 221.

⁴⁷WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. Editado por Robin Gable; introdução de Robin Blackburn; tradução Nair Fonseca; João Alexandre Peschanski. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p.115-130.

mais sobre as origens e os significados dos termos engajamento e alinhamento nos ajuda a entender e problematizar seus usos pelos grupos de intelectuais que investigamos.

Sempre atento às mudanças de cada momento histórico, Williams faz uma espécie de genealogia do uso e dos significados que a palavra engajamento adquiriu ao longo do século XX. Popularizada por Jean-Paul Sartre, entre as décadas de 1930 e 1960, engajamento assume uma espécie de sentido negativo. A palavra passa a designar o oposto de livre. Logo, em alguns meios, é defendida a ideia de que o autor ou artista engajado não é livre. Nas palavras de Williams, o engajamento nesse momento foi “(...) principalmente uma resposta a uma outra proposição, que se tornou muito comum, e à qual pretendia contrapor-se. Tratava-se da proposição de que o artista, por definição deveria ser um indivíduo livre; de que ser artista é ser um indivíduo livre”⁴⁸.

Ao investigar essa concepção de artista essencialmente livre, Williams determina que, ao contrário dos seus defensores mais ferrenhos, ela surge no século XIX enquanto uma ideologia sustentada pelo movimento romântico e favorecida pela criação do mercado literário. Nesse sentido, destaca, “livre” refere-se ao artista reconhecido e competidor dentro do mercado. Tomar o mercado como uma prova da liberdade, para o autor, não passa de ilusão, uma vez que a submissão ao mercado significa a aceitação de uma série de coações que visam aumentar a possibilidade de aceitação da obra/criador. Sobretudo, mas não apenas, entre os escritores e artistas medianos, ainda em busca de validação no campo⁴⁹. Tal observação oferece elementos para entendermos as discussões entre os intelectuais – autointitulados ou nomeados como – engajados e os que cerraram fileiras atrás de uma suposta liberdade criativa ou “neutralidade científica”, no sentido de pensarmos esses posicionamentos enquanto recursos retóricos de autolegitimação ou de deslegitimação do outro.

Essa discussão se adensa quando consideramos, ainda seguindo Raymond Williams, o conceito de alinhamento. Longe de ser apenas um sinônimo de engajamento, alinhamento é tomado como o resultado do processo de socialização ao qual todos os indivíduos são submetidos, ajudando a moldar nossa consciência de si e as visões de mundo. Dentro dessa chave de compreensão, “estamos de fato alinhados muito antes de percebermos que estamos alinhados. Pois nascemos em uma situação social, em relações

⁴⁸ Idem, p. 121.

⁴⁹ *Id.*, p. 125.

sociais, em uma família que juntas formaram o que (...) poderíamos ver como sendo nós mesmos enquanto indivíduos”⁵⁰. Inferimos, então, que os intelectuais estão alinhados com determinadas culturas e sistemas de valores, ainda que possam ignorar esse fato, e que esses alinhamentos podem ser percebidos em suas trajetórias, suas organizações, discursos e polêmicas. Aqui, novamente, uma ferramenta fundamental para investigarmos as razões que levaram um intelectual a integrar a FPS e não o MCP, ou vice-versa.

O intento de entender o envolvimento dos intelectuais nas disputas políticas em Pernambuco, no início da década de 1960, não seria viável sem a reunião de uma documentação variada que nos permitisse explorar a problematização. Os capítulos que se seguem surgiram a partir de um corpo documental que pode ser organizado em três eixos gerais: imprensa, documentos de governo e produções culturais.

Os registros impressos giram em torno de edições de jornais diários que circularam no período, como *Jornal do Comércio*, *Diário de Pernambuco* e *Última Hora – Nordeste*. Também nos utilizamos de algumas edições de revistas ilustradas como *O Cruzeiro* e *Manchete*. Essa parte da documentação é importante porque permite observarmos as tomadas de posição nos vários campos sociais por meio das notícias divulgadas na imprensa. Boa parte das articulações entre os intelectuais e as instituições aparece noticiada pela imprensa. Também podemos ter acesso ao posicionamento político, a forma como os intelectuais entendiam e significavam aquele momento histórico e a imagem que faziam de seu próprio ofício a partir dos artigos de opinião publicados.

O material de pesquisa que chamamos de documentos de governo pode ser dividido em relatórios institucionais, leis ordinárias, decretos do Poder Executivo Municipal e material de propaganda de governo. Os relatórios institucionais incluem documentos do Governo de Pernambuco, como os relatórios anuais de prestação de contas do Poder Executivo ao Legislativo Estadual, dos anos de 1962, 1963 e 1964, e alguns livretos de propaganda impressos nas gráficas do estado. Esses livretos noticiam os avanços da gestão de Cid Sampaio.

Ainda no que se refere a relatórios, contamos com alguns relatórios do gabinete do presidente dos Estados Unidos da América, referentes aos anos de 1962 e 1963, que

⁵⁰ Id., p. 127.

revelam aspectos da forma como o governo de John Kennedy enxergava a situação do Nordeste, o papel que o programa da Aliança para o Progresso deveria desempenhar e as articulações da USAID com a Fundação da Promoção Social (FPS). Alguns decretos e leis ordinárias do município do Recife completam esse eixo documental e foram fundamentais para entendermos detalhes das disputas políticas e intelectuais da época.

As produções culturais, terceiro aporte documental, se referem às publicações de livros e estudos promovidas pela FPS ou instituições similares, à montagem e encenação de peças de teatro e a algumas produções audiovisuais que circularam pelo Recife. Nesse domínio, exploramos o convênio assinado entre a FPS e o Teatro Popular do Nordeste (TPN). Ainda no espectro das artes cênicas analisamos duas peças – *O condor* e *O tigre* – trazidas para o Recife pelo Movimento pelo Rearmamento Moral. É desta última organização, aliás, a obra audiovisual que abordamos adiante. Trata-se do documentário *Homens do Brasil*, de 1960.

As questões descritas encontram-se divididas mais adiante em quatro capítulos. No primeiro, tratamos dos intelectuais e do campo intelectual de Pernambuco no início da década de 1960. Partimos da definição do conceito de intelectual para, na sequência, estabelecermos algumas coordenadas organizacionais do campo intelectual do Recife.

No segundo capítulo, imergimos na trajetória da Fundação da Promoção Social (FPS). Desde sua origem como um departamento do Serviço Social Contra o Mocambo, depois seu crescimento em importância a partir dos investimentos do governo do Estado e dos convênios que procurou estabelecer com a Aliança para o Progresso e o Movimento pelo Rearmamento Moral. Ao explorarmos a trajetória da FPS, procuraremos ressaltar os discursos e as imagens que produziram para legitimar suas iniciativas, bem como os valores aos quais estava alinhada.

O terceiro capítulo aborda a produção da FPS: analisaremos pesquisas sociais publicadas pela Fundação em 1962 e escrutinaremos o papel que o teatro e o cinema desempenharam na disputa entre a FPS e o MCP, por meio dos convênios que a primeira assinou com o Teatro Popular do Nordeste (TPN) e com o Movimento pelo Rearmamento Moral. Por fim, o quarto capítulo se detém sobre como o golpe civil-militar de 1964 afetou o campo intelectual, a partir da intervenção no MCP e sua transformação na Fundação Guararapes. Processo que teve a contribuição de intelectuais anteriormente ligados a FPS até a sua extinção em 1963.

Com base nos referidos capítulos, compusemos um mapeamento da rede de sociabilidades formadas por um conjunto de instituições em Pernambuco nas quais a intelectualidade mais à direita no espectro político do Estado circulava, se educava e adquiria prestígio no campo. Também observamos que a partir da existência do MCP e da FPS, o recrutamento de intelectuais por instâncias estatais foi intensificado e que a presença de figuras importantes no campo intelectual ajudava a conferir legitimidade aos projetos de gestão pública apresentados no período. Fundação da Promoção Social e Movimento de Cultura Popular se colocaram como dois polos de atração no campo intelectual do período em tela para intelectuais e grupos locais e de fora do Recife. Cada qual representava um projeto diferente de educação, assistência à população humilde e desenvolvimento nacional. Ao fim, uma manobra no campo político – o golpe militar de 1964 – acaba por decidir a disputa em favor dos intelectuais da FPS. Estabelecida a ditadura e apesar de todo o aparato repressor do qual podiam lançar mão, os grupos que chegaram ao poder não prescindiram de buscar o apoio dos intelectuais.

Capítulo 1

Intelectuais e onde habitam

1.1 – Dois visitantes no Recife

Em outubro de 1962, Eric Hobsbawm aterrissou na América do Sul. Nos últimos dois anos, havia se tornado entusiasta e defensor da Revolução Cubana e chegara a visitar a ilha em mais de uma oportunidade. Entretanto, era a sua primeira vez ao sul do Caribe. Vinha patrocinado por uma bolsa de estudos, concedida pela Fundação Rockefeller, para investigar o que definia como “formas arcaicas de revolta social”. Além de um livro, sua turnê sul-americana renderia alguns artigos publicados em diferentes jornais ingleses e dois programas de rádio transmitidos pela *British Broadcasting Corporation* (BBC), de Londres, sobre suas impressões e análises da região⁵¹. As transmissões realizadas pela BBC, aliás, causaram alvoroço nos serviços de inteligência ingleses, uma vez que Hobsbawm era membro do partido comunista desde a década de 1930⁵².

Seu itinerário incluiu seis países em três meses, começando pelo Brasil, onde aterrissou no aeroporto do Recife. No Recife, passeou pelas movimentadas ruas do centro, onde pode conferir o que circulava nas bancas de jornal e visitou as áreas de moradias precárias formadas pelas palafitas. Registrou em um artigo a pobreza extrema relacionada ao crescimento populacional desordenado e à ausência de indústrias que pudessem absorver essa mão de obra, bem como as movimentações políticas que encontrou:

A população parece não ter tido uma refeição completa há dez gerações: raquítica, baixa e doente. Ao mesmo tempo, há sinais de rebelião. As bancas de jornal estão repletas de literatura de esquerda: Problemas da Paz e do Socialismo, China em Reconstrução e o jornal das Ligas Camponesas são fortes nessa região⁵³.

Destacou a exclusão política a qual a população humilde era submetida, uma vez que, por serem analfabetos, não podiam participar das eleições. Dentro do breve panorama que traçou, também destacou a atuação do movimento das Ligas Camponesas no tocante à mobilização política dos trabalhadores rurais por meio do emprego dos

⁵¹EVANS, Richard J. *Eric Hobsbawm: a life in History*. Londres: Little, Brown, 2019.

⁵²HOBSBAWN, Eric. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. Tradução Pedro Maia Soares. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵³ *Idem*, p. 35.

viroleiros e a eleição, no último mês de outubro, de um governador para Pernambuco “bastante de esquerda”⁵⁴.

O cenário de pobreza extrema, encontrado por Eric Hobsbawn no Nordeste do Brasil, atraiu o olhar de muitos intelectuais no início da década de 1960. Brasileiros e estrangeiros. Em ambos os grupos, havia aqueles que tinham posições reconhecidas e consolidadas no campo e os que aspiravam a esse reconhecimento. É entre o segundo grupo que situamos um jovem universitário vindo dos Estados Unidos que visitou o Recife pela primeira vez no verão do ano de 1963. Após essa primeira viagem, Joseph Page retornou ao Nordeste em cinco ocasiões, entre os anos de 1964 e 1971. Segundo conta, sua primeira estada no Recife fora em uma viagem de férias. Vinha atraído pela inquietação que o Nordeste brasileiro causava na época desde a reportagem publicada no *New York Times*, em 1960. A oportunidade de analisar o quadro social da região fez com que Joseph Page e seu parceiro de viagem permanecessem cerca de um mês no Recife, período no qual conviveram e entrevistaram pessoas envolvidas nas movimentações políticas da época, inclusive figuras de liderança como Francisco Julião, o que permitiu que acompanhassem de perto as Ligas Camponesas⁵⁵.

As andanças pelo Recife e regiões próximas renderam a Joseph artigos publicados em variados veículos da imprensa norte-americana e publicações acadêmicas. Outro fruto de suas viagens ao Nordeste foi o livro *A Revolução que nunca houve*, lançado em 1972 e que se tornou uma referência para estudiosos do período.

No tocante à viagem do verão de 1963, o artigo *Brazil*, publicado em março de 1964 pela revista *The Atlantic*, permite mergulharmos na tentativa inicial de compreensão de um jovem intelectual sobre uma realidade diversa da sua. Na análise de Joseph, é tecido um Nordeste de miséria e subdesenvolvimento, alvo de tentativas pouco competentes de estimular o crescimento econômico, tanto de autoridades governamentais brasileiras, quanto dos Estados Unidos via Aliança para o Progresso. Essas circunstâncias são agravadas por um conservadorismo social estrutural capitaneado por latifundiários descritos como tiranos. Enquanto em 1962, Eric transmite a animação de possíveis mudanças sociais, causada pela eleição de um governador de esquerda, em 1964, Joseph parece menos otimista ao relatar um governador prestes a iniciar seu segundo ano de

⁵⁴*Idem, ibidem.*

⁵⁵PAGE, *Op. cit.*, p. 298.

mandato que se vê obrigado a fazer concessões às classes dominantes visando apoio político futuro⁵⁶.

Dúvida e desalento são a tônica da análise em *Brazil*. As Ligas Camponesas são descritas como um movimento que parece começar a perder o fôlego e que, mesmo no seu auge, havia tido seu potencial revolucionário largamente exagerado pela imprensa brasileira e estadunidense. Para o autor, os primeiros clamores de camponeses oprimidos por gerações em Pernambuco haviam tido uma recepção exagerada, condicionada pela Guerra Fria e a Revolução Cubana⁵⁷.

Esse Nordeste seco, pobre e faminto que tanto inquietava intelectuais estrangeiros que tentavam interpretá-lo a luz de seus próprios pressupostos importados, se tornara conhecido do restante do país em 1959, quando uma série de reportagens feitas por Antônio Callado não apenas chamaram a atenção para a pobreza miserável da região como ofereceram também as causas daquela situação: ao visitar a região, Antônio Callado observou uma estrutura de dominação baseada no controle dos órgãos públicos federais criados para construir a infraestrutura da região: da construção de estradas a abertura de poços e açudes. Essa estratégia, chamada pelo jornalista de “indústria da seca” permitia que as elites políticas tirassem proveitos da miséria geral que causavam. Contribuição inestimável para uma mudança na forma de entender a pobreza do Nordeste: antes de ser algo endêmico, ela era um produto fabricado pelas elites. Antônio Callado também trouxe o que chamou de “despertar” dos trabalhadores rurais ao abordar os anos iniciais das Ligas Camponesas e sua disputa pela desapropriação do Engenho Galileia⁵⁸.

As viagens de Eric Hobsbawn, Joseph Page e Antônio Callado levantam alguns aspectos importantes para o capítulo que se segue e que devemos destacar. Em primeiro plano, o cenário do Recife: uma cidade repleta de pessoas vivendo de forma miserável. Um centro urbano sem capacidade de absorver a grande quantidade de mão de obra que chegava diariamente a sua região metropolitana em busca de condições de vida mais dignas. Exemplo da situação geral do empobrecido Nordeste brasileiro. Para além da pobreza, também são perceptíveis as disputas políticas da época, presentes nas

⁵⁶PAGE Joseph A. *Brazil. The Atlantic*, Boston, Março, 1964. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1964/03/brazil/658917/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

⁵⁷No original: “In 1960, demonstrations by Francisco Julião’s Peasant Leagues throughout Brazil’s impoverished Northeast sent thunderclaps in quick succession through the rest of Brazil, Latin America, and the United States. (...). Now, four years later, the danger has never materialized, having been grossly exaggerated by the Brazilian and American press, which overreacted to the first public outcries of a peasantry that had endured misery in silence for generations.

⁵⁸CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco* (aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

observações sobre o trabalho das Ligas Camponesas, a eleição de Miguel Arraes em 1962 – o tal governador “bastante de esquerda” – e a circulação livre em bancas de jornal de literatura de esquerda. Um lugar onde, apesar das aparentes mudanças sociais, forças políticas retrógradas se empenhavam em manter o estado de coisas “de sempre”.

É nesse cenário que investigaremos a participação de intelectuais em torno das disputas políticas do início da década de 1960 e os possíveis desdobramentos daí advindos. É justamente por nos propormos a entender melhor o papel político dos intelectuais nesse período que as viagens descritas apresentam uma segunda dimensão importante: expõem algumas das características da ação dos intelectuais e de suas redes de sociabilidade.

Diante do exposto, podemos nos perguntar: o que faz um intelectual? Como conceitualizar e compreender melhor o que significa ser um intelectual? Qual é o seu papel em um cenário de disputas e reorganização de forças políticas? Começemos, então, pela tentativa de dar forma ao que definiremos aqui como intelectual, para, na sequência, buscarmos algumas coordenadas do campo intelectual do Recife no início da década de 1960. Uma vez bem situados, analisaremos de que formas esse campo interagiu com outros campos, como o político, e qual o papel desempenhado pelos intelectuais no período.

1.2 – Sobre intelectuais e seu lugar político

Começar uma investigação histórica pela tentativa de definir o objeto de enfoque da pesquisa é uma convenção bastante difundida entre os historiadores. Não é a única maneira de fazê-lo – muito menos a forma mais original. Entretanto, talvez seja o caminho mais didático. Nesse sentido, ao nos propormos a perscrutar a história da participação dos intelectuais nas disputas políticas em Pernambuco, no início da década de 1960, podemos começar pela pergunta: “O que é um intelectual?”.

A simplicidade, apenas aparente, da pergunta exige uma resposta complexa que considere a polissemia do termo e a polimorfia dos meios intelectuais⁵⁹. Como observa Jean-François Sirinelli, esses dois aspectos contribuíram para tornar imprecisas diversas tentativas de definição do termo intelectual dentro da sociedade francesa. Em resposta a essa dificuldade, Sirinelli convida a buscar por uma definição “de geometria variável, mas baseada em invariantes”⁶⁰. À procura dessa definição, nos propomos tecer um painel

⁵⁹SIRINELLI, Jean-François. *Op. cit.* p.242.

⁶⁰*Idem, ibidem.*

que agregue e exponha diferentes acepções do termo intelectual – que às vezes se complementam, outras se contrapõem – que contribuam para o entendimento sobre as formas de envolvimento, ação e circulação dos intelectuais assim como de suas imagens e representações.

Imprecisões ou disputas conceituais à parte, o que compreendemos como intelectual, também referido como intelectual “moderno” ou “contemporâneo”, segundo autores como Edward Said (2005), Gisèle Sapiro (2012), Christophe Charle (2003), Zygmunt Bauman (2011), emerge na França, em 1894. Nesse ano, o escândalo causado pelo caso Dreyfus, além de escancarar o antisemitismo da sociedade francesa, serviu como catalisador do processo de autonomização do campo intelectual com o consequente estabelecimento de uma identidade entre os intelectuais.

Com o *affaire* Dreyfus, o ser intelectual assume como fundamento não apenas a noção de que este é um produtor e mediador cultural, mas de que os intelectuais têm também a responsabilidade de – como estão habilitados a – intervir nos assuntos de interesse público⁶¹. Em sua famosa carta pública, intitulada *J'accuse*, o escritor Émile Zola escreve sobre seu “dever” de se pronunciar contra a injustiça feita a um inocente.

No artigo *Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)*, Christoph Charle destaca que, embora seja um evento importante para a criação de uma identidade coletiva entre os intelectuais, o caso Dreyfus precisa ser entendido dentro de uma série de mudanças sociais que se desenrolavam na França desde meados do século XIX e que contribuíram para a emergência de um campo intelectual autônomo – como o aumento da população letrada, a reforma universitária e a formação de um mercado consumidor de bens culturais⁶². Ou seja, o *affaire* Dreyfus impulsionou o processo de formação de um espaço social de produção relativamente autônomo, no qual os intelectuais se situam e buscam sua legitimação. É em relação às novas estruturas que garantiram a emergência do campo intelectual que essa nova forma de consciência social e política dos intelectuais vai se formar, argumenta Charle.

Dentro do conjunto de aspectos abordados ao narrar a evolução do campo intelectual na França do século XIX, as mudanças de modelos ideológicos figuram como importante referencial para a construção do intelectual. O autor entende que o surgimento

⁶¹CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel/, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30225/%20pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

⁶² *Idem*, p. 155.

de um novo termo para agregar categorias especializadas às quais, até então, se referiam de forma diversa – como escritores, homens de letras ou cientistas – é um indicador da crise dos modelos de referência a partir dos quais esses profissionais pautavam suas práticas⁶³. Modelos de conduta como o do “poeta místico” ou o “artista arte pela arte” não conseguem preencher o lugar antes ocupado pelo filósofo iluminista ou pelo escritor romântico⁶⁴. Apenas o modelo do cientista, argumenta o autor, foi capaz de ocupar esse espaço como referencial de conduta. Mas por que o cientista? O que havia de tão especial nessa figura naquele momento?

Além de ser capaz de agregar características estimadas no meio da *intelligentsia*, como a positividade e o utilitarismo social, presentes na ciência moderna, esse modelo foi bastante popularizado na República Francesa quando alguns cientistas foram alçados a categoria de heróis nacionais. Ainda que não fosse uma unanimidade absoluta, o modelo do cientista completou o processo de laicização das figuras do intelectual, bem como afirmou a autonomia do campo intelectual contemporâneo⁶⁵. Charle, assevera:

Essa figura veicula valores muito diferentes daqueles que pertencem tradicionalmente ao campo literário: implica o trabalho, a ascese intelectual, a especialização, a valorização da inteligência, do senso crítico e da verificação experimental, todas exigências incompatíveis com o profetismo. Sua segunda vantagem é a de fornecer um quadro comum de referência relativamente neutro aos produtores de bens simbólicos seja qual for sua posição no campo intelectual⁶⁶.

Podemos considerar, nesse sentido, que o intelectual é aquele que se dedica a produção e/ou divulgação de bens simbólicos, mas cuja capacidade de intervenção não permanece restrita apenas às discussões sobre os trâmites de seu ofício ou às fronteiras de sua área de formação. Dotado de uma autoridade autoatribuída e socialmente reconhecida, lastreada pelo saber, ele é capaz de mobilizar e empregar seu repertório de conhecimentos em intervenções nos debates públicos que se dão no âmbito da sociedade na qual se insere.

Segundo Raymond Williams, é nesse momento do século XIX que o uso do termo no plural “intelectuais” passa a ser comumente empregado para se referir a uma categoria de pessoas. Inicialmente utilizado de forma pejorativa, intelectuais se transformou em

⁶³*Id.*, p. 147.

⁶⁴*Id.*, p.147-148.

⁶⁵*Id.*, p. 148.

⁶⁶*Id.*, p. 148.

uma forma de referência neutra ou positiva para se tratar indivíduos que desempenham tarefas centradas na produção ideológica e cultural. Destaca também que, entre o século XIX e meados do XX, a noção de uma função social dos intelectuais se tornou parte de seu *status*⁶⁷.

Edward Said também ressalta a função pública que o intelectual cumpre por meio da análise e da crítica racional, sobretudo ao *status quo*⁶⁸. Em *Representações do intelectual*: as conferências Reith, de 1993, Said explora algumas nuances do que entende ser um intelectual. O autor reflete sobre o papel social dos intelectuais e suas representações a partir de um contraponto que tece ao comparar as visões de dois outros autores sobre o tema: Julien Benda e Antonio Gramsci. Ao fim, Said se coloca próximo do ponto de vista de Gramsci por entender que “os intelectuais pertencem ao seu tempo”⁶⁹, logo não podem escapar às questões que inquietam suas sociedades. Pelo contrário, são chamados a participar dos debates devido a sua capacidade de representação, no sentido de assumir posições frente aos assuntos das agendas públicas. Nas palavras de Said, o principal no que tange ao intelectual é considerá-lo “enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras”⁷⁰. Por isso, não há espaço para o que chama de “objetividade desinteressada” defendida por Benda⁷¹.

Tomando por base as reflexões de Edward Said, temos, então, dois aspectos importantes sobre a atividade intelectual que dialogam com o papel público destacado anteriormente por Christoph Charle: o intelectual age como um representante – de indivíduos, de grupos, de classes sociais, de instituições, e assim por diante – e é um articulador de representações, ou seja, de interpretações da realidade que objetivam moldar a percepção social de um determinado acontecimento ou tema em debate. Ambos os papéis, continua Said, orientados por valores universais, como liberdade e justiça.

⁶⁷WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade; prefácio: Maria Elisa Cevasco; trad.: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁶⁸SAID, Edward W. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

⁶⁹*Idem*, p. 34.

⁷⁰*Id.*, p. 27

⁷¹*Id.*, p.34.

Nesse ponto, é perceptível certa idealização do intelectual sob a ótica de Said: o intelectual aparece sempre como uma figura heroica, capaz de identificar os valores universais e defendê-los frente aos que são contrários a esses valores. Não há espaço para relativização dos valores, nem para o questionamento sobre quem os estabelece. Nesse quadro de verdades universais identificáveis pelos intelectuais, também não parece haver espaço para intelectuais reacionários ou apoiadores de ditaduras e tiranias, uma vez que, ao irem contra os valores como a justiça ou a liberdade, eles estariam abnegando seu lugar como intelectuais, o que seria o equivalente a renunciar à posição de crítica que caracteriza a atividade intelectual.

As conferências *Reith* consistem em programas de 30 minutos transmitidos uma vez por ano, durante uma semana, pela British Broadcasting Company (BBC). Esse formato de um programa curto, voltado para o rádio, faz com que Said seja pragmático ao abordar o conceito de intelectual, procurando fixar uma imagem do intelectual como alguém ligado às questões do seu tempo. Em outras palavras, a preocupação do autor é menos no sentido de fazer uma incursão teórica no conceito de intelectual do que definir o que lhe parece importante nesse debate: que ele seja comprometido em combater as injustiças e restrições à liberdade.

A questão dos valores que orientam as práticas dos intelectuais desponta como um assunto bastante caro aos próprios intelectuais quando estes são chamados – ou se sentem obrigados – a justificar sua função social e a legitimidade da sua intervenção na arena pública, seja pela participação em movimentos e partidos políticos, seja pela publicação de manifestos ou na formulação de políticas públicas. Tomemos como exemplo o artigo publicado na coluna *TV & Teatro*, do jornal *Última Hora-Nordeste*, chamado *Mãos limpas*. De autoria do ator e dramaturgo Nelson Xavier⁷², o artigo traz uma crítica aos intelectuais que apresentam uma concepção teatral nomeada por Xavier como “purista”, supostamente desligada dos temas sociais em destaque no período. O autor escreve que:

É incrível como alguns intelectuais ainda insistem em considerar o teatro como arte intocável.

Intocável aos espancamentos de estudantes por policiais, em nome da segurança e da ordem; intocável à mudança de ministério, que ameaça até

⁷²Nelson Xavier chegou ao Recife com a trupe do Teatro de Arena de São Paulo, em 1961, para uma série de espetáculos. Ao chegar, conheceu o MCP e foi convidado no mesmo ano a integrar o departamento de Teatro do Movimento e a equipe do Teatro de Cultura Popular (TCP). No MCP, dirigiu montagens de textos originais, adaptações e escreveu esquetes para o TCP e para a campanha de Miguel Arraes para governador em 1962. Também atuou, como podemos ver, como colunista do *Última Hora – Nordeste*, entre 1962 e 1963.

mesmo essa segurança e essa ordem; intocável ao feliz campeonato mundial de futebol que, afinal, conservamos. Intocável ao fato de a Aliança para o Progresso não desejar sinceramente incrementar nossa indústria, mas sim instalar sanitários modernos nas palhoças de nosso agricultor.

A tudo isso o teatro deve manter uma distância elegante e prudente, a fim de conservar *suas mãos limpas para cuidar de triângulos amorosos, de policiais inteligentíssimos, de cândidos matutos que não ligam para a fome e de outros assuntos que fazem a delícia dos cérebros infantis* (grifo nosso).⁷³

O termo “mãos limpas”, aparece na citação como significando um artista/intelectual distanciado, algo como o famoso exemplo do intelectual que reside na torre de marfim. Após condenar as temáticas teatrais características do gosto do teatro aburguesado, Nelson Xavier dá pistas sobre seu entendimento do trabalho do intelectual, a partir de valores como o de participação política:

[...] Intelectual é definido como aquele que cuida, em gênero, da teorização da realidade; que ensina, que divulga, que pesquisa, que escreve, que elabora bens de consumo do pensamento.

Mas os nossos intelectuais querem permanecer de mãos limpas, não querem sujá-las falando de concreto. Temem que o teatro se avilte ao falar da fome. Curiosamente, alguns deles passam fome ou passaram.⁷⁴

O modelo de conduta intelectual defendido por Nelson Xavier se aproxima bastante daquele que se estabeleceu após o caso Dreyfus, ou seja, cientes ou não da genealogia do conceito, as posturas, as ações e mesmo as querelas do período indicam que havia a preocupação no campo intelectual do Recife em pensar os paradigmas do ser intelectual diante de todas as disputas que se processavam naquele início de anos 60.

Zygmunt Bauman afirma que a postura dos intelectuais da modernidade está relacionada ao fato destes compreenderem o mundo como uma totalidade essencialmente ordenada. A compreensão dessa ordem, natural e social, e a capacidade de perceber e explicar os padrões desiguais que possam ocasionalmente brotar em seu interior autoriza a intervenção pública dos intelectuais⁷⁵. Intervenção que se dá no sentido de corrigir e reordenar, a partir de um saber universalmente válido e comprovável. Segundo o autor, esse *modus operandi* dos intelectuais modernos é comparável ao de um legislador, porque consiste em:

⁷³XAVIER, Nelson. Mãos Limpas. Última Hora-Nordeste. Recife, 19 de jun. 1962. Ano 1, nº 8. 1º Caderno, p. 06.

⁷⁴Idem, *ibidem*.

⁷⁵BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

(...) fazer afirmações autorizadas e autoritárias que arbitrem controvérsias de opiniões e escolham aquelas que, uma vez selecionadas, se tornem corretas e associativas. A autoridade para arbitrar é, nesse caso, legitimada por conhecimento (objetivo) superior ao qual intelectuais têm mais acesso que a parte não intelectual da sociedade⁷⁶.

São as regras de procedimento e o controle de sua aplicação, que os próprios intelectuais desenvolvem, que validam seus juízos. O intelectual legislador garante sua autoridade porque não só é detentor do conhecimento necessário para manter a sociedade, como também para aperfeiçoá-la⁷⁷.

Podemos notar até aqui que o termo intelectual não está restrito a um tipo de profissão ou instrução formal. O intelectual emerge tendo como referencial determinados tipos de conduta social e política, baseadas em um saber que o indivíduo ou grupos desses indivíduos detêm e se sentem na obrigação de pôr a serviço das questões que trespasam seu presente. Ou entendem que tal conhecimento legitima sua intervenção pública. Trata-se da junção entre “mobilização e autorecrutamento”⁷⁸. Simultaneamente, cabe à sociedade ampliada na qual o intelectual está inserido reconhecer sua autoridade de intervenção social. Logo, ao pesquisarmos os intelectuais, lidamos com uma ampla gama de profissionais que podemos classificar dessa forma, como jornalistas, professores, advogados, economistas, artistas, funcionários públicos de carreira, até mesmo estudantes.

Talvez o recurso à teoria dos campos do sociólogo Pierre Bourdieu nos ajude a sondar os fundamentos do papel social dos intelectuais. Bourdieu propõe uma forma relacional de análise da sociedade a partir da sua divisão em espaços específicos, os campos sociais, entendidos como espaços relativamente independentes e dotados de estruturas próprias, porém homólogas, em que as interações entre os integrantes do campo ocorrem. Assim, podemos pensar em campo político, campo econômico, campo cultural, entre outros⁷⁹.

Com base na teoria dos campos, podemos abordar um campo intelectual, no sentido de um microcosmo social, dotado de regras e estruturas próprias, e autonomia relativa aos outros campos, no qual produtores específicos – os intelectuais – disputam posições em busca de legitimidade, ou seja, do reconhecimento dos outros integrantes do

⁷⁶*Idem*, p. 20.

⁷⁷*Id.*, *ibidem*.

⁷⁸*Id.*, p. 16.

⁷⁹BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o Historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

campo, bem como das instituições que o constituem. As configurações internas do campo são fluidas e é a partir das posições que cada agente do campo ocupa em relação aos outros agentes e às instituições do campo, em dado recorte temporal, que compreendemos as trajetórias, individuais ou coletivas, de seus membros e as problemáticas que orientam as disputas a cada momento⁸⁰.

Também é preciso olhar externamente ao campo intelectual, procurando entender como ele se relaciona com os demais campos. Nesse sentido, dois aspectos são importantes. Primeiro, não esqueçamos que os diversos campos que compõem um todo social estão em contato uns com os outros, de forma que podem produzir efeitos uns sobre os outros. Porém, essa influência externa não se dá de maneira direta. Segundo Bourdieu, qualquer determinação externa a um campo específico só pode ser sentida dentro deste campo por meio das transformações que possam eventualmente causar à sua estrutura. É o que chama de efeito de refração.

A título de exemplo, podemos nos perguntar: uma mudança de governo em Pernambuco, necessariamente, afeta o campo intelectual? A resposta para esse questionamento precisa levar em consideração as condições históricas específicas nas quais se deu a construção da autonomia do campo intelectual em relação aos condicionantes políticos, econômicos ou religiosos⁸¹. Cientes desse processo, percebemos em que grau as decisões de um novo governo afetam estruturalmente o campo intelectual. No caso em tela, em Pernambuco, no início da década de 1960, as alterações estruturais no campo intelectual relacionadas às mudanças no campo político podem ser percebidas tomando como referenciais a criação de instituições como a Fundação da Promoção Social (FPS) e do Movimento de Cultura Popular (MCP). A primeira, resultado de um esforço do governo do Estado no sentido de concorrer com o sucesso alcançado pela prefeitura do Recife a partir da criação do segundo. Ambas foram responsáveis pelo desenho e aplicação de políticas culturais para a capital e o Estado.

Ao refletir sobre a autonomia do campo literário, a socióloga Gisèle Sapiro faz uma observação que podemos utilizar para pensarmos o campo intelectual: a autonomia desse campo sempre é relativa, porque as limitações externas pesam de alguma maneira sobre esse campo⁸². Essa constatação levou Bourdieu a concluir que os campos de

⁸⁰BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁸¹SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. Belo Horizonte, MG: Moinhos, Contafios, 2019.

⁸²Idem, p.28.

produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder e os intelectuais são uma fração dominada de uma classe dominante⁸³. Esse entendimento sobre os intelectuais não deve, alerta o autor, levar a subestimação do papel dos intelectuais enquanto produtores culturais, uma vez que são dotados de um poder simbólico e o “(...) poder de nomear, sobretudo o de nomear o inominável, o que ainda não foi percebido ou que está recalcado é um poder considerável”⁸⁴.

Na tentativa de aprofundar o entendimento sobre as modalidades de intervenção política dos intelectuais na França, Gisèle Sapiro propõe, a partir do universo conceitual bourdieusiano, oito modelos ideal-típicos de classificação dos intelectuais, criados a partir de três fatores estruturantes do campo intelectual francês: o capital simbólico, a autonomia em relação à demanda política e o grau de especialização⁸⁵. Embora fundamentados na constituição do campo intelectual da França, a autora destaca que é possível o emprego desses modelos de intervenção intelectual em outras sociedades, desde que se tenham em consideração as particularidades específicas do campo intelectual de cada lugar.

Sapiro aponta ainda que esses modelos não são fórmulas fechadas e excludentes, no sentido de que a atuação dos intelectuais é fluída: ao longo de sua trajetória, um mesmo intelectual pode circular entre vários dos modelos propostos. Não há laços que impliquem no aprisionamento do intelectual em apenas uma classificação. Tal constatação acaba por reforçar a importância da classificação proposta por Sapiro, uma vez que facilita a distinção entre continuidades e mudanças que possam ocorrer nas formas de intervenção política adotadas por intelectuais, bem como observar as mudanças nas dinâmicas de agrupamento dos intelectuais.

Apesar do perigo de cairmos em classificações demasiado esquemáticas, conhecer os modelos propostos por Sapiro ajuda a visualizar diferentes formas da atuação social dos intelectuais e contribui para responder à pergunta: o que faz um intelectual?. Não obstante, deve persistir o cuidado para não cairmos em análises engessadas. Logo, considerando o enfoque da tese, entendemos que quatro dos modelos de Sapiro podem contribuir para pensarmos os intelectuais. São eles: o intelectual crítico universalista, o

⁸³BOURDIEU *Op. cit.*, p. 174-175.

⁸⁴*Idem*, p. 179.

⁸⁵SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. In: *Revista Pós-Ciências Sociais*. V. 9, n. 17, jan/jun. 2012.

guardião da ordem moralizador, os grupos contestadores universalistas e, fechando o panorama, o especialista consultado pelos dirigentes⁸⁶.

O modelo ideal-típico do *intelectual crítico universalista* se refere à figura famosa do intelectual enquanto um crítico engajado de forma pessoal em causas pela defesa de algum valor universal, como a liberdade. No caso francês, o exemplo principal deste intelectual seria o filósofo Jean-Paul Sartre. Um ponto fundamental para esse intelectual é a afirmação e a reafirmação de sua independência de qualquer outro interesse que não a defesa de um valor universal. Para tanto, esse intelectual precisa apresentar um nível de capital simbólico suficiente para que sua mensagem seja ouvida e considerada, ou seja, essa forma de intervenção pertence àqueles intelectuais já consagrados no campo e na opinião pública, o que lhes permite uma postura de independência em relação a outros dispositivos de produção de legitimidade que não sejam o seu próprio nome, como instituições de pesquisa ou universidades. A autora aponta ainda que o discurso desses intelectuais assume ares de profecia, uma vez que tendem a privilegiar em suas mensagens o caráter emocional em detrimento de análises racionais.

Outra forma de intervenção intelectual é a do chamado *guardião da ordem moralizador*. Sapiro remete ao caso Dreyfus, no século XIX, para apontar o surgimento desse modelo. O que a autora chama de guardião da ordem moralizador é o intelectual que rejeita a autonomização do processo de crítica intelectual, o qual defende que deve permanecer subordinado às autoridades tradicionais, como o Estado e a Igreja. Nas palavras da autora: “A atividade intelectual é para eles um instrumento de manutenção e de reprodução da ordem social, ela deve estar subordinada ao interesse nacional e ao das classes dominantes”⁸⁷. No tocante ao reconhecimento enquanto intelectuais, destaca que esse tipo deriva sua legitimidade justamente de sua proximidade com parcelas do grupo dominante e das instituições e estruturas do poder.

Seguindo, chegamos ao que a autora classifica como *grupo intelectual contestador*. Entendidos como um agrupamento de intelectuais críticos, porém dotados de pouco capital simbólico individual. Por isso, desenvolvem uma atuação coletiva, por meio de instrumentos como manifestos ou manifestações. Essa maneira de engajamento coletivo encontra nas vanguardas artísticas seu exemplo mais frequente. Anticonformismo, desejo de transgressão de normas políticas e artísticas e a manutenção

⁸⁶Os outros modelos são: grupos contestadores especializados, o intelectual de instituição generalista, o intelectual crítico especializado e o intelectual de instituição especializado.

⁸⁷SAPIRO, Op. cit., p. 35.

da autonomia do juízo estético também caracterizam esse modelo⁸⁸. Essa classificação pode contribuir para compreendermos, por exemplo, alguns modos de ser e fazer dos intelectuais envolvidos no Movimento de Cultura Popular (MCP).

Uma vez que o enfoque recai sobre as instituições, não podemos deixar de fora desse panorama sobre as definições do intelectual a figura do *expert*, também chamado por Sapiro de *especialista consultado pelos dirigentes*. O *expert* é aquele que dispõe de um saber científico certificado por meio do qual presta o serviço ao Estado de fundamentação científica das políticas públicas adotadas⁸⁹. O elemento chave de sua atuação é a sensação de neutralidade que sua performance deve produzir, uma vez que seus diagnósticos e intervenções são lastreados pela noção de cientificidade. Para esse grupo, “a neutralidade é exibida como sinal de cientificidade, em sentido oposto ao da ideologia, suspeita de subordinar o conhecimento para fins políticos”⁹⁰.

Reforçando: o motivador para a evocação dos tipos ideais traçados por Sapiro não reside, na possibilidade de obter rótulos prontos a serem aplicados sobre indivíduos ou movimentos. Antes, eles contribuem para ressaltar a amplitude de modalidades que a intervenção social dos intelectuais pode assumir. Esses modelos ressaltam também a historicidade do fazer intelectual e dos valores que fundamentam suas ações. Comparativamente, enquanto um intelectual de tipo crítico universal lastreia sua atividade em valores que considera universais, o *expert* parte de um pressuposto utilitarista do conhecimento que, embora não seja menos ideológico, se diz neutro. Entre ambos os discursos, aponta Enzo Traverso, é possível observar mudanças sociais que afetaram a estrutura das Universidades, obrigadas a se voltarem cada vez mais para uma formação tecnicista em detrimento do pensamento crítico – que não é abandonado de todo, mas, em certas ocasiões, torna-se secundário às demandas mercadológicas⁹¹.

Antes de seguirmos adiante, há ainda um conceito de intelectual que pode nos ajudar em no percurso: o intelectual mediador. Retomando o trabalho de Jean-François Sirinelli, que inspirou as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen a tratarem do tema, entendemos o intelectual mediador como uma figura que integra simultaneamente o campo da produção de conhecimento e da comunicação das ideias. São intelectuais que se dedicam, parcial ou completamente, a criação de formas de

⁸⁸*Idem.* p. 38.

⁸⁹*Id.*, p. 43.

⁹⁰*Id.*, p.44.

⁹¹TRAVERSO, Enzo. Onde foram parar os intelectuais? Tradução Lucas Nevez. Belo Horizonte-Veneza: Editora Ayiné, 2020, p. 24. Ebook kindle.

comunicação dos conceitos ao público, que pode ser de pessoas iniciadas na área de conhecimento ou não. Seriam como construtores de pontes entre os bens culturais e o restante da sociedade⁹².

Agregar o conceito do intelectual mediador é importante para esse breve panorama porque, primeiro, ao chamar a atenção para a importância dos processos de mediação cultural, é possível perceber o lugar estratégico que esses intelectuais ocupam tanto para o campo cultural quanto para o da política. É por meio dos processos de mediação, como demonstram as autoras, que se forma o público, atraído pelos sentidos que são produzidos e atribuídos por intelectuais mediadores aos bens e às práticas culturais⁹³. O ato de difusão do bem cultural torna-se, assim, tão importante quanto a concepção desse bem.

Para além, boa parte do enfoque recai sobre instituições que atuam enquanto instâncias educacionais porque a educação é uma expressão da mediação cultural e ela é “indispensável e incontornável”⁹⁴. É justamente por isso, argumentam, que o intelectual mediador com frequência é encontrado ocupando cargos estratégicos em instituições culturais/educacionais ou à frente de projetos de mediação cultural que tem implicações políticas⁹⁵. Considerando o enfoque de estudo, os mediadores eram, em sua maioria, intelectuais jovens recém-egressos das universidades.

O presente mosaico conceitual teve por objetivo apresentar algumas concepções sobre o ser/fazer dos indivíduos e grupos definidos como “intelectuais”. Embora de extensão limitada, uma vez que escapa ao objetivo central agregar todas as definições de todos os autores que se debruçaram sobre o tema dos intelectuais e do seu papel social, pensamos que ele seja suficiente para o intento. Tal posição se baseia no entendimento de que tenha ficado suficientemente claro que os intelectuais não se definem a partir de uma profissão específica, mas sim como formas de posicionamento e intervenção social.

Trabalharemos nas páginas seguintes com o conceito de intelectual no sentido de indivíduos que exercem uma função social baseada em uma autoridade autoatribuída, advinda de um conhecimento que domina e que é entendido como fundamental para compor e recompor o espaço social. Essa virtude cognitiva do intelectual é completada por outras, de ordem ética e estética, tidas como igualmente singulares e superiores, que

⁹²GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

⁹³*Idem*, p. 18.

⁹⁴*Id.*, p. 17.

⁹⁵*Id.*, p. 19.

os destacam dos demais membros do corpo social, reforçam sua aura de autoridade e justificam sua participação pública. Ser um intelectual implica em ser, também, um ator político. Aqueles que pensam e agem. Esses atores políticos provêm de variadas áreas de formação e, por vezes, ainda se encontram em processo de formação e em busca de reconhecimento no campo. Caso de estudantes universitários, que, não obstante o pouco capital intelectual acumulado, encontramos inseridos nas disputas do campo, seja na tecitura de análises críticas da sociedade, seja na mediação de bens e projetos culturais.

A forma com que determinado arranjo social lida com seu campo intelectual varia de acordo com o recorte histórico e está ligada ao próprio processo de emergência de um campo intelectual autônomo, como ele se insere e quais são os efeitos que causa na dinâmica dos campos sociais do arranjo. Pensemos um pouco, então, sobre o campo intelectual do Recife.

1.3 – O campo intelectual do Recife: alguns referenciais

Como mencionado no item anterior, entender o processo de autonomização de um campo é fundamental para a compreensão das posições, das tomadas de posições e do horizonte de possibilidades do campo em um dado recorte histórico. Com isso em mente, procuraremos traçar algumas coordenadas do Recife tendo como referenciais espaciais instituições de ensino, pesquisa e difusão de conhecimento que contribuíram para o surgimento do ambiente que pode ser definido como o campo intelectual do Recife. As instituições escolhidas foram palco para o surgimento de afinidades pessoais, de grupos de estudos e debates e de projetos intelectuais comuns, mas também de concorrências, discordâncias e desafetos que circularam e ajudaram a delinear o campo intelectual do Recife.

Uma intencionalidade subjaz esta seleção: optamos por abordar algumas instituições que nos dão um vislumbre mais explícito do funcionamento do campo intelectual do Recife – no tocante à formação, inserção e consagração nesse campo. Simultaneamente, as instituições selecionadas permitem perceber o envolvimento dos intelectuais nas disputas políticas do período. Isso significa que nem todas as organizações ou espaços frequentados pelos intelectuais serão abordados, apenas aqueles que forneceram as linhas mestras de funcionamento do campo intelectual e eram responsáveis pelos principais ritos de iniciação e reconhecimento dos intelectuais da capital.

A fim de nos movermos com melhor desenvoltura pelos labirínticos espaços nos quais as sociabilidades intelectuais eram praticadas, recorreremos a alguns trabalhos de pesquisa sobre o campo cultural ou intelectual do Recife que nos permitiram enxergar o caminho que precisamos percorrer. Nesse rumo, nos dirigimos à área central da cidade, onde, em uma época em que *shoppings centers* e cinemas multiplex não existiam, boa parte da vida intelectual e cultural era vivida e fruída pelas ruas, travessas, becos e pontes que rasgam e interligam os bairros da Boa Vista, Santo Amaro e Santo Antônio. Lá, para além dos cafés, confeitarias, bares e livrarias, encontramos algumas instituições fundamentais para o campo intelectual local.

É no ruidoso e movimentado centro do Recife que faremos a primeira parada. Estamos no bairro da Boa Vista, entre as ruas Riachuelo e Princesa Isabel, no belo edifício neoclássico onde está instalada a Faculdade de Direito do Recife (FDR)⁹⁶. Atualmente, trata-se do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Porém, a denominação mais popular entre os transeuntes ainda é a da antiga Faculdade de Direito do Recife.

Alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o tema do campo intelectual ou cultural do Recife, como Teixeira (2014) e Souto Maior (2005), ressaltam a importância central da FDR enquanto um espaço dinamizador e, por isso, definidor do campo intelectual. É relevante considerarmos que o curso de Direito foi estabelecido ainda sob o Império, em 1827, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, e posteriormente transferido para a capital do Estado, em 1854⁹⁷. A partir dessa data e até 1912, quando foi transferido para o imponente prédio onde funciona até hoje, a Faculdade de Direito do Recife funcionou em um casarão na rua do Hospício, esquina com rua do Príncipe – também no bairro da Boa Vista – que era carinhosamente chamado de “pardieiro”⁹⁸.

Críticas ou problemas estruturais à parte, estamos diante de uma faculdade secular, de fundação anterior a criação da primeira universidade em Pernambuco, e que vai, durante todo o século XIX, exercer forte atração entre as famílias da elite social regional do norte e nordeste do país⁹⁹. O bacharelado em Ciências Jurídicas era uma espécie de medalha, uma outra forma de distinção, que os filhos das oligarquias buscavam

⁹⁶ https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/o-predio-da-faculdade-de-direito-do-recife/590249. Acessado em 24/07/2022.

⁹⁷ Informações sobre a Faculdade de Direito do Recife: <https://www.ufpe.br/ccj>. Acessado em 24/07/2022.

⁹⁸ BEVILÁQUIA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

⁹⁹ *Idem*, *ibidem*.

acrescentar às suas insígnias sociais. Ou eram obrigados a obtê-lo por pais ansiosos por ostentarem filhos “doutores”, mesmo que estes acabassem por não exercer a advocacia. Esse, aliás, é um ponto importante sobre a presença da FDR no Recife: embora fosse uma escola dedicada a formação de juristas, ela acaba por atrair aos seus salões, pátios e bibliotecas jovens interessados em uma formação humanística que não se limitava ao campo jurídico nem planejavam seguir a carreira das leis. Liam e discutiam Filosofia, Economia, História e Literatura¹⁰⁰. Muitos dos bacharéis ali formados acabavam por ocupar espaços na administração pública ou na área de ensino.

A FDR torna-se um lugar de formação e iniciação do intelectual por meio do reconhecimento concedido pelo corpo docente da instituição, materializado no diploma ao final do curso, e pelas oportunidades que propiciava para a tecitura de redes de amizade entre os jovens que ali adentravam. Era também um veículo importante de difusão de ideias e até disciplinas novas. O sociólogo Heraldo Souto Maior, ao traçar uma história da Sociologia em Pernambuco, aponta a importância da chamada Escola do Recife – um grupo de intelectuais ligados a FDR, cujas análises ganham destaque nacional a partir da década de 1870¹⁰¹ – como um marco fundamental para introdução das discussões sociológicas no campo intelectual local, via difusão de concepções positivistas de análise social¹⁰².

A partir da FDR se difundiu com maior força o racionalismo científico. Também é via os intelectuais da FDR que o evolucionismo e, lamentavelmente, o darwinismo social entram na ordem do dia dos intelectuais e passam a compor o léxico científico com o qual o Brasil e sua população serão significados até, pelo menos, a publicação de *Casa Grande e Senzala*, na década de 1930. Com Gilberto Freyre, a mestiçagem começa a ser vista de uma forma positiva.

Por se tratar de uma cidade que era o centro administrativo do Estado e a principal metrópole regional do Nordeste, não é exatamente uma surpresa que a malha de instituições de ensino superior tenha se ampliado com o passar do tempo, ainda que, como aponta o historiador Gadiel Perruci, tenha sido um crescimento fragmentado e

¹⁰⁰VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários* (1962-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

¹⁰¹Entre os intelectuais ligados a Escola do Recife podemos citar: Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Higino Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando, Martins Jr. Além destes, temos ainda Tobias Barreto e Sílvio Romero.

¹⁰²SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. *Para uma História da Sociologia em Pernambuco: a pós-graduação* (1963-2004); Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

desarticulado¹⁰³. Algumas dessas escolas, inclusive, foram as primeiras do Norte/Nordeste. Nesse movimento, até a década de 1950, vão surgir na área central do Recife: o Instituto de Geologia, a Escola de Engenharia de Pernambuco e a Faculdade de Ciências Econômicas¹⁰⁴.

Um pouco mais afastados da efervescência do centro, seguindo a avenida Conde da Boa Vista no sentido subúrbio, temos a Faculdade de Medicina de Pernambuco (FMP) no bairro do Derby e, após cruzarmos a ponte da rua Dr. Severino Ribeiro, havia a Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP) no bairro da Madalena¹⁰⁵. Para além das escolas superiores citadas, todas ligadas em algum grau ao Estado, poderíamos citar instituições particulares de ensino, como a Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), localizada no bairro da Boa Vista.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a preocupação em promover uma modernização do ensino superior e uma maior centralização e integração nacional levam a reunião de várias das escolas de ensino superior em uma única instituição federal: a Universidade do Recife (UR). Este movimento dialogava com os tímidos processos de modernização que vinham sendo implementados no setor econômico e de infraestrutura de Pernambuco desde as primeiras décadas do século XX¹⁰⁶.

Estabelecida em 1946, pelo decreto-lei nº 9.388 de 20/06/1946, a Universidade do Recife congregava as seguintes escolas superiores: Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Medicina do Recife (e anexas de Odontologia e Farmácia), Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia de Pernambuco¹⁰⁷. Esta última, apesar de ser uma instituição particular, foi associada ao projeto da UR provisoriamente, após uma série de manobras políticas do reitor Joaquim Amazonas, por se tratar à época da única faculdade de Filosofia existente em Pernambuco. Ter uma faculdade de Filosofia era requisito básico para fundar uma Universidade¹⁰⁸.

¹⁰³ PERRUCI, Gadiel. Um projeto oligárquico-liberal de Universidade (notas para uma História da UFPE). Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/download/1003/724>. Acessado em 30/07/2022.

¹⁰⁴ VERAS. *Op. cit.*, p. 23.

¹⁰⁵ TORRES, Niedja Ferreira dos Santos. *O Ensino do desenho na Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932-1946)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Artes e Comunicação. Artes Visuais, 2015, 150 f.

¹⁰⁶ PERRUCI, *Op. cit.*, p. 506-507.

¹⁰⁷ <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/123829-cria-a-universidade-do-recife-e-du-outras-providencias.html>. Consultado em 28/07/2022.

¹⁰⁸ VERAS. *Op. cit.*, p. 39.

A Universidade do Recife passa a ocupar uma posição de destaque no campo intelectual, embora, como aponta o historiador Flávio Weinstein, houvesse uma desigualdade no grau de prestígio conferido pelos departamentos. Segundo constata, nenhum dos departamentos era capaz de concorrer, em termos de notoriedade e reconhecimento social, com o curso de Direito e “consequentemente, não tinham o mesmo poder de configurar representações sobre a sociedade de então, nem, muito menos, de construir horizontes que sinalizassem superações das realidades vivenciadas”¹⁰⁹.

Dois efeitos são perceptíveis, advindos da expansão e organização da rede universitária no Recife: o surgimento de uma imprensa acadêmica, uma vez que havia público e produtores para tanto, e o fato da cidade ser um polo bastante atrativo para intelectuais de fora do Nordeste e, não raro, do Brasil, que vinham para ministrar palestras ou até assumir disciplinas na UR. No que tange o primeiro aspecto, com a criação de uma imprensa universitária, na metade da década de 1950, seguida pela sua transformação na Editora Universitária, explica Dimas Veras, há uma maior sistematização das publicações que contribuem para quebrar o isolamento em que periódicos e outros documentos universitários eram publicados¹¹⁰. Favorecia-se o diálogo e, consequentemente, a produção científica. Além disso, criou uma opção para impressão de livros, panfletos, programas de festas. O MCP, por exemplo, vez ou outra recorreu à Imprensa da Universidade para fabricação de seus materiais, caso dos livretos do *I Festival de Cinema do Recife*, de 1961¹¹¹.

Já sobre a UR enquanto um polo de atração de intelectuais, podemos utilizar dois exemplos que vêm do curso de Teatro, em 1961. Lá, no mês de agosto, o professor Ariano Suassuna, em sessão presidida pelo chefe de departamento, Hermilo Borba Filho – ambos intelectuais respeitadíssimos –, comunica a vinda do professor D. F. Ratcliff, da Universidade de Cincinnati, nos Estados Unidos, para ministrar uma palestra sobre Arthur Miller¹¹². Embora não estivesse presente na reunião citada – uma vez que não era afeito às reuniões do departamento – o premiado dramaturgo e ensaísta argentino Tulio Carella

¹⁰⁹ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Uma utopia racionalista: a presença da Sudene no campo intelectual do Recife (1959-73). ANAIS ANPUH

¹¹⁰ VERAS. *Op. cit.*, p. 55.

¹¹¹ Programa do I Festival de Cinema da Cidade do Recife. Disponível em: <http://forumeja.org.br/book/export/html/1710>.

¹¹² GENU, Luiz Felipe Batista. Atos cênicos, atos revolucionários: o Teatro de Cultura Popular do Recife (1960-1964). Organizadora: Joana D’arc Lima. Recife: Ed. UFPE, 2019.

havia se mudado de Buenos Aires para o Recife em 1960, atendendo um convite de Hermilo Borba Filho para assumir a disciplina de direção e cenografia do curso de Teatro¹¹³.

O início da década de 1960 é um momento de mudanças na UR que são sentidas no campo intelectual como um todo. Primeiramente, pelo crescimento do acesso dos filhos da classe média aos bancos universitários e pelo aumento da presença feminina entre a população universitária¹¹⁴. Segundo Dimas Veras, no despontar da década de 1960, as mulheres eram a maioria numérica em algumas das escolas da UR, como na Escola de Belas Artes, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco e na Faculdade de Odontologia¹¹⁵. Há uma ascensão social dos cursos de Engenharia e Medicina ligadas a maior valorização da ciência e tecnologia, que não chegam a desbancar o curso jurídico: antes, passam a compor uma espécie de tríade de elite em um ambiente universitário cujo acesso já era bastante restrito dadas as condições educacionais de um país em que a maioria da população sequer havia sido iniciada nas primeiras letras. Direito, Engenharia e Medicina, nesse sentido, são os cursos mais almejados e reservados a um pequeno e seleto grupo das elites sociais e, ainda mais distinto, dos filhos da classe média¹¹⁶.

Outra mudança importante está relacionada ao modelo de intelectual e afetou todo o clima do campo. Ocorre que a década de 1960 também foi um momento de crescimento e articulação de tendências políticas mais progressistas, ao menos em parte inspiradas pelo desenvolvimentismo. Em Pernambuco, essas correntes políticas vão se materializar nas Frentes do Recife. Também há maior expressão de movimentos sociais como as Ligas Camponesas e de ideias de revolução alimentadas por uma visão romantizada da Revolução Cubana.

Novas disposições críticas e políticas começam a circular com uma força crescente no campo cultural e intelectual da cidade, sob forte respaldo dos universitários, de maneira que o “modelo intelectual humanista tradicional com seu referencial desinteressado, já não satisfazia os jovens produtores culturais da cidade [...] que de maneiras diversas defendiam uma prática intelectual socialmente comprometida com a realidade brasileira [...]”¹¹⁷.

¹¹³ CARELLA, Tulio. *Orgia: os diários de Tulio Carella*, Recife, 1960. Tradução: Hermilo Borba Filho. Introdução e notas: Álvaro Machado. São Paulo: Opera Prima, 2011.

¹¹⁴ PERRUCCI, Op. cit., p. 507.

¹¹⁵ VERAS, 2012, p. 24.

¹¹⁶ PERRUCCI, Op. cit., p. 507.

¹¹⁷ VERAS, 2012, p.56.

A citação indica não apenas uma mudança ou um abandono de um referencial de comportamento intelectual distanciado – cujo exemplo maior no ambiente universitário era, talvez, materializado pelo professor catedrático –, mas também um recorte geracional nesse movimento. São os jovens universitários que estão em busca de novos modelos e são eles que vão compor a maior parte da mão de obra especializada das duas instituições que, no quadriênio inicial dos anos 1960, vão tentar organizar políticas culturais para a cidade do Recife e o Estado de Pernambuco: o Movimento de Cultura Popular (MCP) e a Fundação da Promoção Social (FPS).

As transformações ocorridas entre as décadas de 1950 e 1960 no ambiente universitário e no campo intelectual do Recife – maior preocupação com ciência e tecnologia, aumento de universitários entre a classe média e a população feminina e o modelo do intelectual que intervém e transforma a sociedade – modificaram, ao menos em parte, a feição bacharelesca do campo intelectual do Recife. Essa tendência de mudança foi intensificada com a inclusão de um novo ator institucional no campo intelectual: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹¹⁸.

Uma citação do primeiro secretário executivo da instituição, que também foi responsável pela elaboração das pesquisas que lastrearam a criação da superintendência, revelam um pouco não só do propósito da instituição, mas também do modelo de conduta intelectual ali defendido e incentivado. Segundo o economista Celso Furtado:

(...) não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não pode se negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu *compromisso supremo* (grifo nosso) é com a dignidade da pessoa humana – atributo inalienável do ser intelectual.¹¹⁹

Com a citação, aferimos que a figura do intelectual mobilizado para uma missão social ganha fôlego e impulso a partir da inauguração da SUDENE. O intelectual defendido por Furtado encontra respaldo na mudança de percepção que o Governo Federal tem do Nordeste, a partir da década de 1950: a pobreza da região deixa de ser encarada como um resultado do clima local e passa a ser entendida como um problema de política econômica. Ou, antes, da ausência de políticas capazes de proporcionar o

¹¹⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Op .cit., p. 15.

¹¹⁹ FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. 2ªed., Rio de Janeiro. Fundo de cultura, 1964.

desenvolvimento da região. A criação da Superintendência foi amplamente noticiada e ganhou relevo nos principais jornais do Recife. Dado o impacto da nova instituição, o Diário de Pernambuco de 17 de fevereiro de 1960 colocou em destaque na sua primeira página a notícia do encaminhamento do projeto da SUDENE ao Congresso Nacional (figura 1).



Figura 1 - Diário de Pernambuco, 17/02/1960.

Fonte: BNDIGITAL

Um registro dos diários pessoais de Celso Furtado acentua os termos da missão intelectual que tomara para si ao idealizar a SUDENE. No dia 22 de outubro de 1960, escreveu: “O fim último terá que ser liberar o homem do campo, despertá-lo para a vida. Ele representa três quartas partes da população da região e nove décimos da miséria. Seu comportamento ainda é infra-humano, às vezes bem perto da animalidade”¹²⁰. Não surpreende que em outra entrada de seu diário, Furtado tenha registrado a animosidade que alguns latifundiários do Nordeste passaram a dedicar a sua figura, tendo iniciado uma campanha que procurava identificá-lo como um agente do comunismo¹²¹.

¹²⁰ FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. 1ªed., São Paulo: Companhia da Letras, 2019, p. 209.

¹²¹ *Idem*, p. 182.

A socióloga Amelia Cohn aponta que o subdesenvolvimento do Nordeste deixou de ser entendido como o resultado de um problema climático e se tornou, na década de 1950, um problema social. Em seu raciocínio, três seriam os principais fatores geradores da tensão social e política da região: uma estrutura produtiva agrária ineficaz, a migração em massa para os núcleos urbanos e a recorrência das secas¹²². A ineficiência e a concentração de terras do setor agrário, aliada a forma autoritária e violenta com que muitos latifundiários costumavam lidar com os trabalhadores, impulsiona a migração para os grandes centros urbanos regionais de uma massa populacional que acaba se alojando em áreas carentes e se engajando em atividades de baixa remuneração, quando muito. Paul Singer aponta que, entre 1950 e 1960, considerando apenas o Recife, houve um saldo migratório de 111.900 pessoas, em uma média de anual de 14.875¹²³.

Acrescente-se a esse quadro a organização de movimentos sociais voltados para os trabalhadores rurais e a reivindicação de mudanças estruturais no Brasil, tudo isso dentro de um cenário mundial de ocorrência de revoluções socialistas e temos em mãos a imagem do Nordeste “problema”, um possível trampolim para o castrismo que punha em perigo não só a unidade nacional como a democracia da América do Sul¹²⁴. Essa imagem, argumenta Cohn, quando aliada ao discurso desenvolvimentista de Celso Furtado, se converteu em um dos principais trunfos do economista para angariar apoio para a criação da SUDENE¹²⁵. Representou, também, uma tentativa do governo federal de fortalecer o controle sobre a região, uma vez que, após as eleições de 1958, houve a ascensão de políticos ligados a grupos que contavam com amplo apoio popular nos centros urbanos, mas que estavam fora da órbita das tradicionais elites políticas – e agrárias – da região, aliados costumeiros do governo federal. Centralizar o planejamento das medidas para o desenvolvimento do Nordeste em um órgão federal, dado o contexto, significava uma manobra importante para assegurar o controle da região e a sistematicidade da política de desenvolvimento¹²⁶.

Estabelecida oficialmente em dezembro de 1959, com sede no Recife, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, sob a liderança de Celso Furtado, atuou no sentido de promover uma verdadeira reorganização da estrutura produtiva do

¹²² COHN, Amelia. *Op. cit.* 1976. p. 64.

¹²³ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: EDUSP, 1968, P. 342.

¹²⁴ COHN, Amelia. *Op. cit.*, p. 81.

¹²⁵ *Idem, ibidem.*

¹²⁶ COHN, Amelia. *Op. Cit.*, p. 98.

Nordeste brasileiro, partindo de dados e estudos empíricos sobre cada sub-região nordestina. Para tanto, era necessário que Furtado se cercasse de uma mão de obra intelectual capacitada. Ao não encontrar indivíduos prontos, a SUDENE se viu incumbida da missão de formar os intelectuais nos perfis de que necessitava: engenheiros, agrônomos, geólogos, sociólogos, economistas, entre outros, cuja expertise fosse compatível com o manejo dos dados, estatísticas e estudos de impacto que serviriam para balizar os planos de desenvolvimento da instituição¹²⁷.

O impacto da SUDENE no campo intelectual, no quesito formação/educação, foi sentido tanto no ensino superior quanto na educação básica. Flávio Weinstein aponta a concessão de bolsas de estudo em áreas como agronomia, engenharia e veterinária, bem como o investimento no sentido de equipar laboratórios de ciências da natureza de colégios secundários da região¹²⁸. A SUDENE também esteve envolvida na criação do primeiro curso de pós-graduação em Sociologia e Economia na Universidade do Recife. Tais medidas foram viabilizadas por meio de parcerias estabelecidas com universidades públicas, como a UR e, em certas ocasiões, com a participação de agências financiadoras estrangeiras, como a USAID, que também ajudou na criação do mestrado em Sociologia e Economia.

Outra agência internacional que forneceu bolsas de estudo via SUDENE foi a Fundação Ford. Após uma visita de três dias ao Nordeste, o presidente da Fundação Ford, Henry Heald, acompanhado por uma comitiva que incluía funcionários da fundação e do governo brasileiro, percorreu a região do rio São Francisco e do interior da Paraíba para conhecer os planos de irrigação da SUDENE. O roteiro da visita, divulgado no Diário de Pernambuco, informa que, após saírem do Recife, se dirigiram para Paulo Afonso, Cabrobó e Campina Grande. Já na volta ao Recife, firmaram os detalhes do acordo para formação de 40 técnicos em irrigação e a promessa de que a Fundação Ford estava disposta a financiar qualquer projeto de educação e formação encabeçado pela Superintendência¹²⁹. O valor total doado, divulgado em 16 de outubro, foi de US\$140 mil dólares¹³⁰.

Temos, dessa forma, uma espécie de revisão e reordenamento das práticas intelectuais provocadas pela SUDENE, voltadas a composição dos profissionais

¹²⁷ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Op .cit., p. 02, 03.

¹²⁸ Idem, p. 05.

¹²⁹ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 14/10/1960. p. 09.

¹³⁰ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 16/10/1960. p. 15.

especializados que eram entendidos como necessários para alavancar o desenvolvimento do Nordeste. Isso se torna muito perceptível ao analisarmos a preocupação que entidades como MCP e FPS demonstram em afirmar e reafirmar de maneira constante seu foco na “formação de quadros técnicos” ou de que suas ações estavam baseadas em “estudos e análises técnicas”.

Em um ensaio escrito em 1962, Celso Furtado menciona sua percepção sobre o momento de transformação que o país vivia e o crescente interesse da juventude universitária em ocupar um lugar nesse processo. Segundo afirma, “(...) todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo e pretendem participar conscientemente dessas transformações: querem assumir uma posição ativa e contribuir para moldar um porvir que lhes pertence por excelência”¹³¹.

Outra instituição de relevo para o campo intelectual do período era o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), atual Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Oficialmente instituído em 1949, a criação do IJNPS ocorreu dentro do processo de expansão gradativa da sociologia enquanto uma nova área do conhecimento no estado¹³². A intenção dos idealizadores e defensores do Instituto, tendo como figura de proa o sociólogo e deputado à época Gilberto Freyre, era a de introduzir no Brasil um instituto de pesquisas que, à imagem de iniciativas semelhantes existentes em países da Europa e nos Estados Unidos, pudesse coordenar pesquisas sociais em um formato científico, ou seja, baseadas na coleta empírica de dados a serem utilizados como base para estudos voltados às questões sociais do Nordeste.

A habitação do trabalhador rural, o desenvolvimento e a estrutura produtiva açucareira foram alguns dos temas centrais das pesquisas científicas produzidas a partir da década de 1950 pelo IJNPS. Embora não fosse uma instituição voltada para o ensino, o Instituto oferecia com regularidade aos intelectuais do Recife e região atividades de formação, como palestras, conferências ou congressos¹³³. É o caso da palestra proferida pelo ex-ministro da agricultura e deputado estadual João Cleofas, em 04 de fevereiro de 1960. O tema da palestra não podia ser mais atrativo para aquele momento: a reforma agrária. O anúncio público no Diário de Pernambuco informa que haviam sido convidadas

¹³¹ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Apresentação Denis Bernardes, Marcos Costa Lima. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 27.

¹³² NASCIMENTO, Artur Gustavo Lira do. *Imagens do Nordeste: o filme documental e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

¹³³ Idem, p. 80.

autoridades civis e militares, representantes do poder legislativo e professores e estudantes universitários¹³⁴.

Em junho de 1962, o poeta Robert Lowell¹³⁵ esteve no INJPS para uma conferência sobre a poesia na língua inglesa, vindo como enviado do Congresso Internacional para a Liberdade da Cultura¹³⁶. Ao conversar com um repórter do jornal Última Hora – Nordeste, Lowell não se furtou de tratar de temas que fugiam ao escopo de sua conferência, como a Revolução Cubana e a presença da Aliança para o Progresso no Brasil. Apontou que ele mesmo estava em uma viagem de “reconhecimento” sobre uma parte do planeta, a América Latina, que cada vez mais interessava ao seu povo e ao seu país¹³⁷. No ano seguinte, 1963, houve uma série de três conferências ministradas pelo adido cultural do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, Jean Orecchioni. Nos dias 5, 6 e 7 de agosto, o adido, que também era professor universitário, tratou do que chamou de *Aspectos da interpretação do Nordeste no Romance Brasileiro*¹³⁸. Os eventos promovidos pelo instituto nos ajudam a perceber a variedade do escopo de intelectuais – e temas – que passavam pelo Recife graças ao INJPS e que contribuía para a dinâmica do campo intelectual.

O Instituto também não era estranho a visitas de autoridades diplomáticas como adidos culturais. Na verdade, era um aspecto até rotineiro das atividades do INJPS receber representantes de outros países que queriam conhecer as instalações do instituto e se informarem sobre as pesquisas ali desenvolvidas, caso do já citado Jean Orecchioni e da adida cultural da Polônia, Misabel Monika¹³⁹. Um último exemplo da capacidade de atração do INJPS é o da professora Sheila Van Der Horst, da Universidade da Cidade do Cabo. Em fevereiro de 1964, a professora especialista em relações laborais e raciais na África do Sul veio ao Recife e ministrou duas conferências aos intelectuais do INJPS que foram abertas ao público: *O desenvolvimento econômico e relações entre raças – a atual*

¹³⁴ **Diário de Pernambuco**. Ano 135, nº 28, 04/02/1960. p. 05.

¹³⁵ À época, ganhador de um prêmio *Pullitzer* (1950) e um *National Award Book* (1961).

¹³⁶ LEAL, César. *Diário Literário*. **Diário de Pernambuco**. Ano 127, nº137. 07/06/1962, p. 06.

¹³⁷ Poeta Robert Lowell afirma: Cuba alertou EUA para a América Latina. **Última Hora – Nordeste**. Ano 1, nº 10. 27/06/1962, p.05

¹³⁸ As primeiras tentativas do Romance Nordestino: curso no Joaquim Nabuco. **Diário de Pernambuco**. Ano 161, nº 138. 06/08/1963, p.06.

¹³⁹ Adida cultural polonesa esteve no I. J. Nabuco. **Diário de Pernambuco**. Ano 124, nº 96. 29/04/1960. p. 09.

*situação na União Africana; e Industrialização e relações entre raças: perspectivas e atividade na África do Sul*¹⁴⁰.

A criação do IJNPS ampliou as possibilidades de trabalho para intelectuais já formados, mas que ainda não estavam encaixados na carreira docente; para os docentes universitários que circulavam ou participavam dos eventos ali promovidos e, não devemos nos esquecer deles, para os estudantes universitários que viram surgir novas vagas de estágio na área de pesquisa. Sobretudo aqueles estudantes que, mesmo matriculados em cursos mais tradicionais, como Direito, tinham interesse na Sociologia¹⁴¹.

Na década de 1960, o Instituto era dirigido pelo poeta e jornalista Mauro Mota, cuja gestão foi responsável por promover uma reorganização do IJNPS, que viu seus quadros ampliados a ponto de surgirem departamentos divididos por áreas de especialização, cada qual com seu próprio diretor departamental, como o Departamento de História Social e o Departamento de Economia e Estatística¹⁴². O sucesso da “era Mauro Mota” no Instituto ajuda a explicar, em parte, sua longevidade, tendo sua gestão se estendido de 1956 até 1971.

Por mais fundamental que o poeta e jornalista tenha sido enquanto dirigente máximo do instituto, é sabido que nada acontecia nas dependências do IJNPS que não passasse pelo crivo de Gilberto Freyre. O próprio Mauro Mota embora fosse um intelectual de relevância reconhecida e influentes contatos políticos – prova disso foi sua eleição para Academia Brasileira de Letras em 1970 – era amigo muito próximo de Freyre, a quem demonstrou em diversas ocasiões uma lealdade inabalável e subserviente¹⁴³. O historiador Tércio Amaral avalia a relação entre Mauro Mota e Gilberto Freyre como uma relação de submissão do primeiro ao segundo¹⁴⁴.

Fosse como fosse, o Instituto se tornou mais um lugar no qual as sociabilidades intelectuais podiam ser exercidas. Um foro ao qual se dirigiam na busca por reconhecimento no campo intelectual. Um prestígio que emanava, em boa parte, da

¹⁴⁰ Prof. Sheila Van Der Horst. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 29. 04/02/1964, p. 08.

¹⁴¹ SOUTO MAIOR, Heraldo. *Op. cit.*.

¹⁴² NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 108.

¹⁴³ AMARAL, Tércio de Lima. É impossível substituir uma amizade fraternal: as conquistas de um intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983). 2021 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 53.

produção de conhecimento do instituto. E, em algum grau, também da presença e das pesquisas de Gilberto Freyre.

Um artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, de 1960, nos ajuda a situar a magnitude de Gilberto Freyre no campo intelectual e explicita o quanto o próprio sociólogo era consciente de sua importância e influência no campo. Em 20 de março, foi publicada uma resposta de Gilberto Freyre a uma carta anônima que havia recebido. Nela, um suposto “um ex-admirador” afirmava que Freyre já dera sinais de começar a sofrer dos problemas trazidos pela velhice e o interpelava a se aposentar e dar espaço para os intelectuais mais jovens¹⁴⁵. A resposta do sociólogo transborda ironia e apresenta dois argumentos principais. Primeiro, ele esclarece que goza de ótima saúde, uma vez que acabara de completar sessenta anos, portanto é um velho “em bom começo” e que as doenças que o afligiram recentemente eram doenças mais comuns em crianças do que em idosos, como amigdalite, o que comprovaria sua jovialidade e boa disposição.

O outro argumento de Freyre para justificar a continuidade de suas atividades intelectuais é a de que o lugar que ocupa é extremamente personalizado, logo não poderia prejudicar ou impedir a ascensão de nenhum jovem intelectual. Freyre afirma:

Um ‘ex-admirador’ talvez se engane quando supõe que ocupo lugares que devam ser já ocupados por indivíduos mais jovens. Não ocupo nenhum cargo efetivo bem pago e de importância; não sou catedrático de nenhuma universidade ou escola superior; minhas viagens ao estrangeiro quase todas as tenho feito, por minha conta ou como convidado de governos e instituições de cultura da Europa e das Américas. Agora mesmo estou convidado a visitar, como escritor, a China, pela República Popular Chinesa.

O espaço que ocupo na vida intelectual do meu país e, talvez da minha época, é tão insignificante e intransferivelmente pessoal que, ocupando-o, a ninguém creio prejudicar; desocupando-o, por ninguém acredito poder ser substituído. Não poder ser um lugar excepcionalmente glorioso: de modo algum. O que acontece é ser um lugar personalíssimo. Intransferível, portanto, além – é claro – de insignificante.¹⁴⁶

Por baixo das camadas de ironia e de falsa modéstia, os parágrafos transcritos expõem um Gilberto Freyre que se sabe importante e ainda relevante ao mencionar os convites cotidianos que recebe para viagens internacionais. Freyre prossegue enumerando suas contribuições e o seu pioneirismo nos estudos sociológicos e antropológicos no Brasil e seu papel como criador de oportunidades para colegas intelectuais:

Criei no Brasil as primeiras cátedras de Sociologia Moderna; de Antropologia Social e Cultural; e de Pesquisa Social. Mas com a condição

¹⁴⁵ FREYRE, Gilberto. Em torno de uma carta anônima. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20/03/1960. Ano 135, nº 64. Primeiro caderno, p.04.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem.*

de exercer cada uma delas apenas por dois anos, pioneiramente deixando-as, em seguida a continuadores efetivos. (...)
 (...) recusei ao governo da República a cátedra de Sociologia que me colocava de início entre os fundadores de cátedras da mesma universidade do Brasil, quando esta se organizou sobre os destroços da Universidade do Distrito Federal. Recusei a mesma cátedra na Universidade da Bahia. Recusei-a na Universidade do Recife.
 Recusei já cátedras em grandes universidades do estrangeiro: na de Harvard, na de Yale, na de Berlim (Ocidental).¹⁴⁷

A estratégia de Freyre é bastante explícita. Após afirmar que seu lugar de intelectual não tem valor, ele expõe todos os convites que recebeu para exercer cátedras em Universidades e recusou. A quantidade e a variedade dos convites atestam sua relevância intelectual. As repetidas negativas o engrandecem porque reforçam sua imagem de intelectual independente, do tipo que não precisa acrescentar um cargo ou instituição em sua assinatura para ser reconhecido e respeitado.

Nos parágrafos que se seguem ele também enumera uma série de cargos de direção de institutos e centros de pesquisa ou representações diplomáticas para os quais foi convidado e, novamente, declinou. Colocações como: diretor de atividades culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington; duas nomeações para Embaixador do Brasil na Europa; diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que recusou duas vezes; e, por fim, o lugar de diretor do Ensino Normal em Pernambuco¹⁴⁸.

Gilberto Freyre, entretanto, esteve no comando do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER), conhecido como Centro do Recife. Estabelecido em 1955 e sediado na rua Dois Irmãos nº 92, o CRPER foi um desdobramento regional do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que, por sua vez, fazia parte do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP) do Ministério da Educação e Cultura. O estabelecimento do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e seus centros regionais ocorreu quando se discutiam os detalhes para elaboração da Lei de Diretrizes e Bases para Educação – a partir da década de 1940 até meados da década seguinte. Naquele momento, uma das questões que norteavam os debates sobre a LDB se referia a maior ou menor centralização da estrutura educacional do país¹⁴⁹.

¹⁴⁷ *Id.*, *ibid.*

¹⁴⁸ *Id.*, *ibid.*

¹⁴⁹ MEUCCI, Simone. Gilberto Freyre no comando do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife: educação em debate (1957 – 1964). *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.05.01: 129–155, abril, 2015.

Partidário da descentralização administrativa, financeira e curricular da educação, o diretor do INEP, Anísio Teixeira, autorizou a criação dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional para, por meio de pesquisas, entender as particularidades relacionadas à educação em cada região do Brasil. Além do Recife, que a despeito do nome tinha como área de abrangência a Paraíba e o Rio Grande do Norte, foram criados centros de pesquisa em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia¹⁵⁰. Enquanto esteve ativo, o Centro do Recife desenvolveu pesquisas sociais e educacionais, ofertou cursos e seminários, criou uma Escola Experimental primária e estabeleceu um periódico voltado para a divulgação dos resultados de suas pesquisas¹⁵¹. Pesquisadores com passagem pelo Centro do Recife integraram outras instituições intelectuais, como a Universidade do Recife, o Movimento de Cultura Popular e a Fundação da Promoção Social.

Respeitadas as diferenças de estrutura e finalidade, as instituições de que tratamos apresentam aspectos comuns que as colocavam como atores fundamentais do campo intelectual do Recife, sobretudo no tocante à formação e circulação dos intelectuais. Para completarmos o tabuleiro, precisamos adicionar mais duas peças: o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) e o Departamento de Documentação e Cultura (DDC).

Estabelecido em 1945, o Serviço Social Contra o Mocambo era uma autarquia subordinada ao chefe do Executivo Estadual que fora inspirado nos esforços da Liga Social Contra o Mocambo da década de 1930. No decreto 105 de 1950, os estatutos e finalidades do SSCM foram atualizados. A primeira finalidade da autarquia era a construção de casas higiênicas e populares destinadas à população menos favorecidas, para protegê-los “da promiscuidade da vida dos mocambos”¹⁵².

Outras funções do SSCM são definidas nos artigos subsequentes. Entre as funções relacionadas, encontramos:

- a) fazer propagandas das instituições nacionais;
- b) combater os maus hábitos, propagando os bons costumes e assegurando o bem-estar da coletividade;
- c) divulgar as leis de proteção à família e amparo ao trabalhador;
- d) desenvolver o ensino primário, profissional e doméstico;
- e) dar assistência médica, dentária e farmacêutica, nos bairros operários em cooperação com os serviços públicos e particulares;
- f) promover estudo sistemático das necessidades econômicas da população pobre;
- g) formar pessoal especializado em serviço social;

¹⁵⁰ *Idem*, p. 131.

¹⁵¹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁵² Decreto 105 de 16 de fevereiro de 1950. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Ano XXVIII, nº 40. 17/02/1950.

- h) incentivar a prática de jogos desportivos e educação física;
- i) organizar solenidades cívicas e atividades culturais;
- j) manter divertimentos populares de caráter tradicional¹⁵³.

Temos uma ampla gama de serviços que ultrapassavam a dimensão da construção de moradias para incluir educação, saúde, lazer, propaganda institucional e defesa de valores “desejáveis”. Para cumprir esses objetivos, o SSCM recebeu como patrimônio alguns terrenos desapropriados pelo governo do Estado e as construções feitas nestes terrenos pelo Governo do Estado, pela Liga Social Contra o Mocambo ou Fundação Casa Operária, cujos patrimônios também foram revertidos para o SSCM. Estabeleceu-se também que seriam enviadas subvenções federais, estaduais e municipais para composição do orçamento do Serviço¹⁵⁴. O corpo burocrático necessário ao funcionamento do Serviço Social Contra o Mocambo constitui novas oportunidades profissionais para os bacharéis locais.

Um elemento importante nas atividades do SSCM, sobretudo no tocante à assistência educacional e médica da população operária, foram os Centros Educativos Operários (CEO). Fundados na década de 1930, por Milton Pontes, um fervoroso católico preocupado com a forte penetração do comunismo entre o operariado da capital. Ele idealizou e fundou os primeiros centros de acordo com a doutrina social da Igreja Católica, expressa nas encíclicas *rerum novarum* e *quadragésimo anno*, visando criar barreiras a propaganda comunista. Dado o potencial de controle sobre o operariado, via ações assistencialistas e de propaganda católica e governamental, o Estado Novo deu apoio a implantação dos centros. Inicialmente, foram doze centros fundados nos bairros com maior concentração de operários: Afogados, Água Fria, Arraial, Campo Grande, Cordeiro, Monteiro, Pina, Pombal, Santo Amaro, Várzea e Pilar. Outro ponto a favor dos centros, segundo Lilian Melo Filho, era a proposta de qualificação da mão de obra, “iniciativa muito oportuna em meio ao processo de industrialização e urbanização que se acelerava”¹⁵⁵. Por isso, durante a interventoria de Agamenon Magalhães, os centros foram institucionalizados e colocados sob o comando da Diretoria de Reeducação e Assistência Social (DRAS) da Prefeitura do Recife, que tinha como uma de suas funções a

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁴ Decreto 1.118 de 15 de fevereiro de 1945. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Ano XXII, nº 36. 17/02/1950.

¹⁵⁵ MELO FILHO, Lílían Renata de. *O centro operário em Recife durante o Estado Novo (1937-1945): educação e religião no controle dos trabalhadores*. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação (CE.). 122p.

propaganda anticomunista¹⁵⁶. Os centros operários despontaram, então, como peça fundamental para o controle dos operários, atuando em parceria com a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento de Imprensa e Propaganda¹⁵⁷. Com a criação do Serviço Social Contra o Mocambo, em 1945, o mesmo Agamenon Magalhães transferiu os Centros Educativos Operários para o patrimônio da nova autarquia.

Já o Departamento de Documentação e Cultura (DDC) era um órgão da Prefeitura Municipal do Recife. Foi criado para substituir a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, em 1945. Primeiro foi chamado de Diretoria de Documentação e Cultura – decreto-lei 428 de 8 de junho¹⁵⁸. Teve o nome alterado para Departamento de Documentação e Cultura em 1953, após uma reforma administrativa promovida na gestão de José do Rego Maciel¹⁵⁹.

O DDC possuía três divisões internas: Divisão de Documentação e Divulgação, Divisão de Cultura e Recreação e a Seção de Administração. Cabia ao DDC a administração de equipamentos culturais da cidade, como o Teatro de Santa Isabel e o Teatro do Parque, a Discoteca Pública e a Biblioteca Popular em Casa Amarela. Também promovia seleções para o provimento de bolsas de estudo em escolas particulares para crianças de baixa renda, destinava verbas para a realização de espetáculos de balé, de grupos teatrais, de exposições de arte e concertos de música clássica. Mantinha ainda os registros e arquivos da Prefeitura, realizava estudos orçamentários e a promoção turística do Recife¹⁶⁰. Significava, nesse sentido, um início de política cultural municipal e abrigou importantes nomes do cenário artístico e intelectual local, como Hermilo Borba Filho.

Peças dispostas sobre o campo, havia, claro, ambientes menos formais, mas igualmente importantes quando pensamos na movimentação e no estabelecimento de laços de convivência entre os intelectuais, como o Bar Savoy, na avenida Guararapes, o restaurante da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), localizado na avenida Dantas Barreto, ou o bar do Aroeira na avenida Conde da Boa Vista. Todos situados na área central do Recife, conhecida intimamente como “a cidade”. Sem contar os inúmeros

¹⁵⁶ *Idem*, p. 49.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 50.

¹⁵⁸ SANTOS, Rosana Maria; SOUZA, Rafael Cipriano de. *O Exemplo que frutifica: o Departamento de Documentação e Cultura e suas contribuições para as políticas públicas de educação*. V Congresso Nacional de Educação (CONEDU). 2018. Disponível em: Plataforma Espaço Digital (editorarealize.com.br). Acesso: 12/06/2023.

¹⁵⁹ Lei nº 2198 de 19 de maio de 1953. Disponível em: LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br)

¹⁶⁰ Decreto nº 477 de 6 de novembro de 1953. Disponível em: LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acessado em 11/02/2024.

e anônimos botecos sempre dispostos a acolher os jovens estudantes dotados de poucos recursos.

A partir de maio de 1960, novas peças foram adicionadas ao tabuleiro, novos jogadores se apresentaram para a disputa. O horizonte de possibilidades do campo intelectual sofreu uma nova expansão.

Capítulo 2

Intelectuais e políticas culturais: posicionamentos no campo

2.1 – A ofensiva progressista de 1960: o Movimento de Cultura Popular (MCP)

Em outubro de 1962, Miguel Arraes, prefeito licenciado do Recife, foi eleito governador de Pernambuco. A corrida eleitoral fora bastante acirrada e marcada pelo forte discurso anticomunista da campanha do adversário de Arraes, João Cleofas, da UDN. A campanha de Cleofas fora uma das prioridades entre os círculos políticos conservadores a ponto de atrair o apoio da direita do centro sul do país via IBAD, que estabeleceu um escritório no Recife desde o início da campanha por onde canalizou recursos de diferentes empresas para subvenção da campanha de Cleofas¹⁶¹. Apesar dos discursos, notícias falsas, charges e bordões que ligavam Miguel Arraes ao comunismo internacional e alertavam sobre o perigo da “cubanização” de Pernambuco, o prefeito do Recife logo assumiria a governadoria do Estado.

Em seu breve período como governador – janeiro 1963 a abril de 1964 –, Miguel Arraes pôde contar com o apoio do jornal *Última Hora – Nordeste* (UH-N), que possuía uma linha editorial simpática a governos e posicionamentos políticos mais à esquerda ou, como se denominava na época, progressistas. O UH-N dedicava páginas e mais páginas à cobertura de vários aspectos da gestão de Miguel Arraes. Foi criada uma coluna chamada “O dia do governador eleito”, que, após a posse, se tornou “O dia do governador”. Postura diferente do tom contrário e às vezes abertamente hostil que encontramos em jornais como o *Diário de Pernambuco* – que era parte do conglomerado de comunicação *Diários Associados*, do empresário Assis Chateaubriand, e que faziam parte da rede disseminação ideológica do IPES/IBAD¹⁶².

A edição do *Última Hora* que circulou pelo Recife no dia três de fevereiro de 1963, um domingo, trazia um caderno especial, localizado após o tradicional segundo caderno, que normalmente era uma espécie de suplemento dedicado a assuntos como moda e cultura. O caderno especial do dia três de fevereiro continha cinco páginas e anunciava em sua primeira página, com letras em caixa alta: “REFORMAS COM O POVO!”¹⁶³. Acima, em uma fonte menor, lê-se: “UH-N antecipa o plano de ação para

¹⁶¹ Dreyfuss, René Armand. Op. cit., p. 331.

¹⁶² Idem, p. 233.

¹⁶³ Reformas com o povo. *Última Hora – Nordeste* (UH-N). 03/02/1963.

primeiro ano do governo Arraes”¹⁶⁴. Abaixo dos dizeres, ao centro da página, uma fotografia grande de Miguel Arraes aparece cercada por colunas de texto. Na introdução, é anunciado que o governo de Pernambuco se dispunha a realizar um governo democrático e participativo, o que explica a publicação do plano de governo. Após detalhamentos gerais dos objetivos da gestão, são expostos pontos específicos da nova política. O primeiro aspecto a ser detalhado é a educação e a cultura.



Figura 2: Caderno especial, Última Hora - Nordeste. 03/02/1963.
Fonte: BNDigital.

O posicionamento que o tópico da educação e cultura ocupa no plano de governo publicado indica o protagonismo que o tema viria a ocupar no governo que se iniciava. Para além, a trajetória de Arraes a frente da Prefeitura Municipal do Recife (PMR) reforça essa constatação, sobretudo após o mês de maio de 1960, quando foi instituído o Movimento de Cultura Popular (MCP). O MCP consistia em uma sociedade civil, de finalidade educativa e cultural, criada para planejar e gerir a política cultural e educacional da capital a partir de uma concepção de cultura popular enquanto um instrumento de educação e politização – à época chamada de “conscientização” – da

¹⁶⁴ *Idem, ibidem.*

população¹⁶⁵. Segundo seu estatuto, o movimento era uma resposta do “prefeito Miguel Arraes, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria”¹⁶⁶.

Principalmente no seu início, o movimento empolgou e atraiu muitos intelectuais importantes da época, de projeção local ou nacional. Com base nos nomes e profissões que constam nos estatutos do MCP como sócios fundadores, podemos visualizar a variedade de profissões de onde provinham os intelectuais do movimento: um total de 19 áreas de formação ou ocupações diferentes mais os estudantes.

Na fundação do MCP, a maioria do corpo de intelectuais era composta por estudantes e professores. Dos 102 nomes que assinam o documento de fundação, apenas 2 não declararam profissão e uma das assinantes declarou ser “doméstica”. Os outros 99 associaram seus nomes a uma área de formação ou ocupação. Destes, 29 se intitularam estudantes e 28 eram professores. O espectro de formações desses intelectuais é abrangente e conta ainda com médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, jornalistas, teatrólogos, entre outros (ver Anexo A).

Os números são importantes, mas, quando tratamos de intelectuais, os nomes são o real divisor de águas por nos permitirem entender a posição que ocupavam no campo e o capital simbólico que agregavam ao MCP. Nesse quesito, aparecem alguns nomes importantes. O grupo de maior destaque dos signatários incluiu Abelardo da Hora, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Francisco Brennand e Graça Mello. Outros nomes surgiram ou ganharam projeção a partir da participação no MCP, como Germano Coelho, Anita Paes Barreto, Paulo Rosas e, aquele que se tornou mais conhecido mundialmente, Paulo Freire.

O fato de ser uma instituição privada que trabalhava em convênio com a Prefeitura, facilitava certos trâmites administrativos, como contratação de pessoal e o recebimento de doações, que, aliás, foram muitas, sobretudo no seu primeiro ano de existência¹⁶⁷. Na prática, o MCP assume o lugar de uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura e passa a planejar e executar as políticas voltadas para essas áreas¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Estatuto do MCP. In COELHO, GERMANO. *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*. Recife. Ed do autor, 2012, p. 200.

¹⁶⁶ APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841. Estatuto do MCP, pg. 01.

¹⁶⁷ WEBER, Silke. Política e educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 27, n. 2, 1984, p. 233-262.

¹⁶⁸ Importante destacar que no período em tela não havia uma Secretaria de Educação e Cultura do município do Recife, porém, no início da Primeira República o Recife teve uma experiência com a criação de estabelecimentos de ensino público voltados para a educação primária. A partir de 1895, o Recife iniciou uma parceria com o governo do Estado que durou até 1928 e chegou a contar com cerca de cem escolas. A maioria funcionava de forma isolada e eram geridas por uma estrutura administrativa comandada pelo

O movimento esteve à frente das mais variadas atividades: da criação de escolas e programas de alfabetização para crianças, jovens e adultos, à promoção de cursos profissionalizantes. Assumiu a administração dos teatros da cidade e realizou a construção das praças de cultura – espaços pensados para o lazer e a instrução. Também promoveu publicações, festivais de teatro e cinema e reorganizou o circuito de festas populares da cidade, sempre dando destaque à concepção de cultura popular dos intelectuais que estavam a frente do movimento.

Para além de certa postura elitista apontada em pesquisas anteriores¹⁶⁹, a leitura dos estatutos do MCP nos ajuda a entender que a concepção de intelectuais presente no movimento se aproxima da ideia do intelectual enquanto um agente que intervém na sociedade. Tal conclusão pode ser aferida a partir da análise dos objetivos do movimento:

- 1- Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2- Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base;
- 3- Proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho;
- 4- Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada;
- 5- Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.¹⁷⁰

Atender, colaborar, desenvolver, incentivar, formar, proporcionar, promover, transmitir: todas as ações a serem desempenhadas pelos intelectuais do movimento. Também fica claro, ao longo da leitura, que os signatários têm como pressuposto uma noção de educação e cultura enquanto um fator transformador da realidade social. Os escritos de alguns dos sócios do MCP reforçam a concepção dos intelectuais enquanto agentes políticos.

Por esse ângulo, além do trecho citado de Nelson Xavier no primeiro capítulo, ator que veio a se juntar ao MCP a partir de 1962, podemos recorrer a um escrito do

prefeito e pelo conselho municipal. Em 1928, as escolas municipais foram estadualizadas, de forma que na década de 1960 restava apenas uma sob administração da Prefeitura. A partir do estabelecimento do MCP é retomado o desenho de uma rede municipal de educação. Ver: MAÇAIRA, Elia de Fátima Lopes; SOUZA, Kátia Marcelina de; GUERRA, Márcia Maria del (orgs). *Política de Ensino da Rede Municipal do Recife*: subsídios para atualização da organização curricular. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação, 2014. (v. 1). SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão de; SILVA, Nyrluce Marília Alves da. Por outra história da educação popular no Recife: além do Movimento de Cultura Popular. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, Edição Especial, p. 129-141, out. 2023.

¹⁶⁹ NETO, José Batista. *Op. cit.* p. 240.

¹⁷⁰ APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário funcional do Movimento de Cultura Popular (MCP). Nº Doc. 1501-D. Fundo: 29.841.

jornalista e poeta César Leal. Em sua tradicional coluna no *Diário de Pernambuco*, chamada *Diário Literário*, Leal publicou, em janeiro de 1962, um texto chamado *Criadores da Realidade*. Seu objetivo era questionar o que apelida de “moderno mito” de que artistas e intelectuais não devem se envolver na política a fim de não prejudicar suas capacidades criadoras. César Leal procura contrapor a separação entre assuntos “abstratos e teóricos” daqueles “objetivos e práticos” que subjaz esse mito, e costuma colocar os artistas e intelectuais como atores do primeiro tipo, enquanto a política, objetiva e prática, pertence aos políticos profissionais.

Para tanto, recorre a diferentes exemplos de indivíduos que desempenharam ambas as funções de maneira exemplar: Cícero, Júlio César, Quintiliano, Dante, Maquiavel e Goethe. Logo, para o autor, essa separação é uma artificialidade criada pelo que nomeia “demagogos” a fim de afastar potenciais concorrências políticas, uma vez que considera que “[...]o artista dispõe de recursos mais amplos do que um sapateiro qualquer, um usineiro, ou um vendedor de combustível para tornar-se, se se dispuser a não aceitar a teoria de que o intelectual não deve participar da política, um líder de massas [...]”¹⁷¹. Assim, o autor convida os intelectuais a participarem do mundo político, “à restituir-lhe à realidade, se possível for”.

Em seu processo de instauração, é importante apontar, o MCP acabou por absorver, extraoficialmente, o Departamento de Documentação e Cultura (DDC). Essa espécie de “fusão” pode ser percebida pela nomeação do presidente do MCP, Germano Coelho, para o cargo de diretor do DDC. A posse de Coelho ocorreu em 13 de janeiro de 1961¹⁷². A partir daí, a mesma pessoa passou a comandar a DDC e o MCP, o que facilitou o alinhamento entre os órgãos. Também gerou críticas concernentes a eliminação de barreiras entre o público e o privado e o perigo de apropriação privada de bens e aparelhos públicos.

Com a chegada de Miguel Arraes ao governo do estado, as atividades do MCP deveriam ultrapassar as fronteiras da zona metropolitana do Recife e se expandir por todo o Estado, “do cais ao sertão”, como se dizia no período. Voltando a matéria publicada no UH-N, o terceiro ponto do tópico educação e cultura, *Política de Cultura Popular*, esclarece que:

O objetivo fundamental do programa de cultura será o combate à alienação intelectual e cultural do nosso povo, através da conscientização das massas

¹⁷¹ LEAL César. Criadores da Realidade. Diário Artístico. **Diário de Pernambuco**. Ano 137, nº 9. 13/01/1962, p.06.

¹⁷² APEJE. Hemeroteca. *Diário de Pernambuco*. 13/01/1961.

populares, de debate dos problemas sociais e econômicos e da produção artística. É absolutamente indispensável transmitir uma compreensão de sociedade independente das ideologias dominantes¹⁷³.

A cultura não aparece no excerto em sua concepção restrita, ou seja, se referindo apenas a produção artística. Este é apenas um dos aspectos de como a cultura era entendida no MCP. O enfoque recai sobre a cultura enquanto um instrumento fundamental para instigar reflexões sobre a realidade na qual as pessoas estão inseridas, propósito que visava, em último caso, impulsionar as mudanças que se objetivavam para além do próprio campo cultural e para produzir apoio ao governo que se iniciava. Nesse sentido, a última sentença é fundamental para percebermos que os intelectuais que integravam o MCP tinham o entendimento de que, para se operar as reformas anunciadas no alto da página do UH-N, era preciso introduzir novas ideologias, ainda que isso seja dito de forma indireta, ao mencionar o abandono das “ideologias dominantes”.

O segundo artigo desse tópico, chamado *Diretrizes de caráter geral e prioritário*, apresenta, no seu terceiro inciso, a seguinte prioridade: “Apoio ao Movimento de Cultura Popular, auxiliando-o na sua interiorização e propondo-lhes convênios, pelos quais a ele caberia a execução dos programas de alfabetização e cultura popular em todo o Estado”¹⁷⁴. A expansão do MCP, a partir da chegada de Miguel Arraes ao Palácio do Campo das Princesas, não se deu apenas no âmbito geográfico: tratou-se de uma expansão do escopo de áreas de ação.

Ultrapassando os limites da cultura popular e da alfabetização, o movimento ficou responsável pela coordenação do Serviço de Assistência Itinerante (SAI), que consistia em duas equipes médico-odontológicas que viajavam por áreas do interior do estado oferecendo alguns serviços de diagnóstico e tratamento médico e odontológico, além de vacinação contra varíola e febre tifoide¹⁷⁵. Também promovia ações de caráter formativo, como a educação sanitária por meio de literatura de cordel, material de propaganda e teatro de fantoches. A participação de uma equipe de seis pessoas encarregadas da criação de esquetes e de apresentações de teatro de mamulengo sobre problemas sanitários, inclusive, era prevista no plano de ação do MCP desenhado para o ano de 1963 para a área do teatro¹⁷⁶.

¹⁷³ Reformas com o povo. *Última Hora – Nordeste* (UH-N). 03/02/1963.

¹⁷⁴ Id., *ibid.*

¹⁷⁵ APEJE. Acervo DOPS-PE, prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841.

¹⁷⁶ Plano de ação do MCP para 1963. Disponível em: *Documentos | Fóruns EJA (forumeja.org.br)*. Acessado em 14/10/2022.

A quantidade de recursos alocados, considerando apenas a Prefeitura Municipal do Recife (PMR), dá uma dimensão da importância que a política educacional e cultural adquiriu – bem como o próprio MCP. Considerando os orçamentos da PMR, no período entre 1961 e 1964, o dispêndio nominal total com o orçamento da educação aumentou 365%, partindo de Cr\$ 114,5 milhões para Cr\$ 532.657.000 milhões de cruzeiros em três anos¹⁷⁷. No mesmo período, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI/FGV) foi de 403%. Ou seja, apesar do crescimento expressivo em tão curto tempo, os gastos na área da educação registraram perda de poder aquisitivo, embora fique clara a tentativa de valorização da área quando consideramos a tendência de aumento do orçamento frente a subida de preços.

Outro aspecto indicado no volume de gastos totais da Secretaria de Educação e Cultura é o aumento nos repasses destinados ao Movimento de Cultura Popular. A tabela 1 traz quatro referenciais para entendermos essa dinâmica: o orçamento total destinado à Educação Pública, seguida pelas subvenções educacionais e culturais – rubrica da qual saíam auxílios para iniciativas educacionais e culturais diversas, incluindo, a partir de 1963, o MCP. Na terceira coluna, temos as subvenções da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC) – da qual saíram verbas para o MCP em 1961 e 1962. Por fim, há valores nominalmente direcionados ao MCP, mesmo nas ocasiões em que havia verbas destinadas ao movimento inclusas em outras rubricas.

Tabela 1

	Orçamento para a Educação Pública	Subvenções educacionais e culturais	Subvenções Diretoria de Documentação e Cultura (DDC)	Verbas direcionadas ao MCP
1961	114.500.000	7.554.400	106.927.000	60.000.000
1962	329.342.000	13.386.000	155.978.000	80.000.000
1963	268.448.800	98.056.000	-	65.000.000
1964	532.657.200	182.874.000	-	155.950.000

Tabela 1: Orçamento para a Educação Pública da Prefeitura Municipal do Recife 1961-1964.

Fonte: Legis cidade.

Nos dois primeiros anos da série, 1961 e 1962, as verbas destinadas ao MCP – Cr\$ 60.000.000 e Cr\$ 80.000.000, respectivamente – saíram do orçamento do

¹⁷⁷ Detalhe importante: a Secretaria de Cultura e Educação do Recife foi instituída na reforma administrativa de 1962. Como os orçamentos públicos são estipulados no ano anterior à sua vigência, apenas a partir do orçamento de 1963 é que consta entre os itens subordinados ao Poder Executivo a Secretaria de Cultura e Educação. Igualmente, a partir dessa reforma, a Diretoria de Documentação e Cultura (DDC) deixa de constar no orçamento, tendo suas funções – como a concessão de bolsas de estudo – absorvidas pela Divisão de Difusão Cultural e Ensino Primário, órgão da Secretaria de Educação e Cultura. Ver: Lei nº 8285/62. Disponível em: LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acesso em: 16/10/2019.

Departamento de Documentação e Cultura (DDC)¹⁷⁸ e chegam a superar o orçamento destinado às subvenções educacionais e culturais, orçadas em Cr\$ 7.554.400 e Cr\$ 13.386.000. A partir de 1963, as verbas do MCP são discriminadas dentro da subseção “subvenções educacionais e culturais”, do orçamento da Secretaria de Educação e Cultura, e se constituem na maior parte dos gastos desta seção: Cr\$ 65.000.000 para 1963 e Cr\$ 155.950.000 para 1964. O ano de 1963 apresenta um encolhimento das verbas orçadas para o MCP em relação ao ano anterior, movimento relacionado à diminuição do orçamento destinado à Secretaria de Educação e Cultura. Apesar disso, notamos que o quantitativo destinado ao MCP constitui a maior parte do orçamento para subvenções educacionais e culturais, e sofre um aumento de 58% quando o orçamento para Educação e Cultura cresce 98,4% em 1964. Nos dois últimos anos da série, as subvenções destinadas ao MCP chegam a cerca de ¼ do orçamento da pasta da Educação e Cultura.

Em suma, os números nos indicam uma efetiva retomada e expansão dos investimentos da PMR em educação e cultura a partir da criação do Movimento de Cultura Popular¹⁷⁹. Observamos ainda a preocupação de que o nível dos investimentos fizesse frente à inflação acumulada do período (401%). Constatamos também que, embora a partir de 1963 o MCP tenha passado a atuar no nível estadual, ele ainda contava com verbas municipais.

Os investimentos feitos no MCP renderam ganhos de tipos variados. No que tange especificamente o campo intelectual local, podemos afirmar que, para além da óbvia criação de postos de trabalho, temos a adição de mais uma instância de legitimação dentro do campo e um lugar de convivência e trocas entre os intelectuais. Iniciantes no campo vindos de várias áreas de conhecimento tiveram o MCP como plataforma de lançamento e souberam utilizá-lo para demarcar seus espaços e disputar posições no campo intelectual.

Um dos temas mais disputados foi justamente o da definição do papel social da arte e da cultura popular. “Cultura popular” se tornou um termo tão discutido no meio intelectual que o Última Hora – Nordeste batizou seu suplemento cultural de *Página de Cultura Popular*. Nela encontramos textos originais de autores brasileiros já conhecidos, como Abelardo da Hora, Augusto Boal e Ariano Suassuna; e reproduções de artigos de intelectuais internacionais, como Bertolt Brecht e Jofre Dumazidier. Havia também espaço para jovens intelectuais que à época figuravam como ilustres desconhecidos:

¹⁷⁸ Cr\$ 106.927.000 e Cr\$ 155.978.000, respectivamente.

¹⁷⁹ Lembremos que na Primeira República, houve investimentos municipais na criação de escolas primárias.

Jomard Muniz de Brito, Luiz Marinho, Lêda Alves, José Wilker, Eduardo Coutinho, entre outros.

Os nomes de Augusto Boal e Eduardo Coutinho, bem como a citação a Nelson Xavier no capítulo anterior indicam outro ponto importante sobre o MCP: o de viabilizar a vinda de intelectuais de outros lugares do país ao Recife, proporcionando um ambiente favorável à circulação de ideias e vivências¹⁸⁰. É o que vemos com as duas visitas do Teatro de Arena de São Paulo (TASP), em 1960 e 1963, ao qual Boal e Xavier eram ligados. Além do acesso às casas de espetáculo da cidade, cuja agenda estava sob controle do MCP, o TASP ofereceu cursos de interpretação e escrita de peças teatrais.

Em maio de 1962, foi a vez da caravana da União Nacional dos Estudantes (UNE) do Rio de Janeiro, a UNE-Volante, chegar ao Recife para uma série de encenações teatrais, exposições de fotografias e exibição de filmes que ocuparam o Teatro do Parque e o Sítio da Trindade. Entre os estudantes vindos do sudeste do país, estava o cineasta Eduardo Coutinho, que havia sido gerente de produção do longa-metragem *Cinco Vezes Favela*, realizado pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. A inclusão do longa na programação da UNE-Volante permitiu a vinda de Coutinho ao Nordeste.

Antes de se instalarem no Recife, estiveram em João Pessoa, no mês de abril, e lá o cineasta conheceu a trajetória de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas do município de Sapé, também na Paraíba, assassinado há poucos dias em uma emboscada. Coutinho chegou a filmar um protesto de trabalhadores rurais contra o assassinato, liderado pela viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira, a quem entrevistou¹⁸¹. Uma vez na no Recife, ainda impactado pela sua estada na Paraíba, o cineasta entrou em contato com os debates sobre o subdesenvolvimento, o papel político da arte e da cultura popular, que a bem da verdade não eram exatamente uma novidade em sua vida. Porém, a maneira como essa discussão era levada pelos intelectuais no Nordeste e o formato do MCP eram bastante diferentes de tudo que já havia visto no Rio de Janeiro¹⁸².

¹⁸⁰ Apesar de serem lembrados com mais frequência enquanto artistas ligados ao teatro e ao audiovisual, Boal e Coutinho desempenhavam papéis dentro daquilo que temos considerado como intelectual no presente trabalho, ou seja, teciam análises, críticas e se colocavam enquanto indivíduos comprometidos em intervir e modificar/revolucionar sua realidade. Postura, aliás, compartilhada por vários artistas da geração de 1950 e 1960. Ver: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC À era da TV*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Unesp, 2014.

¹⁸¹ COUTINHO, Eduardo. *O primeiro cabra*: roteiro original acompanhado de breve estudo de um filme interrompido. Organização e ensaio: Carlos Alberto Mattos. São Paulo IMS, 2022. p. 14.

¹⁸² Em uma entrevista a historiadora Jalusa Barcellos, Eduardo Coutinho rememora suas vindas ao Recife no período do governo de Miguel Arraes na prefeitura e depois no estado. Tece comparações entre a

Coutinho seguiu viagem com a UNE-Volante, mas, no início de 1963, estava de volta ao Nordeste para o desenvolvimento de um longa-metragem chamado *Cabra marcado para morrer*, inspirado na vida de João Pedro Teixeira. Após meses de preparação e pesquisas na Paraíba, as filmagens acabaram transferidas para Pernambuco devido aos conflitos entre trabalhadores rurais, policiais e usineiros¹⁸³. A produção contou com ajuda material e financeira do MCP e da UNE: foi noticiado que o investimento do MCP no filme giraria em torno de 12 milhões de cruzeiros¹⁸⁴. As filmagens começaram na segunda quinzena de janeiro de 1964¹⁸⁵, mas acabaram interrompidas pelo golpe, no final de março daquele ano.

A ampla gama de áreas de atuação do MCP lhe rendeu uma estrutura interna que articulava várias diretorias e departamentos. O décimo artigo, do capítulo quarto, do estatuto de fundação do MCP, detalha os sete órgãos gerais que compõe a administração do movimento, na seguinte ordem de importância: Conselho de Direção, Diretoria, Conselho Consultivo, Serviço de Administração, Departamento de Formação da Cultura, Departamento de Documentação e Informação e o Departamento de Difusão da Cultura¹⁸⁶. O restante do capítulo detalha as funções e as subdivisões das instâncias referidas.

Apesar da diversidade de atividades e linguagens artísticas presentes em sua estrutura, o Movimento de Cultura Popular se tornou bastante célebre e, até hoje, é muito lembrado, sobretudo por seus objetivos primordiais: criar e oferecer uma rede de alfabetização e educação básica à população mais humilde e, dentro do processo educacional, ajudar essa população a se perceber enquanto cidadãos ativos. Dentro do entendimento dos intelectuais do MCP, a “realidade de um estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência”¹⁸⁷.

Em uma entrevista concedida em 2012, a socióloga e ex-integrante do MCP, Silke Weber observou que, enquanto as atividades de alfabetização se concentraram nas crianças, houve amplo apoio ao movimento. Entretanto, a criação de turmas de

organização e o funcionamento do MCP e do CPC. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 186.

¹⁸³ Idem, p. 18.

¹⁸⁴ MCP gastará Cr\$ 12 milhões num filme. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 6. 08/01/1964. p. 05.

¹⁸⁵ Hemeroteca. Última Hora – Nordeste. 05/01/1964. p.03.

¹⁸⁶ APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841. Estatuto do MCP.

¹⁸⁷ Plano de ação do MCP para 1963, p. 03. Disponível em: *Documentos | Fóruns EJA (forumeja.org.br)*. Acessado em 14/10/2022.

alfabetização de adultos fez surgir desconfianças e críticas de determinados setores sociais sobre as “reais” intenções do MCP¹⁸⁸. Lembremos que, pela carta constitucional vigente, os iletrados não podiam exercer o direito do voto. Portanto, um programa de alfabetização desenvolvido para alfabetizar adultos rapidamente e em grande quantidade era também um programa de criação de eleitores em larga escala. Capacidade amplificada pelo uso combinado do livro de leitura com as escolas radiofônicas, outro projeto educacional iniciado a partir de 1962. Para termos um referencial mais palpável, em agosto de 1962, foi divulgado na imprensa que o MCP contava com 4.553 estudantes adultos inscritos em suas 259 salas de aula¹⁸⁹. Se tomarmos esse número pensando exclusivamente em objetivos eleitorais, nas próximas eleições, as forças representadas por Arraes teriam, potencialmente, quase 5.000 eleitores a mais que no pleito anterior. É dentro dessa chave de significados que devemos analisar a repercussão da publicação, em 1962, do *Livro de leitura para adultos* do MCP.

Criado pelas professoras Josina Godoy e Norma Coelho, o *Livro de leitura para adultos* também ficou conhecido na imprensa como “cartilha do MCP”. Sua concepção partia de um pressuposto bastante inovador à época: criar um material que auxiliasse os adultos no aprendizado das primeiras letras a partir de palavras, frases e conceitos do universo desses adultos e que levava em consideração saberes e expressões regionais. Nesse sentido, logo na primeira lição, eram trabalhadas as palavras “povo” e “voto” e a frase “o voto é do povo”¹⁹⁰.

Com o avançar das lições, as frases se tornam mais elaboradas e em maior quantidade. Comparativamente, enquanto a primeira lição traz duas palavras e uma frase, a lição 25 apresenta três palavras – escola, operário e livro – e mais cinco construções frasais. A lição 77, a última do livro, trazia apenas uma palavra: paz. A essa altura do livro, as palavras de cada lição são sucedidas de pequenos textos de fácil compreensão que trabalham o sentido da palavra em destaque. O texto da última lição contém oito parágrafos, cada um com duas ou três linhas. Sobre a paz, ele menciona que:

O nordeste só terá paz quando a raiz de seus males for atacada.
Quando a reforma agrária assegurar ao camponês: terra, máquinas,
orientação técnica, crédito, mercado, educação e saúde.
Quando o comércio, organizado dentro do espírito cooperativista, valorizar
ao máximo a renda do produtor e do consumidor.

¹⁸⁸ Entrevista concedida por Silke Weber em 10/05/2012. Não publicada.

¹⁸⁹ Hemeroteca. Última Hora - Nordeste. 30/08/1962. p. 03.

¹⁹⁰ GODOY, Josina Maria Lopes de & COELHO, Norma Porto Carreiro. *Livro de leitura para adultos*. Recife: Gráfica do Recife S. A., 1962, p. 04.

Quando a implantação de fábricas permitir a industrialização de nossas matérias-primas, na própria região.

A voz do povo traz muita luz sobre os problemas do Nordeste.

Problemas que podem ser resolvidos com trabalho, honestidade e justiça.

A justiça é harmonia, equilíbrio e igualdade nas relações entre os homens.

Cristo morreu na cruz pregando a justiça sobre a terra. É indispensável haver paz entre os homens para que haja progresso no mundo¹⁹¹.

Embora longa, a transcrição da última lição é importante para compreendermos as duas formas como o livro repercutiu nos meios intelectuais: para alguns, era a mais evoluída forma de alfabetizar adultos; para outros, uma elaborada arma da subversão comunista. Antes de mergulharmos na repercussão, porém, cabe destacar que a lição, tal qual a cartilha, apresenta muito da retórica desenvolvimentista do período, que associava o desenvolvimento às reformas sociais – como a reforma agrária –, à educação e à industrialização. O texto é bastante incisivo ao relacionar esses três fatores como fundamentais para que se alcance a justiça social e o progresso. Tudo isso associado a referências ao cristianismo, uma vez que a religiosidade cristã figurava como uma característica fundamental do público-alvo do livro. Há, ainda, o cuidado de não se utilizar conceitos ou lemas que pudessem soar “agressivos” para setores sociais mais conservadores, como “revolução” ou “reforma agrária, na lei ou na marra”. Embora se fale em atacar a raiz dos problemas.

Como mencionamos, no tocante à repercussão, alguns setores mais conservadores viram com desconfiança o novo formato da cartilha alfabetizadora. É possível encontrar artigos e comentários na imprensa que dão voz a esses grupos, ao classificarem o *Livro de leitura para adultos* como uma cartilha comunista ou um instrumento marxista de doutrinação. Nessa seara, se situa a reportagem que a revista *O Cruzeiro* dedicou ao tema das eleições em Pernambuco, em julho de 1962, assinada por Glauco Carneiro. A cartilha do MCP é mencionada em dois momentos. No primeiro, em um comentário colocado abaixo de uma imagem que reproduz uma das lições do livro, podemos ler: “‘O Movimento de Cultura Popular’, autêntico instrumento marxista, exerce sua ação em escolas, no rádio e na televisão. Suas cartilhas de ‘alfabetização’ tresandam motivação ideológica e doutrina nas entrelinhas [...]”¹⁹². Nada sobre conscientização ou estímulo à reflexão a respeito da realidade. Nesse contexto, o que se sobressai é a crítica negativa e o tom conspiracionista no qual o MCP aparece como um elo do movimento comunista internacional que, supostamente, tem se infiltrado ao longo do tempo na estrutura social

¹⁹¹ Idem, p. 74.

¹⁹² “Democracia em pânico”. Glauco Carneiro. **O Cruzeiro**. Ano: 34, nº 39. 07/07/1962, p. 34-42.

de Pernambuco e que agora se prepararia para desfechar o golpe final nas eleições majoritárias de outubro próximo.

Algumas páginas adiante, o jornalista de *O Cruzeiro* explicita o papel que o livro de leitura tem nessa suposta tomada do poder pela esquerda ao afirmar que o MCP,

Distribui cartilhas de conteúdo dirigido especificamente para atrair a atenção dos semianalfabetos e desviá-los somente para os aspectos tristes da vida do Nordeste, insuflando-os, já nas trevas da ignorância, ‘contra o descaso dos latifundiários e exploradores do povo’. Reclama ‘governos nacionalistas’ e procura fazer crer que sem soluções revolucionárias os problemas nordestinos não serão resolvidos. Suas ilustrações são as mais expressivas e obedecem aos mais bem aperfeiçoados métodos pedagógicos: sobre fome, seca, flagelados.¹⁹³

Dentro dessa chave de leitura, a cartilha se torna apenas uma ferramenta para insuflar a insatisfação da população mais humilde do Nordeste ao ressaltar o que considera “aspectos tristes” da região. Embora não haja menção no livro a uma revolução popular nos termos das que aconteceram na Rússia ou em Cuba, o parágrafo transcrito sugere que esse era o objetivo buscado pelas autoras da cartilha. Ao fazê-lo, deslegitima qualquer valor pedagógico que pudesse haver no livro e no MCP. Torna-o, exclusivamente, uma ferramenta da subversão.

No tocante à recepção positiva da cartilha, podemos começar evocando Anísio Teixeira, educador ligado ao movimento Escola Nova, que definiu o *Livro de leitura de adultos* como a melhor cartilha para alfabetização que havia lido até o momento¹⁹⁴. O editor Ênio Silveira, na época à frente da editora Civilização Brasileira, parece compartilhar de opinião similar. Tanto que esteve no Recife, em outubro de 1962, para apresentar ao MCP um projeto de edição nacional da cartilha, cujo conteúdo seria adaptando pelas autoras às particularidades de cada região. A reportagem que dá conta dos acertos entre MCP, Ênio e as autoras também menciona que o editor considerou a cartilha um dos mais importantes e inteligentes meios de letramento¹⁹⁵. Entre a intelectualidade que se situava em um campo político mais progressista ou abertamente de esquerda, o método da cartilha é sempre bem recebido e elogiado. Além de Ênio Silveira, o também membro do partido comunista Nelson Werneck Sodré escreveu, em sua coluna no jornal *O Semanário*, que,

[...] Quando junta as palavras povo e voto a cartilha dá uma lição dupla, pois ensina as letras e as palavras, mas ensina ligando a um problema concreto. E o analfabeto que por ser analfabeto é privado de voto,

¹⁹³ *Idem*, p. 63.

¹⁹⁴ GODOY, Josina Maria Lopes de & COELHO, Norma Porto Carreiro. Op. cit. p. 03.

¹⁹⁵ Hemeroteca digital. Última Hora – Nordeste. 26/10/1962.

compreende, aprendendo a ler, o valor de saber ler, os horizontes políticos que se abrem com o fato de saber ler. Isto é ensinar no mais amplo sentido¹⁹⁶.

Apesar do sucesso e da boa recepção, o uso de uma cartilha não chegou a ser uma unanimidade dentro do Movimento de Cultura Popular. Por exemplo, Paulo Freire, que trabalhava com a educação de adultos, se colocava contrário ao uso de uma cartilha por considerar que esse tipo de material engessa o processo de ensino e aprendizagem.

Passada a corrida eleitoral de 1962 e confirmada a vitória de Miguel Arraes para o governo do Estado, o clima de críticas ao MCP arrefeceu e as representações do grupo como movimento subversivo ficaram restritas aos grupos mais conservadores e reacionários. Com certa regularidade, entretanto, ainda se lia em algum artigo de jornal da capital supostas denúncias ou trocadilhos – em certa medida até espirituosos – com a abreviação do movimento. Em um deles, MCP se tornava uma sigla para *Meninos de Carlos Prestes*, no lugar de Movimento de Cultura Popular¹⁹⁷. Havia também o MCP enquanto abreviação de Movimento Comunista Pernambucano¹⁹⁸. A coluna *Periscópio* do *Diário de Pernambuco* aparece como lugar privilegiado para a procura desses apelidos.

Nada comparado, entretanto, aos níveis das campanhas de difamação do período eleitoral, em que se notabilizou a ação de certo vereador, que era também delegado de polícia e que chegou a presidir a Câmara dos Vereadores do Recife à época¹⁹⁹. Esse vereador se notabilizou pelo empenhou em denunciar o que chamava de “orgia de gastos” com o dinheiro público no MCP “para difundir doutrina comunista”²⁰⁰. Ferrenho anticomunista, a partir de abril de 1964, o edil em questão aderiu a prática de torturar os “vermelhos” em que pôs as mãos²⁰¹. Em 1962, no entanto, precisou recorrer ao discurso anticorrupção para tentar frear o avanço das forças políticas reunidas na campanha de Miguel Arraes. Com a vitória da esquerda e o fim da campanha eleitoral, a cartilha continuou a ser difundida até para fora de Pernambuco, se considerarmos que o MCP não

¹⁹⁶ Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Nelson Werneck Sodré. 31/05/1962. O Semanário (RJ). p. 08.

¹⁹⁷ APEJE. Hemeroteca Diário de Pernambuco. Ano: 139 nº 211. 16/09/1962, p.14.

¹⁹⁸ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 07/02/1963. P. 35.

¹⁹⁹ Trata-se de Wandenkolk Wanderley. Devido ao seu envolvimento com a calúnia, difamação e, principalmente, a prisão e tortura de pessoas durante a ditadura optamos por suprimir seu nome em todas as passagens em que há referências a ele, exceto nessa citação. Daqui para frente ele sempre será referido como vereador, edil ou presidente da câmara ou qualquer outra combinação de adjetivos que se referiam a sua profissão ou cargo público.

²⁰⁰ “Orgia de gastos no MCP”. **Diário de Pernambuco**. Ano: 139 nº 216. 21/09/1962. p. 03.

²⁰¹ Os bons velhinhos da ditadura - Vermelho. Acessado 30/08/2022.

apenas ampliou seu raio de ação pelo estado como compartilhou suas experiências em congressos e palestras nas quais a cartilha era objeto de exposições e debates.

Em certa medida, 1962 é um divisor de águas nas formas de ação e instrumentos de autolegitimação do MCP. Inicialmente, entre 1960 e 1962, temos um grupo de intelectuais, mais ou menos desconhecidos e, em geral, recém-saídos de cursos de graduação ou pós-graduação, logo, dotados de pouco capital simbólico. O agrupamento desses intelectuais funciona no sentido de gerar um acúmulo de capital simbólico que impulsiona as ações iniciais do grupo. Ações, aliás, que têm o intuito de contestar os sistemas simbólicos que sustentam a ordem social e que são expressas por meio de manifestos.

Uma singularidade característica da vanguarda educacional do MCP foi o fato de sua contestação do modelo tradicionalista de sociedade e de educação partir de um lugar institucional. Algo que decorre dos lugares que ocuparam dentro da estrutura da administração municipal e, a partir de 1963, estadual, e que lhes forneceram suporte material e ampliam seus horizontes de ação no campo intelectual. Temos, dessa forma, um campo intelectual menos independente do Estado, algo que pode ser reforçado quando pensamos em outras entidades do campo intelectual anteriores ao MCP que também surgem atreladas ao poder público: a SUDENE, o SSCM e a Universidade do Recife.

O MCP produziu muito material de divulgação de suas iniciativas, como festivais de cinema, música, teatro, festas populares e eventos científicos que nos permitem observar na prática o largo uso de manifestos como ferramenta de apresentação e afirmação dos ideais mcpistas no campo cultural, educacional e intelectual. Os materiais impressos do MCP não se restringem a simples divulgação dos eventos²⁰². Os intelectuais se aproveitavam dos materiais impressos para se apresentarem e se construírem publicamente como contestadores da estrutura social na qual estão inseridos.

O estatuto do MCP abre com um manifesto. Antes de dispor sobre a definição jurídica do movimento e dos dispositivos estruturais e de funcionamento, lemos:

O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo de Recife. Da desurbanização geral de suas paisagens mutiladas.
De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde proliferam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome.

²⁰² Alguns dos textos que analisamos durante a pesquisa não foram concebidos/nomeados pelos seus autores como manifestos. No entanto, consideramos que esses textos acabavam funcionando como pequenos manifestos, uma vez que eram declarações públicas de princípios e intenções do movimento. Espaços que, por mais breves que fossem – como um programa de uma peça de teatro –, eram utilizados como momentos de tomadas de posição artística e intelectual.

[...] Unindo povo, juventude e intelectuais num só movimento, assegura a autenticidade e força de expansão e a orientação correta de uma universidade que se volta primordialmente para a valorização do homem brasileiro, a desalienação de nossa cultura e a emancipação econômica e social do país²⁰³.

No trecho transcrito, ficam caracterizadas a visão que os intelectuais do movimento têm do Recife e das variantes que contribuem para que aquela realidade se configure. Ao final, ele explicita o tipo de contribuição que aqueles intelectuais se sentem capazes de realizar a partir do movimento, como a desalienação da cultura e a emancipação econômica. Outros três documentos seguem a mesma tendência: apresentam pequenos manifestos sobre o MCP, seus objetivos e suas políticas. Nos referimos ao programa da exposição de artes plásticas e artesanatos ocorrida na II Semana Estudantil de Cultura Popular, ao II Festival de cinema da Cidade do Recife e a II Festa de Natal da Cidade do Recife.

O texto de apresentação da exposição de artes e artesanatos, ocorrida em maio de 1961 dentro da programação da II Semana Estudantil de Cultura Popular, é relativamente simples. Consiste em uma folha de papel, dobrada ao meio, em que, na primeira página, vemos o nome do evento e abaixo as instituições que o promoviam: Prefeitura Municipal do Recife e Movimento de Cultura Popular²⁰⁴. Abaixo, a data. Ao abrirmos o programa, encontramos um texto de apresentação, escrito por Abelardo da Hora, e uma relação com o nome dos artistas e artesãos em exposição, um total de 25 expositores²⁰⁵. Na apresentação, Abelardo da Hora não se limita a apenas detalhar a iniciativa da exposição e os trabalhos ali presentes. Antes, tece algumas linhas sobre o papel social da arte e a nova abordagem que o MCP propunha em sua política cultural. Explicita a ruptura com valores estabelecidos pela tradição das elites sociais. Abelardo declara:

Esta exposição que a Divisão de Artes Plásticas e Artesanato, que o Movimento de Cultura Popular organizou na Galeria de Arte do Recife, serve bem para definir uma linha realmente popular de orientação. Fazendo parte do programa da 2ª Semana Estudantil de Cultura Popular, ela esclarece os estudantes e indica não só as possibilidades de nossos artistas e artesãos, como define, ao mesmo tempo, o espírito que preside as realizações do movimento no setor das artes plásticas e do artesanato, rompendo as estreitezas e limitações duma orientação tradicional de elites,

²⁰³ APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841. Estatuto do MCP.

²⁰⁴ Programa da II Semana Estudantil de Cultura Popular. Disponível em Slide 1 (forumeja.org.br). Acessado em 20/10/2022.

²⁰⁵ Artesãos: Inalda Xavier, Nailda Valença, Zanete Rodrigues, Elza Vasconcelos, Maria do Rosário Sarmento, Ana Maria Lucena Cavalcanti, Doralice Aragão, Maria Dino Cavalcanti, Severino Ramos, Solany Moura e Mabel Cunha. Artistas plásticos: Abelardo da Hora, Anchizes, José Cláudio, José Carbiniano, Terezinha Costa Rêgo Gondim, Adão Pinheiro, Wilton de Souza, Ivan Carneiro, Wellington Virgolino, Ladjane, José Barbosa, Alvez dias, Silvia Barreto e Guita Charifker.

desvinculadas do trabalho e da vida do povo. Podemos ajuntar nesta exposição obras de desenho, pintura, gravura e escultura ao lado de trabalhos de técnica artesanal, abrangendo: tapeçaria, tecelagem, cerâmica, e cestaria, numa demonstração ampla e democrática que reflete a própria filosofia do M.C.P.

Aqui estão as máquinas simples com que homens ainda mais simples realizam um trabalho útil e belo. O torno do oleiro, os teares: de pedal, de rolo de régua e de quadro do tecelão, estão aqui como um desafio e um chamamento aos estudantes, aos intelectuais e aos artistas em particular, para a união de esforços no sentido de incrementar em nossa terra uma arte que atenda aos anseios da coletividade, unindo e promovendo os artistas e os artesãos do povo.²⁰⁶

O II Festival de Cinema do Recife, realizado em agosto de 1962, trouxe para o Cinema Soledade uma mostra de filmes japoneses. Teve o apoio não apenas da PMR e do MCP, mas do Centro de Estudos Cinematográficos da Faculdade de Arquitetura da UR, do Última Hora – Nordeste, da Toho Filmes América do Sul Ltda. e da Fundação Cinemateca Brasileira²⁰⁷. A apresentação no programa do festival ficou a cargo do presidente do MCP, Germano Coelho, que procurou situar o lugar do cinema dentro do projeto de educação e de mudança social mcpista. Partindo de uma reflexão sobre o I Festival de cinema, ele afirma que,

O I festival de Cinema do Recife, realizado em agosto de 61, pretendia deflagrar todo um plano de educação e cultura popular em torno do cinema. Do cinema como obra de criação e arte. Como *instrumento máximo de educação e cultura. Como arma e compreensão num mundo dividido por tantos ódios e tantas barreiras* (grifo nosso). De povos e nações proletárias. No cinema, a força da imagem supera a incompreensão da língua. E tanto o inglês Chaplin quanto o russo Eisenstein, despertam dentro do homem o humano. E descobrimos, como diria Malraux, que sob um mesmo céu estrelado, comungamos dos mesmos sonhos fundamentais. [...].

Germano Coelho apresenta um ponto de vista em que o cinema não é entendido como um produto da indústria cultural, mas uma arte de grande potencial educativo e, consequentemente, transformador. O humanismo de sua formação fica claro ao situar o cinema enquanto uma arte capaz de superar as barreiras e incompreensões do período. Devemos ressaltar ainda que as três referências citadas no excerto reforçam a ideia da arte enquanto via de crítica e mudança social: Charles Chaplin, Sergei Eisenstein e André Malraux. O primeiro, ator e produtor inglês, foi praticamente expulso dos Estados Unidos durante o macarthismo após ser acusado de atividades “antiamericanas”. Chaplin não era estranho a crítica e a reflexão social em seus filmes, como fez em *Tempos Modernos* e *O*

²⁰⁶Programa da II Semana Estudantil de Cultura Popular. Disponível em Slide 1 (forumeja.org.br). Acessado em 20/10/2022.

²⁰⁷Programa do II Festival de Cinema do Recife. Disponível em: Slide 1 (forumeja.org.br). Acesso em: 20/10/2022.

Grande Ditador. De Eisenstein, basta lembrarmos que participou ativamente da Revolução Russa de 1917 e é considerado um dos maiores cineastas da União Soviética, embora tenha se afastado do governo revolucionário no período stalinista. E, por fim, o escritor francês André Malraux, que defendia a capacidade de mudança social que a cultura podia ocasionar e chegou a ser ministro do governo francês na era Charles de Gaulle.

O terceiro manifesto do Movimento de Cultura Popular está registrado no programa da II Festa de Natal do Recife, em 1961. Ele foi escrito pelo prefeito à época, Miguel Arraes, e está localizada na parte interna do programa. Ao abrimos o folheto, nos deparamos com o seguinte:

Em cada mil crianças que nascem no Recife, uma centena já nasce morta, e mais de duzentas das que sobrevivem morrem com menos de um ano. A ignorância, o desemprego, a doença e a fome degradam o Recife, são responsáveis imediatos pelo crime, *mas a sua causa mais profunda finca as suas raízes na organização econômica e social injusta, em que vivemos* (grifo nosso). O menino, cujo nascimento em Belém, há quase dois mil anos, o Recife todo festeja, não teve casa para nascer, nem mesmo mocambo. Nasceu numa cocheira, entre os animais, pobres entre os mais pobres. O seu grito de justiça ainda hoje ecoa no Recife, e em torno de sua mensagem todos os homens de boa vontade se unem para a renovação da face da terra²⁰⁸.

Novamente se associa justiça e mudança social, dessa vez sobre um pano de fundo cristão. Mais uma vez, se difunde a ideia de que as coisas agora tendem a mudar no Recife. Quatro ocasiões diferentes, quatro manifestos e três redatores distintos, mas que apresentam similaridades de objetivos e visões sobre o papel da arte, da cultura e das mudanças sociais. Sobretudo, afinam e definem o tom do Movimento de Cultura Popular do Recife, em uma busca constante por uma determinada estética da cultura popular.

A frequência com que manifestos são elaborados e lançados nas produções dos intelectuais mcpistas remete também às suas raízes, inspiradas no movimento *Peuple et Culture*, da França, com o qual Germano e Norma Coelho travaram contato anos antes, quando residiram em Paris. O *Peuple et Culture* era um movimento francês que também se chamava *Mouvement de Culture Populaire*. De acordo com Germano Coelho, além do nome, o MCP do Recife absorveu o espírito da iniciativa francesa. O *Peuple et Culture* iniciou suas atividades a partir de 1945 com o lançamento de seu próprio manifesto. Como se colocava enquanto um movimento que buscava inovar na formação humana e na

²⁰⁸Programa da II Festa de Natal do Recife. Disponível em: Slide 1 (forumeja.org.br). Acesso em: 20/10/2022.

preparação dos espíritos, a prática dos manifestos se mostrou uma ferramenta efetiva para demarcar seu lugar no terreno da cultura popular na França.

A afinidade entre os movimentos de cultura popular era tamanha que o criador do movimento francês, o sociólogo Joffre Dumazedier, esteve no Recife, em 1963, onde conheceu os empreendimentos do MCP pernambucano. Além de entrevistas aos jornais locais, Dumazedier realizou uma palestra no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (INJPS), no dia 29 de maio. Palestra presidida por Gilberto Freyre²⁰⁹.

Os meses de junho e julho de 1962 marcaram o início de uma campanha de difamação contra o MCP que, embora tenha esfriado antes do fim do ano, conseguiu levantar suspeitas sobre as atividades do movimento que nunca foram totalmente esquecidas. A pecha de comunistas lançada sobre o MCP também nunca sumiu. Pelo contrário, colocou o grupo na mira do DOPS e do serviço diplomático dos Estados Unidos.

É nesse momento, sob os pesados ataques que sofria, que o MCP percebeu que apenas o discurso de seus manifestos não seria suficiente para convencer a opinião pública da inveracidade das calúnias de que era alvo. Opta-se por uma mudança no discurso que passa a destacar a presença de especialistas nos quadros mcpistas por meio de notas divulgadas na imprensa, em que também se defende o conhecimento exclusivamente técnico – e, conseqüentemente, seus critérios de avaliação e ação – e o “apolitismo do movimento”. Os intelectuais passam a recorrer à *expertise* para defender o trabalho desenvolvido pelo MCP.

Lembremos que, em agosto de 1962, um delegado/vereador do Recife acusou o MCP de mau uso das verbas públicas que lhe foram destinadas. Argumentava o edil que a maioria dos 80 milhões de cruzeiros destinados pela PMR para o MCP havia sido desviada para recrutamento de ativistas comunistas e para a compra de automóveis utilizados para propaganda político-eleitoral²¹⁰. Devido ao pleito para Governador do Estado, Miguel Arraes se licenciou da Prefeitura do Recife nesse mesmo período. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara Municipal, um político filiado a UDN, que apoiava o candidato da situação, João Cleofas²¹¹. Sem demora, os ataques ao MCP começaram a vir de duas frentes: a Legislativa e a Executiva.

²⁰⁹ Biblioteca Nacional. Hemeroteca digital. Diário de Pernambuco. 28/05/1963. p. 04.

²¹⁰ “Comissão especial para verificar a aplicação das verbas do MCP”. **Diário de Pernambuco**. Ano: 137, nº 194. 28/08/1962.

²¹¹ Trata-se de Antônio Moury Fernandes. Por razões semelhantes às quais nos referimos no caso do delegado/vereador, nos referiremos a essa personagem como interino ou prefeito interino.

A Câmara Municipal do Recife chegou a criar uma comissão especial para investigar as denúncias²¹². No que tange o executivo, o prefeito interino enviou um projeto à Câmara Municipal que estabelecia uma Divisão de Ensino e Educação Municipal, sob responsabilidade da Divisão de Documentação e Cultura (DDC). Pelo projeto, o convênio com o MCP seria extinto e toda a estrutura educacional criada e regida pelo movimento seria revertida para a DDC. Em termos práticos, a aprovação do projeto significaria o fim do movimento.

O novo presidente da Câmara, ninguém menos que o delegado/edil, não apenas recebeu o projeto como o encaminhou com um pedido de urgência para que sua apreciação fosse feita à toque de caixa, durante uma sessão da Câmara na qual sequer estava prevista essa votação, no dia 13 de setembro. O clima da sessão, paulatinamente, se tornou pesado na medida em que o delegado voltou a repetir as denúncias de corrupção contra o movimento e citou os antecedentes legais que balizariam a aprovação da nova Divisão.

O vereador Carlos Duarte foi o primeiro a interromper o delegado e pedir o adiamento da pauta, uma vez que entendia que o único objetivo do projeto era “torpedear o Movimento de Cultura Popular e não é possível que esta Câmara aprecie assunto de tamanha transcendência no escuro”²¹³. Outro edil, Antônio Baltar fez eco aos apelos de Carlos Duarte e ameaçou abandonar a sessão caso a urgência não fosse retirada. O delegado que era vereador retoma a palavra e volta a insistir na votação urgente. Como resposta, Carlos Duarte se retira da reunião. Seus pares, Miguel Batista e Mário Monteiro, também optaram por demonstrar seu desagravo com a situação e deixam o recinto. A discussão acabou adiada para o dia seguinte, por falta de *quórum*²¹⁴.

Enquanto isso, a proposta do prefeito interino recebeu apoio público na imprensa. Um artigo chamado *A Divisão de Ensino Municipal*, não assinado e publicado logo abaixo do editorial do Diário de Pernambuco, no sábado dia 15 de setembro, deixa clara a posição favorável ao que denominava municipalização do MCP. Essa opinião, argumenta o autor, se baseia na possibilidade de um melhor controle das verbas públicas e uma volta do protagonismo perdido do DDC nas atividades culturais da cidade. Finaliza o artigo com a seguinte afirmativa:

²¹² Idem. Ibidem.

²¹³ “Urgência foi concedida ao projeto que cria Div. de Ensino e Educação. **Diário de Pernambuco**. Ano:137, nº 206. 14/09/1962, p.05.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

O Projeto de lei enviado pelo sr. Moury Fernandes tem também este objetivo: devolver ao Departamento de Documentação e Cultura, as suas antigas atribuições e revitalizar a sua ação amortecida por uma orientação administrativa que exigiu do Município o emprego de verbas vultuosas [sic] – cerca de 80 milhões de cruzeiros – na subvenção a um organismo particular.²¹⁵

O projeto da criação da Divisão de Ensino acabou entrando na pauta da Câmara na sessão do dia 14 de setembro, após a retirada da urgência. Houve ajustes para adoçar o projeto, como a inclusão de um artigo que estabelecia que, em caso de absorção do MCP pela municipalidade, todas as professoras seriam contratadas automaticamente pela Prefeitura²¹⁶. Carlos Dias, defensor do MCP, argumentava que o convênio firmado não poderia ser rescindindo daquela forma. No mínimo, a Prefeitura precisaria primeiro recorrer à Justiça para a quebra do contrato, apenas então o projeto de assimilação seria possível²¹⁷, o que levaria tempo. O tempo se tornou o cerne da disputa porque, ao final da corrida eleitoral, em outubro próximo, Miguel Arraes retornaria ao cargo de prefeito, o que poderia resolver a questão automaticamente a favor da independência do MCP.

O MCP não esteve de todo desamparado. Notas de apoio de estudantes de várias áreas foram emitidas, assim como de intelectuais favoráveis ao Movimento. Houve ainda apoio de ministros evangélicos. Da parte do Movimento de Cultura Popular, passou-se ao ataque. Comunicados e notas públicas foram emitidas nas quais eram ressaltados o caráter técnico e apolítico da entidade. Divulgaram números, como o total de salas de aula, estudantes e cursos oferecidos, bem como comparativos dos custos que tinham na realização de suas atividades e quanto essas atividades custariam se fossem realizadas pela Prefeitura dentro dos moldes tradicionais do serviço público. No comparativo divulgado, o formato do MCP era mais eficiente e barato.

Uma nota oficial, lançada no dia 09 de setembro de 1962, serve de divisor de águas na postura do movimento. Dentro da longa nota, que ocupava uma página de jornal – devidamente recortada, datada e arquivada por um agente da DOPS-PE – a diretoria do MCP afirma, logo no primeiro parágrafo:

Reafirma o MCP, o seu caráter de órgão técnico (grifo nosso), instituído para acelerar a elevação do nível material e espiritual do povo, através da educação e da cultura, e se recusa, por isso mesmo, a se imiscuir em

²¹⁵ “A divisão de ensino municipal”. **Diário de Pernambuco**. Ano 137 nº 209. 15/09/1962. p. 04.

²¹⁶ “Projeto que extingue o MCP radicalmente modificado. **Diário de Pernambuco**. Ano 137 nº 214. 21/09/1962. p. 05.

²¹⁷ “Projeto da divisão de ensino encontrando obstáculos na câmara municipal: debates”. **Diário de Pernambuco**. Ano 137 nº 217. 25/09/1962. p.09.

problemas eleitorais, frustrando sistemática e definitivamente, quantos tentem arrastá-lo ao terreno dos debates políticos.²¹⁸

Conhecimento técnico e neutralidade em assuntos políticos, como percebemos, servem como os pilares de defesa do MCP. A instituição busca se afastar de disputas ideológicas, ao mesmo tempo em que se reveste da neutralidade técnico-científica. Tom semelhante aparece em outra nota, em resposta as acusações feitas pela campanha de João Cleofas na coluna *A marcha da vitória*, publicada em jornais da capital. Afirma a nota:

O MCP, órgão técnico criado para promover a emancipação do povo, através da educação e da cultura, não se confunde com entidades assistencialistas, empreguistas e eleitoralistas e por isso mesmo se recusa, peremptoriamente, a ser arrastado por colunas irresponsáveis à arena dos debates político-eleitorais.²¹⁹

Para além de um recurso retórico, lembremos que o MCP de fato contava em sua estrutura com intelectuais especialistas em suas áreas de atuação e planejamento dentro do movimento, caso de Paulo Freire²²⁰ e Anita Paes Barreto na divisão de ensino ou Luiz Mendonça e Nelson Xavier, diretores da divisão de teatro. Esse, por sinal, foi outro caminho encontrado para reforçar publicamente a posição dos intelectuais do MCP: elaborar planos de ação, principalmente para a expansão do movimento a partir de 1963, e publicizar esses trabalhos de planejamento.

A elaboração de políticas públicas era algo em evidência no período e visto de forma bastante positiva. Aproximar a prática dos intelectuais do MCP daquela desenvolvida por órgãos federais, como a SUDENE, guardadas as devidas proporções, sem dúvidas fortalecia a posição do MCP, não só no campo intelectual, mas também no político. Distanciava-o das acusações de órgão ideológico e o reforçava enquanto lugar de produção de *expertise*.

Um pequeno trecho de outro material impresso pelo grupo em 1964 reafirma seu posicionamento enquanto órgão técnico. Não é possível precisar a data, mas considerando o golpe civil-militar de abril, podemos supor que tenha sido preparado antes daquele mês. Trata-se de uma plaquete intitulada *Que é o MCP*. Elaborada pelo Serviço de Administração da entidade. Na terceira página, temos quatro parágrafos curtos que

²¹⁸ APEJE. DOPS. Perfil Funcional do MCP. Jornal do Comércio. 09/09/1962.

²¹⁹ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 30/08/1962.

²²⁰ Segundo aponta Dimas Veras, Paulo Freire se afastou do MCP em 1962 para se dedicar ao Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), embora mantivesse os contatos e as amizades dentro do movimento. Ver: VERAS, *op.cit.*, p. 124.

sintetizam o que é o movimento do ponto de vista jurídico e de suas ações efetivas. No quarto parágrafo, consta o seguinte:

É um *órgão de caráter técnico, rigorosamente apolítico* (grifo nosso) e pluralista, *segundo o modelo da UNESCO* (grifo nosso), porquanto não discrimina filosofia, credo ou convicções ideológicas. É um lúcido esforço da comunidade inteira – populares, estudantes, intelectuais, particulares e poderes públicos – para acelerar a elevação do nível material e espiritual do povo, através da educação e da cultura. Nunca do assistencialismo, do empreguismo, *de eleitoralismo* (grifo nosso).

O parágrafo acima demonstra a insistência no argumento da tecnicidade e da neutralidade política do MCP enquanto ressalta a face do planejamento ao pôr em evidência que o funcionamento da instituição obedece a parâmetros definidos pela UNESCO. A partir de 1962, a postura antissistema não era mais suficiente para legitimar o movimento, até porque o MCP se torna parte do sistema. Desde então, o discurso contestador e revolucionário passa a dividir espaço – ou sai de cena completamente – com o do *expert* apolítico.

Esta redefinição de posição foi fundamental para a sobrevivência que o MCP teve após o pleito de 1962, sobretudo no tocante à continuidade e reforço do apoio da opinião pública àqueles intelectuais. Lembremos que a função do intelectual é pública e, por isso, ele precisa ser reconhecido pela sociedade enquanto peça relevante do debate. Dado o grau e intensidade das acusações que sofreu, o Movimento de Cultura Popular poderia ter sido totalmente esvaziado de legitimidade. Nesse caso, ainda que não fosse incorporado pela prefeitura, ele estaria acabado. Graças, em parte, à intervenção dos intelectuais mcpistas, isso não aconteceu.

No fim, escapar às tentativas de extinção via fusão com a DDC, como queriam o interino do prefeito e o delegado/vereador, que por sua vez era interino na presidência da Câmara dos Vereadores, foi relativamente simples. Anticlimático até: após os vereadores que defendiam o MCP postergarem a votação do projeto por cerca de um mês, Miguel Arraes retornou à Prefeitura do Recife, já como governador eleito, e retirou o projeto de fusão. É possível que essa manobra, digna de um *deus ex machina*, tenha acrescentado um sabor especial a vitória das forças políticas de esquerda. Pouco mais de um ano depois, os conservadores, aqueles maus perdedores de 1962, se utilizariam de um golpe de Estado para terem sua desforra. Desse golpe o MCP não escapou. Acabou invadido e ocupado por militares nas primeiras horas do dia primeiro de abril de 1964. Seus integrantes perseguidos, foragidos ou presos.

2.2 – Uma reação conservadora: a Fundação da Promoção Social (FPS)

Voltemos a 1961. O engenheiro Cid Sampaio era o governador de Pernambuco. Filho da oligarquia usineira, membro da União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora, Cid fora eleito em 1958 graças a uma coligação partidária bastante incomum com a Frente do Recife: uma aliança partidária identificada com ideias progressistas e de esquerda. Além da UDN, o apoiaram oficialmente o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Trabalhista (PST). Extraoficialmente, sabia-se, na Veneza Brasileira, que o Partido Comunista, posto na ilegalidade em 1947, também se comprometera em eleger Cid. O sociólogo José Arlindo Soares credita essa aliança a um alinhamento de objetivos conjunturais: derrotar as oligarquias políticas mais tradicionais, ligadas ao latifúndio – que, em Pernambuco, estavam agrupadas no Partido Social Democrático (PSD) – e instituir um governo voltado à implantação de políticas de cunho desenvolvimentista²²¹. Naquele momento, Cid Sampaio era a principal liderança de uma burguesia urbana, conservadora, porém interessada em uma modernização dentro dos marcos do capitalismo liberal e que não afetasse de forma profunda a estrutura social vigente. O foco dessa modernização conservadora de Pernambuco recaía na busca pela industrialização do estado. A imprensa da época costuma se referir a esses grupos como “classes produtoras”.

Eleito Cid, a aliança com os outros partidos da Frente se tornou gradativamente incômoda, uma vez que afloraram as diferenças na maneira como cada corrente enxergava o caminho para o desenvolvimento do estado. Afinal, a UDN de Cid Sampaio ainda representava forças políticas conservadoras, cujo projeto desenvolvimentista estava longe de ser o mesmo das forças populares. Nesse sentido, os anos de 1960 e 1961 foram de afastamento entre a UDN e o restante dos partidos da base de apoio eleitoral, exemplificada nos posicionamentos para as eleições presidenciais de 1960²²² e nas críticas do governo estadual ao plano diretor da SUDENE. Houve, ainda, a aproximação do Governo de Pernambuco de projetos internacionais de ajuda, como a Aliança para o Progresso. Esse processo de afastamento culminou, em janeiro de 1962, em uma carta aberta do Partido Comunista que comunicava a ruptura oficial da aliança com a UDN²²³.

²²¹ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²²² A UDN fez campanha para Jânio Quadros enquanto os demais partidos da coligação apoiaram Henrique Teixeira Lott.

²²³ SOARES, *op. cit.* p. 78.

Durante o processo de ruptura política com a esquerda, o governo Cid Sampaio iniciara uma reação em face ao sucesso que a iniciativa educacional da gestão municipal de Miguel Arraes vinha obtendo com o MCP. A bem da verdade, a defasagem educacional já figurava entre os problemas mirados pela gestão da UDN antes da criação do Movimento de Cultura Popular. Pelo menos é o que podemos aferir a partir da leitura da mensagem enviada por Cid Sampaio para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, em março de 1960. Na mensagem, uma espécie de prestação de contas do Poder Executivo ao Poder Legislativo, prevista na Constituição do Estado, Cid faz um apanhado geral da situação do estado no ano anterior – 1959, primeiro ano de sua gestão – e expõe as ações e projetos aplicados pelo Executivo Estadual²²⁴.

Na introdução da mensagem, podemos perceber toda a retórica desenvolvimentista do período quando o governador faz referência ao subdesenvolvimento crônico de Pernambuco causado por uma junção de fatores, como: a ineficiência do poder público e o aumento da pressão demográfica. Cid chega a mencionar o que nomeia como “Estado-providência”, definido como uma

reliquia, provavelmente do feitio patriarcal da primitiva sociedade escravocrata. Mas, seja como for, constante incorporada à nossa experiência política e responsável hoje, graças ao conformismo e a incúria de muitas gerações, pela situação aviltada a que estamos chegando²²⁵.

Dentro da ampla gama de problemas resultantes do “Estado-providência” é citada a defasagem do projeto educacional do estado frente às demandas do presente. Embora a educação seja relacionada, nenhum projeto específico foi desenvolvido para a área durante o ano de 1959. Ainda segundo a introdução, havia sido um ano dedicado a execução de reformas administrativas visando o combate ao déficit orçamentário do estado e de tentativa de estabilização das contas públicas. A nota fecha com a promessa de aumento de investimentos na educação e na saúde para o ano de 1960.

Não obstante a educação figurasse na lista de áreas prioritárias do Governo Estadual para 1960, a ampla adesão e visibilidade obtidos pela Prefeitura Municipal do Recife com o MCP – não esqueçamos de mencionar o potencial eleitoral da alfabetização de adultos – obrigaram a gestão de Sampaio a criar um projeto que apresentasse uma roupagem similar à do Movimento de Cultura Popular, porém, orientado por premissas

²²⁴ APEJE. Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual. Caixa 38. Mensagens Governamentais (Introduções).

²²⁵ *Idem*, p. 26-27.

diferentes. Como veremos adiante, é possível perceber que, enquanto o MCP era pautado pelo objetivo de fornecer de uma formação humanística ampla da população, a Fundação da Promoção Social (FPS) vai apresentar em suas ações um foco na formação profissional e assistência de saúde. Enquanto o MCP transmite a ideia de gestar cidadãos prontos para interferir e modificar a estrutura social, o enfoque da FPS recai sobre preparar profissionalmente os indivíduos para serem cidadãos funcionais e produtivos dentro da estrutura social estabelecida.

A resposta da administração de Cid Sampaio precisava ser rápida. Já no final de agosto daquele ano, cerca de três meses após o lançamento do MCP, em maio, o Diário de Pernambuco noticia a criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social, autorizado pela portaria nº 168, de 17 de agosto de 1960²²⁶. Na ocasião, além do governador, estavam presentes o secretário de educação, Lourival Vilanova, o responsável pela pasta da Fazenda, Salviano Machado, e o presidente do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), Paulo Rangel Moreira. Os dois secretários e o diretor assinaram um convênio entre suas respectivas repartições públicas, que estabelecia a criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS).

A partir desse ponto, o diretor do SSCM, Paulo Rangel Moreira se tornaria uma figura de proa no desenvolvimento do Grupo de Trabalho da Promoção Social e, um ano depois, na criação da Fundação da Promoção Social. Egresso da Faculdade de Direito do Recife em 1947, onde chegou a ser presidente do Diretório Acadêmico. Ficou marcado como um dos integrantes da geração de 45, porque esteve presente no protesto contra o regime do Estado Novo, ocorrido na tarde do dia 03 de março de 1945, que culminou no assassinato do também acadêmico de Direito Demócrito de Souza Filho²²⁷.

Na década de 1950, chegou a ser pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco, na disciplina de Geografia Humana, mas logo passou a exercer a advocacia ligado a instituições patronais, representando associações comerciais e o Sindicato da Indústria do Açúcar em Pernambuco. No final dos anos 1950, era procurador do Serviço Social da Indústria (SESI) e discursou mais de uma vez no palanque da campanha eleitoral de Cid Sampaio. Eleito Sampaio, Rangel Moreira tomou posse como diretor do Serviço Social

²²⁶ APEJE. Hemeroteca. 31/08/1960. p. 03.

²²⁷ FREYRE, GILBERTO. “Dez anos depois”. **Diário de Pernambuco**. 06/03/1955.

Contra o Mocambo em 3 de fevereiro de 1959, no gabinete da presidência do Serviço, na avenida Cruz Cabugá²²⁸.



Figura 3: *Paulo Rangel Moreira.*
Fonte: Diário de Pernambuco.

Sob o olhar atento de Rangel Moreira, o Grupo de Trabalho da Promoção Social surge como um departamento semi-independente, subordinado diretamente ao chefe do Serviço Social Contra o Mocambo (ver organograma do SSCM, anexo C), o que lhe permitiria, segundo seus fundadores, ter estrutura mais flexível e adaptada a responder com mais rapidez aos desafios imbricados na sua gênese. Mas a que se propunha o Grupo de Trabalho da Promoção Social? Segundo o próprio Cid Sampaio:

Logo ao assumir o governo, através de estudos feitos pelo Serviço Social Contra o Mocambo, pensei em organizar, com finalidades mais amplas, para atender ao homem de Pernambuco, um instituto que seria o Instituto da Promoção Social.

Quem analisa a vida do homem, economicamente desorganizado, em nosso Estado, inclusive os da classe média, observa que várias soluções que poderiam servir para elevar seu nível de vida não são adotadas. Nos países de civilização mais adiantada, todos os membros da família se encarregam de atividades laboriosas. Um organismo que propiciasse o desenvolvimento desse trabalho principalmente dos que podem ser executados em casa e ao mesmo tempo ministrasse instrução e assistência à saúde, poderia tornar-se proveitoso a economia familiar.

Não sendo possível reestruturar, com certa rapidez, o SSCM, pretende o governo através do Grupo de Trabalho de Promoção Social, dirigido pelo próprio SSCM, ir pondo em prática essas medidas. O processo terá mais flexibilidade e a própria experiência indicará o caminho mais acertado para sua reestruturação. O homem, que deve ser o centro das preocupações dos

²²⁸ “Hoje a posse do novo presidente do S.S.C.M.”. **Diário de Pernambuco**. Ano133, nº 26. 03/02/1959, p. 14.

administradores, mais do que em outro qualquer local, precisa ser amparado no Nordeste. (...)²²⁹

Estamos diante de uma instituição voltada para a educação, profissionalização e assistência de saúde dentro de valores fundamentados no desenvolvimento econômico e na introdução dos indivíduos no mundo do trabalho. A reportagem traz ainda as cláusulas que regiam o convênio que inicialmente duraria 2 anos (ver anexo B). As referidas cláusulas também especificam o formato do financiamento do GTPS: mensalmente receberia do Serviço Social Contra o Mocambo uma contribuição de Cr\$ 1.500.000,00 mais a importância de Cr\$ 400.000,00 da Loteria do Estado de Pernambuco; por fim, a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura entrará com Cr\$ 300.000,00. Ao todo, o montante mensal para o funcionamento do GTPS era de Cr\$ 2.200.000 de cruzeiros.

A verba disponível não tardou a ser investida: no dia 04 de setembro, é noticiado que as primeiras 12 escolas do GTPS e o primeiro posto de saúde foram inaugurados pelo governador no bairro do Vasco da Gama, zona norte do Recife²³⁰. Segundo foi publicado dois dias após as inaugurações, cerca de 1.440 crianças já estariam matriculadas nessas escolas²³¹. Mais eventos de inauguração de escolas, prontos-socorros e ambulatórios foram amplamente noticiados. A imagem de Cid Sampaio vestido com um terno branco e cortando fitas se repetiu ao longo do restante do ano de 1960. Além do Vasco da Gama, outros subúrbios empobrecidos do Recife foram os alvos iniciais dos empreendimentos do GTPS, como o Tejiipió, Beberibe, Fundão e Ibura²³².

A atenção conferida pela opinião pública às atividades do GTPS e a necessidade de concorrer com as medidas da PMR/MCP encorajaram rapidamente a continuidade da expansão das atividades do grupo e do seu orçamento. Já em outubro de 1960 o Serviço Social Contra o Mocambo recebeu a notícia da liberação de verbas federais no valor de Cr\$ 40.000.000 do Ministério de Viação e Obras Públicas para o SSCM. Foi expresso pelo diretor do Serviço que parte da verba seria utilizada na expansão do programa educacional da GTPS.

²²⁹ “Grupo de Trabalho criado no Mocambo para assistência aos moradores dos bairros pobres”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 199. 31/08/1960. p. 03.

²³⁰ “12 escolas serão inauguradas amanhã”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 202. 03/09/1960. p. 03.

²³¹ “Formuladas ontem severas críticas ao governador”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 205. 06/09/1960. p. 03.

²³² “Governador inaugurará escolas e ambulatórios”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 220. 02/10/1960. p. 20.

Além do dinheiro, a expansão incluía um convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para fornecimento de material didático. Outro instituto, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, já havia doado material de formação para a criação de um Centro de Formação de Professoras que, segundo o diretor, seria estabelecido pelo GTPS²³³. Tomado pela empolgação dos meses iniciais, Cid Sampaio, ladeado por Paulo Rangel Moreira, anunciou a transformação do Grupo de Trabalho da Promoção Social em um Instituto da Promoção Social ainda em outubro²³⁴.

Uma pequena pausa para reflexão se faz necessária a fim de não nos perdemos no rápido início do GTPS. Em cerca de três meses, de agosto a outubro de 1960, o GTPS, segundo os jornais, contava com 50 escolas de alfabetização, 6 ambulatorios e 3 prontos-socorros²³⁵. Estabelecera convênios com entidades voltadas para a pesquisa educacional e planejava a criação de um centro de formação de profissionais da educação. Por fim, estava em vias de se tornar um instituto, o que provavelmente significaria a expansão da sua estrutura burocrática e de pessoal.

Para além, houve o crescimento de importância na estrutura governamental. Ou seja, embora o estado, diferentemente da Prefeitura do Recife, possuísse uma Secretaria voltada para a educação e uma malha de escolas públicas – de nível Fundamental e Técnico – é o GTPS que começa a se tornar a figura de proa da educação no estado. Algo acentuado, como veremos posteriormente, com a promoção de eventos voltados para o público intelectual, como palestras, simpósios e seminários. Pensando em termos do campo intelectual do Recife, a partir de 1960, temos uma configuração em que surgem duas novas instituições conveniadas ao poder público com autonomia decisória, flexibilidade estrutural e acesso a verbas públicas, que concorriam no que tange a elaboração de projetos educacionais e no recrutamento de intelectuais.

Segundo uma mensagem enviada pelo governador para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), em 28 de novembro de 1960, o plano era transformar o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social. A fundamentação para essa ação seria a obsolescência entre o SSCM, criado em 1945, e as demandas daquele presente. Modernizar era preciso e o caminho parecia passar pelo Grupo de Trabalho da

²³³ “Recuperação Social do Homem: meta de Cid”. **Diário de Pernambuco**. 22/10/1960. p. 03.

²³⁴ APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. 05/10/1960. p. 20.

²³⁵ *Idem, ibidem*.

Promoção Social. O primeiro artigo define da seguinte maneira o Instituto da Promoção Social:

Art. 1º - Passa a denominar-se INSTITUTO DA PROMOÇÃO SOCIAL autarquia administrativa, o atual Serviço Social Contra o Mocambo, com a finalidade de promover socialmente o homem nas áreas do Estado onde se encontrem mais densamente agravadas as condições de vida, através da organização ou reorganização de comunidades; da humanização da habitação e da vida domiciliar; da elevação do salário real da família, pelo profícuo aproveitamento de suas virtualidades e utilização proveitosa do lazer; assistência à família e ao homem nos setores cívico-educacional e médico-sanitário.²³⁶

Se compararmos o artigo transcrito com seu equivalente no decreto que estabeleceu o SSCM, notamos que há diferenças na concepção das entidades, embora persista o papel do Estado enquanto organizador das comunidades. Por exemplo, em 1945, a preocupação central do SSCM é acabar com as moradias insalubres, provendo a construção de substitutas higiênicas. Ou seja, temos como premissa o higienismo, doutrina comum no início do século XX. Com a Promoção Social, o foco recai sobre a assistência social e humanização da vida domiciliar. Também a função propagandística explicitada nas atribuições do SSCM não aparece nas finalidades do futuro instituto, destinado a:

- a) Organização de serviços sociais da comunidade, de grupos e casos individuais;
- b) Formulação de uma política habitacional, levando em conta a condição regional e a circunstância econômica;
- c) Organização ou desenvolvimento de atividades artesanais;
- d) Complementação do sistema educativo estadual quanto ao aprimoramento da qualificação profissional e difusão das atividades para-escolares;
- e) Prestação de assistência médica e dentária;
- f) Incentivo ao esporte amador, à diversão educativa e à arte popular.
- g) Recuperação de menores e seu encaminhamento profissional.
- h) Desenvolvimento de quaisquer atividades não expressamente discriminadas neste artigo, relativas à promoção do homem que pela sua natureza correspondem as atribuições do Instituto da Promoção Social.²³⁷

O arranjo legal proposto no projeto de lei que estabelecia o Instituto da Promoção Social, na prática, permitiria a conservação das verbas já destinadas ao SSCM, bem como incorporava ao novo Instituto todo o patrimônio do Serviço Social Contra o Mocambo (artigo 3º do projeto)²³⁸. E, claro, assegurava maior independência para a tomada de

²³⁶ Projeto de lei que estabelece o Instituto da Promoção Social. Arquivo histórico do INEPE. Disponível em: Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep. Acesso em: 13/01/2024.

²³⁷ *Idem, ibidem.*

²³⁸ “SSCM passa a ser Instituto de Promoção Social: mensagem enviada”. **Diário de Pernambuco**. Ano: 136, n 269. 29/11/1960.

decisões em relação ao governo estadual por se tratar de uma autarquia. Transformar o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social também serviria para acabar com a reclamação feita por alguns vereadores do Recife de que já existia no estado órgãos destinados à assistência social e educação popular, o que tornava redundante a criação do GTPS, cuja criação era criticada como medida “eleitoreira” do governador²³⁹. Unificar SSCM e GTPS poderia amenizar essas críticas.

O pré-projeto, que agora era analisado pela ALEPE, indica uma reorganização de propósito, de diretorias e de departamentos que deveriam compor o novo instituto. No texto, constam como órgãos do futuro Instituto da Promoção Social: a Presidência, um Conselho Deliberativo e de Planejamento e uma Procuradoria Judicial. Embora apenas três órgãos fossem definidos no texto, o décimo artigo do projeto estabelecia que o restante da estrutura administrativa departamental seria criada de acordo com a demanda dos projetos propostos pela Presidência e aprovados pelo Conselho Deliberativo e de Planejamento²⁴⁰.

Os preparativos para o novo Instituto corriam em paralelo à análise do projeto pela ALEPE. Um dos primeiros intelectuais recrutados para pavimentar o caminho do Instituto foi o escritor paraibano, José Rafael de Menezes. Bacharel em História, Geografia e Ciências Jurídicas, José Rafael havia sido Promotor de Justiça na Paraíba e lecionava em instituições de Ensino Superior. Mudou-se para o Recife no final da década de 1940, onde prosseguiu sua trajetória ligada à Educação e ao Serviço Social²⁴¹. No período em tela, lecionava na FAFIRE. O convite para assessorar a formação do Instituto da Promoção Social chegara nos primeiros dias do ano novo de 1961. Em uma entrevista sobre essa nova fase do GTPS, José Rafael afirmou que sua função era “supervisionar e completar a estruturação de todo um vasto plano de serviço social em que se inclui assistência médica e profissional, artística e educacional para as populações pobres do Recife”²⁴².

A primeira tarefa que coube a José Rafael foi a de preparar um curso de treinamento vocacional em Serviço Social a ser ministrado já em fevereiro de 1961. O curso visava selecionar e preparar jovens considerados aptos ao “trabalho assistencial,

²³⁹ “Formuladas ontem severas críticas ao governador”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº205. 06/09/1960, p. 03.

²⁴⁰ “SSCM passa a ser Instituto de Promoção Social: mensagem enviada”. **Diário de Pernambuco**. Ano: 136, n 269. 29/11/1960, p.08.

²⁴¹ Site da Academia de Letras da Paraíba. Nº 25 - (1º SUCESSOR) José Rafael de Menezes (aplpb.com.br). Acessado em 13/12/2022.

²⁴² “Promoção Social: nova fase do SSCM para ajuda à população pobre. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 16. 18/01/1961.

educacional e promocional” do Instituto²⁴³. Tal qual a SUDENE e o MCP, os responsáveis pelo futuro Instituto da Promoção Social também observaram a necessidade de formar seus funcionários.

O curso de formação, chamado de *Produção Social*, foi ministrado na Escola de Serviço Social que integrava a FAFIRE, situada na avenida Conde da Boa Vista. A adesão de José Rafael ao projeto da Promoção Social, apontam os jornais, ajudou na atração de intelectuais para a iniciativa. Isto porque, embora até o momento do convite para integrar o Instituto da Promoção Social, José Rafael residisse na Paraíba, ele tinha bastante trânsito no meio intelectual recifense, como ele mesmo colocou em uma entrevista:

A série de contatos culturais que, intensamente, mantive com a capital pernambucana, nos últimos anos, através de conferências, cursos, artigos de jornal e programas de televisão, repercutiram em muitos grupos de liderança social e administrativa, a culminar pelo interesse que teve o governador Cid Sampaio em reunir dados sobre os meus trabalhos e as minhas possibilidades profissionais.²⁴⁴

Ao assumir seu cargo, José Rafael serviu como ponte com a Escola de Serviço Social e concluiu a montagem do curso²⁴⁵. O corpo docente selecionado era composto por José Rafael Menezes e mais cinco professores: Maria do Carmo de Miranda²⁴⁶, Carlos Frederico Maciel²⁴⁷, Vamireh Chacon²⁴⁸, Antonio Baltar²⁴⁹ e Costa Pôrto²⁵⁰. Os seis professores se dividiram nos seguintes temas:

1 – Pessoa Humana e Sociedade (profª. Maria do Carmo de Miranda); 2 – O homem Social e o Bem Comum (prof. Carlos Maciel); 3 – Problemas sociais contemporâneos (prof. Vamireh Chacon); 4 – A Realidade Social Brasileira (prof. Antônio Baltar); 5 – Promoção Social do Homem Nordestino (prof. Costa Porto); 6 – Instituto de Promoção Social e seus Planos de trabalho (prof. José Rafael de Menezes)²⁵¹.

²⁴³ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁴ *Id., Ibid.*

²⁴⁵ Para além de seus contatos prévios com o campo intelectual do Recife, não devemos desprezar o destaque que é dado na imprensa ao nome de José Rafael de Menezes a partir da sua investidura na Promoção Social, o que nos indica uma intenção de fabricar uma liderança ou, no mínimo, divulgar seu nome enquanto uma liderança importante.

²⁴⁶ Pedagoga, professora da cátedra de história e filosofia da educação na Universidade do Recife.

²⁴⁷ Pesquisador do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife.

²⁴⁸ Advogado e filósofo. Na época havia concluído um pós-doutorado na Universidade de Chicago. Era professor da Universidade do Recife.

²⁴⁹ Engenheiro e urbanista. Professor da Universidade do Recife até 1964, quando foi aposentado pelo Ato Institucional nº 1. Também teve uma carreira política ligada às Oposições Unidas de Pernambuco, tendo sido suplente de senador e vereador do Recife.

²⁵⁰ Bacharel em Direito, fez carreira como jornalista, tendo sido superintendente dos Diários Associados no Recife. Também fora deputado constituinte em 1946, e presidente do Banco do Nordeste em 1954.

²⁵¹ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 28/01/1961. p.30.

Às 16 horas, do dia 21 de fevereiro, cerca de 300 pessoas, se acomodaram no auditório da Faculdade de Filosofia do Recife, onde funcionava a Escola de Serviço Social, para assistirem à conferência de abertura do curso, ministrada pelo padre Almeri Bezerra²⁵², cujo tema foi *Pessoa humana e Sociedade*²⁵³. O registro fotográfico abaixo dá conta justamente da conferência de abertura. Podemos ver, a partir da perspectiva do palestrante, um auditório apinhado de pessoas.



Figura 4: Palestra de abertura do curso Produção Social.
Fonte: APEJE. Jornal do Comércio.

Findo o curso, as professoras que foram selecionadas receberam uma oferta de trabalho nas escolas do GTPS. Os estudantes universitários e secundaristas que se interessaram puderam se inscrever como voluntários para as atividades de apoio do GTPS. Sobretudo, foi consolidado o primeiro departamento do futuro Instituto da Promoção Social: o departamento de Promoção Educacional e Cultural. É esse departamento que vai se responsabilizar pelo próximo passo na estratégia de alicerçar a Promoção Social: visitas e conversas com representantes comunitários dos bairros do Recife. Similarmente ao que vinha sendo feito no MCP, o GTPS enviava uma comissão de professores para ouvirem as queixas das comunidades carentes da capital e zona metropolitana. No mês de março, os professores Jomard Muniz de Brito e Maria Pompéia

²⁵² Professor do Seminário da Arquidiocese do Recife e da Universidade Católica (UNICAP). Também era supervisor da Juventude Universitária Católica (JUC) e integrante da Ação Católica. Trabalhou com Paulo Freire no Movimento de Educação de Base e no Movimento de Cultura Popular e no Serviço de Extensão Cultural da UR.

²⁵³ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 21/02/1961. p.34.

havia percorrido os bairros do Teijipió, Torre, Casa Amarela e Santo Amaro, para ouvir as queixas e explicar o que era a Promoção Social²⁵⁴.

À divisão de cultura também coube a preparação das professoras que iam atuar nas escolas do futuro Instituto. Em abril, o agora chefe da divisão de cultura, Jomard Muniz de Brito, declarou que todas as atividades daquela divisão eram norteadas pelos seguintes objetivos: “1º) situar o programa da Promoção dentro do sentido da educação de base, colaboração com o Conselho Pedagógico; 2º) promover o meio estudantil em geral, nas atividades que se relacionem com a educação de base”²⁵⁵.

Retomando as discussões sobre o projeto que transformava o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social, o governo de Cid Sampaio sofre um revés: o projeto não foi aprovado. O entrave se deu na conversão do Serviço Social Contra o Mocambo em uma outra instituição com maior autonomia dos dispositivos de controle do estado, sobretudo na questão do emprego das verbas governamentais que recebia. Convencido de que a Promoção Social era “grande demais” para continuar como departamento do SSCM, o diretor do serviço, Paulo Rangel Moreira, começou a preparar um novo projeto. Na nova versão, o SSCM e o GTPS seriam separados e o segundo passaria a ser uma entidade de direito privado. O Serviço Social Contra o Mocambo permaneceria focado em sua finalidade original: os problemas habitacionais. Já o GTPS, agora independente, se tornaria uma fundação regida por seus próprios estatutos e em convênio com o Governo do Estado²⁵⁶.

O período entre os meses de maio a julho de 1961 foi decisivo para a nova instituição. No dia 26 de junho, uma comissão formada por nove representantes de órgãos governamentais e instituições ligadas ao projeto da Fundação da Promoção Social compareceram à rua do Imperador Pedro II, nº 468, no bairro de Santo Antônio. Nesse endereço funcionava o cartório Pragana. Lá, no livro 743, nas folhas 157 a 165, foi elaborada uma escritura pública de constituição de Fundação. Nela, encontramos os estatutos que regulamentavam a Fundação da Promoção Social. No segundo artigo, o objetivo da FPS é definido como sendo o de “promoção social do homem e da família, incentivando as iniciativas de auto soerguimento dos grupos e comunidades”. Na

²⁵⁴ “GTPS promove reuniões nos subúrbios”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 67. 23/03/1961. p. 05.

²⁵⁵ “Promoção Social Unida no trabalho em favor de uma educação de base no Recife. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 94.26/04/1961. p. 35.

²⁵⁶ “Promoção Social será fundação: presidente do SSCM anunciou. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 108. 14/05/1961, p. 05.

sequência, é detalhada a maneira como se daria a promoção social, a começar pela educação, tema em alta no período:

I) Promover a educação de base, o aprimoramento de qualificação profissional, a difusão do ensino e a divulgação da cultura, o desporto, a recreação e as atividades artísticas; II) Promover serviços de assistência médica, dentária, hospitalar e de higiene e nutrição; III) organizar serviços sociais nas comunidades, fomentar a criação de cooperativas e outros meios de melhoria econômica pelo maior aproveitamento das virtualidades dos salários e recursos disponíveis e contribuir para a solução de problemas de desajustamentos éticos e sócio econômicos.²⁵⁷

Os objetivos detalhados mantêm a tônica do que havia sido imaginado como função do Instituto da Promoção Social, ao mesmo tempo em que ressalta as preocupações com o fomento de atividades econômicas nas comunidades carentes que possam aproveitar os potenciais de aumento de renda já presentes ali. Prevalece a ideia de melhorar as condições de vida, sem mudar radicalmente o arranjo social. Ficou estabelecido, ainda, que os Centros Educativos Operários, ambulatórios, prontos-socorros e escolas que eram mantidos pelo SSCM passariam para o patrimônio da Fundação da Promoção Social, enquanto os funcionários ficariam à disposição para compor a estrutura administrativa do instituto²⁵⁸.

Os nove representantes presentes no cartório naquele dia eram: Carlos Frederico Maciel, representando o Governo do Estado de Pernambuco; Arnaldo Amorim de Lemos, representante do SSCM; Antônio Lacerda Galvão, emissário da Associação Comercial de Pernambuco; Maria de Lourdes Moraes, da Cruzada de Ação Social; do Centro das Indústrias de Pernambuco vinha Miguel Vita. Também constam os nomes de Antônio Germano Rodrigues, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; Douglas Barry Clark, da Companhia de Revenda e Colonização; Sebastião Pessoa Dantas, dos Centros Educativos Operários, e Renato Brito Bezerra de Mello, que presidia o Conselho do SSCM²⁵⁹.

No dia 23 de junho, nova reunião, agora com o governador presente, para ajustes dos estatutos. Finalmente, em 14 de julho de 1961, o governador Cid Sampaio aprovou em caráter definitivo os estatutos que transformaram o Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) em Fundação da Promoção Social²⁶⁰. No dia seguinte, os estatutos foram

²⁵⁷ “Estatutos da Promoção Social”. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 15/07/1961, p.4377.

²⁵⁸ “Promoção Social será transformada em fundação ainda no mês em curso”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 133. 14/06/1961. p. 35.

²⁵⁹ “Estatutos da Promoção Social”. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 15/07/1961, p.4377.

²⁶⁰ “Cid aprovou estatutos da Fund da Promoção Social”. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 159. 15/07/1961. p. 05.

publicados no diário oficial. Seu primeiro presidente foi Paulo Rangel Moreira, que pediu exoneração do Serviço Social Contra o Mocambo a fim de poder assumir a nova fundação. Para o Conselho da Fundação, foram eleitos Renato Brito Bezerra de Melo (presidente) e Carlos Frederico Maciel (vice)²⁶¹. O amplo raio de ação da FPS – que compreendia a área educacional, de saúde e a assistência social – resultou em uma configuração institucional que, além da presidência e do conselho deliberativo, compreendia seis departamentos que comandavam treze divisões diferentes. O organograma abaixo nos ajuda a visualizar a disposição hierárquica dos departamentos e suas divisões.

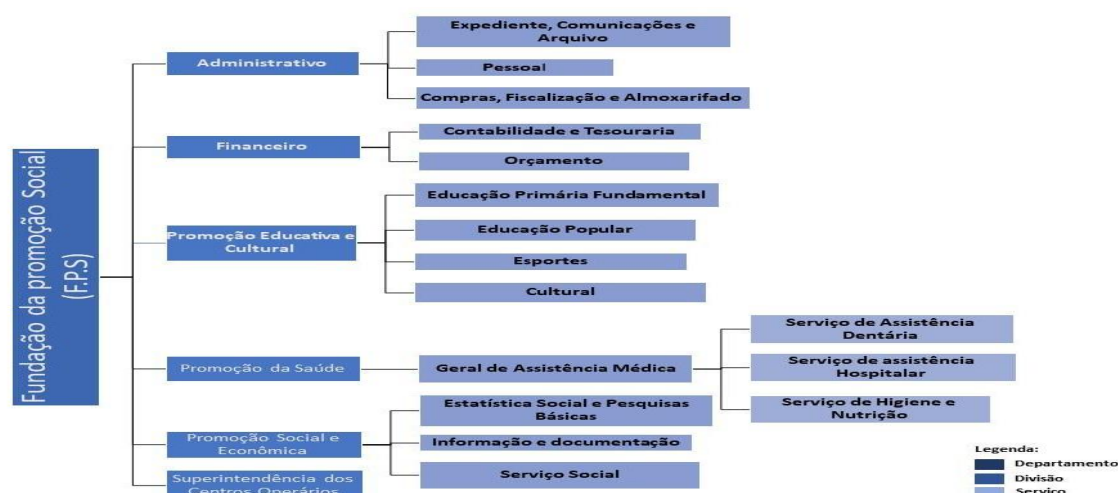


Figura 5: Organograma da Fundação da Promoção Social.

Fonte: APEJE. Relatórios do Governo Estadual, caixa 38. Elaboração do autor.

Para que a FPS iniciasse suas operações, a Assembleia Legislativa de Pernambuco discutia o projeto proposto pelo deputado Nivaldo Machado, que autorizava a liberação de Cr\$ 40.000.000 de cruzeiros para a Fundação, via Poder Executivo, no início de outubro²⁶². Nesse mesmo mês, um novo evento em escala maior do que o curso de fevereiro serviria para coroar o surgimento da Fundação da Promoção Social: a I Semana da Promoção Social, marcada para acontecer entre os dias 7 e 13 de outubro de 1961.

O projeto da I Semana da Promoção Social foi elaborado ainda sob a marca do Serviço Social Contra o Mocambo. Ele definiu quatro objetivos básicos para o evento: orientar o professorado da Promoção Social e do SSCM sobre os problemas de alfabetização nas áreas pobres; promover a troca de experiências entre a equipe do

²⁶¹ “Estatutos da Promoção Social”. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 15/07/1961, p.4377.

²⁶² APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 03/10/1961. p. 30.

SSCM/GTPS e o pessoal da Secretaria de Assistência Social da Guanabara; adaptar experiências bem-sucedidas para as necessidades do Recife; por fim, atrair o público universitário para a iniciativa, visando sua adesão ao trabalho voluntário²⁶³. Assim, nos objetivos iniciais do projeto da semana da Promoção Social, obtemos uma indicação das articulações que os intelectuais responsáveis pela criação da Fundação da Promoção Social procuravam estabelecer com outros grupos de intelectuais, no caso em tela, os que compunham a Secretaria de Assistência Social da Guanabara. Outra colaboração que se planejava estabelecer – explicitada no documento – era com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER).

O auditório da Faculdade Ciências Econômicas, localizada na rua do Hospício, centro do Recife, foi o palco para a cerimônia de abertura. Ali, em 7 de outubro de 1961, pontualmente às 20 horas, Cid Sampaio, acompanhado por diretores da FPS, secretários do Estado e os Chefes das Casas Civil e Militar, discursou sobre a importância da Promoção Social. A fala do governador reforçou o papel da FPS no sentido de solucionar problemas como a pobreza e o subdesenvolvimento humano, contribuindo dessa forma para trazer as pessoas mais humildes para a civilização²⁶⁴. Ao final, Cid apresentou o sociólogo José Arthur Rios, responsável pela palestra de abertura da Semana. A imagem a seguir capturou o momento do discurso de Cid Sampaio (de óculos) ladeado por José Arthur Rios (à esquerda, de terno branco).



Figura 6: Abertura da I Semana da Promoção Social.

²⁶³ I Semana da Promoção Social. Serviço Social Contra o Mocambo. Arquivo histórico do INEPE. Disponível em: Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep. Acessado em: 13/01/2024.

²⁶⁴ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 08/10/1961. p. 13.

Articulado com setores intelectuais católicos, Rios acumulara passagens como professor em universidades dos Estados Unidos – Vanderbilt e Flórida – e exercera cargos de assessoria técnica para o Governo e o Senado Federais. Desde 1960 era Secretário de Assuntos Sociais do Estado da Guanabara. Cabe destaque ao fato de que sua atuação intelectual entre as décadas de 1950 e 1960 esteve ligada a políticos de orientação conservadora, notadamente quadros da UDN, como João Cleofas e Carlos Lacerda, este último governador da Guanabara²⁶⁵. Também era associado ao instituto de Pesquisas Sociais (IPES), em que participou de um grupo de estudos encarregado de planejar uma reforma agrária capaz de contribuir para esvaziar os discursos da esquerda política²⁶⁶. Encarregado de planejar uma reorganização das favelas da Guanabara, Rios chefiava o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA). Sua vinda ao Recife fora noticiada na imprensa local, enaltecendo sua formação e atuação, o que o colocou em uma posição de bastante relevância. Ele havia conferenciado no dia anterior sobre a reforma agrária em uma mesa redonda promovida pela Federação das Indústrias de Pernambuco²⁶⁷. Para a I Semana da Promoção Social, José Artur Rios preparara uma palestra intitulada “Educação de Base e recuperação social em áreas marginais”²⁶⁸.

O texto da palestra não foi publicado, entretanto, um editorial do Diário de Pernambuco nos oferece algumas informações sobre o que especificamente foi abordado. O editorialista destaca a importância da entrega feita por Cid Sampaio de 250 casas populares no Alto do Jordão, bairro do Ibura, para moradores de palafitas. A seguir destaca a importância dos programas assistenciais de educação e saúde que serão desenvolvidos junto à população que ocupará essas casas, uma vez que não seria suficiente apenas entregar uma moradia nova, era preciso ensinar a usá-la de forma adequada, já que “se trata de migrantes das formas de moradia mais incompatíveis com a dignidade humana”²⁶⁹. No parágrafo seguinte, temos uma pista do discurso de José Artur

²⁶⁵ Sociedade Brasileira de Sociologia. Bionotas. José Arthur Rios, (sbsociologia.com.br). Consultado em 12/12/2022.

²⁶⁶ DREYFUSS, René, Armand. Op.cit., p.241.

²⁶⁷ “Professor Arhur Rios Condena latifúndio: revisão agrária”. **Diário de Pernambuco**. 08/10/1961. p. 03.

²⁶⁸ “Aprovado o crédito de 40 milhões para a Fundação da Promoção Social: Plano está pronto”. **Diário de Pernambuco**. 03/10/1961. p. 03.

²⁶⁹ “Promoção Social vai debater problemas ligadas a habitação popular: filmes”. **Diário de Pernambuco**. 10/10/1961. p. 04.

Rios, quando o editorialista recorre a um trecho da palestra para fundamentar seu argumento:

O sociólogo José Artur Rios, agora vindo ao Recife, a convite da F.P.S. chamou a atenção do público para esse ponto na conferência realizada no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, com a sua experiência de pesquisador entre os favelados do Rio de Janeiro. Contou o que aconteceu quando parte daquela gente foi removida da favela do Jacarezinho, para edifícios especialmente construídos. Dentro de algum tempo, as repartições internas dos apartamentos achavam-se subvertidas, pois até galinheiros haviam sido montados nas áreas de quartos e instalações sanitárias²⁷⁰.

Considerando o trecho transcrito e o título da palestra, podemos aferir – dentro de um universo de outros tópicos – que José Artur Rios destacou a importância que a Educação de base apresenta nas políticas de assistência social, como as de moradia, no sentido de modificar hábitos e costumes da população de baixa renda. Aparece aqui a noção – não sem alta dose de elitismo – de que é preciso civilizar as pessoas mais humildes. Entendimento que fora também destaque na fala de abertura do governador. É como se por viverem há tanto tempo em condições sub-humanas, as pessoas assistidas pelas políticas públicas precisassem ser “humanizadas”, no sentido de aprender os comportamentos que eram socialmente desejados.

Feita a abertura, uma vasta programação (ver anexo D) ocupou a semana dos participantes, que se dividiram entre conferências, e seminários. Também havia espaços reservados para grupos de discussão sobre as temáticas das conferências e horários voltados para a visita das escolas, ambulatórios e demais aparelhos administrados pela FPS²⁷¹. As conferências e palestras versaram sobre educação, assistência social, sanitarismo, desenvolvimento, habitação e a realidade do Nordeste.

Todas as atividades da semana foram pensadas dentro do objetivo de consolidar a Fundação da Promoção Social e lançar o conceito de “promoção social” enquanto um caminho alternativo à “cultura popular”, da qual o MCP havia se assenhorado. Na programação do evento, encontramos ainda os nomes do sociólogo Manuel Diegues Júnior²⁷², do engenheiro Stélio de Alencar Rôxo²⁷³, da professora Lúcia Marques

²⁷⁰ *Idem, ibidem.*

²⁷¹ “Semana da Promoção Social começará sábado: palestras”. **Diário de Pernambuco**. 01/10/1961. p. 03.

²⁷² Formado na Faculdade de Direito do Recife em 1935.

²⁷³ Também era mestre em Antropologia Social e diretor do Departamento de Habitação Popular do Estado da Guanabara.

Pinheiro²⁷⁴ e do bibliotecário Edson Nery da Fonseca²⁷⁵. Todos tinham uma atuação de destaque nas suas áreas e ocupavam cargos de direção em instituições públicas. Ainda assim, a participação de Manuel Diegues Júnior é de singular importância, por se tratar de um intelectual nordestino, formado na Faculdade de Direito do Recife, local onde foi iniciado na Sociologia por meio de cursos livres de oferecidos por Gilberto Freyre.

Na década de 1960, Manuel Diegues Júnior já era professor universitário e pesquisador respeitado. Havia publicado as obras *O banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* (1949); *População e açúcar no Nordeste* (1954) e *Regiões culturais do Brasil* (1960). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1957, integrou a Campanha Nacional do Folclore. Também obteve projeção no tocante à consolidação da Sociologia no Brasil e na América Latina, atuando diretamente na criação de instituições científicas. Nesse âmbito, entre 1953 e 1955, foi presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e, na década de 1960, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Ainda na década de 1960, foi diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), diretamente vinculado a UNESCO²⁷⁶.

Assim, com tantos intelectuais proeminentes, a I Semana da Promoção Social recebeu bastante atenção dos jornais. Alguns dos eventos renderam inclusive fotografias, como a seguinte, que registra a apresentação da professora Lúcia Marques Pinheiro, ladeada por José Rafael de Menezes.

²⁷⁴ Funcionária do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que dirigia a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM)

²⁷⁵ Era presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários e era diretor da Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

²⁷⁶ Ver: Manuel Diégues Júnior - Sociedade Brasileira de Sociologia (sbsociologia.com.br). Acesso em: 13/04/2024.



Figura 7: Lúcia Marques Pinheiro na I Semana da Promoção Social.
Fonte: APEJE - Diário de Pernambuco.

Não faltaram intelectuais de relevo para abrilhantar a I Semana da Promoção Social e alavancar a nova fundação. Contudo, a conferência de encerramento roubou as atenções da cobertura jornalística do evento devido à presença de um intelectual em particular.

No sábado, 13 de outubro de 1961, às 20 horas, estudantes, professores da Educação Básica e Superior, representantes dos Conselhos Operários, jornalistas e intelectuais diversos se reuniram novamente no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas para ouvir a conferência de encerramento *Promoção Social*, emitida pelo economista, professor universitário e Secretário da Fazenda Estadual, Paulo Maciel²⁷⁷. Os procedimentos iniciais seguiram a prática habitual, com os integrantes da mesa convocados um a um para ocuparem o lugar de destaque. A primeira palavra, outra vez, coube ao governador, que agradeceu e passou a palavra para o presidente da mesa.

Embora fundamental para que possamos delimitar o lugar social e intelectual da FPS, a conferência de Paulo Maciel não foi o único acontecimento da noite digno de nota, ainda que a imprensa mencione que o conferencista fora capaz de arrancar “aplausos repetidos do auditório”²⁷⁸. Havia uma presença na mesa do conferencista que, em se tratando de atividades intelectuais na capital pernambucana, era de uma relevância cardinal. E isso não passou despercebido pelos fotojornalistas da época.

²⁷⁷ Além da carreira acadêmica de destaque, foi consultor econômico da Federação das Indústrias de Pernambuco, deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) entre 1967 e 1971. Ainda na década de 1970 foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

²⁷⁸ APEJE. Hemeroteca. Diário de Pernambuco. 14/10/1961. p. 03.

Na imagem seguinte, vemos uma parte dos integrantes da mesa. Atrás, um cartaz anuncia: *Semana da Promoção Cultural*. No canto esquerdo, de óculos, está Antiógenes Chaves, industrial que apoiava o governo de Cid Sampaio. Ao centro, sentado enquanto aguarda o fim do discurso do presidente da mesa, está Paulo Maciel. De pé, no canto direito, discursando, está o intelectual encarregado de presidir a mesa de encerramento e cuja presença abrihantava não apenas o evento, como todo o projeto da Promoção Social: Gilberto Freyre.



Figura 8: Palestra de encerramento da I Semana da Promoção Social.
Fonte: APEJE. Hemeroteca. Jornal do Comércio.

Como mencionamos no primeiro capítulo, além de ser reconhecido e respeitado internacionalmente, Freyre também era a principal figura ligada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPER-PE). Naquela noite, Freyre presidia a sessão, por isso sua fala foi breve. Dois dias após o encerramento, o discurso de Gilberto Freyre foi publicado integralmente em formato de artigo pelo Diário de Pernambuco, na mesma página em que eram publicados os editoriais e artigos de opinião. Intitulado *Um jovem homem público*, o artigo expressa a satisfação do autor com o evento, com a criação da FPS e com o fato do governador Cid Sampaio sinalizar uma tendência a buscar jovens homens de estudos dotados de grande capacidade de ação para compor os quadros administrativos do Governo do Estado.

Homens, que se distinguíam dos “dilettantes e demagogos”²⁷⁹. Continua, se referindo a Paulo Maciel:

Está neste caso o conferencista desta noite que o Governador Cid Sampaio foi encontrar, para lhe confiar a Secretaria da Fazenda, numa casa de estudos interrelacionados da Economia com outras ciências do Homem – o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – que é também um centro de engenharia social, onde os problemas nacionais e regionais são considerados como problemas totais e complexos para cuja solução a ciência social pode de fato contribuir com suas pesquisas e seus projetos. O ainda jovem professor Paulo Maciel é o que é: um cientista social que à sua ciência junta o senso da realidade dos verdadeiros homens públicos²⁸⁰.

A filiação intelectual de Paulo Maciel ao Instituto Joaquim Nabuco e a ênfase dada por Freyre a sua formação técnica e científica são utilizadas para avaliar, simultaneamente, o governo de Cid Sampaio e a FPS. Já o conferencista procurou enfatizar a presença de Freyre em seu pensamento e no desenvolvimento da nova fundação, ao mencionar que “a doutrina e a obra de Filosofia Social de Gilberto Freyre estavam insertas na programação da Fundação da Promoção Social”²⁸¹.

A influência de Freyre no pensamento de Paulo Maciel é notável ainda na importância que este atribui a doutrina social da Igreja Católica, segundo sua visão renovada graças à encíclica *Mater et Magistra*, que entendia ser uma espécie de guia. Daquela noite em diante, embora nunca exercesse um cargo na FPS, o mestre de Apipucos faria aparições em momentos importantes para ratificar a Fundação da Promoção Social: uma fala em um evento público, uma resenha sobre um livro ou uma pequena nota de defesa.

No que se refere a palestra de Paulo Maciel, como mencionamos, ela nos permite divisar algumas características do que viriam a ser as práticas dos intelectuais da FPS. Nesse sentido, se sobressai a dimensão do planejamento baseado em pesquisas empíricas, algo nos moldes do INJPS ou da SUDENE. O discurso de Maciel permite entrever uma preocupação com a criação de programas que pudessem proporcionar o que chama de um desenvolvimento humanizado da população. Também faz menção a importância da reforma agrária e aponta que essa também seria uma das metas da Promoção Social para todo o Pernambuco. Nas áreas do Agreste e Sertão, seriam criadas unidades produtoras familiares, nas demais sub-regiões, o plano incluiria a implantação de programas de

²⁷⁹ “Um jovem homem público”. **Diário de Pernambuco**. 15/10/1961. p. 04.

²⁸⁰ “Uma doutrina de Ação Social”. **Diário de Pernambuco**. 15/10/1961. p. 04.

²⁸¹ *Idem, ibidem*.

criação de cooperativas, concessão gradual da posse da terra e empresas público-privadas²⁸².

A FPS figura, assim, enquanto um *locus* de produção de *expertise*. Algo que perceptível quando observamos não apenas sua aproximação com instituições produtoras de conhecimento mais antigas, como o INJPS e o INEPE, ou a preocupação com a publicização do currículo acadêmico/técnico dos palestrantes trazidos para a I Semana da Promoção Social, mas também nas ações desempenhadas pela Fundação. Com frequência, a FPS é referenciada em notícias do governo entre os órgãos técnicos envolvidos na criação de políticas públicas, quase sempre figurando ao lado do Serviço Social Contra o Mocambo. Seja na área da educação, saúde ou moradia, o pessoal da FPS é referenciado como uma das instituições desenvolvedoras do planejamento desde a etapa da coleta dos dados. Por exemplo, em agosto de 1961, foi pedido a FPS que elaborasse uma pesquisa de “caracterização sócio-econômica” dos moradores de um mocambo localizado em peixinhos, em um terreno que pertencia ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC)²⁸³. A metodologia empregada na pesquisa chega a ser descrita no artigo do jornal: caracterização dos tipos de mocambos da ocupação, seguida pelo levantamento da situação socioeconômica dos residentes e de onde essa população provinha.

A fixação da FPS, enquanto produtora de um saber, entendido como um discurso que também legitima e referenda uma prática de poder, é reforçada, como veremos, pelo projeto de publicações da FPS que vai, em 1962, expor alguns dos métodos de pesquisa empregados pelos intelectuais da fundação e destacar os programas de cooperação com outras instituições similares para a formação de intelectuais. Sobre o intercâmbio e a formação de intelectuais, a FPS atuou em duas frentes: enviou jovens pesquisadores locais para estágios em outros estados brasileiros e trouxe intelectuais de renome ao Recife.

Logo, a neutralidade científica da nova fundação se viu reforçada em diferentes frentes, o que lhe garantia – e aos seus – legitimidade no campo intelectual. Não obstante, os intelectuais que compunham a FPS tinham consciência que o impacto de seus programas era também político, algo expresso na palestra de Paulo Maciel. Ficou candente ainda a preocupação com o alinhamento da Fundação com valores cristãos de

²⁸² “Doutrina Social Cristã deve ser o lema da “Promoção”. **Diário de Pernambuco**. 14/10/1961. p. 03.

²⁸³ “Pesquisa indicará solução para caso dos mocambos no terreno do IAPC”. **Diário de Pernambuco**. 22/08/1961.

doutrina social, o que nos permite enxergar algum limite no discurso de cientificidade. Afinal, poderíamos questionar: para que lado iria a FPS se em algum momento as conclusões científicas não estivessem em consonância com os valores do cristianismo?

As características e os objetivos assumidos pela Fundação da Promoção Social delinearam a trajetória que ela teve entre 1961 e o início de 1963, quando foi extinta. Trajetória pautada pelo objetivo de buscar uma “evolução” social no lugar de uma “revolução” social, como foi expresso pelo seu presidente, Paulo Rangel Moreira, ainda no período do Grupo de Trabalho da Promoção Social²⁸⁴. Sobre o posicionamento de Rangel, é importante considerarmos que ele é tomado a partir da leitura que era feita na época sobre o MCP, entendido por muitos de seus integrantes – e propagandeado – como um movimento revolucionário.

A postura institucional conservadora não necessariamente era compartilhada por todos os intelectuais que integraram a FPS. É provável que esse entendimento fosse ponto pacífico entre aqueles que ocupavam os cargos de direção da Fundação e/ou eram ligados a UDN, caso de Renato Brito Bezerra de Mello, filho do industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, fora escolhido como presidente do Conselho da FPS. Na época, já era presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), cargo que exerceu de 1960 até 1966²⁸⁵. Tinha laços muito estreitos com Cid Sampaio e pertencia ao grupo de usineiros que, motivados por um discurso de “modernização” da indústria açucareira do estado, ajudara a eleger Cid em 1958. Tanto que, em 1963, fundou e esteve à frente do Grupo de Estudos do Açúcar (GEA), entidade jurídica de direito privado – tal qual a FPS e o MCP – alocada na estrutura da FIEPE e cuja função era ser um órgão de planejamento focado na criação de soluções de curto e longo prazo para o aprimoramento da produção açucareira²⁸⁶. Um representante da classe patronal e um intelectual do açúcar em todo seu esplendor²⁸⁷.

No entanto, à medida que descemos na hierarquia da FPS, nos deparamos com intelectuais que dificilmente poderiam ser situados no campo conservador, caso de Jormard Muniz de Brito. Além de sócio fundador do MCP, Jomard integrava o círculo de

²⁸⁴ “Governador pede apoio operário a campanha de desenvolvimento”. **Diário de Pernambuco**. 07/01/1961. p. 30.

²⁸⁵ Ver: Sobre Nós (fiepe.org.br). Acesso em 12/05/2024.

²⁸⁶ BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. “Desperta com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção”: O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024, p. 32.

²⁸⁷ Idem, p. 88.

intelectuais mais íntimos de Paulo Freire, tanto que o acompanhou quando este assumiu a direção do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), em 1962. As relações tecidas por Jomard permitem situá-lo como alguém mais próximo à esquerda política daquele momento. Caso semelhante é o do padre Almeri Bezerra, que, como nos referimos algumas páginas atrás, participou da abertura do curso *Produção Social*, oferecido pela FPS ainda em seu estágio embrionário. Almeri também foi um intelectual ligado à Paulo Freire e que, a partir de 1963, integrou o SEC/UR, em que foi vice-diretor²⁸⁸.

Lembremos ainda que jovens intelectuais podem ser levados a tomar decisões premidos pela busca de um espaço no campo ou pela necessidade de uma fonte de renda. Portanto, embora houvesse o objetivo explícito de usar as políticas sociais da FPS para evitar uma revolução, o que consequentemente significava conservar a estrutura social, apesar de admitir algumas reformas, não podemos afirmar que todo o corpo de intelectuais da FPS fosse, em sua individualidade, composto exclusivamente por intelectuais conservadores.

A ampla capacidade de mobilização entre intelectuais de diferentes escopos políticos exercida pelo tema da modernização do estado viabilizada, em parte, pela ampliação das oportunidades educacionais demonstra a relevância que o assunto atingiu no período. Também aponta para a disposição manifestada por esses intelectuais de se envolverem nesse processo social. Sub-repticiamente, disputavam o controle do processo de modernização e o lugar no campo que permitiria ao grupo vencedor traçar as características e os valores do processo. Uma vez definida, a Fundação da Promoção Social entrou em convergência com outros atores internacionais importantes no palco da Guerra Fria. Por isso, o alinhamento de valores e projetos de sociedade que defendiam facilitou a colaboração entre as partes.

2.3- Reforços internacionais: a Aliança para o Progresso e o Movimento pelo Rearmamento Moral

Voltemos uma última vez à palestra de Paulo Maciel, naquele 13 de outubro de 1961. O economista revela um conjunto de valores sociais oportunos para entendermos o

²⁸⁸BRASILEIRO, Dimas & MENDONÇA, Djanyse. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). *Estudos Universitários*, n° 24(5/6), 11-22. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256117>. Acesso em: 12/05/2024.

funcionamento da FPS e suas alianças. Nesse sentido, ficou bem caracterizada a presença de valores cristãos entre os intelectuais que definiram e criaram a Fundação. Tais valores, lastreados na encíclica *Mater et Magistra*, trazem a FPS para uma órbita socialmente mais conservadora, de oposição explícita ao socialismo e ao comunismo. Junto ao cristianismo, a liberdade e a democracia foram também apontadas de maneira insistente como valores fundamentais da Promoção Social naquela conferência.

Lembremos que, em termos de Guerra Fria, democracia e liberdade ficaram caracterizados como valores pertencentes ao bloco capitalista – mais em termos retóricos do que práticos –, enquanto o mundo socialista era caracterizado como o lugar das ditaduras e lideranças autocráticas. Logo, a defesa enfática da democracia e da liberdade, sob o cristianismo, pode ser lida não apenas como uma característica dos discursos de setores conservadores do Brasil, mas também como uma tentativa de sinalizar o alinhamento de interesses da FPS para os representantes dos Estados Unidos. Manobra que é concluída na sequência, quando Paulo Maciel afirmou explicitamente que “a Promoção Social deve inserir-se no marco da Aliança para o Progresso”²⁸⁹.

Estamos diante de uma tentativa de integração da Fundação da Promoção Social e do governo de Cid Sampaio na órbita do principal programa de ajuda financeira criado pelos Estados Unidos para a América Latina até o momento: a Aliança para o Progresso. Ao considerarmos, segundo aponta Joseph Page²⁹⁰, que a forma como se deu a implantação da Aliança para o Progresso entre 1961 e 1962 gerou uma concorrência entre os governadores para ver quem recebia mais investimentos estadunidenses, a fala de Paulo Maciel torna-se crucial por indicar de maneira explícita a disposição de Pernambuco para aceitar as regras da Aliança para o Progresso.

Oficializada em 13 de março de 1961, a Aliança para o Progresso foi um programa de desenvolvimento lançado pelos Estados Unidos que tinha como foco a América Latina. Uma espécie de Plano Marshall para o continente. Seu papel era o de fornecer ajuda financeira e técnica para a criação de programas que gerassem desenvolvimento econômico e social dentro dos termos do capitalismo liberal estadunidense.

Segundo o pesquisador Felipe Loureiro, as mudanças que começaram a ser implantadas nas relações dos Estados Unidos com o restante do continente americano a partir de 1959, no tocante à ajuda e à cooperação internacional, foram aprofundadas com

²⁸⁹ “Doutrina Social Cristã deve ser o lema da ‘Promoção’”. **Diário de Pernambuco**. 14/10/1961. p. 03.

²⁹⁰ PAGE. *Op. cit.* p.167.

a chegada de John Kennedy à Casa Branca, em 1961²⁹¹. Parte da campanha de Kennedy havia sido construída na defesa da necessidade de direcionar esforços para deter o avanço do comunismo no continente, principalmente após o alinhamento dos revolucionários cubanos com a União Soviética.

De acordo com o grupo de intelectuais incumbidos pelo presidente Kennedy de criarem o que veio a ser a Aliança para o Progresso, a alocação da ajuda dos Estados Unidos, com base em critérios técnicos, em países do terceiro mundo que estivessem em vias de se modernizarem, asseguraria a decolagem (*take off*) desses processos e a permanência dos países na órbita do capitalismo. Eram necessárias três condições básicas para a decolagem: existência de uma estrutura de planificação eficiente, capacidade de mobilizar recursos próprios para complementarem a ajuda internacional e a implementação de reformas sociais capazes de impulsionar a modernização²⁹².

O Brasil não apenas atendia a essas condições, como suas dimensões e localização o tornavam um alvo preferencial para o programa. Sem esquecer que, pelo menos desde 1960, a região Nordeste do país estava sob atento escrutínio internacional exatamente pelo temor dos efeitos que a conjunção entre pobreza, exploração e organização de trabalhadores poderia causar em termos de uma nova revolução socialista no continente. Se o Nordeste era uma região preocupante, um barril de pólvora, ações eram necessárias. Junto da consultoria técnica, os Estados Unidos ofereciam, via Aliança, recursos econômicos aos países ajudados. Esses recursos podiam ser disponibilizados na forma de empréstimos ou doações em dólar; ou de empréstimos ou doações na moeda corrente do país²⁹³.

Antes da chegada de qualquer ajuda vieram os observadores estadunidenses. Segundo o historiador Arthur Barros, mesmo antes do lançamento da Aliança para o Progresso, as atividades do programa já haviam começado no Recife, a partir da visita de analistas de confiança do presidente Kennedy e da escolha cuidadosa do embaixador Lincoln Gordon para o Brasil. Os analistas vieram para conhecer, estabelecer contatos e traçar planos de intervenção na região²⁹⁴. Podemos destacar, entre os enviados, o historiador Arthur Schlesinger Jr., cujos relatórios serviriam como alicerces para o

²⁹¹ LOUREIRO. *Op. cit.* p. 50.

²⁹² *Idem.* p. 52.

²⁹³ *Id.*, p. 103.

²⁹⁴ BARROS, Arthur. *Op. cit.*, p. 85.

programa de distribuição de excedentes agrícolas dos Estados Unidos à baixo custo – o Alimentos para a Paz – e de alocação de recursos financeiros da Aliança²⁹⁵.

Outra visita importante, essa posterior ao lançamento da Aliança, em abril, foi a do economista Merwin Bohan. Ainda que houvesse um plano elaborado pela equipe de Celso Furtado na SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste, a missão de Bohan era estudar detalhadamente a região e produzir um relatório que servisse de orientação a Aliança. Em Pernambuco, Bohan viajou do litoral até o sertão do São Francisco, acompanhado de uma extensa comitiva, que incluía o governador Cid Sampaio²⁹⁶. O relatório Bohan, segundo Joseph Page, estava em sintonia com a maior parte do plano de Furtado, recomendando projetos de curto e médio prazo²⁹⁷.

Os estudos da SUDENE e o relatório Bohan delimitaram os termos do Acordo do Nordeste (*Northeast Agreement*) firmado em 13 de abril de 1962. Este foi o segundo acordo, e o mais importante, dos acordos de ajuda firmados no âmbito do programa da Aliança para o Progresso para a região. Antes, em 1961, fora assinado o acordo financeiro de maio, que possibilitou refinanciamento de empréstimos antigos e a concessão de novos empréstimos²⁹⁸.

O Acordo do Nordeste era uma promessa de investimento de 131 milhões para os próximos dois anos na região, via empréstimos e doações em dólar ou cruzeiros. Os projetos deveriam passar pelo crivo da SUDENE, enquanto a *United States Agency for International Development* (USAID) administraria os recursos da Aliança para o Progresso²⁹⁹. Razão que levou a instalação de um escritório da USAID no Recife e a intensificação da quantidade de funcionários ligados ao governo Kennedy na cidade³⁰⁰.

Apesar da aparente cooperação, vários pesquisadores que se debruçaram sobre a relação SUDENE/USAID apontam as dificuldades de colaboração entre os técnicos das agências. Problemas que compreendiam desde as diferenças de idioma até a maneira como enxergavam o papel que cada agência deveria desempenhar. Enquanto o pessoal do Celso Furtado entendia que a USAID deveria se concentrar no repasse dos recursos para

²⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁹⁶ “Embaixador Bohan acompanhará Cid em visita ao sertão”. **Diário de Pernambuco**. 09/11/1961. p. 03.

²⁹⁷ PAGE. *Op. cit.*, p. 89.

²⁹⁸ LOUREIRO. *Op. cit.* p. 70.

²⁹⁹ LOUREIRO. *Op. cit.* p. 70.

³⁰⁰ Em *A Revolução que Nunca Houve*, Joseph Paige aborda em detalhes o crescimento da colônia de cidadãos estadunidenses no Recife e os impactos que isso teve no cotidiano da cidade. Ver: PAGE. *Op. cit.*

os projetos aprovados pela SUDENE, os estadunidenses queriam um papel de maior protagonismo na avaliação e escolha dos projetos³⁰¹.

As dificuldades de relacionamento entre as agências, que refletia o crescente distanciamento entre as administrações Kennedy e Goulart, a partir da segunda metade de 1962, não são exatamente o cerne da tese. Porém, é importante que tenhamos a noção desse distanciamento e sua relação com a desconfiança dos analistas da Casa Branca em parte por causa da formação política de Goulart no trabalhismo e suas relações com pessoas e entidades da esquerda brasileira. Vale lembrar que, até esse momento, a fama de “comunista” de Jango já rendera a crise de sucessão após a abdicação de Jânio Quadros, em 1961, quando ministros militares tentaram impedir sua posse. Episódio contornado pela implantação do Parlamentarismo no Brasil.

Dentro desse quadro, a Aliança para o Progresso – e seus milhões – se tornaram um fator de desestabilização para a gestão de João Goulart. Como apontam Joseph Page, Arthur Barros e Felipe Loureiro, com a paralisação das relações SUDENE/USAID, a agência estadunidense passou a elaborar acordos de ajuda financeira diretamente com os representantes dos estados brasileiros. Algo proibido pela Constituição, mas que teve sua origem em uma interpretação dúbia do Acordo do Nordeste, que previa que a USAID assinaria acordos de cooperação com a SUDENE ou outras agências de desenvolvimento brasileiras ligadas a projetos específicos³⁰².

É esse o recurso legal que vai permitir aos representantes da USAID negociarem e estabelecerem planos de ajuda diretamente com o governo de Cid Sampaio e outros governadores vistos como aliados ou aliados em potencial contra a esquerda no país. Tomava forma a política das Ilhas de Sanidade Administrativa³⁰³. Um extenso e detalhado relatório enviado pelo coordenador da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, ao presidente Kennedy relata as dificuldades em lidar com o governo brasileiro. Sob um cabeçalho que traz as marcas do Departamento de Estado, da USAID e a inconfundível logomarca de uma tocha carregada por uma mão da Aliança para o Progresso, Moscoso afirma que o Brasil se apresenta como o mais “severo teste e a oportunidade mais desafiadora”³⁰⁴ para a Aliança para o Progresso.

³⁰¹ BARROS, Arthur. *Op. cit.*, p. 104.

³⁰² Idem, p. 103.

³⁰³ Idem, p. 106.

³⁰⁴ KENNEDY, John. F. *Presidential Library and Museum*. Agency for International Development (AID), 1962: July-August. Disponível em: Agency for International Development (AID), 1962: July-August | JFK Library. Acesso em: 22/06/2021.

Sob a ótica de Moscoso, a situação do Brasil resultava de uma junção exemplar de problemas que afetavam os países subdesenvolvidos. Seriam eles: a instabilidade política, que levava o país constantemente à beira da anarquia; a taxa inflacionária alta; um sistema de produção agrícola irracional de base feudal, incapaz de suprir as necessidades de alimentação da população; uma força de trabalho largamente analfabeta e inábil; e, por último, a alta ocorrência de endemias resultantes da má alimentação e das péssimas condições de higiene da maioria da população³⁰⁵.

Ao detalhar a instabilidade política, Moscoso permite entrever o surgimento das ilhas de sanidade administrativa. O chefe da USAID afirma que:

Em vista da fraqueza e irresponsabilidade do governo central, a USAID frequentemente tem sido obrigada a lidar com instituições estaduais, municipais e regionais cujas bases têm a mesma finalidade. A influência do governo dos Estados Unidos tem sido exercida para encorajar responsabilidade política e, em algumas instâncias, temos sido bem-sucedidos.³⁰⁶

É possível situarmos Pernambuco como uma dessas ilhas de sanidade, pelo menos durante o biênio final do governo de Cid Sampaio, uma vez que o governador era classificado ideologicamente pelos observadores da Casa Branca como “centrista”. Em maio de 1962, a Embaixada dos Estados Unidos, em articulação com os Consulados, havia criado e difundido internamente um índice ideológico que reunia os principais políticos brasileiros, pré-candidatos a algum cargo nas eleições de outubro, e os governadores em exercício dentro de uma classificação que compreendia oito categorias, cada uma correspondente a um viés político³⁰⁷. A finalidade era auxiliar as decisões da USAID. Cid Sampaio aparece ranqueado na categoria 5, “centrista”, descrita como: “Liberais e reformistas moderados, que, apesar de adotarem uma retórica pró-reformas de Base, na prática não estão engajados em executá-las”³⁰⁸.

É provável que, se a principal prioridade do programa de investimentos fosse a real decolagem de um processo de modernização da sociedade brasileira, um perfil que sugere pouco envolvimento real no processo reformista seria visto com desconfiança pelos patrocinadores do programa. Entretanto, dentro da referida escala, o perfil de Cid Sampaio era entendido como ideal para os investimentos por estar equidistante de

³⁰⁵ *Idem, ibidem.*

³⁰⁶ *Id., ibid.*

³⁰⁷ LOUREIRO. *Op. cit.* p. 118.

³⁰⁸ *Idem*, p. 120.

posições consideradas mais radicais à direita ou à esquerda³⁰⁹. A título de comparação, Miguel Arraes foi colocado na categoria 2: “Companheiro de viagem ou inocentes úteis: esquerdistas radicais ou esquerdistas ingênuos que, na prática, seguem a linha do Partido Comunista”³¹⁰. Para além, a presença da FPS contribuía para passar uma imagem de que Pernambuco apresentava órgãos de planeamento competentes, o que também era uma condição para inclusão na ficha de pagamentos da Aliança.

A diferença de classificação incidiu sobre a quantidade de ajuda e cooperação oferecida pelos Estados Unidos a Pernambuco. Com Cid Sampaio (1961-1962), o estado recebeu cerca de Cr\$ 2 bilhões em empréstimos mais US\$ 1 milhão em doações, enquanto no período de Miguel Arraes apenas uma doação de US\$ 9 mil³¹¹. Não à toa, várias pesquisas têm classificado a missão da USAID - Aliança para o Progresso como um importante ator político do período, com ênfase nos seus usos para desestabilizar o governo Jango³¹². Pernambuco, junto com a Guanabara e o Rio Grande do Norte foram os primeiros estados a receberem ajuda financeira via USAID - Aliança para o Progresso³¹³. Em Pernambuco, três áreas foram privilegiadas pelos recursos: saúde, educação e habitação. Áreas nas quais a Fundação da Promoção Social e seus intelectuais estiveram presentes.

A habitação, por exemplo, recebeu investimentos após a assinatura de um acordo entre o governo de Pernambuco e a USAID, em 05 de outubro de 1962³¹⁴. O noticiário do Diário de Pernambuco aponta que o acordo foi firmado tendo como base em um “plano de engenharia, arquitetura e sócio-econômico”³¹⁵, elaborado em conjunto pelo Serviço Social Contra o Mocambo e a Fundação da Promoção Social. É provável que a origem dentro do SSCM tenha ajudado no trabalho em conjunto. Destaca-se aqui o enfoque da FPS enquanto órgão de pesquisa e planeamento.

Anteriormente à assinatura do acordo, em março de 1962, o estudante e funcionário da FPS, Gadiel Perrucci, havia sido enviado para um estágio de seis meses

³⁰⁹ Segundo Felipe Loureiro, o índice ideológico compreendia as seguintes categorias: 1- Comunista ou criptocomunista, 2- Companheiro de viagem ou inocente útil, 3- Esquerdista ultranacionalista, 4- Reformistas radicais não comunistas, 5- Centristas, 6- Conservadores, 7- Extremistas de direita e 8- outros. Idem, p. 120.

³¹⁰ Id., ibidem.

³¹¹ Idem, p. 115.

³¹² Ver: BARROS, Op. cit.; LOUREIRO. *Op. cit.*

³¹³ LOUREIRO. *Op. cit.* p. 137.

³¹⁴ “200 milhões para habitação popular: governo e AID assinam convênio”. **Diário de Pernambuco**. 06/10/1962. p. 09.

³¹⁵ Idem, ibidem.

no Rio de Janeiro para pesquisar questões pertinentes às favelas e às políticas de combate a essa forma de moradia. Como veremos no próximo capítulo, esse estágio rendeu a publicação de um livro em que é apresentado um estudo comparativo entre os mocambos e as favelas. Ademais, ao longo de 1961 e 1962, a FPS havia realizado estudos sobre habitação popular em diferentes subúrbios da Região Metropolitana do Recife³¹⁶.

O acordo para a Educação foi firmado antes daquele que tratou da Habitação e em termos mais generosos. Enquanto para a Habitação foram concedidos US\$ 3.850.000,00 por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a Educação foi estabelecida a quantia de US\$ 1.000.000,00, via Aliança para o Progresso, mais Cr\$ 200.000.000,00 via Campanha de Erradicação do Analfabetismo. Amplos recursos para um projeto ambicioso, que previa a construção de 1.500 escolas-modelos pelo Estado e a ampliação do número de salas de aula de grupos educacionais que já existiam. O enfoque dos investimentos privilegiava a zona metropolitana do Recife³¹⁷. À frente da execução do projeto educacional estava a Secretaria Estadual de Educação. A FPS aparece de maneira mais discreta, como participante do planejamento e execução do acordo junto à Secretaria.

Ao realizar estudos e planos de ação para as políticas públicas, os intelectuais reunidos na FPS – similarmente ao que acontecia na SUDENE e no MCP – fornecem credibilidade às ações do Governo de Pernambuco. Este, ao investir na reunião de intelectuais na FPS, interferira diretamente no horizonte de possibilidades do campo intelectual local. Configura-se, dessa maneira, aquilo que nos referimos em na introdução como uma via de mão dupla da relação entre o campo político e o campo intelectual, na qual ambos são capazes de exercer certo grau de influência sobre o outro. Não deixa de haver uma preponderância do campo político sobre o intelectual, tendo em vista o controle que exerce sobre a máquina pública de financiamento. No entanto, percebemos que os agentes do campo político acabam por manifestar a necessidade de buscar no campo intelectual uma justificativa técnica, e com frequência moral, para as suas tomadas de decisões.

Ao contrário da SUDENE ou do MCP, a FPS parece ter desenvolvido relações muito tranquilas com a missão da USAID - Aliança para o Progresso. Nesse sentido, a Fundação da Promoção Social também se beneficiou dos acordos referentes ao envio de

³¹⁶ Limpeza de Mocambos: Plano beneficiará 10 mil Famílias. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de jan. 1962. Ano 137, nº 8, 1º caderno, p. 05.

³¹⁷ BARROS, Op. cit. p. 109.

alimentos feitos pelo programa Alimentos para a Paz, uma vez que suas escolas receberam parte da comida doada para reforçar a merenda escolar. Em um relatório enviado ao presidente Kennedy, o diretor do Alimentos para a paz George McGovern considera que o incremento da merenda escolar a partir do programa oferecia um impulso duplo aos esforços dos Estados Unidos, uma vez que “eles contribuem primeiro para a saúde das crianças e depois para a melhoria da aprendizagem”³¹⁸.

A afinação da FPS com entidades estrangeiras também é percebida em atividades de cooperação com organizações não-governamentais, como o *Catholic Relief Services* – agência de ajuda humanitária fundada pela comunidade católica dos Estados Unidos, que enviara alimentos para Pernambuco em 1961 e 1962 – e o Movimento pelo Rearmamento Moral. É sobre o segundo que ajustaremos o foco.

Sediado no Castelo de Caux, Suíça, o Movimento pelo Rearmamento Moral (MRM), ou apenas Rearmamento Moral, era uma instituição fundada em 1938 por um pastor presbiteriano nascido na Pensilvânia, chamado Frank H. Buchman. Este, após se mudar dos Estados Unidos para a Inglaterra, havia fundado em 1921 outra organização denominada Grupo de Oxford. Seu nome veio da adesão de professores e estudantes da Universidade de Oxford. Foi com o Grupo de Oxford que Buchman viajou pelo mundo e desenvolveu, ao longo das décadas de 1920 e 1930, a doutrina que lastreou o Rearmamento Moral.

Após os eventos da Segunda Guerra Mundial e a divisão do mundo em decorrência das disputas relacionadas à Guerra Fria, o MRM cresceu e recebeu bastante atenção da mídia e de lideranças mundiais. Antes da Segunda Guerra, Buchman havia sido recebido pelo presidente Franklin Roosevelt e apresentara os objetivos e práticas de sua instituição³¹⁹. Mas, afinal, o que fazia o Movimento pelo Rearmamento Moral?

Lembremos que, com o estabelecimento da Guerra Fria, a paz havia se tornado mais um lugar de disputa, uma vez que, desde 1947, o pacifismo era um recurso com o qual a União Soviética buscava criar um ambiente desfavorável a possíveis ações militares diretas dos Estados Unidos contra o mundo socialista enquanto ganhava tempo

³¹⁸ KENNEDY, John. F. *Presidential Library and Museum*. Papers of John F. Kennedy. President's Office Files. Departments and Agencies. Food for Peace Program, 1962: January-July. Disponível em: Food for Peace Program, 1962: January-July | JFK Library. Acesso em: 22/06/2021.

³¹⁹ PECCI, Luís. O Movimento de Rearmamento Moral. *Síntese Política Econômica Social*, v. 3 n. 10 (1961), p. 33-52. Disponível em: Vista do O MOVIMENTO DE REARMAMENTO MORAL (faje.edu.br). Acesso em: 13/05/2021.

para se reorganizar e avançar nas pesquisas nucleares³²⁰. De forma geral, o Movimento pela Paz conseguiu angariar apoio com a promoção de eventos como o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, de 1948, e o I Congresso Mundial pela Paz, de 1950. Esse movimento logo englobou protestos contra a proliferação de armas nucleares, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Guerra da Coreia³²¹. No Brasil, as mobilizações em prol da paz encontraram ampla adesão entre os membros do Partido Comunista.

Nesse quadro, o Movimento pelo Rearmamento Moral se insere como um ator global na disputa pela construção da paz mundial. Como características mais explícitas de seus discursos, percebemos a presença de uma visão universalista e de uma retórica salvacionista, ambos de origem cristã. Seu principal objetivo seria operar uma mudança de valores a nível mundial que fosse capaz de criar um ambiente pacífico. Portanto, em tempos de polarização política, o MRM se colocava enquanto uma instituição que buscava substituir as várias ideologias que dividiam as pessoas por um único conjunto de valores, capaz de trazer a concórdia e a união. Segundo um de seus integrantes, um norueguês ex-membro do Partido Comunista:

A menos que o homem pautar a sua vida por padrões morais absolutos não será possível melhorar o mundo e a sociedade em que vivemos. O Rearmamento Moral é uma nova revolução. Eliminará a exploração, a corrupção, a cobiça e, ao mesmo tempo, a tirania. O capitalismo fracassou. Mas o marxismo fracassou também. Persistem, sob o comunismo, os mesmos males do capitalismo: não existe verdadeira democracia e a ditadura política tem que ser mantida a todo custo.³²²

Embora a citação traga críticas ao capitalismo e ao comunismo, em uma tentativa de igualar os sistemas ideológicos e identificá-los com um mal a ser combatido, veremos que, ao chegar em Pernambuco, a retórica do MRM se concentra no discurso anticomunista e opta por não dar ênfase ao seu anticapitalismo. Igualmente, os maiores aliados e incentivadores do Rearmamento vão ser os grupos de industriais e usineiros – as denominadas classes produtoras – que apoiavam Cid Sampaio.

Estamos diante de uma instituição cuja mensagem apresenta um caráter duplo bastante explícito: é ao mesmo tempo religiosa e político-social³²³. Atingir um novo

³²⁰ RIBEIRO, Jaime Lúcio Fernandes. Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, n. 42, p. 261–283, jul. 2008.

³²¹ *Idem*, p. 264.

³²² SOUZA, Artur. Que é Rearmamento Moral?. **Manchete** Revista Semanal.. Rio de Janeiro. Nº 506. 30 dez. de 1961. p. 38-40..

³²³ PECCI, Luís. *Op. cit.*, p.38

arranjo social só seria possível a partir do abandono de outras ideologias e da conversão individual ao programa de valores sociais do Rearmamento Moral. Um tipo de mudança social que começaria dentro dos indivíduos. Ao apelar para a mudança moral individual, o MRM parece buscar uma solução para a política fora do campo da política. Para tanto, pregavam o que entendiam ser uma volta da humanidade a quatro princípios absolutos que os aproximariam de Deus: honestidade, pureza, altruísmo e amor ao próximo³²⁴.

O discurso padrão do Rearmamento Moral era atraente, uma vez que utilizava ideias e conceitos bastante aprazíveis: mencionava a paz mundial, a reconciliação, perdão, união dos povos. Uma mistura de Igreja pentecostal e Organização das Nações Unidas. Esses temas eram tratados da forma mais generalista possível para que se criasse um guarda-chuva moral capaz de acomodar indivíduos seguidores dos mais diferentes tipos de credos religiosos ou políticos.

O funcionamento do Movimento pressupunha a ideia de irradiação de seus princípios, desde sua sede na Suíça, onde seus representantes eram treinados, até as equipes encarregadas de viajar pelo mundo visando angariar novos apoiadores. Os novos adeptos, por sua vez, também espalhavam a ideologia. Segundo descreveu o jornalista Glauco Carneiro para *O Cruzeiro*:

É justamente formar líderes transformados, o objetivo do Rearmamento Moral, e, para isso, frentes ideológicas percorrem o mundo, enquanto outros são treinados ideologicamente em Caux, na Suíça, onde está a sede mundial do movimento. Buchman e seus adeptos querem que o homem faça sua autocrítica, depois ajude o vizinho a fazer a sua, os dois à sociedade, milhares à nação e ao mundo. Numa verdadeira reação em cadeia de bons propósitos³²⁵.

Importante notar que a reportagem escrita por Glauco Carneiro sobre o Rearmamento apresenta um tom bastante amistoso, mesmo quando explicita o caráter ideológico do grupo. Até a “ofensiva ideológica”, que o Rearmamento pusera em prática em 1961, adentrando o continente americano a partir do Brasil, é narrada em um tom otimista.

Como de praxe para as matérias de *O Cruzeiro*, o texto é intercalado por muitas fotografias das atividades do MRM pelo mundo. Também há imagens de uma celebração promovida pelo Rearmamento no estádio do Maracanã, quando da realização de um congresso da instituição, em 1961. Nas fotografias, vemos representantes de diferentes

³²⁴ Idem, p. 44.

³²⁵ CARNEIRO, Glauco. “Uma luta pela reconstrução do mundo”. Revista **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro. Ano XXIV, nº 20, 24 fev. 1962. p. 32.

culturas e nações, caracterizados com trajes típicos de maneira a explicitar suas origens étnicas. Como se não bastasse, eles desfilam sob as bandeiras de seus lugares de origem para passar a imagem de união mundial.

Outro momento marcante registrado foi a apresentação do coro do movimento. Após o desfile e o coro, a cerimônia atingia seu ponto alto: o do testemunho. Prática comum entre Igrejas cristãs protestantes, o testemunho consistia em um discurso pessoal conferido por alguém de relevância para a comunidade ou um recém-convertido que aponta seus erros passados – ou pecados – e oferece um depoimento sobre como sua vida melhorou após entrar para a congregação em questão.

No caso em tela, não se trata de uma Igreja, mas a prática é a mesma. Naquela noite, no Maracanã, foi o marechal Henrique Teixeira Lott quem deu seu testemunho de adesão ao MRM. Sobre o apoio público que conferia, Lott entendia tratar-se de “(...) fazer com que nossas posições, em vez de serem ditadas pela paixão ou pelo interesse, sejam precedidas de um exame de consciência a fim de que haja perfeita coerência entre os atos e pensamentos”³²⁶.

A difusão do Rearmamento Moral, no início da década de 1960, foi de tal monta que causou preocupação entre setores católicos e suscitou reações. Uma das análises mais detalhadas sobre o MRM foi feita pelo padre Luís Pecci. Em um artigo intitulado *O Rearmamento Moral*, Pecci apresenta uma minuciosa reflexão sobre as origens, o desenvolvimento e a expansão do Rearmamento. Também é notável seu tom de reprovação em relação ao movimento: devido às suas raízes no protestantismo estadunidense e à sua preocupação com a ampla adesão de católicos. O autor temia que tal fato pudesse levar ao esvaziamento da doutrina cristã romana. Ainda assim, Pecci constrói um estudo consistente sobre a metodologia de Buchman.

Sob a ótica de Pecci, o Movimento de Rearmamento Moral seria um exemplo dos chamados movimentos reavivamentistas, um fenômeno que identifica como bastante comum dentro das tradições protestantes e que consiste no surgimento dentro de uma igreja estabelecida de um grupo que alega o afastamento da instituição dos valores primitivos do cristianismo e que passa a pregar a volta a esses valores³²⁷. Dentro desse conjunto de movimentos, o Rearmamento possuiria a particularidade de ser mais liberal

³²⁶ Idem, p. 33.

³²⁷ PECCI, Luís. *Op. cit.*, p. 35.

em relação à doutrina cristã, o que é justificado pelo objetivo de ser um movimento capaz de atrair cristãos e pagãos.

Esse aspecto é o mais criticado pelo padre. A diluição, a flexibilidade e a superficialidade da abordagem dogmática seriam um caminho ao indiferentismo religioso: fenômeno no qual os princípios do cristianismo seriam tão diluídos para aumentar seu poder de atração que ele deixaria de se diferenciar em termos teológicos de outras matrizes religiosas. Dentro do catolicismo romano, o indiferentismo religioso é considerado uma heresia e, por isso, o artigo conclui com uma recomendação aos fiéis: a não cooperação dos católicos com o Rearmamento.

Os perigos que a doutrina do MRM representaria para a fé católica também foram abordados alguns anos antes da expansão do Rearmamento Moral. No entanto, uma cooperação entre católicos e o MRM não era vista como impossível, sobretudo no tocante ao combate ideológico ao marxismo. Essa perspectiva é apresentada em um texto publicado em 1957, para a revista mensal *Catolicismo*. Em um artigo não assinado, o autor se refere ao combate daquilo que chama de “veneno inoculado pelos propagandistas do ateísmo materialista”, com a seguinte afirmativa: “Para tais fins e em certas condições, bem como dentro de certos limites, há colaborações possíveis, mesmo por parte de católicos, mas só quando não haja riscos de indiferentismo ou de sincretismo religioso”³²⁸.

Frente ao exposto, podemos concluir que o Rearmamento Moral era uma organização conservadora e, em certos pontos, reacionária, tanto no seu aspecto político quanto moral e religioso. Seu discurso de neutralidade política mascarava seu anticomunismo, o que a tornava propensa a se aliar com setores à direita do espectro político dos países onde aportava. Analogamente, seu discurso de “tolerância e amor ao próximo” tinha um alcance bastante limitado pelo conservadorismo moral inerente ao movimento, principalmente para uma doutrina que se queria em termos “absolutos”.

Exemplos da limitação referida aparecem em 1963, em uma série de publicações feitas na imprensa nacional com o intuito de promover o Rearmamento e arrecadar fundos para a instituição. Essas publicações ocupavam uma página inteira de jornal. O parágrafo inicial explica que um periódico comunista impresso em Moscou, chamado *Kommunist*, dedicou algumas linhas ao Rearmamento Moral. Os parágrafos que teriam sido transcritos

³²⁸ Traz graves perigos para a fé o Rearmamento Moral. *Catolicismo*. Nº84, dezembro de 1957.

do periódico comunista dão conta da expansão propagandística do MRM e de suas críticas ao comunismo e aos marxistas³²⁹.

O tom das linhas supostamente publicadas no *Kommunist* desacredita as ações e discursos do Rearmamento ao situá-los como reformadores de uma moral burguesa em crise. Por isso, o artigo redigido como resposta por membros do MRM tem o formato de uma carta aberta direcionada a Nikita Krushev, na qual procuram explicitar o que defendem e o que são contrários àqueles que passaram pelo Castelo de Caux (figura 9).



Figura 9: O Rearmamento Moral e o senhor Krushev. Diário de Pernambuco.

Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O cerne do artigo se desenvolve em quatro colunas que expõem e comparam os valores aos quais o Rearmamento é “a favor” e aquilo que é “contra”. Na quarta coluna da esquerda para a direita – “contra” –, vemos entre os itens:

- (...) 10. A homossexualidade, lesbianismo, pornografia, adultério, falsidade que afirmam que o pecado não é mais pecado quando muitas pessoas começam a gostar dele. O interesse em coisas sujas e imorais que roubam à nação o trabalho e a habilidade, acarretando a perda de seus mercados.
11. Divórcio, seja por meios legais ou astuciosos. (...) ³³⁰

³²⁹ Durante a pesquisa, foi possível atestar a existência do periódico, mas não encontramos o artigo específico que trataria do Rearmamento Moral.

³³⁰ Diário de Pernambuco. Ano 138, nº 147. P.09.

Logo, apesar do discurso que cita exaustivamente o respeito e o amor e de ser considerado como “muito liberal” por seus críticos católicos, o Rearmamento Moral se guiava por uma série de valores sociais conservadores comuns ao cristianismo do período. Aqui, nada de novo sob o sol.

Retornando a Pecci, ele é bastante preciso ao relacionar a expansão do Movimento e de sua influência mundial à prática criada por Buchman, desde o Grupo de Oxford, de procurar estabelecer redes de contatos com pessoas de destaque de várias áreas da sociedade. Entre os que participaram ativamente das reuniões, comícios e outras atividades de propaganda do RMR vislumbramos uma ampla gama de profissões e ocupações. Ao analisarmos publicações sobre o Rearmamento, encontramos pessoas como: Konrad Adenauer, chanceler da Alemanha Ocidental entre 1949 e 1963; o marechal do Exército Brasileiro Juarez Távora; Peter Howard, jornalista e escritor inglês; o filósofo francês Gabriel Marcel; Roy Rogers, popular cantor e ator de filmes de cowboy; a também atriz e cantora Muriel Smith; Rajmohan Gandhi, professor universitário e pesquisador, neto de Mahatma Gandhi; Sir Edward Cochrane, almirante da Marinha Britânica; entre outros.

Considerando esses nomes relacionados, aferimos que a estratégia de Buchman de atrair indivíduos de relevância em diferentes campos sociais surtiu o efeito desejado. No que tange a chegada do Rearmamento Moral ao Recife, desde julho de 1960, pequenas referências ao Movimento aparecem nos jornais. O movimento se preparava para desembarcar na cidade.

Em junho de 1961, Guilherme Borgoff, representante do MRM, chegou ao Recife para apresentar o movimento em uma série de palestras e reuniões com entidades, como a Associação Comercial de Pernambuco. A palestra de Borgoff teve lugar no dia 08 daquele mês e, no dia 20, uma terça-feira, a TV-Rádio Clube promoveu um debate sobre o Rearmamento³³¹. No dia 22, uma comissão formada por três representantes do MRM foi recebida pelo governador e pelo prefeito do Recife para acertar os detalhes para a encenação de uma peça criada e montada pelo movimento, chamada de *O Tigre*. Entre as figuras que estiveram no Recife nessa ocasião e atuaram como embaixadores do

³³¹ Rearmamento Moral, tema de debate, terça-feira, na TV-Rádio Clube, canal 6. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 136, nº 136. 18 de jun. de 1961. Primeiro Caderno, p.05.

Rearmamento, podemos apontar: Rajmohan Gandhi, marechal Juarez Távora, general Hugo Bethlem, Irene Laure e Hans Bierkholt³³².

A partir de junho/julho de 1961, notas, notícias ou artigos de opinião relacionados ao Movimento pelo Rearmamento Moral serão constantes nos jornais pernambucanos até 1962. Dentro desse período, mensalmente há ao menos 3 ou quatro referências ao Rearmamento. Em 1963, há uma diminuição nessa frequência – encontramos ocorrências apenas nos meses de janeiro, abril, maio e junho, – e, em 1964, elas voltam a aumentar de quantidade. Podemos compreender daí que, no período de intensificação das disputas eleitorais entre esquerda e direita, entre 1961 e 1962, o Rearmamento encontrou as portas abertas para seus representantes e o terreno fértil para sua pregação. Já quando Miguel Arraes assume o governo do Estado, em 1963, a situação não era tão favorável ao movimento, o que constatamos pelo escasseamento de seus intelectuais e de iniciativas no cenário pernambucano, embora o MRM nunca tenha se retirado totalmente do Estado.

Como veremos no próximo capítulo, no período de maior polarização da disputa política, as produções propagandísticas do Rearmamento Moral ajudaram a compor o repertório de recursos da Fundação da Promoção Social, por meio do fornecimento de longas-metragens, peças de teatro e publicações que foram de alguma forma utilizados pela FPS em sua disputa pelos espaços culturais, e ideológicos, do Recife com o MCP – caso das pautas dos teatros da capital ou de eventos cinematográficos. Trataremos da mediação intelectual da FPS e de como ela se beneficiou das alianças que estabeleceu com grupos de intelectuais afins.

³³² Na ilha do retiro “O Tigre será encenado hoje à noite”. **Diário de Pernambuco**. 01 de jul. de 1960. Primeiro Caderno, p.03.

Capítulo 3

A Fundação da Promoção Social em 1962: o campo em disputa

3.1- Uma questão de método: a FPS e a campanha de alfabetização de 1962

Em 15 de março de 1962, Cid Feijó Sampaio enviou sua quarta mensagem ao poder Legislativo do estado. Ela marcava o início dos trabalhos do último ano de sua gestão no Governo de Pernambuco. A introdução revela um tom bastante otimista com o qual Cid faz uma retrospectiva não apenas do ano anterior de seu governo, como era determinado pela legislação estadual, mas abarca os três anos de sua administração até ali. Orgulhoso de sua obra, o governador aponta já nos primeiros parágrafos que conseguiu, em três anos de mandato, assentar as bases de uma reestruturação do estado que o direcionava para a industrialização e a vitória sobre o subdesenvolvimento³³³.

A versão completa da mensagem do governador abrange as diversas áreas das secretarias e empresas públicas do estado. Dentro dessa esquematização, a Fundação da Promoção Social aparece enquanto um tópico independente nas últimas páginas da mensagem, logo após o Serviço Social Contra o Mocambo. Sobre a FPS, a mensagem traz uma ampla gama de informações dos empreendimentos da fundação em 1961, com destaque para a educação e a saúde. Segundo o documento, a FPS instalara 250 escolas, das quais 162 estavam distribuídas pelos bairros do Recife e 88 pelo interior do estado³³⁴. Para agilizar o processo de implantação, as escolas foram instaladas em prédios alugados ou cedidos a FPS e localizados nos bairros mais humildes e mais densamente povoados.

Todas as escolas funcionavam nos três turnos – sendo o da noite reservado para a alfabetização de adultos, enquanto, durante o dia, era oferecido o curso primário às crianças – o que teria permitido o atendimento de 17.081 estudantes nas escolas da FPS. A esse número somavam-se as 3.405 matrículas disponíveis nos cursos de alfabetização oferecidos para crianças e adultos nos 14 Centros Educativos Operários do Recife que também eram administrados pela FPS. No total, 20.486 vagas escolares teriam sido criadas pela Fundação da Promoção Social em 1961³³⁵. Em todos os estabelecimentos de

³³³ Mensagens Governamentais (introduções). Departamento de Arquivos Permanentes. Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual (1962-1963). Caixa 38. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano. p. 69.

³³⁴ Embora Cid não faça essa distinção na mensagem, outras fontes, como os jornais, dão conta de que algumas das ditas escolas consistiam em uma sala de aula montada em um primeiro andar de um sobrado ou uma sala paroquial emprestada, portanto, tinha capacidade para atender pequenas quantidades de alunos em cada turno de funcionamento.

³³⁵ Idem, p. 201-202.

ensino da FPS, a merenda dos estudantes era assegurada por recursos originários da Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME) e da Aliança para o Progresso³³⁶.

Com o objetivo de reforçar sua rede de ensino, ainda no apagar de 1961, a FPS firma com o Colégio Evangélico Agnes Erskine um convênio para a instalação e manutenção de 30 escolas anexas a igrejas evangélicas das cidades de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Moreno. O convênio teria validade inicial de 1 ano, a partir de fevereiro de 1962. A FPS cobriria todos os custos operacionais, de pessoal, material e merenda, enquanto o Colégio Agnes forneceria professores e funcionários de apoio administrativo³³⁷. O artigo ainda informa que, com esse convênio, a FPS chegaria a 280 escolas em funcionamento em 1962 e que, apesar do acordo com uma entidade religiosa, o plano de alfabetização da Fundação se mantinha leigo e apolítico.

A título de comparação, em setembro de 1962, o MCP divulgou no *Jornal do Comércio* que mantinha 201 escolas de educação primária, supletiva e de base na Região Metropolitana do Recife e 30 salas de aula instaladas em sociedades esportivas e religiosas³³⁸. A mesma matéria, dá conta de que, em 1962, o MCP e a Divisão de Ensino do MCP – diretoria responsável pelas iniciativas escolares do movimento – tinha 15.093 matrículas efetivas.

Como mencionamos, dentro do momento desenvolvimentista vivido no país, a alfabetização era entendida como uma parte importante do processo de desenvolvimento do Brasil, tal qual a industrialização, com destaque para iniciativas de alfabetização em massa de adultos. Nesse ponto, o convênio firmado com o Colégio Agnes Erskine seria primordial para dar ao programa de alfabetização de adultos da FPS um método de renome, o método Laubach de alfabetização e, principalmente, uma identidade capaz de concorrer com a popularidade alcançada pela cartilha do MCP.

A partir de agosto de 1962, o programa emergencial de educação de adultos da FPS passou a empregar as cartilhas *Um ensinando ao outro*, editadas por pessoas ligadas ao Agnes Erskine, sob o prisma do método de alfabetização Laubach. O recém-empossado presidente da FPS, Luís Fernando Guedes Pereira³³⁹, acompanhado por José

³³⁶ “Merenda escolar quer atender 4 milhões de alunos, dizem técnicos em Pernambuco”. *Diário de Pernambuco*. Nº 168, ano 137. 28 de julho de 1962. p. 05.

³³⁷ “F.P. S. assina convênio com Igrejas Evangélicas: escolas”. *Diário de Pernambuco*. 28 de dezembro de 1961. p. 03.

³³⁸ “MCP em defesa da educação popular: apoio integral do Ministro da Educação e Cultura”. *Jornal do Comércio*. 05/10/1962.

³³⁹ Paulo Rangel Moreira se desligou da FPS em julho, para se dedicar a campanha para deputado estadual.

Rafael de Meneses entregou uma cópia do convênio ao governador Cid Sampaio, oportunidade em que Meneses destacou que a cartilha Laubach era similar à do MCP, porém, seus elaboradores haviam tido o cuidado especial em não abordar “problemas socioeconômicos”³⁴⁰.

Cerca de vinte mil exemplares da cartilha chegaram a Pernambuco e estimou-se que seria possível alfabetizar dois mil alunos em quatro meses³⁴¹. A aplicação do método Laubach e o treinamento dos professores nesse sistema ficou sob a direção da mesma professora – ligada ao Colégio Agnes Erskine – responsável pelo programa educacional do público infantil: Edla Oliveira.

Agora a FPS tinha um método em torno do qual poderia construir uma identidade capaz de reforçar sua imagem de órgão técnico competente. Nos meses seguintes, surgiram peças publicitárias e notícias que destacavam o emprego do método Laubach de alfabetização como algo inovador, a solução que faltava no combate ao analfabetismo. A professora Edla Oliveira, agora nomeada executora do convênio FPS-Agnes Erskine, foi um agente chave na publicização da adoção do método Laubach. No dia 18 setembro de 1962, participou do programa *Encontro Mercado*, exibido pelo canal *Televisão Jornal do Comércio*, oportunidade na qual discorreu sobre a campanha de alfabetização e apresentou a cartilha do método Laubach³⁴². No dia 24, foi a vez do rádio, em que Edla participou do programa “O galã e a Secretária”, da Rádio Jornal do Comércio³⁴³. Diante de tanta repercussão, podemos nos questionar: o que era esse método Laubach?

Frank Charles Laubach foi um professor e missionário estadunidense que, em 1915, iniciou o desenvolvimento de um método de alfabetização em massa cujo objetivo era iniciar nas primeiras letras a população largamente analfabeta de uma das ilhas do arquipélago das Filipinas que passara para a posse dos Estados Unidos. O sucesso inicial da empreitada alfabetizadora foi tamanho que seu método foi largamente difundido na Ásia e na África e se tornou referência como um método cristão de alfabetização, já que

³⁴⁰ Palácio das Princesas. **Última Hora: Nordeste**. Ano I, nº 74, 30/08/1962, p. 03.

³⁴¹ “Ontem, no palácio.” **Diário de Pernambuco**. 29 de agosto de 1962. p. 05.

³⁴² “Falará sobre alfabetização de Jovens e adultos”. **Diário de Pernambuco**. 18 de setembro de 1962. p.10.

³⁴³ “Reunem-se orientadores e professores do ‘método Laubach’, hoje, à tarde. **Diário de Pernambuco**. 23 de setembro de 1962. P. 14.

sua motivação inicial era a de possibilitar a leitura da bíblia³⁴⁴. De acordo com a pesquisadora Nathália de Lima,

A proposta do Método Laubach era baseada essencialmente, na divisão silábica, na oralidade e nas imagens correspondentes. A partir da imagem de uma determinada figurava, demonstrava-se a divisão de suas sílabas, reforçando em cada uma delas o seu “som”, para a formação de novas palavras e pequenas frases³⁴⁵.

Se voltarmos duas décadas, perceberemos que Frank Laubach e suas cartilhas não eram desconhecidos em terras pernambucanas, uma vez que o missionário esteve no Recife para apresentar seu método em 1943. Após passar por Colômbia, Peru, Bolívia e Equador, Laubach chega ao Recife e, sob os auspícios do ministro Gustavo Capanema, apresenta seu método em palestras e entrevistas a jornais da época. Também foram impressos 10.000 exemplares de sua cartilha³⁴⁶.

Várias iniciativas de difusão da alfabetização ocorridas em fins da década de 1940 e início de 1950 foram baseadas nessa metodologia, como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA)³⁴⁷. As Cruzadas ABC, bastante criticadas por grupos ligados ao MCP, também se inspiraram no trabalho do missionário³⁴⁸.

A tentativa de mensurar a importância ou a influência do método Laubach nesse primeiro momento de sua introdução no Brasil – décadas de 1940 e 1950 – implica em obstáculos que requerem um trabalho de pesquisa voltado ao tema³⁴⁹. Não obstante, se

³⁴⁴ FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. *Alfabetização de Jovens e adultos no Estado da Paraíba*: registros político-pedagógica de experiências da década de 1960. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação. 2013. 105 p.

³⁴⁵ LIMA, Nathália Rodrigues Faria de. O método Paulo Freire: Conscientização e organização política nos anos 1960. *Revista Convergência Crítica – Dossiê História Política* (nº 4 ano 2013). Núcleo de Pesquisa e Estudos em Teoria Social – NEPETES. P.36-46.

³⁴⁶ “Alfabetização em duas semanas”. *Diário de Pernambuco*. Ano 118 nº48, 28 de fevereiro de 1943. p. 03.

³⁴⁷ LIMA. Op. cit., p. 41.

³⁴⁸ FAÇANHA. Op. cit., p. 74.

³⁴⁹ A partir de 2008, interpretações feitas com base no trabalho do historiador Davi Gueiros Vieira, amplamente difundidas em *blogs* e páginas na internet comandados por grupos da direita política do Brasil e igrejas evangélicas, têm difundido a ideia de que o método Laubach teria sido copiado e “pervertido” pelo marxismo de Paulo Freire, patrono da educação no Brasil. As acusações são fundadas em dois argumentos principais: o primeiro, afirma que Freire teria conhecido e conversado com Frank Laubach quando o missionário esteve no Brasil, em 1943; o segundo argumento se baseia em uma suposta semelhança na metodologia de associação de imagens e palavras. Em nossa pesquisa, não conseguimos encontrar o artigo original assinado pelo David Gueiros Vieira. Encontramos, não obstante, reproduções integrais ou de trechos de um mesmo artigo, que teria sido publicado em um *blog* e é reproduzido a exaustão por grupos evangélicos e da direita política que são abertamente contrários a Paulo Freire e tudo que ele representa. Ressaltamos que os aspectos mais marcantes do método de Paulo Freire, como a relação dialógica entre educando e educador, o uso da realidade do educando como base para temas geradores e o entendimento da educação enquanto um ato político, não estão presentes no método Laubach, dotado de uma visão mais

considerarmos que, ao chegarmos à década de 1960, os altos índices de analfabetismo ainda eram um problema central para o desenvolvimento do Brasil, é possível inferir que as campanhas de alfabetização das décadas de 1940 e 1950 não obtiveram o desempenho esperado. Pesquisadores da área da educação apontam diversos fatores que ajudam a entender o fracasso dessas campanhas, como a baixa remuneração e os atrasos nos pagamentos dos professores, além da evasão dos alfabetizandos. Também a inadequação do material didático é apontada como razão para o fracasso, uma vez que ele era pouco adequado ao público adulto e não levava em consideração as variações, linguísticas e ambientais, das regiões do Brasil³⁵⁰.

Não obstante, em 1962, o método reaparecia com força total em uma campanha de alfabetização de jovens e adultos, capitaneada por setores evangélicos de Pernambuco. De início, 1.000 professores se apresentaram como voluntários para treinamento no método Laubach. Para atendê-los, a FPS/Agnes Erskine montou 39 postos de treinamento já no mês de setembro. Todos os postos de treinamento funcionavam em igrejas ou colégios evangélicos, à exceção do posto montado no Departamento Cultural da Promoção Social. A maioria das entidades que aparecem listadas como centros de treinamento estava ligada à Igreja Presbiteriana, 20 ao todo. As igrejas Batista, Metodista e Pentecostal completam a lista³⁵¹.

Para garantir a efetividade do curso de preparação de professores alfabetizadores no método Laubach, os bairros do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes foram divididos em 11 zonas, nomeadas de “A” a “K”. Cada uma dessas zonas ficou sob a responsabilidade de um supervisor que coordenava os trabalhos dos orientadores do método encarregados de treinar os professores voluntários (ver anexo E)³⁵².

Após uma semana de treinamento, os professores estariam aptos a empregar o método nas escolas da FPS e a expectativa era de 2.000 adultos alfabetizados até o natal

hierárquica do processo de alfabetização. Por isso, as acusações de plágio são infundadas e resultam do crescimento recente no Brasil de uma direita política radical. Ver: Paraibarama: Método Paulo Freire ou Método Laubach? Acesso em: 17/04/2023; Frank Laubach: um dos métodos mais bem-sucedidos de alfabetização do mundo - altavista.news. Acesso em: 17/04/2023; Alfabetização pela Bíblia R.J: Frank Laubach um exemplo de vida cristã (alfabibliarj.blogspot.com), Acessado em 17/04/2023 e Método Paulo Freire, ou Método Laubach? - Escola Sem Partido. Acesso em: 02/02/2023.

³⁵⁰ PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição à História da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973, p.193.

³⁵¹ “Funcionam já 39 postos para Orientadores do método Laubach”. **Diário de Pernambuco**, 16 de setembro de 1962. P. 15.

³⁵² “Dois mil adultos serão alfabetizados até o natal”. **Diário de Pernambuco**. 27 de setembro de 1962. p. 09.

daquele ano. Estes seriam, então, preparados para desempenharem a função de instrutores do método Laubach e estariam aptos a ensinar outros adultos analfabetos a ler utilizando a mesma cartilha. Logo, esperava-se um crescimento em progressão geométrica do número de pessoas alfabetizadas em Pernambuco pelo método Laubach³⁵³. No dia 27 de setembro, às 19:30h, os inscritos na campanha da FPS-Agnes Erskine foram convocados a comparecer nas sedes das zonas onde foram lotados para os últimos preparativos.

Entre meados de setembro e início de outubro, a campanha emergencial de alfabetização de adultos no método Laubach iniciou seus trabalhos efetivos. Já no dia 09 daquele mês uma nova reunião, dessa vez entre os orientadores do método e a direção da campanha, foi convocada para às 20 horas, no Colégio Agnes Erskine. Segundo declarou Edla Oliveira, seriam discutidos ajustes necessários, como a criação de um conselho de Alfabetização – encarregado de ajudar na continuidade e expansão do projeto – e o encaminhamento dos pedidos de novas igrejas que desejavam ser incluídas no projeto. Seria feita uma avaliação sobre o que fora realizado nesse início de projeto visando possíveis ajustes necessários para assegurar a meta de 2.000 pessoas alfabetizadas até o natal³⁵⁴.

No dia 13, a FPS acolheu a proposta do Serviço de Voluntários do Hospital das Clínicas (Pedro II) que se dispuseram a aprender o método Laubach para aplicá-lo nos pacientes internados, mas em condições de aprender a ler. O diretor do Departamento Cultural da Fundação, José Rafael de Menezes, pôs à disposição dos voluntários os materiais que precisavam para o treinamento e autorizou a organização imediata de um curso da metodologia Laubach. Apesar da urgência dada pelo diretor da FPS e do curso de habilitação na metodologia Laubach ser de curta duração – apenas 4 aulas –, houve um atraso no início da preparação dos voluntários do Hospital Pedro II. José Rafael de Menezes queria que o curso começasse no dia 13 de outubro, porém, ele teve início apenas em 06 de novembro³⁵⁵. O atraso é explicado pela incapacidade de suprir a alta demanda por orientadores do método no período inicial da campanha.

A disputa entre a FPS e o MCP por espaços dentro do campo cultural ou intelectual no Recife era bastante calcada nos números que cada entidade conseguia apresentar a cada nova iniciativa. Havia uma disputa publicitária subjacente às diferenças ideológicas que era fundamental para legitimar cada uma das instituições dentro do campo intelectual

³⁵³ Idem, *ibidem*.

³⁵⁴ “Ontem no palácio”. **Diário de Pernambuco**. 09 de outubro de 1962. p.06.

³⁵⁵ “Início do curso Laubach”. **Diário de Pernambuco**. 04 de novembro de 1962. p.03.

e, conseqüentemente, assegurar a existência da FPS e do MCP. Era preciso convencer a opinião pública da melhor eficiência ou adequação dos projetos que cada uma das siglas representava para o desenvolvimento e a superação dos problemas sociais do período.

Por conseguinte, não surpreende que, quando a campanha de alfabetização da FPS/Agnes Erskine alcançou números vultosos logo nas suas primeiras semanas, os diretores da Fundação da Promoção Social tenham se apressado em divulgá-los. Até o dia 11 de novembro, os centros de alfabetização do método Laubach contavam com 836 professores voluntários e 1.534 alunos inscritos³⁵⁶. A meta de 2.000 alfabetizados estava bem próxima. Parecia que o sucesso que, alegadamente, o método havia tido na Ásia e na África seria replicado em Pernambuco. A satisfação era tamanha que, no dia 14, foi protocolada a inserção de um pedido de regozijo na Assembleia Legislativa de Pernambuco à Fundação da Promoção Social, ao Colégio Agnes Erskine e ao Instituto Nossa Senhora do Carmo, pela adoção do método Laubach³⁵⁷.

Os trabalhos seguiram em um ritmo intenso pelo restante do mês de novembro e na primeira quinzena de dezembro. Chegara o momento de culminância do projeto: o Natal Laubach. No dia 21 de dezembro de 1962, a praça da República, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, foi preparada para acomodar autoridades do governo que se encerrava, os instrutores e os professores do método Laubach e a primeira turma de 2.000 alfabetizados da campanha da FPS/Agnes Erskine. Dirigentes ligados às igrejas evangélicas também participariam da celebração. E, como não poderia deixar de ser em um espaço público, transeuntes e curiosos em busca de entretenimento também eram esperados³⁵⁸. Planejava-se uma homenagem ao governador Cid Sampaio pela iniciativa alfabetizadora.

Naquela noite, as pessoas que se deslocaram até a praça da República, apesar da fina chuva que caía, se depararam com três grandes coretos cedidos pela Prefeitura do Recife e pelo Comando da 7ª Região Militar, instalados para acomodar o público e adornados com duas mil lâmpadas coloridas. Quatro grandes painéis reproduziam motivos natalinos e páginas da cartilha Laubach³⁵⁹. Ao chegar à tribuna de honra, Cid

³⁵⁶ “836 voluntários cristãos ensinam a ler no Recife pelo método Laubach”. **Diário de Pernambuco**. 11 de novembro de 1962.

³⁵⁷ “Regozijo pela adoção do método Laubach”. **Diário de Pernambuco**. 14 de novembro de 1962. (sem pagina.)

³⁵⁸ “Natal Laubach será hoje: Cid receberá homenagem de 2 mil recém-alfabetizados”. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº 289. 21 de dezembro de 1962. Sem página.

³⁵⁹ “Neo-alfabetizados homenagearam Cid e fizeram festa de natal”. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº 290. 22 de dezembro de 1962. p.3

Sampaio, acompanhado da esposa foi efusivamente aplaudido pela multidão. Quando as ovações cessaram, tomou a palavra o professor Aulete Ribeiro, que agradeceu ao governador o apoio que Governo do Estado deu ao convênio da FPS com o Colégio Agnes Erskine.

Na sequência, falaram os reverendos Josibias Marinho e Diniz Azambuja. O último, além de agradecimentos e referências bíblicas ao natal, teceu comentários sobre a geopolítica e as disputas ideológicas do período, nos quais destacou que o cristianismo precisava promover uma “escolha definitiva”, uma vez que duas forças se “debatem: o materialismo ateu e o Reino de Deus na Terra”³⁶⁰.

A quarta pessoa a ocupar a tribuna foi a professora Edla Oliveira. Seu discurso foi bastante protocolar, centrado nos dados técnicos da campanha. Nele, fez questão de destacar o tempo recorde de alfabetização daquela primeira turma e o número de professores (1.300) e de escolas que aderiram à campanha até o seu final (607)³⁶¹. Encerrou sua fala argumentando que:

O projeto é realmente um sucesso. Nós do Agnes encontramos na Promoção a maior boa vontade. Tivemos toda a assistência. Daí o sucesso. Temos recebido pedidos para que o curso seja estendido a outras cidades pernambucanas e outros estados do Nordeste. Além de ensinar a aprender, há um profundo sentimento de confraternização entre professores e alunos nessa campanha³⁶².

Diante da citação de Edla Oliveira, é oportuno mencionarmos que os cursos de preparação de professores no método Laubach não atenderam apenas profissionais da educação residentes na zona Metropolitana do Recife. De maneira que Pernambuco deve ser entendido como um centro irradiador desse método e das ideologias que o inspiravam. Talvez isso também ajude a entender o alto número de professores citado por Edla Soares. Tomemos o depoimento da professora Lídia Almeida de Menezes, que liderava um movimento de evangelização em João Pessoa e se deparara com o problema do analfabetismo ao tentar evangelizar empregadas domésticas da capital paraibana. Segundo rememorou:

Na minha luta para fazer o trabalho evangélico, social, descobri um bairro de João Pessoa, Varjão, onde trabalhava com mulheres analfabetas. E, neste trabalho, descobri que era impossível ajudar essas mulheres sem que elas aprendessem a ler, dependia de conhecer o alfabeto, inclusive para o trabalho evangélico, para ler a Bíblia. Fiz um *curso pelo Método Laubach, dado em Recife* (grifo nosso), que foi usado por evangélicos que queriam

³⁶⁰ *Idem, ibidem.*

³⁶¹ *Id. Ibid.*

³⁶² *Id. Ibid.*

alfabetizar, e aprendi o método rápido [...]. Nessa época, Paulo Freire também iniciava com seu método e dava cursos. Fui fazer, e fui vendo que sua proposta de ensino, de metodologia era totalmente política, e tentava conscientizar os adultos a tomar uma posição contra sua situação de pobreza e de reagir contra o governo, então a propaganda naquela época era Cuba, cooperação com a Rússia, e trazer o modelo pra cá [...]. *Aquilo me revoltou! Uma ideologia comunista, que agia contra Deus, e achei que devia tomar uma posição* (grifo nosso).³⁶³

O depoimento demonstra de forma exemplar as disputas ideológicas da Guerra Fria e como elas permeavam os mais variados aspectos da vida cotidiana, preenchendo de significados as experiências vivenciadas – como a alfabetização de jovens e adultos. É crucial nesse processo de interpretação que tudo aquilo entendido como negativo ou maléfico seja creditado ao outro, ao rival. No caso em destaque, apenas o método Paulo Freire é pontuado como “político” ou “ideológico” no sentido de abrigar interesses escusos que vão além da alfabetização, embora, como a própria depoente se recorda, sua motivação inicial para alfabetizar – assim como o desenvolvimento do próprio método Laubach – fôra a disseminação do cristianismo e de seu conjunto de valores e ideologias. Dessa forma, para a depoente, a alfabetização nunca foi um fim em si mesma, mas um instrumento de difusão do cristianismo.

Voltemos a primeira edição do Natal Laubach. Após Edla Oliveira, o também professor Maurício Wanderley apresentou os agradecimentos dos evangélicos ao governador. Findo o quinto orador da noite, era a vez de Cid Sampaio. Ele se levantou de onde estivera sentado na tribuna de honra ao lado de sua esposa e foi até o microfone. Agradeceu os aplausos e homenagens até ali. Depois falou:

Devemos nos voltar, nesta hora do Natal, para o que prega a doutrina de Cristo, para aquele menino pobre que veio ao mundo para que todos recebessem uma parcela de luz. O homem analfabeto vive nas trevas, não tem possibilidades, sequer, de entender o seu próprio Deus. Espero que nas outras festas de Natal que haverão de se suceder, haja esta felicidade. Os homens possam ir à sua Igreja, possam ser verdadeiramente livres, possam votar. Peço a Deus que olhe para o Brasil, para que possamos viver unidos.³⁶⁴

Ainda que de maneira discreta, notamos que o discurso de Cid carrega o mesmo tom alarmista visto no reverendo Azambuja, o terceiro orador da noite. Essa modulação transparece na dúvida que Cid lança sobre os próximos anos ao afirmar que “espera” que as pessoas continuem felizes, unidas e de posse de direitos básicos como a liberdade de

³⁶³ SCOCUGLIA, Celso. *Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60*. Brasília: Plano Editora, 2003, p. 87.

³⁶⁴ “Neo-alfabetizados homenagearam Cid e fizeram festa de natal”. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº 290. 22 de dezembro de 1962. p.3

culto e de escolha política. A invocação do olhar protetor de um ser divino, ao final da fala de Cid, reforça essa sensação de insegurança. Lembremos que Miguel Arraes, adversário político de Cid, fora eleito no pleito de outubro daquele ano e que suas alianças com setores diversos da esquerda política lhe renderam a pecha de comunista, bastante reforçada no período da campanha eleitoral.

Melodramas à parte, era uma festa de natal e o povo queria se divertir. Após o discurso do governador, corais estudantis se apresentaram, sob a regência do maestro Thomas Foley, os temas “Jesus Nasceu” e “Adoremos ao senhor”. Depois alguns alunos selecionados do curso de alfabetização leram trechos em público da cartilha Laubach. As bandas de música da Marinha e da Polícia Militar se apresentaram e a noite foi encerrada com “Noite de Paz”, cantada com a participação do público.

Não se tinha certeza, naquela noite de festa, qual seria o destino da Fundação da Promoção Social. Muito menos se haveria outra edição do Natal Laubach. Nenhum dos dirigentes ou membros da Fundação sabia o que o mês de janeiro traria. No entanto, não deixa de haver certa ironia no fato de que não seriam as forças que apoiavam Miguel Arraes, prestes a assumir o poder no Estado, que interromperiam a ordem democrática e cerceariam as liberdades individuais da população, referidas por Cid Sampaio em seu discurso. Dos festejos do dia 21 encontramos as imagens que se seguem:



Figura 10: Natal Laubach. 1-Painel da Cartilha Laubach.; 2- Público; 3- Tribuna de honra.
Fonte: Diário de Pernambuco. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

3.2 –Três livros para 1962: o projeto editorial da Fundação da Promoção Social

A organização interna da Fundação da Promoção Social em departamentos e divisões especializadas lhe permitiu diversificar suas ações. Dessa maneira, enquanto as áreas ligadas ao ensino e à promoção social se concentravam na expansão do programa escolar e de alfabetização de emergência, a Divisão de Informação e Documentação centrou suas atenções na criação de um programa editorial. Os números nos ajudam a dimensionar a importância dada ao programa de publicações pela FPS. Nas contas registradas do Departamento de Promoção Social e Econômica, ao qual a Divisão de Informação e Documentação estava subordinada, aparece discriminada uma verba total de Cr\$ 768.796,40 destinada a publicações. A título de comparação, nas contas de outros departamentos, o montante de dinheiro discriminado como “publicações” é muito inferior. Por exemplo, o Departamento Administrativo gastou com publicações um total de CR\$ 10.000,00, enquanto a Direção Geral dispendeu CR\$ 20.000,00³⁶⁵.

Oficializado em abril de 1962, o programa editorial da Fundação da Promoção Social previa para sua primeira empreitada o lançamento de 3 obras ainda naquele ano: *Favelas do Rio e Mucambos do Recife*, *Uma Política social de governo* e *Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife*. Os três títulos eram plaquetes que informavam sobre pesquisas ou iniciativas da própria FPS e, nesse sentido, funcionavam como peças de divulgação das ações da Fundação tanto quanto da qualidade de seus intelectuais, sobretudo o primeiro e terceiro títulos³⁶⁶.

Favelas do Rio e Mucambos do Recife, obra que inaugurou o projeto editorial da FPS consistia em um relatório de estágio escrito por um jovem intelectual chamado Gadiel Perruci. Formado em Direito pela Universidade do Recife em 1960, Perruci havia publicado alguns ensaios que apontavam para análises sociais que combinavam métodos da Antropologia e da Sociologia. Em 1961, o primeiro presidente da FPS, Paulo Rangel Moreira, convidou Gadiel Perruci para integrar a nascente Fundação da Promoção Social, em que fora alocado no Departamento Socioeconômico³⁶⁷.

A I Semana da Promoção Social, que analisamos no capítulo anterior, servira como lançamento da Fundação da Promoção Social e para o estabelecimento de contatos

³⁶⁵ Mensagens Governamentais (completo). Departamento de Arquivos Permanentes. Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual (1963). Caixa 38. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, p. 166.

³⁶⁶ “‘Promoção’ inicia em maio lançamento de programa editorial: 3 publicações”. Diário de Pernambuco. Recife, 27 de abril de 1962. sem página

³⁶⁷ “Favelas do Rio e Mocambos do Recife”. Diário de Pernambuco. 16 de maio de 1962. p.12.

com o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), instituição do município do Rio de Janeiro e que tinha propósitos similares aos que a FPS pretendia desempenhar no tocante à assistência social. Criado em 1956, o SERFHA tinha a tarefa de centralizar os esforços de criação de políticas de urbanização para o Rio de Janeiro capazes “controlar o espaço urbano e a população das favelas”³⁶⁸.

Segundo o historiador Samuel Oliveira, nos seus primeiros anos, o SERFHA sofreu com a falta de dotações específicas do orçamento para manter o Serviço. Apenas a partir de 1960, com a criação do Estado da Guanabara e a eleição de Carlos Lacerda para governador da Guanabara é que o SERFHA passou a ter uma atuação de maior monta, deixando a sombra de instituições católicas junto as quais atuou de 1956 até 1960³⁶⁹. É nesse momento que chega à chefia do Serviço o sociólogo José Arthur Rios e ocorrem mudanças na linha de ação do órgão, uma vez que Rios:

Difundiu uma ideologia comunitária, visando criar associações, e normatizou a vinculação das mesmas ao quadro de ação da administração pública. Essas iniciativas tinham como perspectiva o controle dos movimentos de trabalhadores favelados coordenados por políticos ligados à aliança trabalhista-comunista, mas também tinha como contrapartida a extensão dos mutirões e de melhorias nas favelas³⁷⁰.

O trabalho junto às associações de moradores e a disputa com movimentos ligados à esquerda política, referidos acima, revelam similaridades com a FPS que nos ajudam a entender a coligação entre as instituições. A participação de intelectuais católicos em ambas é outro ponto comum. E dessa maneira foi pavimentado o caminho que levou Gadiel Perruci a um estágio de um mês no Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas, do Estado da Guanabara, cujo relatório tomara a forma de um pequeno livro. O próprio José Arthur Rios foi seu orientador durante o período.

Às 17 horas, do dia 22 de maio de 1962, teve lugar a cerimônia de lançamento de *Favelas do Rio e Mucambos do Recife*, no palácio do Governo de Pernambuco. O evento foi promovido pela FPS e pela Casa Civil, na época chefiada por Jordão Emerenciano. Autoridades e intelectuais foram convidados e prestigiaram o evento. Os cônsules do Uruguai, Japão, Alemanha, França e Argentina compareceram. Assim como o comandante do Terceiro Distrito Naval, Almirante Toscano. Novamente, Gilberto Freyre

³⁶⁸ OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “*Trabalhadores favelados*”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 323. 2014, p. 86.

³⁶⁹ *Idem*, p. 89.

³⁷⁰ *Idem*, *ibidem*.

– pioneiro em abordar o tema da moradia popular e dos mocambos – desceu de sua residência em Apipucos para prestigiar um evento da FPS.

Dotado de uma capa simples, que traz apenas as informações básicas como título, instituição responsável pela edição e autor, dispostos sobre um fundo branco, *Favelas do Rio e Mocambos do Recife*, apresenta dois capítulos, uma introdução escrita por Marco Aurélio de Alcântara – colunista de economia do *Diário de Pernambuco* e um anexo³⁷¹. O primeiro capítulo, chamado “Uma análise comparativa”, é voltado para exposição e discussão do problema do êxodo rural e das habitações urbanas precárias que resultam desse processo no Recife e no Rio de Janeiro. Também são explicitados problemas correlatos a pobreza da população que habita tanto os mocambos quanto as favelas, como a alta taxa de mortalidade infantil. A maneira que Gadiel aborda o tema ressoa um pouco do pensamento freyreano, algo que também é apontado no prefácio, ao classificar o mocambo como um elemento cultural “híbrido em que se conjugam traços sobreviventes da cultura africana de séculos anteriores e um pouco do que os portugueses, se bem que por influência árabe, produziam em habitação rural, como a taipa e a coberta de duas águas”³⁷².

O segundo capítulo – “Um relatório de estágio no SERFAH” – se detém sobre o dia a dia no SERFAH. Gadiel descreve em detalhes as técnicas de ação da equipe e como foi desenvolvido um projeto de melhoria de moradias urbanas na favela da Catacumba dentro de parâmetros cooperativistas, onde os moradores apontavam suas principais queixas e se comprometiam a trabalhar em conjunto com os técnicos utilizando os materiais fornecidos pelo SERFAH.

Sobressaem-se na linguagem do autor certas concepções desenvolvimentistas da época, e o papel de engenharia social que deveria ser desempenhado pelo estado, por meio de equipes formadas por especialistas multidisciplinares (arquitetos, engenheiros, sociólogos, assistentes sociais, entre outros) designados para intervir na realocação das pessoas em moradias apropriadas e na interrupção do fluxo migratório das áreas rurais para os grandes centros urbanos. Também está presente o pressuposto de que apenas oferecer as moradias não é suficiente, a assistência social tem que ir além e fornecer serviços de apoio a essas populações, como cursos de formação técnica, por exemplo. Não passa despercebida, ainda, a preocupação do autor em explicitar que o processo de

³⁷¹ PERRUCCI, Gadiel. *Favelas do Rio e Mocambos do Recife*: um relatório de estágio. Recife: Fundação da Promoção Social, Departamento Socioeconômico, Divisão de informação e documentação, 1962.

³⁷² *Idem*, p. 19.

desenvolvimento tanto de Pernambuco quanto do Brasil devia ser feito alinhado a diretrizes que nomeia como democrático-cristãs³⁷³.

Todo o estudo de Gadiel Perruci é bastante minucioso e alicerçado em dados e tabelas dispostas ao longo do texto junto de fotografias dos lugares visitados pelo autor nas comunidades do Rio de Janeiro. Como afirmamos anteriormente, no período em tela, os intelectuais exerciam um papel no sentido da produção de políticas públicas e, ao fazê-lo, validavam programas de governo. Aqui não é diferente. Por exemplo, Gadiel afirma diretamente que o programa habitacional do governo de Cid Sampaio está no caminho para a aplicação de uma política de habitação popular que, se não for capaz de resolver o problema dos mucambos, pelo menos se caracterizaria por ser “um programa racional em que são ponderadas todas as implicações sociais e econômicas que envolvem os moradores dos mocambos, suas relações de trabalho e sua integração completa no meio urbano”³⁷⁴.

Mencionamos que a trajetória dos intelectuais não deve ser compreendida como um percurso linear ou completamente planejado, e a carreira de Gadiel exemplifica essa constatação. Dificilmente o jovem autor que aparece na imagem abaixo, em 1962, ladeado por Gilberto Freyre e cujo livro, a despeito de todo cuidado científico na coleta e análise de dados, se inseria em uma política de legitimação de um projeto conservador de reforma social, poderia prever que, nas décadas seguintes, se tornaria um historiador de firmes convicções marxistas e conhecido crítico de Gilberto Freyre³⁷⁵.



Figura 11: Gadiel Perruci e Gilberto Freyre (no centro da imagem).
Fonte: APEJE

³⁷³ *Idem*, p. 28.

³⁷⁴ *Idem*, p. 24.

³⁷⁵ Entrevista do historiador Flávio Weinstein Teixeira, concedida em 03/05/2022.

O discurso proferido por Gilberto Freyre na noite do lançamento de Gadiel Perruci foi publicado em sua coluna no Diário de Pernambuco, em 27 de maio. Boa parte do texto é dedicado a uma rememoração de sua própria carreira e de seu pioneirismo no tema da habitação e na realização de pesquisas sociais no Recife. Relembra alguns desafetos que receberam seus estudos com desconfiança e pouca simpatia. Há espaço também para ressaltar sua sólida formação universitária no exterior.

Ao direcionar seu discurso para Gadiel Perruci, já na metade do quarto parágrafo, a postura de Freyre é a de um mestre que saúda um neófito: sempre destaca a juventude e o que enxerga como uma vocação do novato para o campo da pesquisa social. Sob a ótica de Freyre, outras qualidades importantes para um pesquisador social estão presentes em Gadiel, como o gosto pela pesquisa, a honestidade e o ânimo crítico. Sobretudo a honestidade é fundamental porque ela seria a barreira que impede o pesquisador de se deixar “seduzir” e influenciar por interesses outros que não o da ciência que produz. Ou seja, não apenas Gadiel estava apresentado e legitimado enquanto intelectual, quanto sua pesquisa também fora validada e, dessa maneira, poderia servir como bússola no desenvolvimento de políticas públicas.

Ao tratar da idoneidade científica das instituições de pesquisa, Freyre nos fornece um vislumbre da origem de parte dos quadros da Fundação da Promoção Social. O autor aponta que a idoneidade científica, presente no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, se fazia observar na Promoção Social por meio da nomeação de dirigentes para a FPS cuja formação ou iniciação na pesquisa científica havia sido conferida pelo Instituto Joaquim Nabuco. Caso, por exemplo, do presidente Paulo Rangel Moreira e do conselheiro Carlos Frederico Maciel. Outro intelectual cuja origem remontava ao IJNPS foi o terceiro autor cuja pesquisa foi publicada sob o selo da Fundação da Promoção Social naquele ano: Levy Cruz.

O terceiro livro da coleção da FPS para 1962 foi *Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife*, escrito pelo sociólogo Levy Cruz. Enquanto o primeiro livro da coleção introduzia um novo pesquisador, o lançamento que encerrou o primeiro ciclo de publicações da FPS trouxe o trabalho de um autor já conhecido no campo intelectual. Em 1962, Levy Cruz era um sociólogo que, desde 1959, realizava pesquisas para o Serviço Social Contra o Mocambo³⁷⁶. Seu nome também aparece ligado ao Centro Regional de

³⁷⁶ CRUZ, Levy. *Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife*. Recife: Fundação da Promoção Social – Departamento Socioeconômico, Divisão de Informação e Documentação, 1962.

Pesquisas Educacionais do Recife, órgão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. E, em 1962, também lecionava na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife³⁷⁷. O extenso currículo de Levy Cruz conferiu bastante pompa e circunstância ao seu lançamento, ocorrido às 17:30, do dia 26 de dezembro de 1962. O local escolhido foi a sede da própria FPS, no 5º andar do edifício Arranha-Céu, na praça do Diário³⁷⁸. Três dias antes, a capa do livro – que contava com um *design* em estilo concretista, segundo a publicação do jornal – foi divulgada de forma antecipada na imprensa do Recife (figura 12)³⁷⁹.



Figura 12: Capa do livro Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife.

Fonte: Diário de Pernambuco. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os duzentos exemplares da primeira tiragem de *Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife* apresentam o resultado de uma pesquisa realizada em 1960, na vila de Dois Unidos, uma comunidade localizada entre os municípios de Recife e Olinda, às margens do Rio Beberibe. O termo “rurbana” no subtítulo remete a um conceito criado por Gilberto Freyre com o qual a tese do autor dialoga ao propor que o caso de Dois Unidos se tratava de um uma vila cuja gênese residia na junção de valores rurais e urbanos. Na época, a comunidade contava com 416 famílias, que perfaziam aproximadamente 2.413 pessoas. Destas, 349 famílias responderam a um amplo questionário aplicado pela equipe comandada por Levy Cruz. O critério de seleção das

³⁷⁷ *Idem, ibidem*.

³⁷⁸ “Estudo sobre Dois Unidos: lançamento será no dia 26”. Diário de Pernambuco. Nº 290, ano 138. 22 de dezembro de 1962. p.14.

³⁷⁹ Diário de Pernambuco. Nº 291, ano 138. 23 de dezembro de 1962, p.14.

famílias consistiu em entrevistar apenas as que residiam em casas entregues pelo Serviço Social Contra o Mocambo³⁸⁰.

O principal objetivo de Cruz e sua equipe era o de caracterizar a população que habitava a vila Dois Unidos. Por isso, o questionário aplicado é composto por questões variadas, que compreendem o número de habitantes por grupo familiar, os tipos de uniões, salários, ocupações, até as razões que os levaram a fixar residência na vila. Bastante detalhista, somos informados até sobre os materiais utilizados na construção das moradias e sobre o que as famílias com filhos em idade escolar pensam que eles deveriam aprender na escola.

Embora o autor não explicita diretamente, fica claro ao leitor de *Dois Unidos*, e isso também foi expresso no breve prefácio escrito pelo jornalista Paulo Malta de Alcântara, que o estudo de Levy Cruz levanta informações capazes de viabilizar projetos de desenvolvimentos para a área de Dois Unidos que abarcam diferentes pontos sensíveis, como o fornecimento de água, transporte público, educação e lazer. Os estudos de Gadiel Perruci e Levy Cruz, publicados pela FPS, também devem ser considerados sob a ótica dos programas da USAID.

Como relatamos no capítulo anterior, a moradia foi uma das áreas contempladas pelos recursos do programa estadunidense. Nesse sentido, ao publicar pesquisas sobre a gênese e o funcionamento de comunidades humildes no Recife, a FPS não apenas revisita sua própria origem no Serviço Social Contra o Mucambo, como se insere na órbita dos projetos da USAID na área da construção de moradias populares, tema que era contemplado pela noção de promoção social da instituição. Em termos numéricos, o programa de habitação elaborado pelo SSCM e FPS, em 1962, contou com um total de Cr\$ 200 milhões de cruzeiros vindos da USAID e mais US\$ 3.850.000,00 concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³⁸¹.

Curiosamente, houve pouca repercussão na imprensa após o lançamento do livro. Pelo menos não encontramos nenhum tipo de resenha ou comentário mais aprofundado sobre a obra. Talvez isso tenha ocorrido, em parte, pela época do lançamento: na semana entre o natal e o ano novo. Talvez, por ter sido lançado muito próximo da posse de Miguel Arraes como governador do estado, o livro acabou ofuscado por assuntos de maior

³⁸⁰ Idem, p.02.

³⁸¹ BARROS, Arthur. *Op. cit.* p. 113.

repercussão, como o que seria feito com a FPS agora que Arraes – e com ele o MCP – chegaria ao poder?

A ação da FPS no campo editorial contou com três títulos. Tratamos do primeiro e do terceiro lançamentos por uma questão de afinidades e similaridades entre ambos. Mas e quanto ao segundo? Ele destoa quando comparado aos outros títulos por não se tratar de um ensaio, monografia ou tese. Lançado em agosto de 1962, *Uma Política Social de Governo* foi escrito pelo primeiro presidente da FPS, Paulo Rangel Moreira, e trata-se de uma peça de propaganda que buscava transmitir a sensação de que o governo de Cid Sampaio se inserira na lógica desenvolvimentista do período e que os efeitos positivos já começavam a ser sentidos em Pernambuco. Não que os outros livros não carregassem seu aspecto de propaganda. A diferença é que o segundo livro não oferece muito além de um relatório com toques de biografia do seu autor. E por essa razão que se torna um texto bastante elucidativo sobre a Fundação da Promoção Social.

O livro começa com Paulo Rangel contando sua própria trajetória como executivo do Serviço Social da Indústria (SESI) e, em seguida, gestor no Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM). Enquanto rememora sua carreira, o autor apresenta dados sobre o crescimento populacional do Recife nas últimas décadas e o déficit habitacional. Procura, então, demonstrar que seu trabalho no SSCM era pautado por diretrizes inovadoras que partiam de um olhar mais amplo sobre a questão, que englobava preocupações com a elevação do nível de renda e com o melhoramento dos níveis educacionais das pessoas beneficiadas por programas habitacionais.

A educação teria uma função dupla, na visão defendida por Rangel. A primeira seria fornecer uma preparação formal para que as pessoas possam elevar sua renda, ao ingressarem mais bem preparadas no mercado de trabalho. A segunda função da educação seria a de mudar a relação das pessoas com sua moradia, rompendo com hábitos e práticas ligadas às moradias insalubres com as quais estavam acostumadas. O trecho transcrito exemplifica essa concepção:

Nas zonas rurais, onde o peso das tradições e do sistema de crenças arraigadas ao folclore regional se faz sentir, de maneira imperativa, no condicionamento individual, as tentativas de mudança tecnológica devem ser precedidas de educação, que habilite os homens do campo a compreendê-la e utilizá-la plenamente. Um projeto de habitação, que dê ênfase ao aspecto de funcionalismo técnico e despreze a consideração de fatores culturais, estará, inevitavelmente, condenado ao fracasso em áreas subdesenvolvidas como o Nordeste brasileiro³⁸².

³⁸² MOREIRA, Paulo Rangel. *Uma política social de governo*. Recife: Fundação da Promoção Social. p. 16-17.

A partir da metade da plaquete, Paulo Rangel se volta para a adoção da concepção de “Promoção Social” do homem e, ao fazê-lo, busca destacar seu conhecimento prévio de experiências estabelecidas em outros países subdesenvolvidos, como Tunísia, Marrocos, Nigéria, Costa do Marfim, Togo e Gabão. Nesses lugares, aponta, programas de requalificação de moradias, valorização do artesanato e campanhas de escolarização apresentavam resultados positivos no tocante à melhoria das condições de vida da população local. Tal referência figura enquanto uma tentativa de demonstrar autoridade intelectual. O autor constrói uma imagem de si enquanto um gestor público e um estudioso que busca se assenhorar da “questão social” a nível mundial. Igualmente, teria sido a partir dos seus estudos que Paulo Rangel chegara à conclusão de que a opção pelo emprego de voluntários nos projetos seria a maneira mais rápida de viabilizar ações da Fundação da Promoção Social.

Mais adiante, Paulo Rangel Moreira aponta os três objetivos básicos do programa de promoção social, definidos nas primeiras reuniões realizadas no Departamento de Reeducação do Serviço Social Contra o Mocambo e que foram parar nos estatutos da Fundação da Promoção Social quando de sua separação do SSCM. São eles:

- a) promover a educação de base, o aprimoramento e a qualificação profissional, a informação educativa, a difusão do ensino, a divulgação da cultura, o desporto, a recreação e as atividades artísticas; b) promover serviços de assistência médica, dentária, hospitalar e de higiene e nutrição; c) organizar serviços sociais nas comunidades, fomentar a criação de cooperativas e outros meios de melhoria econômica, com o aprimoramento das poupança domésticas, dos salários e recursos disponíveis e contribuir para a solução de problemas de desajustamentos éticos e socioeconômicos.³⁸³

Na sequência, o autor passeia pelo processo de reestruturação do SSCM, em que detalha a reorganização administrativa pela qual passava o Serviço desde 1959, ano em que Cid Sampaio assumiu o governo do estado, com o objetivo de melhorar a eficiência da entidade. Também se aprofunda nos programas de habitação, saúde e educação. Detalhe importante: o Serviço Social Contra o Mocambo e a Fundação da Promoção Social são tratados enquanto dois órgãos promotores da política social do governo de Cid Sampaio. Por isso, é recorrente que o autor se refira as ações levadas pelas instituições como se fossem iniciativas conjuntas.

Ao tratar do ano de 1961, Rangel oferece mais alguns elementos que nos ajudam a entender o início da FPS, quando ainda era um grupo de trabalho dentro do SSCM. Primeiramente, sobre as verbas que viabilizaram a formação do grupo, o autor traz dois

³⁸³ *Idem*, p. 20-21.

quadros, um de receitas e outro das despesas iniciais. As verbas referidas no livro divergem em valores daquelas divulgadas pelos jornais (Ver capítulo 2).

Em *Uma Política Social de Governo*, o total de receitas registrado é de Cr\$ 13.796.912,00. As origens do dinheiro seriam: Secretaria da Fazenda (Cr\$ 7.680.000,00), a Comissão de Ajuda do Nordeste (Cr\$ 200.000,00), a Loteria do Estado de Pernambuco (Cr\$1.600.000,00), a Secretaria de Educação e Cultura (Cr\$ 3.516.912,00) e, por fim, a Cruzada de Ação Social (Cr\$ 800.000,00).

Já o quadro despesas incluía o seguinte: material de construção para beneficiamento de prédios (Cr\$ 2.406.899,10), aluguel dos prédios (Cr\$ 473.188,00), móveis e utensílios (Cr\$ 3.742.755,80), fardamento médico (Cr\$ 67.554,50), medicamento e aparelhos médicos e dentários (Cr\$ 2.433.545,00), material escolar e de expediente (Cr\$ 336.727,90), combustíveis, luz e etc. (Cr\$ 167.115,50) e folhas de pagamento ao pessoal (Cr\$ 3.434.035,50); no total de Cr\$ 12.894.705,80 de cruzeiros. Assim, no primeiro ano de operação do Grupo de Trabalho da Promoção Social houve um saldo de Cr\$ 902.206,20.

Outro aspecto é a referência que Rangel faz ao projeto de criação do Instituto da Promoção Social a partir de uma reformulação do Serviço Social Contra o Mocambo. Como vimos no capítulo 2, o projeto não fora aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Apesar disso, é importante conhecê-lo pelo que ele revela sobre os pressupostos presentes na criação desse instituto e que se tornaram objetivos norteadores da Fundação da Promoção Social. Nesse sentido, notamos que o Instituto partia de uma concepção que combinava o fornecimento assistência social com serviços de educação e saúde e a criação de uma política habitacional. Mirava-se uma melhoria de condições de vida e trabalho dentro de um projeto concebido e controlado pelos setores patronais que apoiavam o governo de Cid Sampaio. O autor explicita que o projeto do Instituto da Promoção Social continha quatro objetivos básicos:

- a) promover socialmente o homem, através da organização ou reorganização de comunidades;
- b) humanização da habitação e da vida domiciliar;
- c) elevação do salário real da família pelo aproveitamento de suas virtualidades e utilização proveitosa do lazer;
- d) assistência à família e ao homem nos setores cívico-educacional e médico-sanitário.³⁸⁴

³⁸⁴ *Idem*, p. 36-37.

Esses objetivos se concretizaram na prática da FPS em uma maior presença de agentes focados na educação básica e profissional, na assistência médica e em eventos culturais, como exibição de filmes e documentários e a promoção de peças teatrais nos Centros Educativos Operários. Ações que se somavam na construção de um caminho de evolução social, como defendia Paulo Rangel, em contrapartida às ideias de revolução defendidas por setores mais à esquerda.

Uma Política Social de Governo funciona ainda como uma carta de despedida de seu autor. No início de julho de 1962, Paulo Rangel Moreira fora exonerado, a pedido, do cargo de diretor-presidente da FPS. Pretendia disputar uma vaga de deputado estadual nas eleições de outubro próximo.

3.3. Ocupar os espaços: a FPS e o Rearmamento Moral no teatro e no cinema

Março de 1961. No dia 10, foi publicada a exoneração do teatrólogo Hermilo Borba Filho do cargo de diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura (DDC), órgão da Prefeitura Municipal do Recife. Segundo o decreto 4271/61, assinado pelo prefeito Miguel Arraes, a exoneração ocorrera a pedido do servidor³⁸⁵. O desligamento de Hermilo não se limitou ao seu cargo na DDC: ele também recusou o lugar que lhe fora oferecido na Comissão Municipal de Teatro³⁸⁶, estabelecida por decreto dois dias antes da publicação de sua exoneração³⁸⁷ e se retirou do Movimento de Cultura Popular, do qual era sócio fundador. Consigo também partiu do MCP seu amigo e companheiro de empreitadas teatrais Ariano Suassuna.

As saídas de Hermilo e Ariano foram uma surpresa, principalmente quando consideramos que Hermilo tinha participado da concepção do MCP e da inclusão do teatro no projeto. Também era conhecido por ter posições políticas inclinadas ao campo progressista e de esquerda. O burburinho cresceu e muito se falou que a saída teria se dado por divergências pessoais entre o teatrólogo e o presidente do MCP – que também era diretor do DDC – Germano Coelho. Outros rumores afirmavam que o desentendimento seria com o projeto político de Miguel Arraes.

³⁸⁵ RECIFE. Decreto nº4271/61. Portal de Busca da Legislação Municipal do Recife - www.legiscidade.com.br. Acesso em 13/02/2020.

³⁸⁶ REIS, Luís Augusto da Veiga Pessoa. TPN – *Teatro Popular do Nordeste*: o palco e o mundo de Hermilo Borba Filho. Recife: CEPE, 2018, p. 55.

³⁸⁷ RECIFE. Decreto nº4270/61. Portal de Busca da Legislação Municipal do Recife - www.legiscidade.com.br. Acesso em 13/02/2020.

As desavenças pessoais, segundo pesquisadores do teatro, versariam sobre a forma final que tomou o projeto do teatro no MCP – cuja execução Hermilo teria considerado muito instrumentalizada pela política³⁸⁸, embora fosse Ariano o primeiro diretor da Divisão de Teatro do MCP, não Hermilo. Essa possibilidade explicativa aparece sustentada ao analisarmos o manifesto do Teatro de Cultura Popular (TPN), publicado em 1962. Apesar de estar em atividade desde 1959³⁸⁹, apenas no início da década de 1960, e após seus desligamentos do MCP, Hermilo e Ariano perceberam a necessidade escrever um manifesto no qual fixavam suas posições no campo teatral. No documento, os teatrólogos se preocuparam em situar o TPN em uma espécie de equidistância entre, à direita, um teatro burguês que se quer completamente desligado das questões sociais contemporâneas; e, à esquerda, um teatro político no sentido de um agitprop soviético: movido apenas por objetivos de propagação de ideias políticas. O trecho a seguir ilustra essa busca por uma posição independente e centrada em preocupações cênicas, porém sem renunciar à crítica social:

Acreditamos que a arte não deve ser nem gratuita, nem alistada: ela deve ser comprometida, isto é, deve manter um fecundo intercâmbio com a realidade, ser porta-voz da coletividade e do indivíduo em consonância com o espírito profundo do nosso povo.³⁹⁰

Para Hermilo e Ariano, a arte teria compromissos políticos, mas sem perder de vista seus propósitos estéticos, nem, menos ainda, vê-se reduzida a instrumento de luta político-partidária. Ela integra o ambiente social e, com ele, tece relações múltiplas. Ela é política no sentido de estar inserida em uma comunidade, uma pólis, não por ter um desempenho proselitista. Sob esse prisma, as preocupações estéticas não deviam ficar em segundo plano em relação à defesa de ideologias ou projetos políticos³⁹¹.

Pesquisas recentes lançaram um novo ângulo sobre a questão da saída de Hermilo do MCP. Nesse enfoque há um maior destaque ao papel que as decisões de Germano Coelho dentro do DDC teriam desempenhado no episódio. Segundo aponta Reis, o desentendimento teria ocorrido quando Germano Coelho, sem nenhum tipo de combinação ou advertência, removeu Hermilo de seu cargo no DDC. Germano queria que o teatrólogo assumisse apenas a presidência da Comissão Municipal de Teatro e

³⁸⁸ REIS, Luís Augusto da Veiga Pessoa. *Fora de cena, no palco da modernidade: um estudo do pensamento teatral de Hermilo Borba Filho*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 85.

³⁸⁹ REIS, *op. cit.*, 15.

³⁹⁰ SUASSUNA, Ariano; FILHO, Hermilo Borba. Apud. REIS, 2018, p. 25.

³⁹¹ REIS, *op. cit.*, p. 85.

abrisse espaço no DDC para outro intelectual ligado ao MCP: Paulo Freire³⁹². Incluir Freire na DDC era uma forma de arranjar-lhe um cargo remunerado que permitiria sua permanência no MCP. Insatisfeito com a reacomodação de forças e sentindo-se desprestigiado, Hermilo saiu.

Em um depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade, Leda Alves, companheira de Hermilo e integrante do TPN, lembrou o episódio da seguinte forma:

[..] Germano pediu que Hermilo pensasse no que fazer no setor de teatro. Que Hermilo pensasse na forma de um grande projeto a ser debatido no MCP sobre o teatro no Recife. Ora, isso era o Teatro do Estudante de Pernambuco e o Teatro Popular do Nordeste que vinha fazendo sem publicação, mas na teoria, nos debates, nas reuniões e nos propósitos da vida. Hermilo fez. Discutiu com a gente, tudo certo, e Germano apresentou num programa de TV. No dia seguinte Hermilo foi para o trabalho dele, ele era diretor do Departamento de Cultura, de uma Secretaria de Cultura do Recife, da Prefeitura do Recife. Ele era funcionário e quando ele chegou no departamento dele, eu volto a dizer que é a primeira vez que eu estou falando isso em público, mas pela seriedade com que eu encaro a Comissão da Verdade, eu não podia chegar aqui e escamotear, então uma funcionária da Fundação, secretária, perguntou o que ele estava fazendo ali. Ele disse: “Por quê?” – “O senhor não é mais diretor”. – “Como? Eu? Sou”. Aí o Diário Oficial estava aberto na mesa dele: - “No Diário Oficial saiu a sua demissão”. “Quem vem pro meu lugar?” - “Paulo Freire”.³⁹³

O episódio da saída de Hermilo do MCP oferece diferentes justificativas que não se constituem em caminhos completamente divergentes. Pelo contrário: paradigmas estéticos, questões ideológicas, mistura entre interesses de instituições públicas e privadas ou a simples vaidade intelectual são todas possibilidades explicativas que nos ajudam a enxergar a questão dentro de sua complexidade. Ao fim e ao cabo, Hermilo e Ariano estavam fora do MCP e, com eles, o pessoal do TPN. Interessada em ampliar seu raio de ação, a Fundação da Promoção Social se moveu rapidamente para aproveitar a reconfiguração do campo artístico e intelectual que se avizinhava.

Em outro trecho do depoimento de Leda Alves, a Comissão Estadual da Memória e Verdade indica que o primeiro contato foi feito por José Rafael de Menezes, que a essa altura se consolidara como o principal recrutador da FPS. O projeto de intervenção social da FPS possuía objetivos abrangentes porque amplos eram os problemas sociais enfrentados no período. Extraoficialmente, era preciso fazer frente ao MCP em todas as áreas. Dentro dessa concepção de projeto amplo, trazer Hermilo, Ariano e toda a estrutura artística do Teatro Popular do Nordeste era uma oportunidade única, afinal falava-se

³⁹² REIS, *op. cit.*, p.55.

³⁹³ ALVES, Leda. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara*. Transcrição da sessão pública. 22/10/2015, p. 30.

muito sobre o potencial social do teatro enquanto uma via para educar e difundir valores. E os termos oferecidos ao TPN foram generosos.

Em junho de 1961, o Teatro Popular do Nordeste – representado por Hermilo Borba Filho, Ariano Suassuna e Lourenço da Fonseca Barbosa (Capiba) – e o Serviço Social Contra o Mocambo³⁹⁴ – representado por seu presidente, Paulo Rangel Moreira – assinaram um convênio cuja finalidade explicitada em sua minuta era a de prover “atividades teatrais destinadas às classes populares”³⁹⁵. Segundo o primeiro parágrafo, o TPN agora estava inserido no programa de educação do Grupo de Trabalho da Promoção Social. Sua incumbência seria encenar peças de autores nacionais ou internacionais, à escolha dos diretores do TPN.

A independência artística estava assegurada. Também estava garantido um orçamento de Cr\$ 250.000,00 por espetáculo montado. A previsão era de que seriam quatro espetáculos por ano, durante os dois anos previstos no convênio. Ainda no que se refere aos acertos financeiros, o SSCM também se comprometia a garantir uma renda mínima por espetáculo cobrindo qualquer déficit entre a bilheteria da récita e o valor de Cr\$15.000,00.

Coroando as vantagens obtidas pelo TPN, o convênio previa, em seu quarto artigo, a construção de um teatro para servir como sede ao TPN. Essa casa de espetáculos é referida no contrato como “teatro de emergência”, o que poderia passar a sensação de algo improvisado ou temporário. Chegar a tal conclusão, no entanto, pode ser precipitado, uma vez que o mesmo artigo também informa que o SSCM se responsabilizaria não só pela construção, mas também por fornecer todo o “aparelhamento de palco, rotundas, pano de boca, refletores e outros acessórios essenciais”³⁹⁶. Estamos diante, portanto, de um equipamento cultural que não teria nada a dever frente aos outros teatros da cidade.

Em troca das vantagens descritas, o TPN percorreria diferentes espaços cênicos por todo o estado levando seus espetáculos, o nome da Fundação da Promoção Social e do governo Cid Sampaio a cada um desses lugares. Essa aproximação do TPN com forças políticas mais à direita, em que pesem as garantias de independência artística, não foi aceita de forma unânime. Segundo o pesquisador Luís Reis, um dos dramaturgos ligados

³⁹⁴ Lembremos que na data da assinatura do convênio a FPS ainda era um departamento do SSCM.

³⁹⁵ Termo de convênio entre o Serviço Social Contra o Mocambo e o Teatro Popular do Nordeste para atividades teatrais destinadas às classes populares. *In*: Reis, 2018, p. 69

³⁹⁶ *Idem*, p. 70.

ao Teatro Popular do Nordeste, Aldomar Conrado³⁹⁷, criticou abertamente a direção do TPN e foi afastado do grupo ainda em 1961³⁹⁸.

Fechado o contrato, o TPN começou a produção de um novo espetáculo e solicitou ao Departamento de Documentação e Cultura (DDC) da Prefeitura do Recife, a cessão do Teatro de Santa Isabel para uma temporada de três meses em 1962. O plano era ocupar o principal palco pernambucano entre os meses de janeiro e março para a encenação de diferentes espetáculos. Segundo um ofício do TPN enviado a DDC e assinado por Lêda Alves, a primeira peça da temporada era um original de Ariano Suassuna, dirigido pelo agora chefe da Divisão de Cultura da FPS, Hermilo Borba Filho, chamado *O inocente e os comunistas*³⁹⁹. No entanto, o grupo teve suas expectativas frustradas ao ter seu pedido de cessão de datas negado pelo DDC.

Logo que a negativa do DDC para o TPN foi tornada pública, ela foi significada como mais um capítulo da disputa entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife. Para compreendermos a importância da negativa ao pedido de datas do TPN, temos que considerar que a disputa no campo teatral começa pela busca por espaços cênicos apropriados aos objetivos das companhias teatrais. No caso do Recife, embora gozasse de um campo teatral bastante ativo e diversificado, não havia abundância de casas de espetáculo à disposição dos grupos de teatro, amadores ou profissionais. Os dois principais palcos da cidade – no tocante ao espaço e ao prestígio – eram o Teatro de Santa Isabel e o Teatro do Parque. O primeiro acomodava até 700 pessoas na plateia, enquanto o segundo até 800 espectadores. Ambos integravam o patrimônio do DDC e da Prefeitura do Recife. Havia outros espaços, como o Teatro de Arena, o Teatro da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP) e o Teatro Marrocos, que ocupavam um lugar secundário entre as casas de espetáculos da cidade e tinham uma capacidade de público menor.

Qualquer grupo profissional de teatro relevante que chegava à Veneza Brasileira costumava estrear no Santa Isabel ou no Parque. Igualmente, os grupos amadores da cidade, ao ascenderem à profissionalização, precisavam passar por pelo menos um desses palcos para sua consagração no campo. Por isso o interesse do TPN pela pauta do Santa Isabel.

³⁹⁷ Aldomar Conrado possuía ligações com a União da Juventude Comunista de Pernambuco. Ainda em 1961, se mudou para o Rio de Janeiro. Fez parte do Centro Popular de Cultura da UNE. Em 1968, ingressou como professor na UNIRIO. Além de dramaturgo e professor, também atuou como tradutor.

³⁹⁸ REIS, 2018, p. 58, 59.

³⁹⁹ *Idem*, p. 75.

Dois artigos nos ajudam a investigar o episódio. O primeiro, escrito pelo crítico Adeth Leite, foi publicado no Diário de Pernambuco, sob o título de *Política Teatral entre a Prefeitura e o Estado* afirma que os impedimentos apresentados pelo DDC ao TPN seriam apenas pretextos para afastar o Teatro Popular do Nordeste do Santa Isabel. Segundo o artigo, o cerne da questão não seria outro que o vínculo do TPN com a FPS e a concorrência política entre Cid Sampaio e Miguel Arraes. O autor se refere a uma “política teatral” no sentido de sugerir uma disputa entre a Promoção Social e a Comissão Municipal de Teatro – aquela da qual Hermilo se desligara e que agora também dirigia os teatros do DDC⁴⁰⁰.

O segundo artigo, escrito por Valdemar de Oliveira e publicado na revista Dyonisos defende que o que se via em Pernambuco era o desenrolar de uma disputa ideológica e eleitoral que antecipava o clima do próximo mês de outubro⁴⁰¹. Novamente, se sobressaem nas interpretações contemporâneas ao episódio a disputa política entre os intelectuais e artistas da FPS e do MCP. Em seu texto, Valdemar situa nominalmente o MCP à esquerda e coloca o TPN no campo de “tendências opostas, católicas [...]”, afirmação que demonstra que o alinhamento do TPN com a FPS foi entendido como uma tomada de posição à direita não apenas por membros da esquerda política da época, mas por pessoas identificadas com um posicionamento político mais conservador, caso de Valdemar de Oliveira⁴⁰².

Apesar de impedidos de acessar os equipamentos da prefeitura, o TPN não estava de todo sem opções. O grupo dirigiu seus esforços para os Centros Educativos Operários – equipamentos sob o comando do SSCM – e sedes do SESI, com o objetivo de levar teatro até o povo. A previsão era de começarem a temporada com *O processo do diabo*, cuja montagem já estava pronta, enquanto concluíam a preparação do novo texto de Ariano Suassuna, que inferimos seria o já citado *O inocente e os comunistas*.

Sobre as apresentações nos Centros Educativos Operários, promovidas pela FPS e o TPN, foi noticiado nos jornais da época que o projeto fora bem recebido e as encenações eram um sucesso. Visão diferente sobre essa temporada nos Centros Educativos nos foi oferecida por Carlos Reis, ator ligado ao TPN que participou dessas

⁴⁰⁰ LEITE, Adeth. “Política Teatral entre a Prefeitura e o Estado. **Diário de Pernambuco**. Nº 04, ano 137, Segundo Caderno. 06/01/1962, p. 14.

⁴⁰¹ OLIVEIRA, Valdemar. O teatro em Pernambuco. **Dionysos**: Órgão do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Cultura. Ano X, Nº 11, dezembro de 1961, p. 26-33.

⁴⁰² Não nos passa despercebido que a crítica de Valdemar ao TPN e ao MCP parte de alguém que tentava resguardar para si e para o seu próprio grupo de teatro – O Teatro de Amadores de Pernambuco – o lugar de defensor da arte teatral “pura”, imune ao discurso ideológico.

encenações. Ele apontou que, artisticamente, a experiência não foi satisfatória. O principal problema era a precariedade dos Centros Operários para receber os espetáculos, o que acabava interferindo na qualidade do teatro apresentado às comunidades⁴⁰³.

Além das disputas por espaços de encenação, a concorrência no campo teatral pode ser expressa de forma direta no texto encenado, por meio de críticas e alegorias ou pelos temas abordados, por exemplo. Nas peças do TPN que foram montadas durante a vigência do convênio com a FPS, apenas uma expôs de forma mais explícita a disputa política do período: *A bomba da paz*⁴⁰⁴. A trajetória desse espetáculo oferece uma dimensão da temperatura política do momento, assim como da disputa entre FPS e MCP.

Como mencionamos, no início de 1962, o TPN trabalhava dois espetáculos, *O processo do diabo* e *O inocente e os comunistas*, sendo o segundo um original de Ariano Suassuna. Não identificamos a razão, porém, podemos afirmar que o segundo projeto não foi levado adiante. Em seu lugar foi anunciado, em fevereiro, um novo espetáculo chamado *A bomba da paz*, escrito e dirigido por Hermilo Borba Filho. Ao noticiar o próximo original de Hermilo, o jornalista indicou que um representante do TPN afirmou se tratar de uma sátira “destinada a obter a gargalhada franca do espectador”⁴⁰⁵. Foi decidido que a estreia ocorreria no Teatro de Arena do Recife – uma sala com capacidade para até 100 espectadores, localizada no centro do Recife, mantida por Hermilo Borba Filho em sociedade com Alfredo de Oliveira. Ao final da temporada inicial, o espetáculo correria os Centros Educativos Operários em obediência ao convênio com a FPS.

Os ensaios e a preparação tomaram os meses de fevereiro, março e a abril de 1962. Originalmente, a previsão era estrear já em março, no Teatro Almare, no Parque 13 de Maio⁴⁰⁶. No entanto dificuldades de produção, como a necessidade de alguns atores performarem mais de um personagem, bem como estarem envolvidos no espetáculo da Paixão de Cristo de Fazenda Nova, realizado no período da quaresma, obrigaram Hermilo a estender os ensaios até o final de abril.

Havia muita expectativa em torno da estreia da peça por se tratar de um original de Hermilo Borba Filho, mas também porque corriam boatos sobre o conteúdo do espetáculo. Medeiros Cavalcanti registrou no *Jornal do Comércio* que *A bomba da paz*

⁴⁰³ REIS, Luís Carlos. Entrevista concedida a Felipe Genú. 11/04/2015.

⁴⁰⁴ Os outros espetáculos foram: *O processo do diabo* (1961) e *Município de São Silvestre* (1962).

⁴⁰⁵ Teatro Popular do Nordeste ensaia “A Bomba da Paz”: Convênio com a FPS. **Diário de Pernambuco**. Ano 137, nº 43. 22/02/1962, p. 11.

⁴⁰⁶ Gente de teatro entra na folia enquanto momo impera, absoluto. **Diário de Pernambuco**, ano 137, nº 52. 04/03/1962, p. 08

“é aguardada com extrema curiosidade e geral expectativa dado o seu satirizante conteúdo, destinado a gerar as mais acesas e divertidas discussões”⁴⁰⁷. Às 20:30h, do dia 25 de abril, uma quarta-feira, a farsa *A bomba da paz* subiu ao palco pela primeira vez para uma plateia seleta que misturava autoridades políticas e pessoas do meio teatral.

Segundo anotou o ator, professor e crítico Joel Pontes, estiveram na primeira récita: Paulo Maciel (secretário da Fazenda), Paulo Rangel Moreira (presidente da FPS), João Monteiro Filho (secretário de governo) e Murilo Costa Rego (Deputado Estadual). No tocante aos integrantes do campo teatral, entre atores, diretores, professores, críticos e dramaturgos, registrou: Alfredo de Oliveira, Reinaldo de Oliveira, Clênio Wanderley, Medeiros Cavalcanti, Ded Boubonnais e Ariano Suassuna⁴⁰⁸. Sobre as reações do público, Pontes escreveu o seguinte: “Opiniões muito divididas a respeito da peça, notando-se a aprovação maciça dos políticos presentes, alguns mesmo tentando forçar a opinião dos espectadores descontentes. Mostravam-se mais entusiasmados Murilo Costa Rêgo e Paulo Maciel”⁴⁰⁹.

A farsa, enquanto gênero teatral, consiste em peças cômicas que satirizam situações cotidianas a partir de um humor bastante ácido e exagerado no seu tom de ridículo, chegando ao grosseiro. Segundo Patrice Pavis, sobre a grosseria das farsas, “nem sempre se sabe muito bem se ela diz respeito aos procedimentos (cênicos) demasiado visíveis e infantis do cômico ou à temática escatológica”⁴¹⁰. Tais características fizeram com que a farsa fosse classificada como uma espécie de comédia inferior, no sentido de estar abaixo de gêneros “nobres” da literatura teatral, como a alta comédia. Nesse sentido, Hermilo explorou as ferramentas da farsa para expor sua crítica ao que acontecia no Recife do período em tela. E, talvez, ter uma pequena desforra em relação a sua saída do MCP.

A peça conta a história – segundo divulgado na coluna periscópio do Diário de Pernambuco – de uma revolução impulsionada pela criação de um combustível feito com excrementos humanos, desenvolvido por um órgão fictício cuja inspiração explícita era a SUDENE. Na peça, temos a SUPENE: Superintendência da Recuperação do Nordeste, liderada por um intelectual muito competente, porém ingênuo e manipulável. A partir

⁴⁰⁷ CAVALCANTI, Medeiros. *A bomba da paz* (I). **Jornal do Comércio**. Ano XLIV. Nº 94. 25/04/1962, p. 09.

⁴⁰⁸ PONTES, Joel. Diário artístico. **Diário de Pernambuco**. 27/04/1961, p.11.

⁴⁰⁹ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁰ PAVIS, PATRICE. *Dicionário de Teatro*. Tradução de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 164.

desse acontecimento, figuras de proa de diferentes tendências políticas da época são representadas de forma farsesca, como o líder da extrema direita chamado de Plínio Sarmento, em uma alusão a Plínio Salgado. Ou o personagem Luiz Carlos, nomeado em referência a Luiz Carlos Prestes e caracterizado tal qual Fidel Castro: com uma farda militar e um charuto⁴¹¹. Na peça, as situações locais como as articulações políticas entre os setores automeados como católicos progressistas e comunistas, base do MCP, eram satirizados a partir da existência de um fictício Centro de Compreensão Católico-Comunista⁴¹².

As alegorias relativas a instituições, acordos e pessoas feitas em uma farsa não são, de forma alguma, sutis. Na estreia da *Bomba da Paz*, Joel Pontes registrou que a maioria dos espectadores concordou que “personalidades políticas do Recife” estavam representadas nas personagens⁴¹³. Três dias antes da estreia, o crítico Adeth Leite antecipava em sua coluna no Diário de Pernambuco que “A farsa foi urdida pra valer. Toda uma fauna desfila em grande estilo aos olhos do espectador mais ou menos avisado [...]”⁴¹⁴.

Hermilo afirmou que a motivação para *A bomba da paz* seria a crítica tanto a esquerda quanto a direita política, que, empenhados na defesa de suas ideologias, acabavam impedindo a realização efetiva de mudanças na estrutura social. Se considerarmos a temática de *A bomba da paz* e o título do original que acabou não sendo produzido, *O inocente e os comunistas*, notamos uma inequívoca intenção de criticar os comunistas e seus simpatizantes. Tal constatação nos permite conjecturar acerca da intensidade da mágoa ocasionada pela ruptura de Hermilo e Ariano com as forças da esquerda plasmadas no MCP. Também nos parece um indicativo da importância que o tema da relação entre a arte e a política assumiu no período em questão. Por último, aponta para uma reação ao que podia ser entendido por Hermilo como uma priorização, no teatro, de objetivos políticos em detrimento de preocupações estéticas, uma vez que, por meio do MCP, artistas e intelectuais de esquerda passaram a ter o controle de dispositivos culturais municipais e maior poder de pautar os debates do campo. Daí o direcionamento dos esforços de criação de uma farsa que abordasse os comunistas e seus aliados.

⁴¹¹ REIS, Luís Carlos. Entrevista concedida a Felipe Genú em 11/04/2015.

⁴¹² LEITE, Adeth. Farsa de Hermilo Borba Filho iniciará este ano a temporada teatral do TPN. **Diário de Pernambuco**. Segundo Caderno. 22/04/1962, p.03.

⁴¹³ PONTES, Joel. **Diário de Pernambuco**. Ano: 137, nº 93. Coluna Diário artístico. 27/04/1961, p.11.

⁴¹⁴ LEITH. *Op. cit.*, p.03.

Em uma mensagem escrita ao elenco da peça que foi lida antes da abertura do pano, Hermilo tentou reforçar um lugar de crítica a ambos os lados do espectro político:

Pretendemos ser justos e apenas queremos chamar a atenção para os homens que estão nas duas margens, desviados. Isto não quer dizer que, apesar de tudo, não lhes tenhamos amor. E justamente porque os amamos ou porque, dentro de nossa condição humana, pretendemos amá-los, é que nos esforçamos para denunciar os seus erros, na agradável esperança de conquistá-los [...].⁴¹⁵

O trecho transcrito explicita a ação social de um intelectual que busca intervir no seu arranjo social ao oferecer a sua visão sobre um determinado tema. O próprio Hermilo faz um *mea culpa*, afirmando que aquela era a primeira vez que praticavam um teatro “comprometido” – no sentido de um posicionamento político explícito – devido à gravidade do momento⁴¹⁶. No entendimento de Hermilo, os radicais de ambos os lados precisavam ser esclarecidos sobre seus erros motivados pelas ideologias. Ao alertá-los, o intelectual Hermilo tenta construir para si um posicionamento equidistante entre esquerda e direita. Apesar do discurso convincente e das atitudes que teve em anos posteriores, como proteger pessoas do teatro perseguidas pela ditadura, constatamos que em abril de 1962, Hermilo estava alinhado a grupos de direita, e é visível que *A bomba da paz*, expressa esse alinhamento, expressa a visão daquele grupo.

O sentido da obra de arte, uma vez tornada pública, não é único ou imutável, tendo em vista que a arte é uma prática⁴¹⁷. E, como aponta Michel de Certeau, o sentido também é construído a partir da atividade dos consumidores da arte: do seu público e da sua crítica⁴¹⁸. Assim, *A bomba da paz* foi entendida pela crítica especializada como uma reação quase que exclusiva às ações do MCP e da esquerda política no teatro – o que reforça a conclusão de que a ênfase da farsa foi direcionada à esquerda. A coluna *Periscópio* a classificou como a “primeira peça de reação à infiltração vermelha no teatro brasileiro [...]”⁴¹⁹. Já o crítico Adeth Leite entendeu a peça como a confirmação do posicionamento à direita do TPN, ao fazer uma contraposição entre o espetáculo de Hermilo com o texto de *Revolução na América do Sul*, escrito por Augusto Boal, explicitamente de esquerda e encenado no Recife pelo Teatro de Arena de São Paulo.

⁴¹⁵ Mensagem de Hermilo Borba Filho ao elenco de *A bomba da paz*. 25/04/1962. In: REIS, 2018, p. 49.

⁴¹⁶ *Idem, ibidem*.

⁴¹⁷ WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 43-68.

⁴¹⁸ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1, Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

⁴¹⁹ Coluna Periscópio. **Diário de Pernambuco**. 24/04/1962.

Adeth passou a chamar ambos os espetáculos de comícios, sendo um da direita e o outro da esquerda. Para o crítico:

Entre a “Bomba da Paz” e “A revolução na América do Sul”, de Augusto Boal, os autores apenas se serviram dos extremos para obter os meios. Entre um e outro original, não há teatro. Há, sim, para valer, uma dialética da esquerda ou da direita, que terminada a representação nada fica no espectador a não ser uma sensação intensa de enfado. Isto jamais foi teatro⁴²⁰.

Logo, a busca de Hermilo por um lugar de neutralidade entre direita e esquerda fracassou, e o TPN foi continuamente reafirmado como parte do primeiro grupo. Enquanto isso, Joel Pontes reprovou o tom de insulto direto presente no espetáculo. Comentou, por exemplo, que, logo na canção inicial, a música vassourinha é tocada como base para a letra de uma canção que afirma que o comunista é “burro, besta, frouxo e coisas assim”⁴²¹. Nesse mesmo texto, após desabonar outras cenas e canções, como a que sugere que os socialistas simpatizantes do comunismo seriam pederastas, Pontes afirma que o revide à infiltração e instrumentalização do teatro pelos comunistas não poderia se dar da forma tecida por Hermilo porque o insulto e a ameaça nada constroem. Muito menos arte.

Com o fim da temporada de 45 récitas no pequeno Teatro de Arena, em maio de 1962, o TPN passou a encenar *Município de São Silvestre*, uma comédia escrita por Aristófanes Soares que alcançou críticas positivas e ajudou a compor o repertório de peças levadas pelo Teatro Popular do Nordeste aos espaços dos Centros Educativos Operários pelo restante do ano. O outro espetáculo foi *O processo do Diabo*, de Ariano Suassuna.

Diante das críticas negativas e das desavenças internas suscitadas pelo espetáculo⁴²², *A bomba da paz* não voltou a ser apresentada. Em mais de uma ocasião, Hermilo afirmou seu arrependimento de ter escrito e montado a peça. *A bomba* foi relegada de tal forma que não foi publicada, seus originais foram recolhidos, destruídos ou trancados à sete chaves pela viúva do teatrólogo. De modo que qualquer citação direta ao texto só pode ser feita a partir de artigos de pessoas que testemunharam sua única temporada em 1962.

Apesar das dificuldades estruturais dos Centros Educativos Operários, o TPN cumpriu sua parte do convênio e ocupou aqueles espaços com seu teatro. Entretanto,

⁴²⁰ LEITE, Adeth. Amargura e sarcasmo, a temática predominante em “A bomba da paz”. **Diário de Pernambuco**. Ano 137, nº 99. 05/05/1962, p. 11.

⁴²¹ A Bomba da Paz (2). Joel Pontes. **Diário de Pernambuco**. Ano 137, nº 96. Segundo caderno. 01/05/1962, p. 03.

⁴²² REIS, 2018, p. 63.

faltava a criação de um quarto espetáculo para que cumprissem a meta firmada no convênio com a FPS de quatro montagens por ano. E aí começaram os problemas entre TPN e FPS.

Em setembro de 1962, Capiba, presidente em exercício do TPN, escreveu um ofício enviado a Fundação da Promoção Social, no qual solicitou a dispensa da quarta montagem. Segundo escreveu, a inflação vivida no Brasil tornara as previsões orçamentárias estabelecidas em 1961 (Cr\$ 250.000,00) insuficientes para cobrir os custos de cada montagem. Argumentou ainda que *O processo do Diabo* era composto por três peças diferentes unidas em um só texto, o que significa que, tecnicamente, haviam encenado mais de 4 peças até a estreia de *Município de São Silvestre*. Ao final, aponta que o não cumprimento por parte da FPS da cláusula de construção de uma casa de espetáculo para o TPN agravava a situação por acarretar despesas extras com o aluguel de casas de espetáculo⁴²³. Com o fim do governo Cid Sampaio, o convênio com o TPN foi deixado de lado e a cláusula de construção de uma casa para o grupo nunca chegou a se realizar.

O teatro possui grande potencial para comunicar ideias e valores. Não à toa, FPS e MCP adentraram essa seara. No teatro, há espaços para o intelectual que atua como um produtor de conhecimento que intervém no espaço público, como também para o intelectual cuja ação se refere sobretudo aos processos de mediação de ideias, ou seja, aquele cujo enfoque de atuação recai sobre a criação de estratégias de difusão do conhecimento ou dos valores que defende. Nesse sentido, o Movimento de Rearmamento Moral, também soube explorar o teatro enquanto instrumento de mediação de valores e ideias.

No primeiro de maio de 1961, o MRM realizou uma turnê pela América do Sul – que foi propagandeada pelo Movimento como uma grande “ofensiva”. Iniciaram pelo Brasil, onde aterrissaram primeiramente em Brasília. Na comitiva de 126 pessoas, de 28 países diferentes enviada ao Brasil, havia um grupo encarregado de encenar uma peça que defendia ideias anticomunistas intitulada *O tigre*.

O tema central de *O tigre* são os protestos estudantis ocorridos no Japão, quando do anúncio de uma visita do presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, em 1960. Na peça, a hostilidade dos estudantes em relação ao presidente estadunidense, cuja visita acabou cancelada, é creditada à manipulação dos comunistas infiltrados entre os

⁴²³ REIS, 2018, p.67.

estudantes e apresentada como algo infrutífero, que serve apenas para a disseminação do marxismo, única coisa capaz de prosperar a partir da “insatisfação dos homens”⁴²⁴. Na peça, apenas com a substituição do ódio pelo diálogo, compreensão e o amor – o que o MRM chamava de transformação individual coletiva – é que os personagens começam a empreender mudanças no mundo de modo a sanar as insatisfações que sentiam e construir uma nova sociedade, baseada nos valores pregados no Movimento.



Figura 13: Itinerário do Movimento de Rearmamento Moral na América Latina. Maio de 1961.
Fonte: Documentário *A Tidal Wave of Hope* (1961). Produzido por MRA Productions

O tigre foi encenado em estádios de futebol, teatros e salões de associações ou em qualquer lugar que se dispôs a acolher a equipe do Rearmamento Moral. Para facilitar seu deslocamento, o MRM pode contar inclusive com aviões da Força Aérea Brasileira e duas fragatas da Marinha do Brasil. Em Pernambuco, *O tigre* foi encenado no Teatro de Santa Isabel entre 26 e 29 de junho. Também foi levada nos estádios Adelmar da Costa Carvalho e Eládio de Barros Carvalho e à cidade de Jaboatão dos Guararapes – cujo apelido na época, “Moscouzinho”, é destacado no material promocional da peça em japonês. Cidades da Zona da Mata também receberam o MRM, caso de Catende. Após o Brasil, a missão do MRM seguiu pela América Latina. No Peru, *O tigre* inspirou jovens universitários peruanos a escreverem sua própria peça teatral que, em 1962, foi trazida ao Brasil pelo Movimento de Rearmamento Moral.

⁴²⁴ CARNEIRO, Glauco. “Uma luta pela reconstrução do mundo”. Revista **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro. Ano XXIV, nº 20, 24 fev. 1962, p. 33.



Figura 14: O Tigre no estádio Eládio de Barros Carvalho.
 Fonte: Material japonês de divulgação da peça *O tigre* (1961).

Nomeada de *O condor* – notemos a adesão à fauna local –, a nova peça chegou ao Recife no mês de junho trazida por uma missão mais modesta que a do ano anterior: “apenas” 63 membros, boa parte estudantes das universidades peruanas de São Marcos e Cusco⁴²⁵. A ação da peça – meramente um pretexto para a defesa das ideias do MRM – se passa na fictícia Latínia, uma cidade na América do Sul, onde um estudante universitário – Carlos – torna-se amigo dos comunistas da Universidade, o que causa desentendimento entre ele e seu pai, um funcionário do governo que utiliza o dinheiro enviado pela USAID em esquemas de corrupção. Após assistir à peça *O tigre*, o pai se arrepende, procura o filho para pedir perdão e, a partir dessa mudança individual, a relação entre os dois melhora. Carlos se afasta do comunismo e ambos passam a lutar contra o real inimigo da sociedade, de acordo com o MRM: o materialismo⁴²⁶. Iniciando,

⁴²⁵ Uma dúvida cabível sobre os espetáculos teatrais do Rearmamento Moral seria nos perguntarmos sobre qual o idioma falado nas apresentações. Especialmente porque no tocante aos filmes, sabemos que eram rodados em português ou dublados nas versões exibidas aqui. Os artigos da crônica teatral que analisamos não fazem referência ao idioma falado nas peças. Apesar disso, devemos considerar que essas peças eram encenadas para o maior público possível, tanto nas cidades quanto em récitas menores, realizadas para trabalhadores de engenhos da Zona da Mata. Nesse sentido, supomos que as personagens com diálogos eram encenadas por atores que falavam português. Outra opção, talvez mais provável, era a de que as falas eram gravadas em português e tocadas no momento da encenação enquanto os atores apenas simulavam falar. Outro indicativo de que deve ter acontecido algum tipo de tradução para o português é o de que nenhum cronista teatral fez observações ou reclamações sobre a dificuldade do público de entender uma peça encenada em espanhol, inglês ou japonês, algo que provavelmente não passaria despercebido por cronistas do calibre de Adeth Leite ou Joel Pontes.

⁴²⁶ *El condor*. Direção: George Fraser. Produção: Movimento de Rearmamento Moral. 56 minutos. Disponível: *El Condor (English) | For a new world*. Acesso em: 13/10/2023.

dessa maneira, uma grande revolução que “enxergará como o grande condor, por cima dos Andes, e que cobrirá o mundo inteiro”⁴²⁷.

Duas peças diferentes, porém, em ambas, as práticas organizativas comuns a movimentos sociais e organizações de esquerda – como greves e protestos – são apresentadas de maneiras violentas e ultrapassadas, sendo incapazes de atingirem os objetivos que justificariam sua gênese: uma sociedade melhor. Resultado de uma espécie de má orientação dada aos jovens ou aos trabalhadores por organizações de esquerda. Conciliação ao invés de revolta e organização. Discurso que se aproxima daquela ideia de reforma social contraposta a revolução da Fundação da Promoção Social.

Antes da estreia, em 05 de junho, o elenco de *O condor* foi entrevistado pelos jornais locais e visitou a câmara municipal de Jaboatão dos Guararapes, onde promoveu a peça e conheceu as instalações da casa⁴²⁸. À noite, *O condor* estreou no Santa Isabel e ficou em cartaz até o domingo, 08 de junho. Todas as récitas tiveram entrada franca, sendo que a do sábado teve ingressos reservados para funcionários de todos os setores da Fundação da Promoção Social⁴²⁹.

O Condor também voou para as residências pernambucanas ao ser exibido em um formato de longa-metragem em um programa especial de duas horas de duração exibido pela TV-Rádio Clube. Um boletim informativo do MRM afirmou que o programa para televisão foi reexibido menos de uma semana após a primeira exibição, dessa vez incluindo estados vizinhos a Pernambuco. Estimou ainda que cerca de 500 mil lares assistiram ao *Condor*⁴³⁰.

A realização da peça *O condor* em formato de filme – tal qual fora feito com *O tigre* – desvela outro aspecto da estratégia do MRM que chegou a Pernambuco: o uso do cinema como ferramenta didática. Em fevereiro de 1962, o Recife foi a cidade escolhida para ser o QG do Rearmamento no Brasil. O documentário do Rearmamento *A Tidal wave of hope* apresenta um compilado de imagens da turnê do MRM de 1961 acompanhado de um narrador em *off* que detalha as ações e os lugares por onde passaram⁴³¹. Nele, enquanto

⁴²⁷ Idem; ibidem.

⁴²⁸ “Força internacional do MRM visitou câmara do Jaboatão”. **Diário de Pernambuco**. Segundo caderno. 05/06/1962, p. 03

⁴²⁹ “El condor” especialmente para os bancários. **Diário de Pernambuco**. 08/06/1962, p. 03.

⁴³⁰ “You sense a new atmosphere in Brazil”. **MRA information Service**. Vol. 11, nº 271. Londres: 07/07/1962. p. 23. Disponível em MRA Information Service - Vol. 11 No. 271, 1962-07-07 | For a new world. Acesso 13/10/2023.

⁴³¹ *A Tidal wave of hope*. MRA Produções.1962.

imagens panorâmicas do Recife são exibidas, a cidade é descrita como um “porto crítico do Nordeste Brasileiro”.

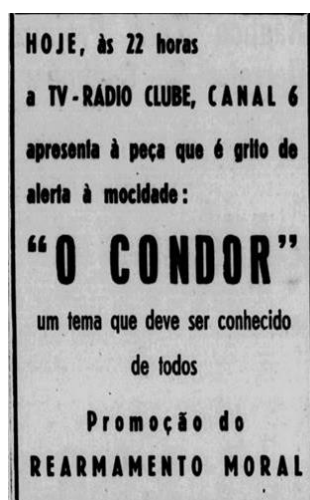


Figura 15: Peça publicitária de *O condor*. Diário de Pernambuco 08/06/1962.
Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Durante o evento de anúncio da instalação do Rearmamento Moral em Pernambuco, umas das dirigentes do movimento afirmou que, além do lançamento do livro *O segredo de Frank Buchman*, escrito por Peter Howard⁴³², fora preparada uma campanha na qual seriam exibidos ao longo do ano vários documentários que tratavam das ações do movimento. Segundo Lawrence Vogel, um dos dirigentes do MRM presentes no anúncio, a lista de documentários incluía 8 títulos diferentes⁴³³. Também seria exibido um longa-metragem chamado *A Experiência Culminante* (1960), que fora projetado em sessões para convidados no cinema São Luiz durante a primeira estada dos representantes do MRM, em 1961.

A produção fílmica do Movimento de Rearmamento Moral nas décadas de 1950 e 1960 apresenta certas convenções narrativas. A primeira delas é que quase sempre estamos diante de personagens que funcionam mais como arquétipos, ou seja, nunca têm um desenvolvimento real, apenas expressam um tipo de estereótipo: o estudante jovem e rebelde, os comunistas violentos ou os líderes sindicais corruptos, por exemplo. Políticos que atuam em causa própria e não pelo bem do povo ao qual deveriam servir também estão presentes com regularidade.

⁴³² Jornalista e escritor de peças de teatro britânico. Possuía ligações com o Partido Conservador Britânico. Após a morte de Buchman em 1961, assumiu a liderança do Movimento de Rearmamento Moral até 1965, quando faleceu de pneumonia.

⁴³³ “‘Rearmamento Moral’ instala nessa cidade o QG para todo o Brasil”. **Diário de Pernambuco**. 25/02/1962, p. 09.



Figura 16: Vista Panorâmica do Recife. Documentário *A tidal Wave of hope*.
Fonte: A Tidal Wave of Hope | For a new world

Uma segunda convenção é o conflito que divide os protagonistas da história, que vão passar todo o filme em disputa. A terceira dessas convenções é a ocorrência de um evento que faz com que um dos protagonistas da disputa conheça o Movimento de Rearmamento Moral, o que desencadeia a autorreflexão e a adesão aos quatro princípios absolutos do Rearmamento – honestidade, pureza, altruísmo e amor ao próximo. Ao mudar suas práticas, a personagem se torna um ponto irradiador de mudanças que afetam de forma positiva todos aqueles que estão ao seu redor, o que culmina em um desenlace no qual os protagonistas se reconciliam e se comprometem a construir um futuro bom para todos. É uma espécie de tradução fílmica do *slogan* “nem para a esquerda, nem para a direita: para frente!”, muito comum entre membros da direita política.

Tomemos como exemplo o filme *Homens do Brasil*, de 1959⁴³⁴. O filme gira em torno de uma greve de trabalhadores do porto do Rio de Janeiro que serve como estopim para a disputa entre dois sindicatos rivais pela liderança entre portuários. A ação é centrada nos líderes dos grupos: Nelson Marcelino, que lidera o sindicato oficial dos portuários, e Damásio Cardoso, líder de um novo sindicato que buscava suplantá-lo.

⁴³⁴ *Homens do Brasil*. Direção: Nelson Marcelino de Carvalho. Produção: Movimento de Rearmamento Moral. 56 minutos. Disponível: *Homens do Brasil* | For a new world. Acesso em: 13/10/2023.



Figura 17: Homens do Brasil.
 Fonte: Homens do Brasil | For a new world.

O grupo de Damásio decreta uma greve que consegue paralisar o porto por mais de 10 dias, enquanto o grupo de Nelson, que comanda o depósito de bagagens do porto, continua trabalhando. A disputa rapidamente assume ares de tragédia anunciada quando Damásio parte armado para confrontar Nelson. Em frente ao armazém de bagagem, Damásio é surpreendido quando Nelson, após ser ameaçado, informa-lhe que aprendeu coisas novas nos últimos dias e que entendeu que ambos têm perdido tempo e buscado de forma errada a unidade e justiça para os trabalhadores do porto. Combinam uma conversa para a manhã seguinte. Nelson havia conhecido a ideologia da “transformação interna” do Rearmamento Moral e passa a pregar a união e a reconciliação entre todos. O próprio Damásio desiste da greve e passa a defender os mesmos ideais conciliatórios e o trabalho do porto retorna de forma mais eficiente que antes. Mesmo os pequenos roubos de cargas, informa o narrador Damásio, acabaram.

Quando uma terceira entidade organizativa dos trabalhadores do porto tenta criar outra greve com fins “políticos” – fica claro que esse grupo seria formado por comunistas –, a maioria dos trabalhadores do porto é contra e conseguem barrar a nova greve. Os comunistas são expulsos do porto. O clima de união é tamanho que eleições livres para o sindicato dos portuários são realizadas pela primeira vez: até então, os comunistas impediam esses eventos. Todos celebram. A vida dos trabalhadores melhora, finalmente. Até a filha de Damásio, que não movimentava as pernas, começa a andar. O filme encerra com imagens de portuários felizes, cada um em sua função sob uma música triunfante. Em pouco mais de cinquenta minutos, *Homens do Brasil* desprestigia dois instrumentos de luta dos trabalhadores: os sindicatos e as greves. Perspectiva que de alguma forma convergia com o ideário antirrevolucionário da Fundação da Promoção Social.

Entre 1961 e 1962, o filme *Homens do Brasil* foi exibido em várias ocasiões no Recife. As exibições ocorreram em uma variedade de locais, desde cinemas regulares até associações de moradores, sedes sociais de clubes de futebol amador e sindicatos diversos. Também excursionou para outras localidades do nordeste, como Catende e Campina Grande, e foi exibido por um canal de televisão local – a Concórdia S.A (canal 6). E, entre os dias 19 de maio e 07 de junho, integrou a programação de comemoração do 27º aniversário de fundação dos Centros Educativos Operários (CEO). Como sabemos, em 1962, os CEOs estavam subordinados a FPS que, devido às dificuldades técnicas e aos custos envolvidos na produção de um filme, não possuía um departamento voltado para tal intento.

No que se referia ao cinema, entendemos que os intelectuais da FPS mantiveram uma postura prioritariamente de intelectuais mediadores, não de produtores. Eles exibiam a película e coordenaram debates ou conversas a partir do que foi exibido. Ao fazê-lo, eles desenvolveram maneiras de abordar os temas do filme com o público e, claro, afiançaram as ideias e os valores ali defendidos. Foram quatorze CEOs que exibiram *Homens do Brasil*⁴³⁵ e seu discurso antigreves.

CONCORDIA S.A apresenta programação		TV CANAL 6
02/7/1961		
Domingo — HOJE		
13.45	—	Padrão
13.55	—	ABERTURA — SEQUÊNCIA
14.00	—	Teatro Infantil Kibon
14.05	—	Pat. Kibon
15.05	—	Reportagem Esportiva Goodyear — Externa
15.10	—	Pat. Goodyear
17.15	—	Filmoteca
18.05	—	Cirquinho Fratelli Vita
18.10	—	Pat. Fratelli Vita
18.43	—	Cecy, Poty, Porã
19.11	—	Nelde N/Pais das Maravilhas
19.39	—	Bola ao Centro
19.52	—	Três à Três
20.10	—	Benê Nunes
20.43	—	Uma janela para o Mu
21.01	—	O Esporte Que Você G
21.30	—	I Love Lucy
21.35	—	Pat. Real
22.03	—	Homens do Brasil
22.10	—	Uma promoção do Rearmamento Moral
23.18	—	SEQUÊNCIA

Figura 18: *Homens do Brasil* na programação da TV Canal 6.

Fonte: Diário de Pernambuco. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Um último aspecto da produção fílmica do MRM que está caracterizado em *Homens do Brasil*, assim como em outros filmes exibidos no Recife pelo

⁴³⁵ “27º Aniversário Centros Educativos Operários vão celebrar: programa pronto”. **Diário de Pernambuco**. Ano 137, nº 110, 18/05/1962, p. 16.

Rearmamento⁴³⁶, é a preocupação em afirmar e reafirmar a veracidade do que é mostrado durante a projeção. Nesse sentido, os filmes eram anunciados sob a classificação de documentários. O historiador Robert Rosenstone chama a atenção para o fato de que a definição de um documentário é, geralmente, pensada em oposição ao filme dramático. Enquanto o segundo elabora uma realidade que não existe, o documentário parte de uma suposta relação direta com a realidade. Chamar um longa-metragem de documentário, significa “que ele nos mostra o que estava ali, na frente da câmera, em um dado momento e, em teoria, teria estado ali de qualquer maneira se a câmera não estivesse presente”⁴³⁷.

Assim, chamar *Homens do Brasil* ou qualquer outra obra audiovisual de documentário aponta para a intenção dos produtores de causar nos espectadores a sensação de que a obra reflete ou revela a realidade do evento filmado. No entanto, Rosenstone esclarece que a suposta relação direta com o mundo real do documentário é uma ilusão. De forma similar ao trabalho de escrita de um historiador, prossegue, o documentarista investiga um acontecimento com base nos vestígios que encontra desse passado e os encaixa em sua narrativa. Para isso, o documentarista lança mão de uma miríade de recursos que aproximam o documentário do filme ficcional, como filmagens genéricas de lugares ou situações, dramatização de cenas descritas na documentação e a criação de um enredo que lança perguntas ou problematizações que são trabalhadas e resolvidas ao longo do filme⁴³⁸.

Se observarmos *Homens do Brasil*, podemos perceber alguns dos recursos utilizados para tornar crível o que é narrado em tela. O primeiro recurso é o da dramatização da história “real”, empregando como atores os protagonistas reais da situação. Não vemos atores interpretando Damásio ou Nelson, vemos os próprios Damásio e Nelson, trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, encenando situações que afirmam ter vivenciado anos antes. Suprimir os atores seria como suprimir a ficção do filme. Efeito de realidade intensificado quando verificamos que o roteiro e a direção do filme são creditados ao Nelson. Há uma questão que subjaz as ações e é respondida ao final: a quem as greves realmente interessam/servem? Outro recurso utilizado é a exploração da paisagem “real”: o filme foi rodado em locações no porto do Rio de Janeiro, e é recheado de cenas que mostram o cotidiano dos trabalhadores. Até os oficiais da

⁴³⁶ Nos referimos aos longas-metragens *Liberdade* (1957) e *A Experiência Culminante* (1960).

⁴³⁷ ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 109.

⁴³⁸ *Idem*, p. 110.

Marinha Mercante que aparecem no início do filme, cujo diálogo lança a pergunta “A quem interessa essa greve?”, eram de fato oficiais da Marinha. Tudo isso contribuiu para aumentar a verossimilhança do que é mostrado.

Outro recurso empregado é o uso de letreiros explicativos no início do filme. Enquanto a câmera explora a paisagem da baía de Guanabara, três letreiros funcionam como um prólogo que situa o espectador no que está acontecendo. O primeiro letreiro exibido, como podemos conferir na figura abaixo, afirma: “Esse é um documentário da verdade do litoral brasileiro... a história verdadeira dos homens e mulheres do porto do Rio de Janeiro como realmente aconteceu”⁴³⁹. Dessa maneira, o filme estabelece e reforça que não só a história é verdadeira como é contada de forma totalmente fidedigna, sem nenhuma liberdade criativa de qualquer dos envolvidos.

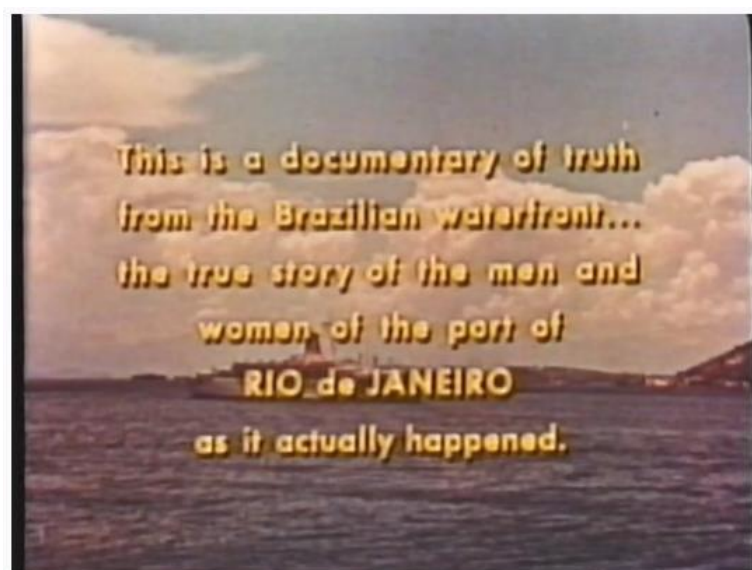


Figura 19: Texto explicativo de *Homens do Brasil*.
Fonte: Homens do Brasil | For a new world

Ao se unirem ao MRM, os intelectuais da FPS adquiriram recursos audiovisuais capazes de reforçar o trabalho de difusão dos valores que fundamentavam as ações da Fundação da Promoção Social em sua disputa por espaço no campo artístico e cultural. Ainda assim, a FPS não logrou êxito nesse enfrentamento. A Fundação não conseguiu conquistar muito espaço e perdeu o pouco que conquistou em 1963, com seu fechamento. Também foi derrotada na disputa pela memória dos pernambucanos: enquanto o MCP até o presente é lembrado e celebrado, muitos nunca ouviram falar da Fundação da

⁴³⁹ *Homens do Brasil*. Direção: Nelson Marcelino de Carvalho. Produção: Movimento de Rearmamento Moral. 56 minutos. Disponível: Homens do Brasil | For a new world. Acesso em: 13/10/2023.

Promoção Social. A resposta para o porquê do fracasso da FPS nas artes parece estar relacionada, segundo observadores do período, sobretudo, ao grau de investimentos feitos pela Fundação nessa seara.

À vista disso, Joel Pontes, crítico e ator do TPN, nos oferece um panorama das ações da FPS. No seu entendimento, a Fundação poderia ter feito mais pelas artes, mas optou por se concentrar exclusivamente no teatro, “falhando em tudo o mais”⁴⁴⁰. A opção pelo teatro, pensamos, se deveu ao potencial educativo dessa linguagem e a janela de oportunidade de contratar teatrólogos como Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna. Mesmo nesse campo, continua Pontes, o empenho da FPS teria sido pouco, porque a cláusula principal do convênio com o TPN – a da construção de um teatro sede do grupo – não foi cumprida. Argumenta ainda que, mesmo as apresentações pelos Centros Educativos Operários, não foram tão numerosas ou bem aproveitadas.

A UDN de Cid Sampaio foi derrotada nas eleições de 1962. A ascensão do grupo político de Miguel Arraes ao governo do estado, como era de se esperar, ocasionou uma reestruturação dos secretariados e convênios estabelecidos na gestão anterior. Dentro desse processo, caiu a Fundação da Promoção Social.

⁴⁴⁰ PONTES, Joel. Realizações. **Diário de Pernambuco**. 22/01/1963, p. 03.

Capítulo 4

Derrota e revanche da Promoção Social

4.1. Um triunfo efêmero: o fim da Fundação Promoção Social

“Acredito ter tudo o que um homem precisa ter para o trabalho, e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: ‘Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo’”⁴⁴¹. Com essas palavras, Miguel Arraes de Alencar encerrou seu discurso de posse na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Era o último dia de janeiro de 1963. No dia 03 de fevereiro, a coluna *Periscópio*, no Diário de Pernambuco, publicou uma análise dos principais pontos do discurso de Arraes e avaliou alguns dos nomes do novo secretariado.

Como de hábito, Paulo Malta, jornalista responsável pela *Periscópio*, além de um reconhecido porta-voz de grupos conservadores do estado⁴⁴², teceu críticas aos posicionamentos, às decisões e aos dados fornecidos pelo governador sobre a reforma agrária. Chamou de simplista a tática de Arraes para lidar com a Aliança para o Progresso, afirmando que, ao criticar de forma “gratuita” a Aliança, o governador seguia a palavra de ordem do Partido Comunista. Elogiou um ou outro nome do secretariado que considerou como escolhas técnicas e não políticas, embora tenha compartilhado ressalvas sobre a autonomia que esses secretários teriam para trabalhar⁴⁴³.

Voltou-se, então, para a área da educação e cultura, disparando:

Está dando o que falar a despreocupação (aparente) do novo governador do Estado pela Fundação da Promoção Social, criada no governo Cid Sampaio para fazer frente ao Movimento de Cultura Popular – ou, melhor, dar uma resposta diferente à “cubanização” do ensino na cartilha do MCP. A Promoção tem, ao que se sabe, 1.700 funcionários, aproximadamente, dos quais mais da metade professores (para 300 escolas), médicos e dentistas, atendentes e serventes de ambulatórios, prontos-socorros e escolas. A despesa mensal da FPS (pessoal e material) vai a quase 30 milhões de cruzeiros derivados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e pagos através do Serviço Contra o Mocambo⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ARRAES DE ALENCAR, Miguel. O Povo no governo. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 22. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 11-26.

⁴⁴²VERAS, Dimas Brasileiro. A queda do reitor João Alfredo: ação midiática conservadora e a repressão aos dirigentes universitários no Golpe de 1964. *Topoi*: Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 228-248, jan./abr. 2021. Disponível em: A46_11_p228-248.indd (scielo.br). Acesso em: 15/11/2023.

⁴⁴³MALTA, Paulo. Coluna Periscópio. **Diário de Pernambuco**, ano 138, nº 29. 03/02/1963, p.20.

⁴⁴⁴Idem, *ibidem*.

Destaquemos, de início, a ressalva feita pelo jornalista sobre o caráter da FPS enquanto uma resposta a uma suposta doutrinação comunista realizada pelo MCP na educação. Novamente, temos a FPS referida enquanto uma resposta “técnica” a dois problemas: o do analfabetismo e o da doutrinação comunista. O colunista também divulga alguns números alusivos a quantidade de funcionários, escolas e despesas operacionais mensais. A fonte dos números não é mencionada. Um último ponto importante do trecho transcrito é que ele marca o início de uma campanha pela manutenção da Fundação da Promoção Social. Desde que ganhara as eleições, Miguel Arraes era perguntado sobre o que seria feito com a FPS a partir de 1963. Nas poucas vezes em que respondeu a essa indagação, o governador eleito se limitou a dizer que não encerraria projetos do governo anterior que de fato contribuíssem para a melhorar a vida do povo.

Quando Arraes assumiu, em 31 de janeiro, a FPS entrou em uma fase de transição, na qual os ocupantes dos cargos de chefia pediram exoneração, caso do presidente, Luís Fernando Guedes Pereira, e dos outros diretores da FPS, exonerados desde o dia 28 de janeiro⁴⁴⁵. Consequentemente, as atividades se encontravam em compasso de espera: sem os encarregados das tomadas de decisões, os trabalhos seguiam o que havia sido estabelecido, mas qualquer mudança na rotina estava travada pela ausência de diretores. Cabia ao governador indicar o presidente – de uma lista tríplice enviada pelo conselho da FPS, para que, a partir daí, fossem nomeados os outros diretores. Nomear um novo presidente era também uma forma de afastar em definitivo as suspeitas de fechamento da FPS. Por esse motivo a cobrança do colunista de Periscópio por uma decisão rápida de Miguel Arraes sobre a Promoção Social.

Ao considerarmos que a Fundação da Promoção Social atuava no nível estadual de forma similar ao que o Movimento de Cultura Popular realizava na esfera municipal e que a FPS era profundamente identificada com a figura de Cid Sampaio, não surpreenderia se ela fosse encerrada logo no início do governo Arraes. Essa inferência é reforçada pela tentativa, durante a campanha eleitoral, de associar a FPS a João Cleofas, candidato da UDN ao governo de Pernambuco derrotado por Arraes. Em setembro de 1962, auge da polarização da corrida eleitoral, a equipe de Cleofas divulgou um documento nos jornais afirmando tratar-se das bases de seu futuro governo. Compreendia as áreas de Habitação e Bem-estar Social, Educação, Administração e Financiamento. A

⁴⁴⁵Pediram exoneração em caráter irrevogável os senhores: Aulete Ribeiro (finanças), José Rafael de Meneses (Educativo e cultural), Marco Aurélio de Alcântara (Socioeconômico) e Milton Pinheiro Ramos (Superintendência dos Centros Operários).

Fundação da Promoção Social figura no trecho que aborda a política educacional de um hipotético governo João Cleofas, como uma das entidades responsáveis pelo planejamento e expansão das atividades educacionais em Pernambuco⁴⁴⁶.

A documentação indica que, em 1963, a tensão social ainda era forte: não apenas pelas disputas partidárias, mas também pelos problemas enfrentados no estado, como a baixa produção de gêneros alimentícios e a má distribuição de renda. Em sua primeira mensagem enviada à Assembleia Legislativa, o governador Miguel Arraes reconheceu essa situação⁴⁴⁷. Por isso adotou uma estratégia conciliatória: de início, manteve a FPS funcionando, sob a condução de pessoas de sua confiança.

Para liderar a Fundação da Promoção Social, Miguel Arraes escolheu Anita Paes Barreto⁴⁴⁸, educadora, sócia-fundadora do MCP, em que ocupava a direção da Divisão de Ensino e era também a representante do novo governo no conselho diretor da FPS. Anita chegou a ser cotada para a Secretaria de Educação, mas foi preterida em favor de Germano Coelho para o cargo⁴⁴⁹. Anita Paes Barreto tomou posse perante o conselho fiscal e curador da Fundação da Promoção Social às onze da manhã do dia 09 de fevereiro de 1963, um sábado. O presidente Luís Fernando Guedes Pereira transmitiu-lhe o cargo. Alguns diretores de outros órgãos governamentais estiveram presentes, como Gildo Guerra, do Serviço Social Contra o Mocambo, e Sílvia Martins, da Cruzada de Ação Social. Ao final da cerimônia, o novo conselho diretor registrou em ata um voto de aplauso ao agora ex-presidente Luís Fernando Guedes Pereira⁴⁵⁰.

As mudanças na diretoria da FPS acarretadas pela chegada da nova presidente não implicaram em uma imediata infiltração do pessoal vindo do MCP, como afirmavam alguns críticos contemporâneos. Intelectuais que eram quadros da própria FPS foram

⁴⁴⁶ João Cleofas apresenta ao povo as bases do seu programa de governo. **Diário de Pernambuco**. 30/09/1962, p. 10.

⁴⁴⁷ Mensagens Governamentais (completo). Departamento de Arquivos Permanentes. Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual (1963). Caixa 38. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, p.9.

⁴⁴⁸ Nascida em 1907, desde 1925, integrava o quadro de professoras primárias do Estado de Pernambuco. Entre 1925 e 1935, trabalhou junto do psiquiatra e educador Ulisses Pernambucano no instituto de Psicologia de Pernambuco, onde realizou estudos pioneiros de psicologia aplicada. Graduiu-se em Pedagogia em 1948 e foi professora da Faculdade de Filosofia do Recife. Em 1959, se tornou assessora para Assuntos Educacionais da Prefeitura do Recife e participou da elaboração do projeto do Movimento de Cultura Popular, do que era sócia-fundadora e dirigente. Fonte: SciELO - Brasil - Anita Paes Barreto Anita Paes Barreto.

⁴⁴⁹ Germano tomou posse pregando batalha contra o analfabetismo. **Última Hora – Nordeste**, ano I, nº 228. 06/02/1963, p. 03.

⁴⁵⁰ Posse da presidente da FPS, aplauso para o ex-diretor. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº 35. 2º Caderno, 10/02/1963, p. 10.

promovidos no processo de reestruturação da fundação, caso de Gadiel Perrucci, nomeado diretor do Departamento Socioeconômico⁴⁵¹.

Assentada a nova presidente e nomeada a diretoria, tem início um processo de apuração interna das atividades da FPS desde sua fundação – uma verdadeira devassa, como se referiu o *Última Hora: Nordeste*⁴⁵². Já na mensagem de março enviada a ALEPE, Arraes apresentou uma análise detalhada de cada departamento e divisões da Fundação da Promoção Social. Considerando o que poderíamos tomar como departamentos-chave para o funcionamento da Fundação – educação, saúde e habitação –, foram apontados indícios de irregularidades nos Departamentos de Promoção Educativa e Cultural e no de Promoção da Saúde.

No Departamento de Promoção da Saúde, foi apontado por uma comissão de profissionais da área⁴⁵³ indicada pela nova presidente que apenas 5 dos 23 postos da FPS tinham condições higiênicas razoáveis de funcionamento. Também havia material mal armazenado e estragado, como instrumentos odontológicos enferrujados e, o que consideraram como mais grave, funcionários que não apareciam para trabalhar desde junho de 1962, mas continuavam na folha de pagamento até aquele momento. Alguns dos funcionários eram fantasmas, constataram, “já se mudaram para o Rio e estão recebendo, através de procuração”⁴⁵⁴.

Sobre o Departamento de Promoção Educativa e Cultural, é apontado que apenas duas divisões – Educação Primária Fundamental e Educação Popular – efetivamente funcionaram, encontrando-se as outras duas divisões – Cultural e Esportes – paralisadas por falta de verba, pelo menos desde o início de 1962. A mensagem levanta suspeitas em relação à eficiência no emprego do dinheiro, uma vez que, apesar da alegada falta de verbas, o departamento teve um montante total de Cr\$ 100.593.188,60. A título de comparação, no mesmo período, a Secretaria de Educação e Cultura dispendeu um orçamento de Cr\$ 70.400.000,00 para manter 15 Ginásios Estaduais⁴⁵⁵. Considerando apenas os departamentos da FPS, o que mais se aproximava do orçamento da

⁴⁵¹ Informativo econômico. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº 31, 06/03/1963. p. 04.

⁴⁵² “Governo Inicia devassa na Promoção Social”. **Última Hora: Nordeste**. Ano I, nº 251 03/03/1963.

⁴⁵³ Constam como membros os nomes de Liedo Maranhão, Vital Maria da Costa Lira, Miguel Newton Alencar e Roberto Melo, que atuaram sob a coordenação de Bianor Teodósio. Destes, identificamos que Bianor Teodósio, Liedo Maranhão e Roberto Melo tinham um histórico de envolvimento com movimentos e partidos políticos de esquerda, o que gerou críticas à época.

⁴⁵⁴ Mensagens Governamentais (completo). Departamento de Arquivos Permanentes. Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual (1963). Caixa 38. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, p.161.

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 103.

Departamento de Promoção Educativa e Cultural, embora se mantivesse a uma distância considerável, era o de Promoção da Saúde, com um montante de Cr\$ 56.252.828,70.

Já a Divisão de Educação Popular possui dados mais vagos, constando apenas a realização de 187 palestras sobre educação doméstica, higiene e assuntos correlatos voltados para populações dos subúrbios. Mergulhando nos números do Departamento de Promoção Educativa e Cultural, encontramos quatro despesas que atingiram o patamar dos milhões de cruzeiros. São elas, em ordem decrescente: pessoal fixo, Cr\$ 80.194.973,00; cooperação e convênio, Cr\$ 7.558.449,00; aluguéis, Cr\$ 7.519.486,90; e, finalmente, material permanente, Cr\$ 1. 473.926,70⁴⁵⁶. O alto custo dos aluguéis pode indicar a urgência com que foi feita a instalação de salas de aula e escolas. As lacunas na documentação, entretanto, não nos permitem afirmar quais os critérios empregados no processo de locação; nem a quem pertenceriam os espaços alugados. Também não é possível averiguar se houve qualquer forma de favorecimento na escolha dos imóveis.

As despesas com pessoal fixo indicam que o Departamento de Promoção Educativa e Cultural é, de longe, o que tinha maior quantitativo de funcionários. Superando em quase duas vezes o orçamento gasto com funcionários pelo segundo colocado nesse quesito: o Departamento de Promoção da Saúde, que empregava a verba de Cr\$ 41.771.034,50 para pagar seus funcionários. Podemos pensar que essa situação se deve à ampla gama de funcionários necessários para o funcionamento das unidades escolares, como gestores, professores, pessoal de serviços gerais e merenda. Aqui também carecemos de maiores detalhes que apontem os quantitativos de funcionários lotados em cada grupo escolar da FPS, logo, não podemos aferir se as escolas estavam bem supridas de pessoal. Também não é possível verificar se todos os registrados realmente compareciam aos seus empregos. Podemos afirmar, no entanto, que a conta era paga.

O segundo item de maior gasto do Departamento de Promoção Educativa e Cultural chamou a atenção dos novos diretores nomeados por Anita Paes Barreto. Acontece que, sob a rubrica de “cooperação e convênio”, foram registradas as verbas que eram repassadas pela FPS a entidades particulares que mantinham serviços educacionais e de assistência social. Esse repasse de verbas foi apontado como irregular, uma vez que

⁴⁵⁶ *Idem*, p. 105.

a função da FPS não era a de subvencionar instituições particulares com o dinheiro público⁴⁵⁷.

Os relatórios elaborados pela equipe de Anita Paes Barreto deram bastante destaque a diferença entre o número de pessoas lotadas na FPS e o número de funcionários que efetivamente comparecia ao trabalho. Já no dia 20 de março, a nova presidente da FPS julgou ter informações suficientes para dar a seguinte declaração ao jornal *Última-Hora: Nordeste*:

A administração atual encontrou a Fundação da Promoção Social sem nenhuma condição para cumprir as tarefas a que se propunha. O número de funcionários (cerca de dois mil) era de tal forma excessivo que entravava a execução dos trabalhos. Fomos obrigados, sem qualquer espírito de discriminação política ou ideológica, a dispensar, inicialmente, 120 funcionários. E não termina aí.⁴⁵⁸

A declaração de Anita Paes Barreto vai de encontro ao discurso do governo Cid Sampaio em relação à importância e à forma de funcionamento da FPS. Anita ressignifica a FPS enquanto uma instituição engessada e ineficiente por manter uma prática apontada como recorrente na administração pública: conceder empregos públicos visando o atendimento de objetivos políticos. Muitas professoras, afirma Anita, recebiam salários sem sequer terem sido lotadas em qualquer função na FPS.

O empreguismo, lembremos, era comumente atacado em discursos políticos de ambos os espectros políticos, sobretudo durante períodos eleitorais, como uma prática arcaica e corruptora do Estado. O próprio Cid Sampaio, em uma de suas mensagens enviadas a ALEPE, se gabava por ter diminuído os gastos do erário público ao reduzir o número de pessoas empregadas no Estado. Tática também utilizada pela equipe de Anita Paes Barreto durante o início de sua gestão na FPS. Destaque ainda para a preocupação na fala da presidente de passar uma imagem de que as decisões tomadas foram neutras ou técnicas, quando afirma não ter havido discriminação ideológica ou política na escolha dos dispensados.

Avançando pelo ano de 1963, no mês de maio, é desenhado um plano de ação que combinava os esforços da FPS aos do MCP, uma vez que as finalidades das instituições eram parecidas. Uma possível fusão entre as instituições era aventada desde pelo menos o mês de fevereiro. Em sua primeira versão, o plano era integrar a estrutura jurídica e o

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 159.

⁴⁵⁸ “Anita confirma: empreguismo aniquilou a Promoção Social”. *Última Hora: Nordeste*. 20/03/1963, p. 03.

plano de habitação da Promoção Social ao Movimento de Cultura Popular, encerrando as demais atividades da FPS⁴⁵⁹.

Quando começaram a circular notícias sobre uma demissão em massa de funcionários, enfatizando as professoras da FPS, a pressão da opinião pública levou a um novo formato de funcionamento, no qual as atividades educacionais foram mantidas e o pessoal seria pago pelo governo do estado. A fusão, porém, foi suspensa devido às irregularidades alegadas pela nova gestão. Ainda assim, Anita afirmou a um repórter do *Última Hora: Nordeste* que os problemas estavam sendo sanados, o que permitiria a efetiva atuação da FPS. Prova disso seria o concurso para completar o quadro de professoras da Fundação, anunciado em maio de 1963⁴⁶⁰. A mesma matéria informa do convênio entre MCP e FPS no desenvolvimento de estudos sob encomenda de entidades estaduais, como o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP) e a Drogaria de Pernambuco S.A. (DROPERSA). Outro elemento que permite visualizar essa tentativa do novo governo de tocar a FPS em frente foi a reorganização do horário de atendimento dos ambulatórios da Promoção, que, desde o dia 16 de março, passaram a operar das 14:00 às 20:00 horas⁴⁶¹.

Os sinais indicavam para a continuidade da FPS enquanto uma instituição coligada ao MCP. A confluência entre as instituições permitiria a expansão do raio de atuação do Movimento de Cultura Popular ao incluir a estrutura de pesquisa social e os serviços de saúde e habitação. Novidades descobertas pela equipe de Anita Paes Barreto ainda no mês de maio, entretanto, alteraram os rumos. Durante os levantamentos realizados pela nova diretoria, foi constatado que os estatutos fundadores da Fundação da Promoção Social não haviam sido registrados em cartório. Ou seja, a escritura a qual nos referimos no segundo capítulo, por alguma razão, não havia sido devidamente registrada. Isso significava que, legalmente, a Fundação não existia.

Diante da nova informação, no lugar de prosseguir com o processo de reorganização administrativa e manutenção da FPS, optou-se pelo encerramento da Fundação da Promoção Social como saída mais viável. Para entendermos essa decisão, é importante levarmos em conta que apenas o governo do estado vinha destinando verbas para a manutenção da Promoção, logo fechá-la implicaria na economia de recursos que

⁴⁵⁹ MALTA, Paulo. Coluna Periscópio. **Diário de Pernambuco**. 06/02/1963, p 12.

⁴⁶⁰ “Promoção abre concurso: 91 vagas para professoras!”. **Última Hora: Nordeste**. Ano I, nº 292, 05/05/1963, p. 03.

⁴⁶¹ Anúncios publicitários. **Última Hora: Nordeste**. Ano I, nº 262. 14/03/1963, p 03.

poderiam ser remanejados para outras secretarias e instituições. Outro ponto importante diz respeito à disputa entre as correntes políticas do período: a Fundação da Promoção Social era um projeto cuja identidade remetia ao governo de Cid Sampaio e da UDN, tal qual acontecia – e ainda acontece – entre o MCP e Miguel Arraes. Em suma, não se falava de um sem se referir ao outro. Ainda que pudesse ser remodelada e reorganizada, a FPS não se livraria do fantasma da gestão passada. Politicamente, poderia ser oportuno encerrar o projeto e concentrar os esforços – e os holofotes – no Movimento de Cultura Popular.

Novamente o colunista de Periscópio foi o primeiro a dar a notícia e o fez ressaltando que a decisão de encerrar a FPS se dera sobretudo por questões políticas já que a Promoção era uma criação do governo Cid para se opor a Miguel Arraes e o MCP. Podemos conferir a seguir o tom escolhido pelo colunista para a notícia:

O pessoal do Movimento de Cultura Popular, liderado pela conhecida professora Anita Paes Barreto, está decidido a acabar com a Promoção Social, sua antiga concorrente dos tempos de Cid ao governo e Arraes na Prefeitura. Alegam que a Fundação não existe, juridicamente; é uma entidade legalmente fictícia. O processo de extinção já se encontra, ao que parece, na Justiça, para o pronunciamento e, em consequência, reunião do Conselho, que extinguirá um órgão, segundo os seus novos diretores, “inexistente”...⁴⁶²

No parágrafo seguinte, o colunista questiona o que será feito com a estrutura de escolas e ambulatórios, convênios e funcionários. Finaliza, em um terceiro parágrafo, se interrogando para quem seria revertido o vasto patrimônio da FPS? Estava claro que o fechamento da FPS precisaria ser conduzido com cuidado ou poderia gerar algum tipo de ônus político ao governo.

No dia seguinte, foi divulgado um parecer do juiz José Antônio de Sousa Ferraz, para quem havia sido remetido o processo de fechamento da FPS. Em um despacho do dia 3 de junho, ou seja, cinco dias antes do colunista de Periscópio alardear o fechamento em curso da FPS. O juiz fez a seguinte recomendação em resposta a uma ação de falência da Fundação da Promoção Social, proposta pelo Ministério Público de Pernambuco,

⁴⁶² MALTA, Paulo. Coluna Periscópio. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº115. Segundo caderno. 08/06/1963, p. 10.

representado pelo dr. Avertano Rocha⁴⁶³, que desempenhava o papel de curador de massas falidas ausentes, resíduos e fundações⁴⁶⁴:

[...] se a intuição a que se refere o dr. Curador, na sua inicial, ainda não adquiriu personalidade jurídica, não dispondo, assim, ela de patrimônio próprio pelo qual cumpre velar o Ministério Público através do órgão competente que, no caso, é o signatário da inicial, não vê como possa este juiz mandar citar a representante legal dessa suposta entidade, nem muito menos declarar a nulidade do seu ato institucional e nomear um curador para os bens, bens que afinal não são seus.

[...] Enquanto a entidade não adquirir personalidade jurídica ao juiz não é dado conhecer de atos praticados pela sua diretoria, nem ao Ministério Público promover a anulação de tais atos, pela simples razão de que ainda não existiu a fundação pela qual cumpre o Ministério Público velar, conforme determina o artigo 26 do Cod. Civil.⁴⁶⁵

Ou seja, diante do que lhe foi apresentado pelo Ministério Público, o juiz reconhecia a inexistência da Fundação da Promoção Social. Tanto que, em seu entendimento, sequer era preciso a justiça se envolver no processo de fechamento, já que os procedimentos legais previstos – tais como citar um representante da instituição ou nomear um curador para seu patrimônio – só se aplicavam para fundações com personalidade jurídica reconhecida. Isso tornava mais simples encerrar a FPS.

O despacho do juiz José Antônio de Sousa Ferraz também revela os argumentos jurídicos do Ministério Público para pedir o fechamento da Promoção Social. Entre as razões que justificavam o pedido de anulação da FPS e das ações de sua diretoria, apontou-se, inicialmente, o fato que, das nove entidades⁴⁶⁶ apontadas como instituidoras da FPS, apenas o Serviço Social Contra o Mocambo podia ser considerada – juridicamente – como uma instituição. Aponta ainda que três entidades nem possuíam personalidade jurídica: o Conselho do Serviço Social Contra o Mocambo, a Federação dos Centros Educativos Operários e a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. A segunda razão para recomendar o fechamento da FPS é que nenhuma das instituições citadas teria se comprometido em assegurar quantias suficientes para o

⁴⁶³ Na década de 1950, fez parte do movimento estudantil. Esteve presente nas campanhas que garantiram o direito de desconto de 50% do valor de entradas para os estudantes no transporte público e casas de diversão. Integrou o Partido Comunista do Brasil (PCB). Fonte: Jornalista e advogado Avertano Rocha morre aos 76 anos (uol.com.br). Acesso em: 22/01/2024.

⁴⁶⁴ É o representante do Ministério Público que fiscaliza o processo de falência, requerendo e promovendo tudo quanto julgar necessário aos interesses da Justiça e dos credores.

⁴⁶⁵ Juiz Reconhece inexistência jurídica da “Fundação da Promoção Social”. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº116. 09/06/1963. Segundo caderno, p. 10.

⁴⁶⁶ São citados no despacho como instituidores da FPS: Governo do Estado de Pernambuco, Serviço Social Contra o Mocambo, Conselho do Serviço Social Contra o Mocambo, Federação dos Centros Educativos Operários, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Cruzada de Ação Social, Associação Comercial de Pernambuco, Centro das Indústrias de Pernambuco e a Companhia de Revenda e Colonização.

funcionamento da Fundação. Por fim, orientava-se o fechamento da Promoção Social porque os seus estatutos não haviam sido aprovados pelo Curador de Fundações da época e não foram registrados em cartório⁴⁶⁷.

De posse do despacho, o Governo do Estado tinha um importante instrumento jurídico para fechar a FPS: agora que a justiça reconhecia a inexistência da instituição, nenhum órgão governamental podia destinar verbas para seu funcionamento. Isso fornecia uma justificativa aceitável para o corte de verbas estaduais da FPS, o que resultaria no encerramento da fundação. Enquanto a existência da Promoção Social caminhava a passos largos para seu termo, uma última manobra foi tentada pelos seus defensores. Seu trunfo: o agora deputado estadual Paulo Rangel Moreira.

Paulo Rangel Moreira conseguiu ser eleito em 1962, após carreira no serviço público e como presidente da Fundação da Promoção Social. No entendimento do agora deputado estadual, a sentença do juiz Ferraz não ordenara a extinção da FPS, apenas apontava o seu não registro oficial em um cartório. Portanto, o legislador acreditava que podia reverter a tendência de fechamento estabelecida.

A fim de manter a FPS funcionando, Moreira pediu a palavra na sessão da Assembleia Estadual de Pernambuco do dia 12 de junho de 1963. Foi o penúltimo deputado a discursar naquele dia⁴⁶⁸. Do púlpito, encarou seus pares e defendeu por 40 minutos a continuidade da Fundação da Promoção Social. Ao final, requereu à mesa que fosse apresentado “um veemente apelo ao Procurador Geral do Estado, dr. Luiz Arcoverde e a dona Anita Paes Barreto no sentido de promoverem o registro da Fundação da Promoção Social no cartório de Registro Público do Estado”⁴⁶⁹. Sob a ótica de seu defensor, a FPS prestava serviços muito relevantes ao estado o que tornava absurdo seu fechamento por um requisito formal que era dispensável. Para Rangel Moreira:

Entendeu o primeiro presidente da entidade que dado o caráter público dos serviços da fundação e os seus elevados objetivos que a Fundação da Promoção Social se enquadrava no disposto do artigo 18 do Código Civil que determina: “começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inserção dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos, no seu registro peculiar regulado por Lei especial ou com a autorização ou aprovação do Governo quando precisas”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁷ Juiz Reconhece inexistência jurídica da “Fundação da Promoção Social”. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº116. 09/06/1963. Segundo caderno, p. 10.

⁴⁶⁸ Ata da 51ª Sessão da Primeira Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada em 12 de junho de 1963. Estado de Pernambuco: Diário Oficial, 2ª Sessão (Diário do Poder Legislativo). Recife, 13/06/1963.

⁴⁶⁹ Fundação da Promoção Social existe legalmente e deve continuar: registro. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº120. 13/06/1963, p. 10.

⁴⁷⁰ Fundação da Promoção Social existe legalmente e deve continuar: registro. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº120. 13/06/1963, p. 10.

Com base no Código Civil de 1916 (lei nº3.071), Paulo Rangel Moreira argumenta que o registro em cartório não era necessário porque a FPS havia sido aprovada pelo Governo do Estado durante a gestão Cid Sampaio. Como prova, cita a publicação do decreto 607 no Diário Oficial no dia 15 de julho de 1961, no qual Cid ratifica os estatutos da Promoção. As páginas do Diário oficial confirmam o que foi dito por Rangel Moreira. Os termos do decreto são os seguintes:

O governador do Estado, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso 1º da Constituição do Estado,

DECRETA:

ARTIGO ÚNICO – Ficam aprovados os estatutos da Fundação da Promoção Social, constituídos pela escritura pública, lavrada em Notas do Tabelião Bel. Galba Marinho Pragana, livro, 743, folhas 157 a 165, datada de 26 de junho de 1961, revogadas as disposições em contrário. [...].⁴⁷¹

Com base no decreto, entendemos que havia sido criado um registro público da Fundação da Promoção Social – na forma de uma escritura pública disponível para consulta no Diário Oficial do Estado do dia 15 de junho de 1961. Porém, os estatutos nos quais essa escritura estava baseada não foram registrados, fato que anulava sua validade jurídica.

Na sequência, Rangel Moreira discorreu sobre a importância e legitimidade da descentralização de serviços públicos, via delegação de poderes do Estado a entidades com personalidade jurídica própria e objetivos e finalidades registrados em estatutos, como seria o caso da FPS. Chega a citar pesquisadores da área de gestão e políticas públicas para fortalecer seu argumento. Também aponta a extensão dos serviços prestados pela Fundação e seu papel gerador de empregos: menciona 200 escolas, e mais de 32 ambulatórios e postos de saúde. Diante disso, conclamava que fosse feito tudo o possível para manter a FPS funcionando.

Três dias depois, o colunista de Periscópio fez eco aos argumentos de Paulo Rangel Moreira, reafirmando que a sentença do juiz não dizia para fechar a FPS. Insistiu que todos os registros necessários haviam sido feitos, como o dos livros⁴⁷², que teriam sido registrados no cartório do escrivão F. Martins, caso do livro diário, registrado sob o número de ordem 45265, do livro de protocolo 16. Apenas o registro de fundação faltava

⁴⁷¹ Diário Oficial – Estado de Pernambuco. Ano XXXVIII, nº 156. Recife, 15/07/1961,

⁴⁷² Ele não explicita os tipos de livros, mas é possível entender que seriam livros de controle, como atas, pontos e contabilidade.

o que poderia ser facilmente resolvido, caso houvesse interesse por parte do governo, completou⁴⁷³.

Apesar dos apelos, a Fundação da Promoção Social foi fechada. Aqui, novamente, vemos o episódio pela ótica do colunista de Periscópio:

Sob o pretexto de que “a Promoção não existe” (formalmente os Estatutos da Promoção não foram registrados em cartório) e de que as entidades participantes, exceção do SSCM, não colaboram financeiramente (o que é outra verdade), a Fundação desapareceu, para anexar-se ao antigo opositor, o Movimento de Cultura Popular e refundir-se ao Departamento de Reeducação e Assistência Social do “Mocambo”.

Com esse pretexto, vão demitir algumas dezenas de funcionários dos quadros técnicos e administrativos, reincorporando os serviços ao Estado e ao Movimento de Cultura Popular. A medida, portanto, tem caráter político, pois a Promoção representava uma resposta ideológica e democrática à pregação comunista do MCP. E tanto é prova – segundo informações transmitidas a este colunista – que a presidente da Promoção, agora, estaria demitindo os funcionários administrativos e técnicos (médicos, dentistas, atendentes, enfermeiro) através de critério discriminatório. Aqueles que haviam sido admitidos pelos antigos diretores da FPS. E chega mesmo a perguntar quem os havia admitido para as funções. Na hipótese de ser um dos antigos diretores, estaria mandando o funcionário de volta ao protetor, com a resposta: “peça novo emprego”.⁴⁷⁴

O primeiro parágrafo da citação oferece as direções sobre o que foi feito com a estrutura e parte do pessoal da FPS: um pedaço foi para o MCP, outro voltou a integrar um departamento do Serviço Social Contra o Mocambo. No segundo parágrafo, sem medo de soar repetitivo, o jornalista insiste em afirmar que a decisão foi política, não técnica, e que a Promoção Social representava uma resposta democrática a infiltração comunista promovida pelo Movimento de Cultura Popular. A perseguição pessoal da qual funcionários seriam vítimas é a novidade do dia.

O fechamento da FPS não significou o apaziguamento da questão. Sobretudo no que se refere aos desempregados da Fundação. Parte dos funcionários que não foram aproveitados por nenhum outro órgão público se organizaram para exigir o pagamento de salários atrasados ou qualquer outro direito que se julgavam detentores, como serem remanejados para outros órgãos de governo. O convite que circulou entre os demitidos os convocava para uma reunião na rua Frei Caneca, nº 6, no dia 17 de julho.

Com a perspectiva de uma nova disputa eleitoral para a Prefeitura do Recife, rapidamente as forças políticas à direita tentaram capitalizar em cima das demissões. No dia 10 de julho, foi anunciado o retorno de Cid Sampaio as atividades políticas:

⁴⁷³ MALTA, Paulo. Coluna Periscópio. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº123. 16/06/1963. Segundo caderno, p. 12.

⁴⁷⁴ Periscópio. **Diário de Pernambuco**. Ano 138, nº 140. Segundo caderno.02/07/1963, p. 04.

participava das articulações que lançaram seu irmão, Lael, na disputa pela prefeitura e, dizia-se, buscava consolidar sua candidatura para a sucessão de Miguel Arraes em 1966. Foi noticiado que ex-funcionários da FPS preparavam um grande desfile de automóveis e caminhões para marcar “a volta” de Cid⁴⁷⁵.

No mês seguinte, quando já havia sido definida a chapa de oposição para a disputa da prefeitura do Recife, formada por Lael Sampaio (prefeito) e Augusto Lucena (vice), uma peça de publicidade circulou em jornais do Recife com uma mensagem escrita por Paulo Rangel Moreira. Nela, todos os “trabalhadores honestos” da FPS, demitidos por acreditarem na democracia e não terem se submetido ao “novo ‘Humanismo’ dos que ocupam o Governo de Pernambuco” são instados a se unirem e darem um voto de protesto para a chapa Sampaio-Lucena.

Apesar do empenho dos correligionários de Lael Sampaio, o candidato da oposição foi derrotado nas urnas por Pelópidas Silveira, ex-prefeito do Recife e candidato apoiado por Miguel Arraes. O ruído criado em torno da extinção da FPS rendeu ainda certa confusão na imprensa. Entre agosto e dezembro de 1963, circularam notícias em que se mencionava a FPS no tempo presente, dando a impressão de que ela não havia sido fechada. A partir de janeiro de 1964, a Promoção Social aparece citada no passado, tempo indicado por termos como “antiga” ou “extinta”, porém entende-se que há uma continuidade das ações e do pessoal da FPS via MCP ou SSCM.

Como exemplo do primeiro caso, temos uma notícia do dia 24 de agosto, sobre um curso preparatório para os professores que participariam de uma campanha de alfabetização promovido pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC-UR). A equipe encarregada de preparar os coordenadores da campanha, nos informa o jornalista, é composta por “representantes do SEC, MCP, Promoção Social e Secretaria de Educação e Cultura do Estado”⁴⁷⁶.

Já em notícias que dão conta do funcionamento do Serviço de Atendimento Itinerante (SAI), responsável por levar atendimento médico-odontológico as cidades do interior do estado, a Promoção Social é referida como extinta. Caso de um artigo de janeiro de 1964, que explica como surgiu o SAI: “[...] o Serviço de Assistência Itinerante, resultado de um convênio entre a Secretaria de Saúde e a extinta Fundação da Promoção Social, sucedida desde julho do ano findo pelo Movimento de Cultura Popular, é, hoje

⁴⁷⁵ Oposição Une candidatos, mas abre luta interna: Cid contra Armandinho. **Última Hora: Nordeste**. Ano I, nº 354. 10/07/1963, p. 03.

⁴⁷⁶ MARCEL. Sociedade. **Última Hora: Nordeste**. Ano I, nº 398. 24/08/1963, p. 04.

uma realidade em Pernambuco [...]”⁴⁷⁷. Confirmamos, dessa maneira, que o MCP assumiu alguns dos compromissos assistenciais firmados pela FPS, o que resultou na expansão das áreas de ação do Movimento, que agora também passou a coordenar iniciativas voltadas para a saúde.

A Fundação da Promoção Social deixou um legado perceptível em materiais produzidos, referências textuais e iconográficas. Parte absorvida pelo MCP, parte reintegrada ao SSCM, a Fundação da Promoção Social atingiu seu termo em 1963. No entanto, os intelectuais que a idealizaram e dirigiram não se retiraram do jogo político.

4.2. O golpe de 1964 e o retorno da Promoção Social

Um pressuposto assumido desde o início da presente tese é o de que, tal qual nos alerta Pierre Bourdieu, o campo intelectual entendido enquanto um dos microcosmos da produção cultural ocupa uma posição secundária em relação ao campo do poder⁴⁷⁸. Exemplos do que poderíamos chamar de efeito de refração do campo de poder sobre o campo intelectual no Pernambuco da década de 1960 não faltam: a criação do Movimento de Cultura Popular, a organização da Fundação da Promoção Social e os investimentos feitos tanto pela Prefeitura Municipal do Recife quanto pelo Governo do Estado em cada uma dessas instituições. Há, na década de 1960, uma ampliação do investimento público em instituições que não são apenas locais de elaboração de políticas públicas e de trabalho para os intelectuais, mas se configuram em espaços de convivência, formação e de conquista de algum reconhecimento no campo. Em contrapartida, os gestores públicos capitalizavam com as atividades intelectuais, ao exibirem estudos, planos de intervenção, campanhas de alfabetização, entre outras atividades do repertório das citadas instituições.

Dentro dessa dinâmica, o processo de fechamento da FPS indica um dos efeitos ligados à reorganização de forças do campo do poder e do campo intelectual. Nesse sentido, o ano 1963 representou a primavera do MCP e dos intelectuais ali alojados. A intelectualidade mcpista e seu projeto ganharam espaço e se expandiram por todo o estado. Sua concepção de cultura popular era reconhecida e prestigiada em outros estados brasileiros, como puderam sentir em fevereiro daquele ano, quando uma comitiva de 60 pessoas do movimento viajou até Brasília e depois ao Rio de Janeiro. Nesses locais, apresentaram peças teatrais e fizeram exposições dos trabalhos e projetos desenvolvidos

⁴⁷⁷ NETO, Fausto. Saúde vai ao Campo. **Última Hora: Nordeste**. Ano II, nº 531. 12/01/1964, p. 07.

⁴⁷⁸ BOURDIEU *Op. cit.*, p. 174-175.

até o momento. O ápice desse florescimento mcpista foi o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, em setembro de 1963.

Entre os dias 15 e 21 do referido mês, o Recife se tornou a capital dos Movimentos de Cultura Popular e Alfabetização do Brasil. Um total de 78 organizações se inscreveram para participar do evento. Entre as comitivas presentes, estavam: MCP, MEB Nacional, CPC da UNE, Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, Centro Guanabarrino de Cultura, CPC de Belo Horizonte, CPC da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES), CPC da Bahia, CPC de Belo Horizonte, Fundação João Batista do Amaral⁴⁷⁹. Convocado pelo Ministério da Educação e Cultura, o encontro teve patrocínio da Secretaria de Educação e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, da União Nacional de Estudantes, do Movimento de Educação de Base, do Instituto de Cultura Popular de Goiás e da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul⁴⁸⁰.

Alguns meses depois, diante do acirramento das disputas políticas em torno de pautas como as reformas de base, o comandante da 4.^a Região Militar/Divisão de Infantaria, general Olympio Mourão Filho, precipitou o movimento golpista que depôs o presidente João Goulart em abril de 1964⁴⁸¹. Anticomunista ferrenho desde os tempos de Ação Integralista Brasileira, Mourão Filho não era inexperiente em matéria de conspirações e golpes de Estado, tendo em vista sua participação na elaboração do Plano Cohen, em 1937. Nesse momento, os militares assumiram o poder. Parte da população civil aplaudiu, comemorou e se apressou em declarar apoio ao golpe de Estado, que quiseram fazer passar por revolução. Ainda que as nuances do complexo processo que levou à derrubada do regime democrático em 1964 escape aos objetivos desta tese, é importante considerarmos, mesmo que de forma geral, alguns aspectos relacionados ao tema, principalmente no que se refere ao apoio civil e aos expurgos que se seguiram à tomada do poder.

⁴⁷⁹ SOARES, Leôncio; FÁVERO, Osmar. Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 25.

⁴⁸⁰ Idem, p. 39.

⁴⁸¹ Ao abordar o período entre 1960 e 1964, o historiador Daniel Aarão Reis divide a sociedade brasileira em dois grandes grupos, os reformistas e antirreformistas. Ambos, alerta, internamente bastante heterogêneos. Já a partir de 1962, diante de dificuldades, como o aumento da inflação, as posturas dos grupos políticos se radicalizaram de forma crescente; processo que limitou o espaço para o debate de ideias e tornou comum discursos alusivos ao emprego da força e das armas como recursos políticos. Ver: REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 32.

Primeiro, o apoio de setores civis aos militares. Sobre essa coalizão que viabilizou o sucesso do golpe de 1964, Daniel Reis destaca que:

Havia ali um cimento forte: o medo de que um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair do controle e levar o país à desordem e ao caos, ameaçando instituições e valores. O nacionalismo e o reformismo radicais assustavam, em virtude do exemplo da Revolução Cubana, cujo caráter nacional-democrático cedo se transmutara, desde 1961, numa proclamada revolução socialista [...].⁴⁸²

Esse apoio, em larga medida baseado no medo do comunismo referido na citação, pode ser percebido ao folhearmos os jornais publicados nos primeiros dias após o golpe de 1º de abril. Muitas associações, órgãos de classe e até indivíduos divulgaram notas na imprensa nas quais louvavam a tomada do poder pelas forças armadas e lhes fiavam seu apoio incondicional. Ao folhear as páginas do Diário de Pernambuco do dia 02 de abril, podemos citar: Federação das Indústrias de Pernambuco, Associação Comercial de Pernambuco, Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco e o ex-governador Cid Sampaio⁴⁸³.

Vencedores, os golpistas não perderam tempo em escrever sua versão sobre o golpe, na qual se colocavam como democratas e legalistas, empenhados em salvar o Brasil de uma onda de subversão comunista. Já no dia 02 de abril, o Diário de Pernambuco divulgou, em sua primeira página, uma nota não assinada na qual o ponto de vista da ala golpista das forças armadas é exposto. Nela observamos o esforço por parte de seus idealizadores em estabelecer uma tradição de respeito a democracia e as instituições que funcionaria como valor norteador das ações dos militares. Estes também seriam a favor das reformas. O problema residiria na agitação e na desordem causada por Jango no processo de aprovação dessas reformas que punha em perigo a estrutura social e a democracia brasileira. O trecho a seguir expõe o entendimento dos militares sobre o governo de Goulart:

[..] Mas, se era o próprio sr. João Goulart quem se punha à frente da onda subversiva, perturbando a vida do país, estimulando os conflitos entre as classes, acendendo ódios e divisões internas, se era S. Excia. Quem mais estava ameaçando a legalidade constitucional, claro que os democratas, com apoio no patriotismo das forças armadas, não iriam assistir, de braços cruzados, a asfixia das liberdades, o descambar, agudo, da Nação para o caos e a desordem.

Exército, Marinha e Aeronáutica têm responsabilidades gravíssimas para com a Pátria, não lhes sendo lícito, nesta hora decisiva da nacionalidade, cometer o crime imperdoável de omissão, de traição, de fuga aos seus mais sagrados deveres [...].⁴⁸⁴

⁴⁸² Idem, p. 47.

⁴⁸³ **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 140. Segundo caderno.02/04/1964, p 03.

⁴⁸⁴“Fixando Posições”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 140 .02/04/1964, p.01.

Dessa maneira, os militares teriam agido apenas para salvar o Brasil, cumprindo seu dever. Essa exegese do golpe foi ecoada em diferentes artigos e colunas da imprensa, como no editorial do Diário de Pernambuco. Sob o título de *Desfecho Fatal*, o editorialista tenta justificar o movimento golpista iniciado em Minas. Em determinado trecho, lemos:

[...] Vinha o governo federal, sobretudo nas derradeiras horas, trilhando veredas perigosas. O pretexto era atacar as chamadas ‘reformas de base’, - cuja inadiabilidade todos os espíritos sensatos sentiam e cuja execução a parte mais sadia do país se vinha preparando para enfrentar corajosamente. Mas sob a capa reformista, o que se advinha era o programa bastardo de tumultuar a Nação, atirando classes contra classes, despertando, na massa, ódios e incompreensões, o que, sendo perigosíssimo na área civil, se tornou ainda mais tenebroso quando invadiu o mundo das Forças Armadas [...]⁴⁸⁵.

Em sua conclusão, o redator afirma que o país caminhava para a desordem e que o “movimento armado” surgira como um “esforço desesperado para manter e garantir a ordem”⁴⁸⁶. Aqui é conveniente lembrarmos de uma das epígrafes que abrem esse trabalho. Na primeira de suas *Conferências Reith*, ao discutir as representações e o papel social do intelectual, Edward Said aponta que, na história moderna, não houve movimento – revolucionário ou contrarrevolucionário – sem a participação de intelectuais. Ao mesmo tempo, destaca que muitos intelectuais foram formados a partir desses movimentos⁴⁸⁷.

Nesse sentido, os discursos que circulam após a tomada do poder pelos militares tecem justificativas não apenas para o golpe em si, mas para os eventos que vieram na sua sequência. A significação de uma experiência do mundo social – o golpe de 1964 – identificadas nos textos transcritos alude ao papel que alguns intelectuais desempenharam como facilitadores do processo. Criou-se uma chave interpretativa salvacionista da realidade na qual um motim se tornou uma ação de defesa da democracia. Ou seja, a construção de uma estratégia de golpe de Estado eficaz envolveu a disseminação de discursos que organizavam e significavam o momento político e social imediatamente anterior ao golpe como um período de crescimento da subversão comunista. Nesse ponto, os intelectuais e os meios de comunicação de massa foram mais eficazes que os fuzis e nos ajudam a entender a Guerra Fria em seu aspecto cultural.

⁴⁸⁵ Desfecho Fatal. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 140 .02/04/1964, p. 04.

⁴⁸⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁸⁷ A frase exata de Edward Said é: Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas. Ver: SAID, Edward W. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das letras, 2005. E-book Kindle.

A exemplo de outros lugares do Brasil, em Pernambuco, expurgos se seguiram a derrubada do presidente. Ilhado em um palácio cercado por 4 unidades do Exército⁴⁸⁸, Miguel Arraes se recusou a aquiescer aos oficiais de alta patente enviados pelo comandante do IV Exército, General Alves Bastos, para lhe convencer a renunciar ao mandato de governador. Nem mesmo o vice-Almirante Dias Fernandes, comandante do 3º Distrito Naval, conseguiu convencer Arraes a renunciar. Deposto, foi confinado ao segundo andar do Palácio do Campo das Princesas, onde residia com sua família e de lá só saiu na madrugada, direto para a Vila Militar Floriano Peixoto, em que ficou detido até ser enviado para Fernando de Noronha, na tarde do dia 02 de abril⁴⁸⁹.

Ainda na noite do dia 1º, a Assembleia Legislativa foi convocada para fornecer o verniz de legalidade ao processo de deposição do governador. Em duas sessões extraordinárias, uma às 18:15h outra às 22:30h, os legisladores estaduais declararam vago o cargo de governador – 45 votos a favor e 16 contrários – e ordenaram que a sucessão fosse processada nos termos da Constituição Estadual, ou seja, o cargo passou para o vice-governador Paulo Guerra, que já havia se acertado com os militares durante o dia. Entre os presentes nas sessões, estavam deputados opositores como Edson Moury Fernandes e Paulo Rangel Moreira⁴⁹⁰. No dia 02, foi a vez do prefeito do Recife Pelópidas da Silveira ser afastado, seu cargo declarado vago pela câmara de vereadores – 20 votos a 1 – e o vice, Augusto Lucena, posto em seu lugar⁴⁹¹.

O processo de expurgos iniciados após a tomada dos cargos de poder foi nomeado por fontes da imprensa como “operação limpeza”: a perseguição a todo cidadão, organização ou instituição considerados suspeitos de integrarem uma suposta rede de subversão comunista, cujo elo maior era João Goulart. Imóveis foram invadidos, pessoas denunciadas por vizinhos, conhecidos ou desafetos. Inquéritos polícias-militares (IPMs) foram abertos para “apurar” os fatos.

É nesse momento que o Movimento de Cultura Popular entra no escopo dos golpistas. O Sítio da Trindade, sede do MCP, foi invadido por soldados, cães e dois veículos blindados de combate. Uma matéria de jornal do dia 03 de abril afirmava que a

⁴⁸⁸ Teve absoluta precisão o cerco militar ao palácio: quatro unidades foram mobilizadas. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 75. 02/04/1964, p.05.

⁴⁸⁹ “Arraes em Fern. de Noronha e Pelópidas no R.O. de Olinda”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 76. 03/04/1964, p. 01.

⁴⁹⁰ “AL declarou Arraes impedido: Paulo Guerra empossado à noite”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 75. 02/04/1964, p.03.

⁴⁹¹ “Câmara impediu Pelópidas com votação surpreendente: 20x1”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 76. 03/04/1964, p.03.

grande quantidade de materiais apreendidos pelo exército e pela polícia nos “ninhos vermelhos” comprovavam que havia um processo revolucionário comunista em Pernambuco há treze meses. Entre os tais materiais, o repórter destaca as cartilhas do MCP⁴⁹². Boa parte da documentação interna do movimento também foi apreendida e destruída pelos militares *in loco*⁴⁹³.

Os membros do movimento encontrados foram detidos. Outros declarados foragidos da justiça. Entre os primeiros capturados, estava o engenheiro eletrônico Apollon Fanzeres. Nascido na França, Fanzeres havia montado um sistema de comunicação via rádio no Rio Grande do Sul e fora contratado pelo governo de Miguel Arraes para montar um sistema semelhante entre o Palácio do Campo das Princesas e as principais cidades do interior pernambucano. Também instalara uma escola de formação de técnicos em transmissão e manutenção de rádio que integrava as atividades oferecidas pelo MCP⁴⁹⁴.

Um novo editorial do Diário de Pernambuco, chamado *Operação Limpeza*, exortava o governador Paulo Guerra a aproveitar a chance e promover verdadeiras devassas no estado a fim de varrer a ameaça subversiva de uma vez por todas. Segundo o editorialista, não havia nenhum setor da administração pública que não houvesse sido infiltrado pelos comunistas. Novamente, o MCP é citado nominalmente como órgão central de infiltração subversiva⁴⁹⁵.

As mudanças no topo da escala dos cargos de administrativos reverberaram em toda a cadeia de secretarias e instituições conveniadas. Para o Movimento de Cultura Popular, Paulo Guerra nomeou o professor Carlos Frederico Maciel, respeitado pesquisador ligado ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE-PE), em que ocupava os cargos de diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE) e vice-diretor geral, cargo exercido junto a Gilberto Freyre⁴⁹⁶. Também era coordenador de publicações da instituição. Carlos Maciel, lembremos, havia participado da preparação da I Semana da Promoção Social, em 1961, ano em que fora nomeado por

⁴⁹²“Polícia vasculha ninhos de agitação, levando ao xadrez líderes comunistas”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 76. 03/04/1964, p.07.

⁴⁹³ COELHO, Germano. *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Ed. Do Autor, 2012, p. 132.

⁴⁹⁴“Polícia vasculha ninhos de agitação, levando ao xadrez líderes comunistas”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 76. 03/04/1964, p.07.

⁴⁹⁵ “Operação limpeza”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 77. 04/04/1964, p.04.

⁴⁹⁶Relatório anual do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (1962). Arquivo histórico do INEPE. Disponível em: Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep. Acesso em: 13/01/2024.

Cid Sampaio como representante do Estado no conselho Fiscal e Curador da FPS. Logo, apresentava as credenciais intelectuais e políticas para a indicação.

Em cerimônia presidida pelo agora secretário de Educação e Cultura, Edson Moury Fernandes, e na qual se fizeram presentes intelectuais consagrados no campo, como Gilberto Freyre; Carlos Maciel tomou posse como presidente do MCP. De seu discurso ficou bastante célebre a expressão uma “fortaleza destróçada” que utilizou para descrever o estado do MCP. Mesmo assim, afirmou estar feliz e disposto e que aquele momento era um ponto de virada na trajetória do movimento, uma vez que:

Aqui, se destilava o álcool ideológico, o veneno ideológico que vinha empestando a atmosfera que respiramos. Nosso programa é o de restaurar a densidade administrativa fazendo uma política realmente democrática. A hora não é de discursos e sim de trabalho. Venho disposto a fazer nesta casa uma democratização da cultura e democratização da educação. O trabalho real em prol do povo é o único objetivo que visamos realmente.⁴⁹⁷

Carlos Frederico Maciel se tornou o terceiro presidente do MCP, no dia 06 de abril. Sem nenhuma explicação, no dia 22 do mesmo mês, Paulo Guerra assinou um novo decreto no qual Carlos Maciel agora era nomeado como interventor do Movimento de Cultura Popular. No mesmo decreto, são descritas e ratificadas as atribuições da interventoria. A partir disso e diante da ausência de documentação que ofereça maiores detalhes, podemos questionar o que motivara essa mudança de cargo.

Primeiramente, lembremos que o MCP era uma instituição particular, registrada e que possuía estatutos que regulamentavam sua estrutura interna e o funcionamento de todos os cargos. Logo, as ações do presidente do movimento não ocorrem em um vácuo de regras e de procedimentos. Pelo contrário, o presidente do MCP estava submetido às orientações do conselho do diretor, órgão máximo do movimento, formado pelos diretores das divisões e representantes das categorias de sócios previstas nos estatutos. Outro detalhe importante é que, nos estatutos, está estabelecido que o presidente deve ser eleito pelo conselho de direção. Dessa maneira, a nomeação de um presidente para o movimento feita pelo governador passava à margem da legalidade.

⁴⁹⁷ “Professor Carlos Maciel assumiu ‘uma fortaleza destróçada’: MCP”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 80. 08/04/1964, p.09.



Figura 20: Carlos Frederico Maciel toma posse como presidente do MCP.
Fonte: Diário de Pernambuco.

A opção pela decretação de uma intervenção estadual no Movimento de Cultura Popular simplificaria bastante o trabalho: como o decreto de intervenção estabelecia as atribuições do interventor, Carlos Maciel não mais estava subordinado aos estatutos. O decreto também determinou o encerramento das atividades de setores vistos como “mais comprometidos com a subversão”, a saber: teatro, cinema e praças de cultura⁴⁹⁸. Foi determinada a retomada das atividades médico-dentárias e escolares – desde que ministradas “segundo os métodos aprovados pela Secretaria de Educação e Cultura”. Automaticamente, todos o que não integravam as atividades mantidas foram dispensados do movimento.

A nomeação de um interventor para o MCP poderia indicar ainda a intenção de fechar o movimento. Hipótese que ganha força quando temos em conta que uma comissão foi estabelecida para estudar a constituição de uma nova entidade que viria a substituir o MCP em um momento oportuno. Compunham essa comissão: Carlos Frederico Maciel, pe. Antônio Melo, Fernando Brito, Gilberto Osório e mais um representante da Prefeitura a ser nomeado⁴⁹⁹. O representante escolhido pela municipalidade foi o economista Gustavo de Sá Barreto, nomeado pela portaria nº180⁵⁰⁰.

⁴⁹⁸ “Decreto do governo regulamenta intervenção no MCP”. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 95. 23/04/1964, p.09.

⁴⁹⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰⁰ Portaria nº 180. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 15/04/1964.

O projeto de cultura popular do MCP tinha entre seus objetivos a ampliação da cidadania para grupos sociais excluídos dela. A estratégia para isso era a alfabetização e a valorização de expressões culturais populares. Um projeto cultural que educa e conscientiza a população sobre o seu papel social não interessava após o golpe. Por isso, a preocupação em desmobilizar as organizações populares. Como compensação, houve a implantação de políticas voltadas ao assistencialismo que contribuíssem para a aceitação do novo regime político⁵⁰¹.

Para justificar as intervenções e o posterior fechamento do MCP, o movimento vai ser lembrado continuamente na imprensa como um dos centros da subversão. O já citado decreto que nomeou um interventor para o MCP cita como primeira justificativa que o Movimento de Cultura Popular “[...] vinha exercendo atividades ilícitas de natureza subversiva [...]”⁵⁰². Em fevereiro de 1965, quando o MCP já havia sido fechado e sua sede, o Sítio da Trindade, se encontrava abandonada, uma campanha se iniciou na imprensa para pedir que a prefeitura cuidasse do local. Mesmo aí, se fez referências pejorativas ao MCP, como no trecho transcrito da coluna *Retrato da Cidade*, assinada pelo jornalista Severino Barbosa: “[O sítio da Trindade] Durante o reinado comunista serviu para agitação. Então o MCP montou seu circo de cavalinhos, com todos os palhaços comunistas a fazer cabriolas e dar saltos mortais. Hoje não serve mais pra nada [...]”⁵⁰³.

Voltando a 1964, o que sobrara do MCP não tinha um futuro longo à sua frente. O epílogo do MCP, no entanto, não havia chegado a sua escrita final. Isso porque havia a necessidade de manter os serviços de educação e saúde a fim de não gerar o descontentamento da população. A manutenção desses serviços, entretanto, criava imbróglios. Por exemplo, de onde viriam as verbas para cobrir as despesas? No fim de junho, ocorreu uma troca na interventoria: Carlos Frederico Maciel alegou problemas de saúde e pediu para deixar o MCP. Continuou suas atividades no Centro do Recife e no Conselho Estadual de Educação, órgão recém-criado pelo governador Paulo Guerra para o qual havia sido nomeado. A interventoria do MCP – e seus problemas – recaiu sobre Francisco Ranilson Ramos, que atuava como assistente de Carlos Maciel. O principal

⁵⁰¹ BERNARDES, Denis. Recife, o caranguejo e o viaduto. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 87.

⁵⁰² Decreto 943/64. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Ano XLI, Nº 89. Recife, 23/04/1964.

⁵⁰³ BARBOSA, Severino. Sítio da Trindade. **Diário de Pernambuco**: Retrato da Cidade. Ano 140, nº 43. 22/02/1965. p.08

problema com que se deparou o novo interventor foi o dos salários dos funcionários: as queixas de salários muito baixos e de atrasos seguidos nos pagamentos se acumulavam.

Diante desse quadro, o deputado Olympio Mendonça apresentou um requerimento à mesa diretora da ALEPE para que fosse enviado um apelo ao Governador e ao Prefeito do Recife. Na sessão do dia 04 de agosto, o deputado requereu o envio de uma mensagem solicitando a fusão do MCP com Fundação da Promoção Social, uma vez que a FPS ainda existia “de fato” por meio das escolas, ambulatórios e pessoal empregado que ainda eram mantidos pelo MCP⁵⁰⁴. Embora pareça a mesma proposta feita em 1963 – porém em sentido invertido: a FPS que absorveria o MCP –, o apelo de Olympio Mendonça continha um detalhe importante que ia ao encontro do que fora sinalizado no decreto de interventoria do MCP: a fusão deveria originar uma nova sociedade privada, não simplesmente retomar a FPS. O cerne da preocupação do deputado ao propor a fusão do que sobrara do MCP e da FPS era a continuidade dos vínculos empregatícios dos funcionários de ambas.

A intervenção prosseguiu, tal qual a campanha de difamação. No mês de outubro de 1964, um combalido MCP recebeu seu golpe de misericórdia. No dia 05, a Câmara Municipal do Recife, sob a presidência daquele delegado/vereador de 1962, aprovou a lei nº 9297. Os dois primeiros artigos decretavam o seguinte:

Art. 1º - Fica denunciado e rescindido o contrato de administração de bens e execução de serviços, celebrado entre a Municipalidade do Recife e o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), em 19 de julho de 1962, em virtude de não ter sido ouvido o Poder Legislativo e, assim, deixar de ser atendido o previsto nos arts. 46, nº VII e 67, nº XIX, da Lei nº 445, de 4 janeiro de 1949 (Lei de Organização Municipal) e, ainda, por ser público e notoriamente *comunista* a orientação e direção anteriores do mesmo Movimento.

Art. 2º - Em consequência da rescisão aqui decretada, reverterão ao patrimônio do Município todos os bens cedidos ao referido Movimento.⁵⁰⁵

De uma vez só, o MCP foi privado de seu convênio de trabalho com a PMR, que era basicamente sua razão de existência, e dos bens que haviam sido cedidos para o funcionamento do movimento⁵⁰⁶. Outro artigo assegurava a entrega das verbas, subvenções e auxílios municipais previstas no orçamento vigente, para que fossem pagas

⁵⁰⁴ Ata da 67ª Sessão da Segunda Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada em 04 de agosto de 1964. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Ano XLI, Nº 89. Recife, 23/04/1964.

⁵⁰⁵ Lei 9297. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Ano XLI, Nº 96. Recife, 19/11/1964.

⁵⁰⁶ A título de esclarecimento: nessa altura, o MCP atuava em âmbito estadual, porém o único convênio formal que encontramos foi o estabelecido com a Prefeitura do Recife, em 1960, quando da fundação do Movimento. Tal fato nos leva a conclusão de que a atuação do Movimento no nível estadual usufruiu de certa informalidade, ao menos no tocante à oficialização de um convênio.

as despesas com a demissão dos funcionários. O Sítio da Trindade foi fechado e abandonado ao ponto de seu estado de degradação gerar as reclamações as quais nos referimos.

Morto o Movimento de Cultura Popular, as escolas e ambulatório que herdara da FPS continuaram a operar com verbas erráticas da prefeitura, mas sem uma identidade institucional, o que serviu para causar certa confusão na cidade a respeito do MCP ter sido ou não fechado. Logo após o carnaval de 1965, o colunista de Periscópio chamou a atenção para a situação legal do MCP e cobrou providências da Prefeitura:

[...] A quem cabe a culpa de continuar o MCP levando esta vida de morto-vivo, nem funcionando nem havendo sido fechado oficialmente: da prefeitura? Do Estado? Ninguém sabe. Urge, assim, fixar responsabilidades, porque um ano daria de sobra para qualquer solução.⁵⁰⁷

De fato, não encontramos na documentação nenhum decreto de fechamento do movimento, comunicado de falência ou documento similar. Logo, o descontentamento do colunista condiz com o que era vivenciado no sentido de haver escolas e ambulatórios que funcionavam, que a população estava acostumada – e provavelmente continuava – a associar ao Movimento de Cultura Popular, quando este deveria ter sido extinto. Entretanto, a Prefeitura tomava providências para prover um substituto para o MCP.

4.3 – Continuidades e rupturas: a Fundação Guararapes

Em outubro de 1964, a coluna Diário Social, comunicou que, no dia 23 ocorreria, no Salão Nobre da Câmara Municipal, a instalação da Fundação Kennedy que “substituirá o Movimento de Cultura Popular e que atuará, principalmente, no campo da cultura popular e do artesanato”⁵⁰⁸. Não é apontado quem teria sugerido o nome em homenagem ao presidente dos Estados Unidos. A Fundação Kennedy já figurava no orçamento municipal aprovado para o ano de 1965. Um artigo do Diário aponta que a nova fundação receberia um total previsto de Cr\$ 158.000.000,00 mais as verbas consignadas para o MCP que não haviam sido utilizadas⁵⁰⁹. O orçamento aprovado em novembro aponta um total de Cr\$ 280.000.000 para a Fundação Kennedy⁵¹⁰.

Em dezembro, o prefeito Augusto Lucena declarou que ainda naquele mês iria formar uma comissão encarregada de formalizar legalmente a criação da Fundação e

⁵⁰⁷ MALTA, Paulo. Coluna Periscópio. **Diário de Pernambuco**. Ano 140, nº 56. 24/02/1965, p. 12.

⁵⁰⁸ BARRETO, Fernando. Diário Social. **Diário de Pernambuco**. Ano 139, nº 243. 23/10/1964, p. 06.

⁵⁰⁹ “Aprovado Orçamento do município com “déficit” superior a 3 Bilhões”. **Diário de Pernambuco**. Ano 140, nº 270. 24/11/1964, segundo caderno, p.06.

⁵¹⁰ Lei 9.336. Orçamento para o exercício de 1965. Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acesso em: 04/06/2019.

iniciar o processo de restituição de posse dos bens do antigo MCP que ainda estavam sob a administração do Estado, caso do Sítio da Trindade⁵¹¹. Em abril de 1965, foi lançada a Fundação Guararapes (FG) – o nome Fundação Kennedy fora abandonado em março após críticas pela homenagem a um estrangeiro⁵¹². O novo nome, como aponta o historiador Denis Bernardes, evocava um símbolo de identidade e união nacional sob o catolicismo das “três raças” fundadoras do povo brasileiro contra o invasor holandês⁵¹³.

O evento de lançamento foi programado para coincidir com as comemorações pelo aniversário da Batalha dos Guararapes. O Sítio da Trindade foi limpo e, na noite do dia 19, uma missa campal tomou o palco do teatro ao ar livre do antigo MCP. Antes da missa celebrada pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, o prefeito Augusto Lucena discursou. Foi seguido por outros membros da administração, como Gustavo Sá Barreto, que prestou contas das ações da FG até o momento. Durante a missa, Dom Hélder benzeu duzentos crucifixos destinados a ornar as salas de aula⁵¹⁴.

Apesar de apresentada ao público em abril, a FG não estava totalmente estruturada do ponto de vista de sua burocracia interna – que operava a reboque do que havia sobrado do MCP pós-intervenção – e jurídica, já que não tinha estatutos e registros próprios. Para tratar do problema, em setembro de 1965, uma comissão foi formada para cuidar dos trâmites burocráticos e legais da nova fundação educacional do Recife que “ainda não adquiriu, por motivos superiores, personalidade jurídica”⁵¹⁵.

A comissão nomeada contou com as presenças de Aderbal Galvão, Secretário Municipal de Educação e Cultura; George Lattache Pimentel, Secretário de Assuntos Jurídicos; Leônidas Estelita, professor; Yves Hartman Spencer Neto, Assessor de Organização e Orçamento; e o economista Gustavo de Sá Barreto, que vinha trabalhando como um tipo de superintendente da FG. Eles teriam até 90 dias para preparar os estatutos e registros necessários para o funcionamento da Fundação Guararapes.

No mês seguinte, setembro de 1965, novo decreto estabeleceu formalmente a Fundação Guararapes, dissolveu a comissão organizadora e nomeou o Secretário de Educação e Cultura do Recife, Aderbal Galvão, para o cargo de presidente da nova

⁵¹¹ “Professoras do MCP homenagearam Lucena”. **Diário de Pernambuco**. Ano 140, nº 299. 30/12/1964, p. 06.

⁵¹² Decreto 9401/65 de 26/03/1965. Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acessado em 04/06/2019.

⁵¹³ BERNARDES, 2013, p.149-150.

⁵¹⁴ “Inaugurada Fundação Guararapes”. **Diário de Pernambuco**. ano 140 nº 89 20/04/1965, p. 03.

⁵¹⁵ Decreto 7625/65. Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acesso em: 04/06/2019.

instituição⁵¹⁶. Para tentarmos traçar um perfil inicial da Fundação Guararapes, podemos recorrer a duas leis municipais. A primeira, a Lei nº 09552, de 26 de novembro de 1965, concedeu a autorização da câmara de vereadores ao prefeito para a criação de “uma fundação que tenha por finalidade a promoção educacional do homem e da família através do ensino elementar, médio, profissional e, facultativamente, religioso, do serviço de comunidade; dos desportos; da higiene habitacional e do cooperativismo”⁵¹⁷. Fundamentos bastante semelhantes aos da FPS. Para atingir esses objetivos, a nova fundação recebeu o acervo de bens que já estavam sob sua posse (art. 3º) e a garantia de verbas anualmente consignadas do orçamento municipal (art. 7º).

A Lei nº 09552 observemos, tinha dupla função: conceder a anuência do Poder Legislativo ao Executivo para a criação da fundação – atendendo assim aos requisitos formais – e fornecer as bases legais iniciais de trabalho enquanto se aguardava pela elaboração dos estatutos definitivos. Por isso, na referida lei, há artigos que tratam das finanças, bem como estipulam o organograma interno de cargos dirigentes e determina que a Fundação Guararapes poderia celebrar “acordos ou convênios com pessoas jurídicas de direito público, de direito privado, ou mistas, sobre assuntos pertinentes às suas atividades”, desde que com a anuência prévia da Secretária de Educação e Cultura. Por fim, em caso de extinção, todos os bens seriam revertidos diretamente para a Prefeitura – o que provavelmente foi motivado pela dificuldade em determinar quem era o dono dos espólios após o fechamento do MCP: Estado ou Prefeitura?

Os estatutos da Fundação ficaram prontos apenas em fevereiro de 1966, e foram publicados no dia 26, sob a forma da lei nº 7217. Ela fixa as funções de cada um dos diretores – Diretor presidente, Diretor-Geral e Diretor técnico – a composição e papel do conselho deliberativo e do conselho fiscal. Há uma maior preocupação em garantir a interferência do poder público, por isso é assegurado ao prefeito do Recife a nomeação do Diretor-Geral e do Diretor-presidente, bem como são estipuladas duas condições para a extinção da Fundação Guararapes: mediante proposta do Conselho Administrativo que comprove sua inviabilidade ao prefeito ou via decreto do chefe do Executivo Municipal⁵¹⁸.

⁵¹⁶ Decreto 7627/65 de 16/09/1965. Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acesso em: 04/06/2019.

⁵¹⁷ Lei 9.552/65 Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acesso em: 04/06/2019.

⁵¹⁸ Lei 7217/65 Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acessado em 04/06/2019.

A Fundação Guararapes iniciava suas atividades concentrada na educação. Quando oficializada, em abril de 1965, segundo circulou nos jornais da época, a FG contava com 16 mil alunos matriculados, crianças e adultos, 400 professoras, 17 grupos escolares, 60 escolas e o centro de artesanato São José. Firmou convênio com a Campanha Nacional de Merenda Escolar e tinha planos de expandir sua atuação por todos os subúrbios da capital e ampliar os cursos de formação profissional que oferecia⁵¹⁹. Exemplo disso foi a criação de um curso para preparação de empregados domésticos, no qual foi pioneira⁵²⁰. Ainda em 1965, foram instalados Centros Profissionais em diferentes bairros do Recife, onde foram oferecidos cursos de: marceneiro, torneiro-mecânico, soldador, serralheiro, funileiro, sapateiro, ferramenteiro, comercial prático, secretariado, alfaiate, barbeiro, enfermeiro, cabeleireiro, corte e costura, bordado, cestaria, arte culinária e contabilidade prática⁵²¹.

O projeto educacional levado adiante pela Fundação Guararapes assume feições de uma pedagogia tecnicista e utilitarista, voltada à preparação do indivíduo para o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, ela estava de acordo com um projeto de desenvolvimento nacional sob a ditadura militar que buscava formar mão-de-obra razoavelmente qualificada para a indústria e o comércio. Entendia-se que ensinar um ofício as pessoas de origem social mais humilde era o caminho para diminuir os índices de pobreza locais. Já a formação ampla, crítica e humanística permaneceria voltada aos filhos das elites – a quem também eram reservados os bancos universitários. Esse é o discurso apresentado em dois cadernos especiais voltados para o desenvolvimento do Nordeste, publicados pela revista *O Cruzeiro*, em 1967. Chamados de *Tire o chapéu à alvorada do Nordeste*, as reportagens destacam, estado por estado, tudo que havia mudado e, supostamente, melhorado desde 1964. Pernambuco aparece no segundo caderno, publicado no mês de junho⁵²².

Como era característico de *O Cruzeiro*, a reportagem traz muitas imagens coloridas, o que, em termos de discurso imagético, confere um tom vibrante ao que é lido e ajuda a enfatizar a noção de desenvolvimento econômico e social que se quer passar no caderno. Entre as muitas mudanças que teriam contribuído para alavancar esse desenvolvimento, é destacada a criação e atuação da Fundação Guararapes no setor da

⁵¹⁹ “Fundação Guararapes já tem 16 mil alunos”. **Diário da Manhã**. 12/04/1965, p. 07.

⁵²⁰ Idem, *ibidem*.

⁵²¹ “Fundação Guararapes”. **Diário da Manhã**. 06/09/1965, p. 05.

⁵²² “Pernambuco: posição política e econômica”. **O Cruzeiro**. Ano XXXIX, nº 37, 10/06/1967. Segundo Caderno (*Tire o chapéu à alvorada do Nordeste*) p. 45 a 110.

educação básica, profissional e assistência social, centrada na manutenção de 15 ambulatorios, 1 consultório dentário, 5 centros cívicos de atendimento e 3 campos experimentais.

Ao fim e ao cabo, o viés utilitarista, elitista até, do projeto educacional levado adiante pela Fundação Guararapes foi sintetizado em um pequeno artigo escrito pelo secretário executivo da FG, Gustavo Sá Barreto: “[...] A Fundação Guararapes empenha-se em despertar no homem sua capacidade de produzir e emancipar-se pelo trabalho: ‘Melhor do que dar um peixe ao homem, é ensiná-lo a pescar!’”⁵²³. Demoraria mais algumas décadas para que os intelectuais que pensavam a educação sob um viés humanístico voltassem a conquistar espaço no campo intelectual.

Assim, ao nos despedirmos do campo intelectual do Recife, em 1965, cabe apontar que fatores externos ao campo intelectual – o golpe civil-militar de 1964 – desequilibraram as disputas internas àquele campo. Foram além e, da noite para o dia, inverteram a preponderância que as forças mais à esquerda conquistaram na disputa entre 1960 e 1964. Fato que reafirma a relação existente entre os diferentes microcosmos de produção social e os efeitos de refração que uns podem causar nos outros. Assim, os intelectuais que estavam atrelados a grupos políticos conservadores prevaleceram no campo. Ao menos no tocante à condução de políticas públicas voltadas para a educação e a cultura popular. Em contrapartida, a atuação desses intelectuais contribuiu não só para a criação de justificativas para o golpe e os expurgos que se seguiram, como também racionalizaram a mudança de rumo das referidas políticas educacionais. Políticas que, em último caso, ajudavam a sustentar os governos ditatoriais.



Figura 21: Alunos de escola da Fundação Guararapes.

Fonte: O Cruzeiro

⁵²³ Fundação Guararapes. **Diário da Manhã**. 06/09/1965, p. 05.

Considerações Finais

O esforço depreendido até aqui se deu no sentido de contribuir para a tecitura de uma história dos intelectuais em Pernambuco na década de 1960. Trama que privilegiou o envolvimento dos intelectuais nas disputas políticas do período, o que nos levou a abordar uma área de intersecção entre os campos intelectual e do poder, tendo como pressuposto a noção de que as trocas se deram em ambos os sentidos, ainda que de forma desigual. Nessa jornada, tomamos como referenciais contribuições presentes na historiografia sobre os intelectuais, bem como trouxemos perspectivas de áreas como a Sociologia de Pierre Bourdieu e Raymond Williams.

Partimos da hipótese de que, no momento em tela, em que o desenvolvimentismo despontava como uma doutrina influente no cenário nacional, os intelectuais ganharam cada vez mais espaço dentro dos projetos de governo, exercendo atividades de levantamento de dados, desenho e execução de políticas públicas voltadas para áreas como educação, saúde e habitação. Como contrapartida de sua maior participação observamos o aumento dos investimentos públicos na criação de instituições responsáveis por agregar os intelectuais proporcionando-lhes não apenas um lugar institucional – e um meio de sobrevivência – como um ambiente em que puderam exercer suas sociabilidades e ganhar algum espaço no campo.

Assim, uma primeira constatação da pesquisa foi a de que o Estado na década de 1960 funcionou como um agente dinamizador dos empreendimentos no campo intelectual, sendo capaz de pautar as disputas que ali ocorreram. Nesse sentido, após traçarmos um breve panorama do conceito de intelectual, nos voltamos para a trajetória de duas instituições que, na década de 1960, personificaram dois projetos diferentes de sociedade: a Fundação da Promoção Social (FPS) e o Movimento de Cultura Popular (MCP).

A opção pela investigação das trajetórias das instituições referidas – ao invés de nos concentrarmos em trajetórias individuais – se deu, em primeiro lugar, pela relevância que a FPS e o MCP obtiveram no campo intelectual: atraindo intelectuais para suas fileiras e servindo como pontos de intersecção com outras instituições e intelectuais, locais ou de fora de Pernambuco. O fato do poder público se fazer presente nessas empreitadas lhes concedia relevância e acompanhar suas trajetórias permitiu analisar como recursos de poder foram empregados para gerar efeitos no campo intelectual.

Sobre as articulações institucionais, no caso da FPS, encontramos evidências de uma cooperação estreita a nível local com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER) – responsáveis por fornecer quadros dirigentes e cursos preparatórios à FPS. Sem mencionar também o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), de onde proveio o primeiro presidente e um dos maiores entusiastas da Fundação da Promoção Social: Paulo Rangel Moreira.

Percebemos essa rede de instituições como um *lócus* favorável – ainda que não exclusivo – à formação e circulação de uma direita intelectualizada no Estado, com destaque para a atuação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Primeiro porque, no comando, encontramos intelectuais importantes que, no período referido, enxergamos mais próximos à direita do espectro político, caso de Mauro Mota e Gilberto Freyre. Segundo, foi no IJNPS que alguns dos intelectuais que ajudaram a conceber o projeto da Fundação da Promoção Social obtiveram parte de sua formação acadêmica, em cursos ou estágios de pesquisa realizados em paralelo, ou após a graduação na Faculdade de Direito do Recife. Assim, passaram pelo IJNPS: Paulo Rangel Moreira, Carlos Frederico Maciel e Paulo Maciel. Se olharmos para a Faculdade de Direito do Recife, além dos três citados, também podemos incluir outra figura de proa da FPS: José Rafael de Menezes⁵²⁴.

Reforçamos que esse breve mapeamento institucional não trata de ambientes exclusivos da intelectualidade de direita. Esse esforço cartográfico vai no sentido de apontar que identificamos durante a pesquisa lugares propícios ao desenvolvimento e atuação de uma direita intelectualizada local, tanto quanto o Movimento de Cultura Popular foi um lugar equivalente para a intelectualidade de esquerda.

Essa rede de instituições locais se expandiu a partir do vínculo estabelecido com o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFAH) do Estado da Guanabara, cujo trabalho inspirou a concepção de promoção social adotada pela Fundação da Promoção Social. A presença do chefe do SERFAH, o sociólogo José Arthur Rios, na I Semana da Promoção Social, permite levantarmos hipóteses, inclusive sobre uma possível articulação – mesmo que nos estágios iniciais – com o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e com o Instituto de Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),

⁵²⁴ Vale apontar, ainda, as ligações que a FPS teve com representantes de instituições patronais, como a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEP), cujo presidente Renato Bezerra de Mello também era presidente do Conselho da FPS.

instituições ligadas a setores à direita da sociedade e empenhadas em barrar qualquer avanço político ou social vindo da esquerda e nas quais José Arthur Rios tinha trânsito. O advento da I Semana da Promoção Social permitiu que Rios circulasse em Pernambuco e apresentasse sua visão sobre a reforma agrária ao grupo autodenominado de “classes produtoras” do estado. Por fim, ocorreram também articulações internacionais da FPS, sobretudo com o Movimento de Rearmamento Moral. Além de disponibilizar seu acervo de peças de teatro, livros e filmes para a Fundação da Promoção Social, o MRM também enviou ao Recife grupos de seus intelectuais, que chegaram em ondas sucessivas a partir de 1961, todas acolhidas e assistidas pela FPS.

Logo, investigar as trajetórias institucionais nos permitiu desvelar os meandros dos debates e projetos intelectuais do período e as articulações que deles brotaram. Igualmente, as instituições que trouxemos para o foco foram fundamentais para construirmos um panorama do campo intelectual que não está subordinado às experiências de uma trajetória intelectual individual, por mais exemplar que ela pudesse ser. Antes, agregamos momentos, relampejos, de várias trajetórias intelectuais que convergiram para o Recife da década de 1960. Dessa forma, construimos uma abordagem sincrônica de um curto período das trajetórias de diferentes intelectuais que orbitaram no cosmos composto pela FPS e pelo MCP. Anita Paes Barreto, Ariano Suassuna, Carlos Frederico Maciel, Gadiel Perucci, Germano Coelho, Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho, José Rafael de Menezes, Josina Godoy, Nelson Xavier, Norma Coelho, Paulo Freire, Paulo Rangel Moreira, Paulo Maciel, entre outros, foram agentes nas disputas do campo intelectual e político no presente recorte temporal e tiveram suas trajetórias individuais conectadas entre si, tanto quanto às instituições das quais tratamos.

Ao mesmo tempo em que a opção pelas instituições nos direcionou a determinados caminhos, ela teve o efeito reverso de nos fazer evitar outros. Certamente há facetas do tema que poderiam ter sido exploradas e não foram. Ainda assim, esperamos ter contribuído ao menos para um desenho do cenário em que se deram as disputas políticas do Recife e o papel de relevo desempenhado pelos intelectuais. Outra razão, essa de ordem mais prática, que contribuiu para optarmos pelo enfoque institucional se refere à documentação: foi mais acessível buscar documentos institucionais do que apelar a arquivos pessoais, exceto no caso em que esses arquivos já se encontram sob a guarda de instituições abertas ao público.

Embora tenhamos dado espaço ao Movimento de Cultura Popular, a intenção foi trazer a Fundação da Promoção Social para o protagonismo da história. Intentou-se com

essa mudança de perspectiva contribuir para as pesquisas sobre o ambiente cultural e educacional do Recife e de Pernambuco da década de 1960, cujo enfoque com frequência recai sobre o MCP. Como referido na introdução, a Fundação da Promoção Social não havia sido alvo de um estudo mais detido, embora apareça em alguns artigos centrados no MCP. Assim, esperamos ter contribuído para a complexificação do debate sobre políticas educacionais ao acrescentarmos detalhes e camadas à trajetória da Fundação da Promoção Social. Nesse sentido, explicitamos, por exemplo, o forte nexos que a fundação possuía desde o seu nascedouro com os grupos da elite empresarial pernambucana: lembremos que, no episódio do registro dos estatutos da FPS, estavam presentes empresários como Miguel Vita e Renato Brito Bezerra de Mello.

Os caminhos da pesquisa acabaram nos levando a incluir uma terceira instituição sem a qual essa história ficaria incompleta. Por isso, ainda que de forma menos detalhada, trouxemos a Fundação Guararapes (FG). Terceira instituição educacional estabelecida em Pernambuco na década de 1960, há na Fundação Guararapes certas continuidades, um tipo de saber-fazer, que deriva das experiências de gestão educacional e cultural de suas antecessoras, o MCP e a FPS.

Especificamente nos referimos a adoção de um paradigma de gestão educacional baseado na criação de uma autarquia ou de uma fundação desenhada para trabalhar junto à Secretaria de Educação e Cultura do município do Recife – ou assumir papel equivalente – no desenvolvimento e aplicação de uma política educacional e cultural⁵²⁵. Considerando apenas os aspectos administrativos, há, nas três iniciativas, a preocupação em escapar aos dispositivos de controle estatais aos quais as secretarias estão sujeitas para a contratação ou dispensa de pessoas e serviços, bem como para a obtenção e destinação de verbas. Ou seja, era uma forma de driblar a lentidão processual causada por exigências burocráticas.

Aproximam-se ainda no que se refere a constante utilização dos meios de comunicação para divulgação de suas iniciativas e projetos. Outro ponto de convergência das práticas institucionais foi a adoção, pela Fundação Guararapes, de uma estratégia que o Movimento de Cultura Popular utilizou para facilitar a sua articulação com os órgãos responsáveis pela gestão educacional e cultural da Prefeitura do Recife e, a partir de 1963, do Governo do Estado⁵²⁶. A estratégia consistiu na nomeação de indivíduos ligados à

⁵²⁵ Lembremos que, antes da reforma administrativa realizada em 1962, o Recife não possuía uma Secretaria de Educação e Cultura, por isso o MCP acaba exercendo essa função.

⁵²⁶ Entre 1960 e 1962, Germano Coelho foi presidente do MCP com o cargo de diretor do Departamento de Documentação e Cultura, que antes da existência de uma Secretaria de Educação e Cultura do Recife, e

Fundação Guararapes para postos análogos na administração pública ou, em sentido contrário, alguém que ocupava um cargo público era nomeado para os quadros da FG. Por exemplo: em 1965, foi nomeado para presidente da Fundação Guararapes o Secretário de Educação e Cultura do Recife, o professor Aderbal Galvão.

As continuidades, entretanto, não devem ofuscar as diferenças que contrapunham a FPS e a FG ao MCP. Isso porque, quando passamos do âmbito organizacional e burocrático das instituições para as suas visões sobre a educação e a cultura, notamos diferenças claras entre as concepções, processos e finalidades da educação. Diferenças que permitem situar de um lado o Movimento de Cultura Popular e do outro a Fundação da Promoção Social e a Fundação Guararapes. O MCP se colocava enquanto uma organização pautada por um ideal de desenvolvimento pleno do ser humano que, inexoravelmente, incluía sua dimensão crítica e política. Já a FPS e a FG partiam de um ponto de vista centrado na qualificação da mão-de-obra combinada ao assistencialismo estatal.

A criação da Fundação Guararapes indica também a importância dada ao controle sobre os projetos educacionais pelas autoridades militares, uma vez que o major Joaquim Martins Furtado de Souza, que na época atuava no Departamento de Administração da Prefeitura, foi posto à disposição da Fundação⁵²⁷. Com isso, os militares garantiam um interventor direto em um dos lugares em que decisões sobre políticas educacionais e culturais no Recife eram tomadas⁵²⁸.

Ao nos debruçarmos sobre a FPS e sua disputa com o MCP, ficou claro que era preciso levar em conta o cenário de disputas políticas internacionais. Assim, consideramos o conceito de Guerra Fria Cultural para além de medidas ligadas diretamente aos governos dos Estados Unidos e da União Soviética por entendermos que a bipolaridade era um dado estruturante da sociedade da década de 1960 e que se fez sentir também nos campos de produção cultural – do qual o campo intelectual faz parte. Ideias, valores, anseios e projetos de sociedade eram pensados levando em consideração as experiências capitalistas e socialistas. Conceitos como revolução ou luta de classes habitavam o léxico dos intelectuais e eram por eles construídos, combatidos ou

fazia a gestão dos equipamentos culturais municipais e repassava subvenções para bolsas de estudos em escolas particulares e iniciativas artístico-culturais locais.

⁵²⁷ Decreto 7627/65 de 16/09/1965. Disponível em LEGIS - Base de Dados da Legislação (recife.pe.gov.br). Acesso em: 04/06/2019.

⁵²⁸ Importante destacarmos que a presença de um militar na FG era algo que estava de acordo com práticas impostas a todos os órgãos do Estado e que, não obstante indique um interesse particular na educação, expressava também a vontade de exercer funções de mando e controle em todo o espectro do aparato estatal.

disseminados. Ser a favor do capitalismo ou do socialismo – ou de uma terceira via – podia aproximar ou afastar indivíduos e grupos. Em suma, os intelectuais pensavam, escreviam, publicavam, debatiam e se articulavam enquanto pessoas que viviam em uma realidade em que uma disputa ideológica internacional entrava em suas vidas pelas mais diferentes vias, fosse pelo noticiário diário, fosse nas rodas de conversa com os amigos.

Não obstante, destacamos também que o ambiente da Guerra Fria favoreceu a interferência direta do Governo dos Estados Unidos. Primeiro pelo aumento de seu corpo diplomático no Recife e, posteriormente, via programas de ajuda implementados pela USAID, como a Aliança para o Progresso. E aqui observamos outra contribuição da Fundação da Promoção Social: enquanto um órgão de planejamento e pesquisa, ela servia para credenciar o governo de Cid Sampaio a se encaixar nos pré-requisitos do programa de ajuda.

A Guerra Fria Cultural também pode ser percebida nos valores presentes na maneira como os intelectuais foram avaliados por seus contemporâneos. Pensemos, por exemplo, na cartilha de alfabetização do MCP, classificada por alguns setores mais conservadores como subversiva e comunista e contra a qual desenvolveram uma campanha de alfabetização por um método que afirmavam ser “neutro”. Igualmente, projetos de políticas públicas foram elaborados com o objetivo de disputar espaços com projetos sociais de esquerda.

Quando iniciamos os estudos e as pesquisas, partimos do pressuposto de que estariam bem desenhados os limites entre os intelectuais conservadores daqueles que poderíamos chamar de progressistas ou revolucionários, sendo a Fundação da Promoção Social a representante do campo conservador. Constatamos que, de fato, a FPS foi dirigida por representantes ligados a uma direita política e católica que temia o avanço das esquerdas, sobretudo da socialista. A estabilidade do quadro dirigente da FPS corrobora a hipótese de que havia coesão de valores, práticas e objetivos entre os diretores. No entanto, nos surpreendemos ao constatarmos que a FPS, ideologicamente, não era um bloco monolítico. Sobretudo quando olhamos para os cargos mais abaixo na hierarquia, notamos que havia entusiastas de mudanças sociais mais profundas e que, ao se envolverem na Fundação da Promoção Social, acreditavam que estavam contribuindo para que elas ocorressem.

Outro indicador de que os limites entre os grupos intelectuais, em certas ocasiões, podiam ser mais fluidos do que imaginávamos no início da pesquisa foi a constatação de casos de circularidade de intelectuais por essas instituições, o que reforça

a noção que trouxemos sobre evitar pensar a trajetória de um intelectual como um objeto que se desloca em apenas um sentido. Caso de Jomard Muniz de Brito que aparece como um dos fundadores do MCP – em 1960 –, no ano seguinte, exerce um cargo de direção no Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) que contribuiu para a formação da FPS e, finalmente, em 1962, junta-se a Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR).

Outro aspecto importante é que a FPS era ligada a uma elite urbana e industrial, base do governo de Cid Sampaio, que adotou um discurso pautado pela ideia de modernização do Estado, a partir de uma ótica reformista e dentro dos marcos do capitalismo. Nas muitas propagandas lançadas pelo governo, alardeava-se que essa modernização incluiria todos os estratos populacionais.

Na prática, a modernização se traduziu em investimentos pontuais concentrados na Zona Metropolitana do Recife e na Zona da Mata, que foram direcionados para a requalificação do estilo de vida das populações mais humildes, como projetos de construção de casas populares em localidades como Dois Unidos e o Alto do Jordão. Esses projetos habitacionais vinham atrelados ao oferecimento de serviços públicos, como o acesso ao ensino e a assistência médico-dentária. Nesse plano de modernização, a Fundação da Promoção Social desempenharia um papel central dividido em três frentes: barrar ou concorrer com as iniciativas do MCP, elaborar e fornecer dados e projetos à burocracia estatal e proporcionar a qualificação dos trabalhadores. Lembremos das palavras de Paulo Rangel Moreira: “evolução no lugar de revolução”. Por isso, o projeto educacional da FPS apresentava contornos utilitaristas em contraposição a formação ampla e humanística defendida no MCP. Conservava-se, assim, a estrutura social estabelecida.

Por fim, a partir do que foi narrado até aqui, concluímos que as instituições educacionais surgidas entre 1960 e 1965 em Pernambuco – MCP, FPS e FG – se constituíram em um lócus privilegiado para a compreensão do envolvimento de grupos de intelectuais na vida social. A começar por funcionarem como um nó, um ponto de encontro, que ligava o poder público e os intelectuais. A partir da convergência de interesses entre grupos de intelectuais e dos detentores do poder, essas instituições punham à disposição dos intelectuais variados tipos de recursos – subvenções financeiras, controle de equipamentos culturais, acesso a redes de sociabilidades de fora do campo intelectual. Em contrapartida, os intelectuais traziam seus capitais simbólicos e suas próprias conexões no campo para o governo, fornecendo-lhe, no mínimo, uma aura de

inovação. Representavam também tentativas de “desburocratizar” ou “agilizar” o processo de tomadas decisão da máquina pública.

Em suma, sobretudo no caso da Fundação da Promoção Social e da Fundação Guararapes, pouquíssimo estudadas quando comparadas a produção existente sobre o Movimento de Cultura Popular, muito ainda há para ser investigado e, talvez, tenhamos ajudado com algumas coordenadas iniciais. Um bom ponto de partida legado pela presente tese é o de que na disputa entre a Fundação da Promoção Social e o Movimento de Cultura Popular, quem mais se beneficiou foi a população mais humilde do Recife e zona metropolitana. Costumeiramente negligenciados, essa população viu a oferta de serviços públicos aumentar rapidamente no período em tela, sobretudo entre 1962 e 1964. Mesmo o golpe e a ditadura militar não puderam anular de todo o novo lugar que essa população ocupou no planejamento das políticas públicas.

Referências Documentais

Arquivos Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje):

Hemeroteca

- Diário de Pernambuco (1960-1964);
- Jornal do Comércio (1960-1964);
- Última Hora – Nordeste (1962-1964).

Acervo DOPS-PE

- Prontuário funcional do Movimento de Cultura Popular (MCP). Nº Doc. 1501-D.
Fundo: 29.841

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. Transcrição da sessão pública. 22/10/2015

Biblioteca Nacional digital

Hemeroteca digital

- Diário de Pernambuco (1960-1964);
- Jornal do Comércio (1960-1964);
- Última Hora – Nordeste (1962-1964);
- Revista O Cruzeiro (1960-1964);
- Revista Manchete (1961).

Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)

Hemeroteca digital

- Diário da Manhã (1961-1965);
- Diário Oficial do Estado de Pernambuco (1945-1964);

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

CEHIBRA

- Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual. Caixa 38. Mensagens Governamentais (Introduções).

- Documentos Impressos. Relatórios do Governo Estadual. Caixa 39. Mensagens Governamentais (Introduções).
- Arquivo de documentos textuais de Mauro Mota (1928-1980).

For A New World - stories of lifes changed

Impressos

- Material japonês de divulgação da peça *O tigre* (1961).
- *MRA Information Service* - VOL. 10 no. 245 Four Hays Mews, Berkeley Square, London, w. l saturday, 1 july, 1961;
- *MRA Information Service* - VOL. 10 no. 253 Four Hays Mews, Berkeley Square, London, w. l saturday, 28 october, 1961;
- *MRA Information Service* - VOL. 11 no. 271 Four Hays Mews, Berkeley Square, London, w. l saturday, 7 july, 1962;
- *MRA Information Service* - VOL. 12 no. 291 Four Hays Mews, Berkeley Square, London, w. l saturday, 13 april, 1963;

Filmes

- *A Experiência Culminante*. Produção: Movimento de Rearmamento Moral, 1959. 88 minutos.
- *A Tidal wave of hope*. Produção: Movimento de Rearmamento Moral. 13 minutos.
- *Homens do Brasil*. Direção: Nelson Marcelino de Carvalho. Produção: Movimento de Rearmamento Moral, 1959. 56 minutos;
- *Liberdade*. Produção: Movimento de Rearmamento Moral, 1957. 100 minutos.
- *O condor*. Produção: Movimento de Rearmamento Moral, 1962. 56 minutos.

KENNEDY, John. F. *Presidential Library and Museum*

- Agency for International Development (AID), 1962 July-August;
- Alliance for Progress Reports, 1963 August-October;
- Brazil General, may 1963 1-10;
- Brazil Security, Briefing Book, Goulart visit, April 1962 [1 OF 3 FOLDERS];
- Brazil Security, Briefing Book, Goulart visit, April 1962 [2 OF 3 FOLDERS];
- Brazil Security, Briefing Book, Goulart visit, April 1962 [3 OF 3 FOLDERS];
- Brazil Security, 1963;

- Papers of John F. Kennedy. President's Office Files. Departments and Agencies. Food for Peace Program, 1962: January-July.
- Remarks to Alliance for Progress Representatives from Latin America, 20 August, 1963.

LEGIS - Base de Dados da Legislação

Leis Municipais do Recife

- Decreto 1.118 de 15 de fevereiro de 1945
- Lei nº 2198 de 19 de maio de 1953.
- Decreto nº 477 de 6 de novembro de 1953
- Decreto nº 4271/61.
- Lei nº 8285/62.
- Lei 9.336. Orçamento para o exercício de 1965.
- Decreto 9401/65 de 26/03/1965.
- Lei 09552 de 26/11/1965.
- Lei 7217 de 26/02/1966.

Arquivo Histórico do INEPE

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Tradução: Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ANDRADE, Francisco Pedrosa de. *As letras da miséria*: a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. Traduzido por Fábio Sapragnon Andrioni. *Intelligere*, Revista de História Intelectual, vol. 1, nº1, p. 1-15. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 03/02/2024.

BARBOSA, Leticia Rameh. *Movimento de Cultura Popular*: impactos na sociedade pernambucana. Recife. Editora do autor, 2009.;

BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE*: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. “*A pobreza como estopim da Revolução*”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Orientadora: Christine Rufino Dabat. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2017. 144 p.

_____. “Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção”: O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024, p. 32.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes*: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEVILÁQUIA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o Historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASILEIRO, Dimas & MENDONÇA, Djanyse. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). *Estudos Universitários*, nº 24(5/6), 11–22. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256117>. Acesso em 12/05/2024.

CALLADO, Antônio. Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco (aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CANCELLI, Elisabeth. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

CARELLA, Tulio. *Orgia: os diários de Tulio Carella*, Recife, 1960. Tradução: Hermilo Borba Filho. Introdução e notas: Álvaro Machado. São Paulo: Opera Prima, 2011.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema do brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: Memórias políticas*. 4 ed. Revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel/, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.

_____. *Homo Historicus: reflexões sobre a História, os historiadores e as ciências sociais*. Trad.: Angela Xavier de Brito. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e Representações*. Miraflores. DIFEL, 1987.

_____. O passado no presente: Ficção, história e memória. In ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – A força das representações: história e ficção. Chapecó: ARGOS, 2011.

_____. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – A força das representações: história e ficção. Chapecó: ARGOS, 2011. p. 21 – 54.

_____. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995, p. 179-192.

COELHO, Germano. *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Ed. Do Autor, 2012.

COHN, Amelia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 64.

COUTINHO, Eduardo. *O primeiro cabra: roteiro original acompanhado de breve estudo de um filme interrompido*. Organização e ensaio: Carlos Alberto Mattos. São Paulo IMS, 2022.

CRUZ, Levy. *Dois Unidos: uma comunidade urbana do Recife*. Recife: Fundação da Promoção Social – Departamento Socioeconômico, Divisão de Informação e Documentação, 1962.

CUNHA, Diogo. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas. *História UNICAP*, v. 3, nº 5, jan./jun. de 2016.

EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. Tradução Sandra Branco, revisão técnica Cezar Mortari. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EVANS, Richard J. *Eric Hobsbawm: a life in History*. Londres: Little, Brown, 2019.

FÁVERO, Osmar & SOARES, Leôncio (orgs). Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Apresentação Denis Bernades, Marcos Costa Lima. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 27.

_____. *Diários Intermitentes: 1937-2002*. 1ª ed. Org. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Celso Furtado: Correspondência intelectual (1949-2004)*. Org. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book Kindle.

GENU, Luiz Felipe Batista. *Atos cênicos, atos revolucionários: o Teatro de Cultura Popular do Recife (1960-1964)*. Organizadora: Joana D’arc Lima. Recife: Ed. UFPE, 2019.

GODOY, Josina Maria Lopes de & COELHO, Norma Porto Carreiro. *Livro de leitura para adultos*. Recife: Gráfica do Recife S. A., 1962,

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas: José Paulo Paes. Revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

HOBBSBAWM, Eric. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. Org. Leslie Bethel. Tradução Pedro Maia Soares. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura e cotidiano. 1964: o golpe passado a limpo. Rita de Cássia Barbosa de Araújo e Túlio Velho Barreto. (orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 137-148.

IBER, Patrick. *Neither peace nor freedom: the Cultural Cold War in Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

JUDT, Tony. *Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000*. Tradução Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 25.

LEAN, Garth. *Frank Buchman: a life*. Londres: Constable, 1985.

LEITE, Sebastião Uchoa. Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica. In *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 269-289. Setembro, 1965.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. *Construindo o Sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012

LOUREIREO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MAÇAIRA, Elia de Fátima Lopes; SOUZA, Kátia Marcelina de; GUERRA, Márcia Maria del (orgs). *Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: subsídios para atualização da organização curricular*. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação, 2014. (v. 1).

MAIOR, Heraldo Souto. Para uma História da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização. *Estudos de Sociologia*. Revista do programa de pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 01, n. 09, 2003, p. 7-29.

MELO FILHO, Lílían Renata de. *O centro operário em Recife durante o Estado Novo (1937-1945): educação e religião no controle dos trabalhadores*. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação (CE.). 122p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Cabra marcado para morrer: entre a Memória e a História*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/montenegro.22.pdf>.

_____. *História, Metodologia e Memória*. São Paulo. Ed. Contexto. 2010.

_____. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ªed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010. MOTTA, Rodrigo

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Artur Gustavo Lira do. *Imagens do Nordeste: o filme documental e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

NETO, José Batista. MCP: o povo como categoria histórica. In REZENDE, Antonio Paulo (org.) *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1987, p. 231 – 251.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “*Trabalhadores favelados*”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 323. 2014.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão 2006.

_____. Românticos e Folcloristas. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1992

PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

_____. Brazil. *The Atlantic*, Boston, Março, 1964.

PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição à História da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973, p.193.

PAMUK, Orhan. A mala do meu pai. 1ª edição . Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. E-book Kindle.

PERRUCCI, Gadiel. *Um projeto oligárquico-liberal de Universidade* (notas para uma História da UFPE).

_____. *Favelas do Rio e Mucambos do Recife: um relatório de estágio*. Recife: Fundação da Promoção Social, Departamento Socioeconômico, Divisão de informação e documentação, 1962.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: Em luta com seu mito, golpe de estado, exílio e redemocratização do Brasil*. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

_____. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Luís. TPN – Teatro Popular do Nordeste: o palco e o mundo de Hermilo Borba Filho. Recife: CEPE, 2018

RIBEIRO, Jaime Lúcio Fernandes. Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, n. 42, p. 261–283, jul. 2008.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC À era da TV. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSENSTONE, Robert A. A história nos filmes, os filmes na história. Tradução: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das letras, 2005. E-book Kindle.

_____. *Cultura e política*. Organização Emir Sader; Tradução: Luiz Bernardo Pericás. 1ªed., rev. - São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Lincoln Araújo dos. A alternativa para o progresso: o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e057>.

SANTOS, Taciana Mendonça. Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964). Recife, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. Belo Horizonte, MG: Moinhos, Contafios, 2019.

_____. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. In: *Revista Pós-Ciências Sociais*. V. 9, n. 17, jan/jun. 2012.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Organização: Sérgio Miceli; Tradução: Mirian Senra. 1ª ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

SAUNDERS, Frances Stonor. *The Cultural Cold War: The CIA and the world of arts and letters*. New York: The New Press, 2013.

SCOCUGLIA, Celso. *Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60*. Brasília: Plano Editora, 2003 SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: EDUSP, 1968, P. 342.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil da perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

_____. DOPS-PE: Estrutura e funcionamento da máquina de violações de 1935-1985. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*. 2013. Anais. Natal: ANPUH Brasil, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma História política*. Tradução Dora Rocha. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231.

SOARES, José Arlindo. A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Leôncio; FÁVERO, Osmar. Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SOUSA, Fábio Silva de. A cidade do Recife e a consciência da intelectualidade acerca do subdesenvolvimento brasileiro em meados do século XX. *Dimensões*. V. 42, jan.-jun., 2019, p. 315-332.

_____. O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964). 2014. 123 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.;

SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. In: *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*. V. 1, nº 1, jan/jul. 2010, p. 147-164.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma História da Sociologia em Pernambuco: a pós-graduação (1963-2004); Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *Uma utopia racionalista: a presença da Sudene no campo intelectual do Recife (1959-73)*. In XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. Anais... Natal: ANPUH, 2013.

_____. *Recife: notas em torno da gênese de um campo cultural*. In Clio – Revista de Pesquisa Histórica. Nº 32. Vol.2. Jul. - Dez. 2014. p. 118-142.

_____. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

TORRES, Niedja Ferreira dos Santos. *O Ensino do desenho na Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932-1946)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Artes e Comunicação. Artes Visuais, 2015, 150 f.

TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais?* Tradução Lucas Nevez. Belo Horizonte-Veneza: Editora Ayiné, 2020, p. 24. Ebook kindle.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____. A queda do reitor João Alfredo: ação midiática conservadora e a repressão aos dirigentes universitários no Golpe de 1964. *Topoi*: Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 228-248, jan./abr. 2021. Disponível em: A46_11_p228-248.indd (scielo.br).

WACQUANT, Loic. Mapear o Campo artístico. *Sociologia: problemas e práticas*, nº 48, 2005, p. 117-123.

WEBER, Silke. Política e educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 2, 1984, p. 233-262.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*; prefácio: Maria Elisa Cevasco Trad.: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. Editado por Robin Gable; introdução de Robin Blackburn; tradução Nair Fonseca; João Alexandre Peschanski. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p.115-130.

_____. *Política do Modernismo*. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ZIZEK, Slavoj. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. E-book Kindle

ANEXOS

ANEXO A - Sócios fundadores do MCP e suas áreas de formação/atuação

Área de formação/área de atuação	Número de pessoas	Área de formação/área de atuação	Número de pessoas
Advogado (a)	2	Inspetor de Ensino Médio	2
Arquiteto (a)	2	Jornalista	7
Assistente social	1	Médico	4
“Do lar”	1	Músico	1
Economista	1	Pintor	4
Engenheiro (a)	5	Poeta	1
Escritor (a)	1	Professor (a)	28
Escultor (a)	1	Químico	1
Estudante	29	Teatrólogo	4
Farmacêutico	1	Técnico de laboratório	1
Funcionário público	3	Total	100

Fonte: Termo de fundação do MCP

Anexo B – Convênio do SSCM com o Governo do Estado de Pernambuco

Cláusulas do Convênio firmado entre o Serviço Social Contra o Mocambo, Secretaria de Educação e Secretaria da Fazenda de Pernambuco para criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social (como publicados no Diário de Pernambuco em 31/08/1960).

Claúsula Primeira: A assistência às populações dos bairros pobres das zonas de maior densidade demográfica do Recife e zonas circunvizinhas nos setores médico, dentário e escolar, à maternidade e à infância será exercida em caráter supletivo, e dirigida pelo Serviço Social contra o Mocambo, através do Grupo de Trabalho de Promoção Social criado pela portaria nº 168, de 17 de agosto de 1960;

Claúsula segunda: A instalação dos serviços exigidos para assistência às zonas indicadas pelo Grupo de Trabalho, as despesas com pessoal, técnicos, com manutenção, aquisição de material permanente para as escolas, posto de assistência infantil e ambulatórios e a adaptação e limpeza dos prédios serão atendidos pelo Grupo de Trabalho com verbas provenientes:

- a) Do Serviço Social Contra o Mocambo, que dentro da arrecadação orçamentária do Estado e através da Secretaria da Fazenda, receberá uma contribuição de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), a contar de 1º de agosto em curso;
- b) Da Loteria do Estado de Pernambuco, que através de suas dotações próprias d assistência social, contribuirá com a importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), mensalmente, a partir de 1º de setembro;
- c) Da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, que participará com a dotação de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais, a partir de 1º de setembro;

Claúsula Terceira: A entrega das contribuições da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Educação e Cultura e da Loteria do Estado será feita, diretamente, ao Serviço Social Contra o Mocambo, ao fim de cada mês;

Claúsula Quarta: O Serviço Social Contra o Mocambo deverá apresentar à Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Fazenda, à Secretaria de Educação e Cultura e à Loteria do Estado, na forma usual, a prestação de contas das despesas efetuadas.

Cláusula Quinta: Fica estabelecido entre as partes contratantes que ao Grupo de Trabalho será dado a maior flexibilidade possível para o seu funcionamento, cabendo-lhe na qualidade de grupo técnico especializado, a responsabilidade de indicação do número de unidades de assistência até o montante das despesas referidas na Cláusula Segunda;

Cláusula Sexta: O Grupo de Trabalho funcionará de acordo com as atribuídas conferidas pelo presidente do SSCM através da portaria nº 168, de 17 de agosto de 1960, sob a responsabilidade administrativa do presidente do SSCM;

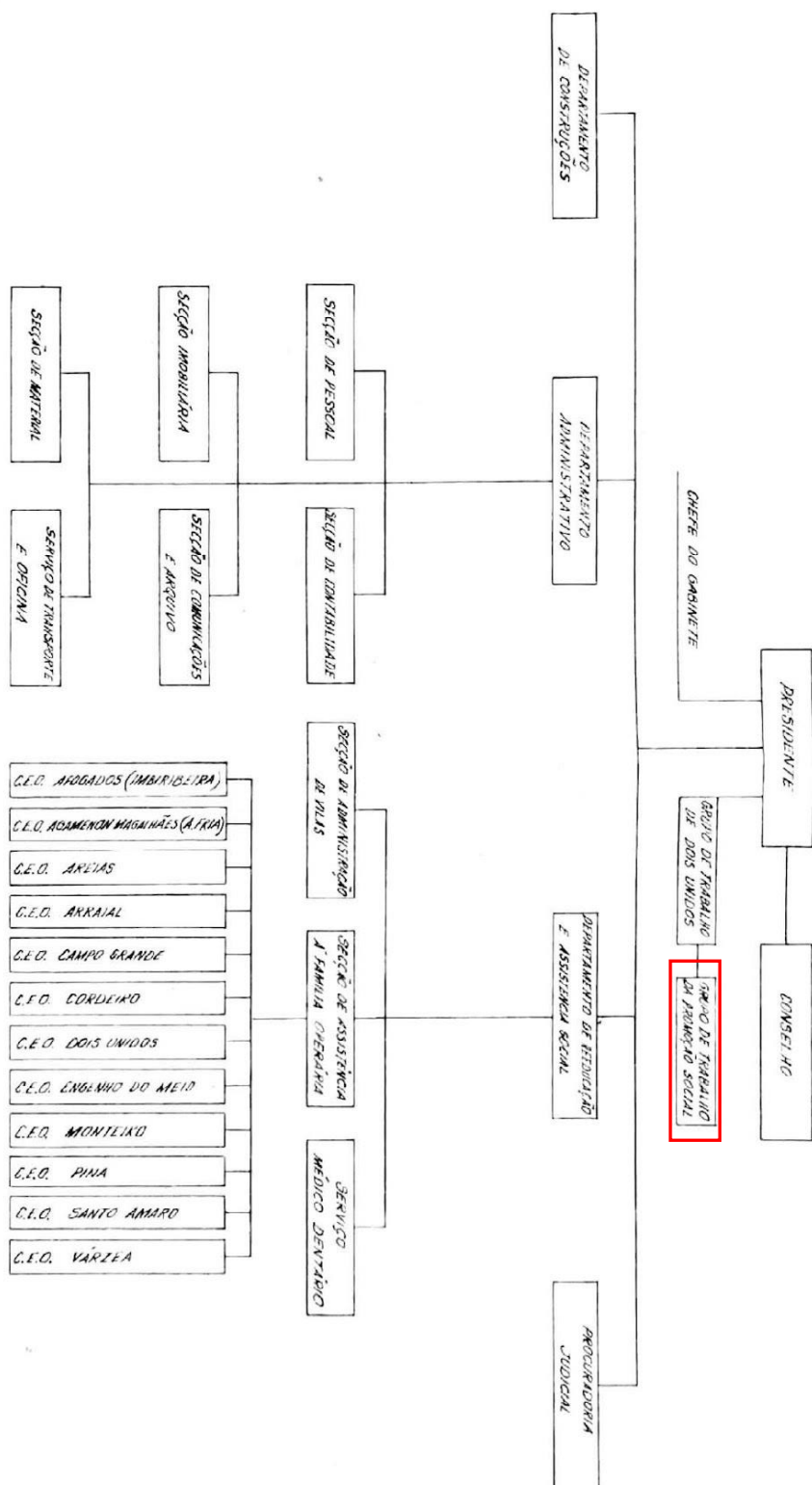
Cláusula Sétima: Semestralmente, o Grupo de Trabalho de Promoção Social fará entrega do relatório das suas atividades, com a discriminação das despesas, em rubricas apropriadas, em cópias, ao presidente do SSCM, que as remeterá à Loteria do Estado, à Secretaria de Educação Cultura e à Secretaria da Fazenda;

Cláusula Oitava: A Secretaria de Educação e Cultura ainda colaborará para a execução do presente convênio, com pessoal técnico requisitado pelo SSCM, sem ônus para este serviço.

Cláusula Nona: O presente convênio terá a duração de 2 (dois) ano e entrará em vigor em vigor a partir de 1º de agosto d 1960, podendo ser renovado, se necessário maior prazo para a realização dos objetivos por ele visado.

ANEXO C - Organograma do Serviço Social Contra o Mocambo

ORGANOGRAMA DO SERVIÇO SOCIAL CONTRA O MOCAMBO - SSCM -



Anexo D - Programação da **I Semana da Promoção Social** – 07 a 13 de outubro de 1961. Publicada no jornal Diário de Pernambuco, em 01/10/1961.

Dia 07 (Sábado):

20:00h: Solenidade de abertura sob a presidência do governador Cid Sampaio. Conferência de abertura do professor José Arthur Rios. Tema da conferência: Educação de Base e Recuperação Social em Áreas Marginais.

Dia 08 (Domingo):

12:30h: Almoço oferecido aos participantes pelo presidente da FPS, Paulo Rangel Moreira;

15:00h: Visitas as escolas e Centros Educativos Operários.

Dia 09 (Segunda):

09:00h: Círculo de estudos sobre a conferência proferida por José Arthur Rios, no auditório da Promoção Educativa e Cultural (Avenida Manuel Borba, 629);

Tarde: Visita à Vila Alto do Jordão.

20:00h: Conferência do sociólogo Manuel Diegues Júnior. Tema: A realidade Social do Nordeste.

Dia 10 (Terça)

09:00h: Círculo de estudos sobre a conferência do sociólogo Manuel Diegues Júnior.

15:00h: Seminário sobre o tema Desenvolvimento de Comunidade em Programas de Recuperação de Favelas, oferecido pela assistente social Josefina Albano.

Dia 11 (quarta)

Manhã: visita aos ambulatórios médicos e Pronto Socorro auxiliares da Fundação da Promoção Social.

20:00h: Conferência do engenheiro Álvaro Milanez. Tema: Programas de Educação Sanitária para o Nordeste.

Dia 12 (Quinta)

09:00h: Círculo de Estudos sobre a conferência proferida por Álvaro Milanez.

- 15:00h: Seminário “Bibliotecas populares escolares: sua função nos Programas de Alfabetização em Massa”, oferecido pelo bibliotecário Edson Neri da Fonseca.
- 20:00h: Conferência “As más condições de habitação e o seu reflexo escolar”, do professor Estélio de Alencar Roxo.

Dia 13 (Sábado)

- 09:00h: Círculo de Estudos sobre a conferência Estélio de Alencar Roxo
- Tarde: Visita a Dois Unidos (experiência de Organização Social em Comunidade).
- 20:00h: Sessão de encerramento, presidida pelo sociólogo Gilberto Freyre e com a participação de Paulo Rangel Moreira, presidente da Fundação da Promoção Social.

Anexo E - Endereços das zonas de treinamento do método Laubach.

Zona	Supervisor	Endereço	Área de abrangência
A	Azor Cunha	Igreja Batista Do Cordeiro	Igrejas Batista da Várzea, Caxangá, Torrões, Iputinga, Engenho do Meio, Centro-Cordeiro, Nova do Cordeiro, Zumbi, Torre, Presbiteriana da Madalena, Seminário Presbiteriano e Metodista da Torre.
B	Arlindo Rocha	Rua Nicolau Pereira, nº 410, Afogados	Igrejas Batista da Mustardinha, dos Remédios, do Bongi, de Afogados, Presbiteriano da Mustardinha e Congregacional de Afogados.
C	Nemuel Vicente	Avenida José Rufino, nº 1495, Areias.	Igrejas Batista de Coqueiral, Avenida Liberdade, Barro, Areias, Nova Ipiranga, e Presbiteriana de Areais.
D	Elza Lima	Rua Falcão Lacerda, nº 181, Tejiptó.	Igrejas Presbiterianas de Tejiptó, Jaboatão e Sucupira, Batistas de Cavaleiro, Sucupira e Tejiptó e Congregacionais de Tejiptó e Pacheco.
E	Edite Marimbo	Avenida Conselheiro Aguiar, Pina	Igrejas Presbiteriana do Pina, Batista do Pina, Congregacional do Pina, Assembleia de Deus do Pina e Pentecostal do Pina.
F	Naly Dourado	Rua Fernandes Vieira, nº 768, Boa Vista.	Igrejas Metodista do Espinheiro, Batista da Capunga, Presbiteriana de Santo Amaro, Seminário e Batista e Colégio Agnes.
G	Iracy Dourado	Avenida Conde da Boa Vista, nº 521.	Assembleia Brasil para Cristo e Igrejas Congregacional Pernambucana, Presbiterianas da Boa Vista e Recife e Batista da Boa Vista
H	Jara Câmara	Rua da Regeneração, Água Fria.	Igrejas Batista da Encruzilhada, Ponto de Parada, Arruda, Monte Líbano, Sião e Fundão;

			Presbiteriana de Água Fria e Encruzilhada.
I	Letícia Longo de Lima	Travessa da Rua Rio, nº 29, Caixa D'água.	Igrejas Batistas do Cajueiro, Jardim Beberibe, Águas Compridas, Caixa D'Água e passarinho.
J	Isa França	Rua Oliveira Fonseca, nº 525, Sítio Novo.	Igrejas Batistas de Olinda, Central de Olinda, Salgadinho, Peixinhos, Sítio Novo, Campo Grande e Santo Amaro; Presbiteriana de Sítio Novo.
K	Juscineide Freitas	Avenida Rui Barbosa, nº 704, Colégio Agnes, Graças.	Igrejas Batistas de Dois Irmãos, Apipucos, Vasco da Gama, Monteiro, Nova Descoberta, Casa Amarela, Avenida Norte, Mangabeira e Casa Forte; Presbiterianas de Casa Amarela, Congregacionais da Tamarineira e Casa Amarela e Luterana de Casa Amarela.

Fonte: Diário de Pernambuco, 27/09/1962